

O PCP nas vésperas do XIV Congresso

Somos 163 506

O balanço de organização, concluído no final de Setembro e cujos resultados são divulgados nas Teses incluídas na presente edição do «Avante!», indica que o PCP «continua a ser uma realidade sem paralelo no quadro partidário nacional, assente num amplo, activo e fortemente estruturado colectivo partidário, numa elevada militância de muitas dezenas de milhar de membros do Partido, garantindo-lhe uma intensa e diversificada capacidade de intervenção na sociedade portuguesa»

«As Teses, que constituem o Projecto de Resolução Política do XIV Congresso, são a base para assegurar, favorecer e estimular o exame pelo colectivo partidário da evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, das orientações, posição e acção desenvolvidas nesse período, dos objectivos e tarefas que se colocam ao Partido no prosseguimento da sua luta e intervenção ao serviço dos trabalhadores, do povo, da democracia e dos ideais do socialismo.»

(Álvaro Cunhal na conferência de imprensa da passada sexta-feira para divulgação das conclusões da reunião do Comité Central que aprovou as Teses)

- **Resolução do Comité Central sobre a situação política** Págs. 3 e 4
- **Declaração de Álvaro Cunhal** Págs. 4 e 5
- **Editorial** Pág. 2

As Teses para o XIV Congresso são incluídas no presente número do «Avante!» em caderno-suplemento que não pode ser vendido separadamente.

Eleições regionais

CDU de novo na Assembleia da Madeira

- **Nos Açores mantém-se deputado CDU pelas Flores**

Pág. 6



TV

um dossier
de

6

páginas
sobre
a nossa TV

Artigos de Vítor Dias, Francisco Costa, Manuel Gusmão, Manuel Machado da Luz e Mário Castrim

Págs. 16 a 21



Jornadas Parlamentares do PCP

- **Dar resposta a necessidades do País e a anseios dos portugueses**

Pág. 7

EDITORIAL

As Teses
Perspectiva de luta confiante

Comité Central do PCP aprova Projecto de Teses ao XIV Congresso

RESUMO

7
Quarta-feira

Devido ao que considera serem as «soluções aberrantes» apresentadas pelo PSD para a reforma do Parlamento, o PS ameaça romper com o partido governamental o acordo para a ratificação do Tratado de Maastricht ■ Representantes dos colégios de ensino especial acusam o Governo de estar a empurrá-los para um beco sem saída e admitem fechar temporariamente estes estabelecimentos caso não seja actualizado o subsídio estatal que recebem ■ A Associação de Estudantes do Técnico demarca-se da direcção da Associação Académica de Lisboa por discordar da forma como está a ser negociada com o Ministério a revisão das propinas ■ Gorbachev diz-se vítima de «perseguição política» depois de instado a comparecer como testemunha no processo do Partido Comunista ■ Margaret Thatcher ataca a política europeia de John Major e pede o regresso ao monetarismo económico dos anos 80.

8
Quinta-feira

Os Sindicatos Médicos reagem à aprovação em Conselho de Ministros da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, admitindo que poderão pedir a inconstitucionalidade do diploma ■ São adiadas sine die as reuniões dos senados universitários de Coimbra e Porto que deveriam fixar os novos preços das propinas ■ Associação de Farmácias decide cancelar o crédito a utentes do Serviço Nacional de Saúde ■ O Nobel da Literatura é atribuído a um autor das Antilhas, Derek Walcott ■ Depois de ter perdido os escritórios da sua Fundação, Gorbachev desafia Ieltsin a prendê-lo ■ José Eduardo dos Santos propõe cimeira a Savimbi.

9
Sexta-feira

Comité Central do PCP termina o seu segundo dia de reunião aprovando o Projecto de Teses ao XIV Congresso, a realizar em Dezembro próximo ■ Representantes do povo maubere reúnem-se em Lisboa para acerto de uma estratégia comum em futuras conversações entre Portugal e à Indonésia sobre o destino do território ■ Com 78 anos, morre Willy Brandt, antigo chanceler alemão ■ Governo grego saúde manutenção de embargo dos Doze à Macedónia ■ John Major defende o Tratado de Maastricht, prometendo, simultaneamente, preservar a identidade da Grã-Bretanha ■ Separatistas abkhazes boicotam eleições legislativas na Geórgia.

10
Sábado

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a despeito de não poder propor directamente candidaturas para as eleições do Conselho Superior do Ministério Público, apresenta a única lista concorrente às eleições de Novembro ■ Um relatório da FAO, organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura, refere que a malnutrição mata por ano cerca de 13 milhões de crianças ■ Os líderes socialistas e sociais-democratas da Comuni-

dade Europeia recusam a possibilidade de novas concessões aos EUA no domínio das negociações do GATT ■ Frederik De Klerk reúne Parlamento para acelerar o processo de transição ■ Polícia brasileira solicita a penhora dos bens de Collor de Melo e Paulo César Farias ■ Relatório da Comunidade Europeia responsabiliza Portugal por desperdício de milhões de dólares em consequência de erros de gestão e de má administração.

11
Domingo

PSD vence com maioria absoluta as eleições regionais nos Açores e Madeira; a CDU mantém o seu deputado na primeira daquelas regiões autónomas e reconquista um mandato na Madeira ■ Jaime Gama demite-se da liderança do Grupo Parlamentar do PS ■ Depois da explosão de um carro armadilhado, uma troca de tiros e granadas faz aumentar a tensão em Luanda ■ Centros de acolhimento de refugiados em várias cidades da ex-RDA voltam a ser alvo de ataques por parte de grupos da extrema-direita ■ Yitzhak Rabin, chefe do governo de Israel, dá luz verde para o exército reprimir manifestações de palestinianos nos territórios ocupados.

12
Segunda-feira

Almeida Santos substituiu Jaime Gama na direcção do Grupo Parlamentar do PS ■ Comentando a exposição do ministro das Finanças no Parlamento sobre o Orçamento do Estado para 1993, os partidos da oposição consideram-na demasiado vaga e generalista sobretudo no que se refere aos impostos ■ Um violento sismo abala o Cairo, capital do Egipto, semeando o pânico e provocando mais de uma centena de mortos e de dois mil feridos ■ Ion Iliescu é reeleito, à segunda volta, presidente da Roménia ■ Eduard Chevardnadze vence por larga maioria eleições na Geórgia ■ Inicia-se em Pequim o XIV Congresso do Partido Comunista Chinês ■ Edmond H. Fischer e Edwin G. Krebs, bioquímicos norte-americanos, são laureados com o Prémio Nobel da Medicina ■ Encerra em Sevilha a EXPO'92.

13
Terça-feira

Grupo Parlamentar do PCP conclui as suas Jornadas Parlamentares com a aprovação de um conjunto de iniciativas legislativas a entregar em breve na mesa de Assembleia da República ■ O General Hugo dos Santos demite-se do cargo de comandante-geral da Guarda Fiscal ■ A Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública, que agrupa vários sindicatos filiados na CGTP, convoca uma greve do sector para o dia 6 de Novembro ■ Em comunicado, a Fenprof critica o Ministério de Educação pela sua falta de diálogo com «as organizações representativas dos docentes do ensino superior» ■ Ulysses Guimarães, 76 anos, líder do movimento de redemocratização do Brasil, morre em desastre aéreo, no litoral de S. Paulo ■ O Parlamento moçambicano aprova por unanimidade o Acordo Geral de Paz assinado em Roma.

Com a publicação, na presente edição do «Avante!», das Teses aprovadas pelo Comité Central, na reunião de 8 e 9 de Outubro, os trabalhos XIV Congresso do PCP conhecem um avanço decisivo.

As Teses, que constituem o Projecto de Resolução Política do XIV Congresso, juntam-se aos Projectos de Alterações ao Programa e aos Estatutos do PCP, publicados a 17 de Setembro, e desde então em apreciação pelo colectivo partidário.

Completa-se com a publicação das Teses a apresentação das propostas do Comité Central no que respeita aos documentos de fundo que deverão ser apreciados e votados pelo XIV Congresso.

O êxito da preparação do Congresso depende agora em larga medida da intervenção das organizações e da participação dos membros do Partido. É essencial assegurar a boa planificação das Assembleias Plenárias e a mobilização que garanta a sua efectivação com sucesso, tendo em conta as condições concretas de cada organização. É essencial que os membros do Partido sintam a indispensabilidade da sua participação activa, não apenas na eleição dos delegados ao Congresso, mas também para examinar os documentos propostos pelo Comité Central, contribuindo com a sua crítica e as suas propostas de forma a que eles correspondam, o melhor possível, às necessidades do Partido.

Em relação às Teses, agora submetidas a debate, o camarada Álvaro Cunhal salientou, ao apresentá-las à comunicação social: «São a base para assegurar, favorecer e estimular o exame pelo colectivo partidário da evolução da situação internacional e nacional dos últimos quatro anos, das orientações, posição e acções desenvolvidas nesse período, dos objectivos e tarefas que se colocam ao Partido.»

Esta «base» comporta, pois, para todos os comunistas, o desafio implícito de ajuizarem se é a que melhor serve para que o PCP prossiga, reforce e intensifique a sua luta pelos interesses dos trabalhadores, do povo, da democracia e pelos ideais do socialismo.

Sem subestimar as dificuldades, os reveses e as derrotas, as Teses apontam uma confiante perspectiva de luta, tanto no

plano internacional, como no plano nacional.

Em relação ao primeiro, salientando que a desagregação da URSS e dos regimes do Leste da Europa significaram uma mudança radical da situação internacional, as Teses sublinham que esta mudança não significa que tenha falhado e se tenha esgotado historicamente o projecto de construção da nova sociedade - a sociedade socialista - nem que o capitalismo se revele um sistema superior. A perspectiva apontada é a do desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos com novo avanço das forças progressistas e revolucionárias, em especial do movimento comunista, seguramente com características renovadas.

No plano nacional, salientando os quatro traços da situação criada pela política da direita - o processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, a reversão da democracia política, a intensificação da exploração dos trabalhadores e os atentados à soberania e independência nacionais - as Teses sublinham o carácter objectivo de uma ampla frente social antimonopolista vitalmente interessada em combater e substituir uma tal política. A perspectiva

Sem subestimar as dificuldades, os reveses e as derrotas, as Teses apontam uma confiante perspectiva de luta, tanto no plano internacional como no plano nacional.

apontada, como a tarefa das tarefas, é a da luta para afastar a direita do poder e por uma alternativa democrática. A concretização desta perspectiva compreende o desenvolvimento das lutas populares, da sua unidade interna e da convergência entre elas, como factor determinante do debilitamento da base de apoio do Governo e impulsor do entendimento e convergência das forças democráticas.

Dito isto, importa prevenir que esta perspectiva de luta e o aprofundado exame em que radica, para serem justamente avaliados pelas organizações e membros do Partido, exigem o estudo e a consideração atenta do texto das Teses que nenhuma referência sintética pode substituir.

As teses dedicam uma grande atenção a todas as questões que se relacionam com o reforço do Partido e propõem orientações e medidas em relação ao trabalho de

direcção, à política de quadros, à organização, ao trabalho ideológico, à informação e propaganda, à imprensa partidária, à ligação às massas, aos fundos e à política financeira.

A questão da organização merece ser especialmente destacada.

As Teses referem sem disfarce os traços negativos, como a quebra de efectivos, a redução de militância e fenómenos de desmobilização e desânimo, mas salientam, ao mesmo tempo, que «a organização do Partido continua a ser uma realidade sem paralelo no quadro partidário nacional».

Isto mesmo é posto em evidência pelo Balanço de organização concluído no mês de Setembro, ao revelar um muito amplo efectivo partidário de 163 506 membros (apesar da diminuição de 35 769 em relação ao XII Congresso), fortemente estruturado, com alta participação e elevada militância, que assegura uma intensa e diversificada intervenção na sociedade portuguesa.

Na análise que fazem da realidade nacional e do papel que o nosso Partido nela desempenha, as Teses explicam por que é que o PCP é um partido necessário, indispensável e insubstituível para a democracia, para os trabalhadores, para o povo e o País.

A reunião do Comité Central de 8 e 9 de Outubro, embora tenha concentrado as suas atenções na discussão e aprovação das Teses, esteve também atenta aos últimos desenvolvimentos da situação nacional.

O Governo do PSD prossegue e em alguns aspectos intensifica mesmo os traços mais negativos da sua política contra os interesses dos trabalhadores e da grande maioria dos portugueses. Reveste, por isso, uma grande oportunidade o apelo do Comité Central para «o desenvolvimento da luta dos trabalhadores pela defesa dos direitos, nomeadamente o direito à greve e pela elevação dos salários» e o destaque dado à luta dos trabalhadores da administração pública, designadamente, da função pública, da administração local, dos professores, enfermeiros e magistrados.

No seguimento das apreciações feitas pelo Comité Central, todo o Partido deve continuar a dar o maior apoio à luta contra a degradação do sistema educativo e contra as novas decisões do Governo para desfigurar e liquidar o Serviço Nacional de Saúde, enquanto garante do direito constitucional à saúde.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27

Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Comunicado do Comité Central do PCP

Preparar o XIV Congresso desenvolver a luta

O Comité Central do PCP, na sua reunião plenária de 8 e 9 de Outubro, debateu e aprovou as Teses para o XIV Congresso e examinou diversas questões da actualidade política.

TESES PARA O XIV CONGRESSO

As Teses, que constituem o Projecto de Resolução Política para o XIV Congresso e que têm também a natureza de relatório de actividades desde o XII Congresso, são a base para assegurar, favorecer e estimular o exame pelo colectivo partidário da evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, das orientações, posição e acção desenvolvidas pelo Partido nesse período, dos objectivos e tarefas que se colocam ao Partido no prosseguimento e desenvolvimento da sua luta e intervenção ao serviço dos trabalhadores, do povo, da democracia e dos ideais do socialismo.

As Teses para o XIV Congresso do Partido serão publicadas na íntegra no próximo número do Avante! (15/10) e, tal como já vinha acontecendo com os Projectos de Alterações aos Estatutos e ao Programa, vão agora ser sujeitas a debate em todo o Partido.

O Comité Central sublinha a importância da participação do maior número de membros do Partido neste debate que culminará no XIV Congresso com a definição colectiva das bases programáticas e de funcionamento do Partido e das orientações e linhas de trabalho para o futuro imediato, o que constitui prática de intervenção militante única no panorama partidário nacional e assume por isso particular relevância.

O Comité Central reitera o apelo feito a todas as organizações e membros do Partido no sentido de intervirem activa e empenhadamente nas reuniões e nas assembleias plenárias para debate e para a eleição dos delegados ao XIV Congresso. Salaria a necessidade de esse trabalho preparatório ser associado ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores e da resistência popular e democrática à política do Governo. E no que respeita às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sublinha a importância do apelo final ao voto na CDU para culminar o significativo dinamismo e o amplo apoio unitário registados na campanha eleitoral.

A LUTA DOS TRABALHADORES

A nova ofensiva do Governo de Cavaco Silva contra os direitos e os interesses dos trabalhadores ganha progressivamente forma e coloca na ordem do dia a questão do desenvolvimento da luta e a sua convergência numa vasta movimentação de massas susceptível de fazer recuar o Governo.

Preparada por anteriores passos no domínio da revisão da legislação laboral e pela aprovação da lei contra o direito de greve que tem sido motivo de justo protesto e luta dos trabalhadores, inserem-se entre os presentes objectivos do Governo:

- a redução dos salários reais dos trabalhadores em 1993, que se inicia com a tentativa de imposição de um tecto salarial na Função Pública que não contempla sequer a reposição do poder de compra perdido e que fica muito abaixo da inflação prevista;

- a intensificação dos despedimentos e o alastramento do encerramento de empresas e departamentos, em que o Governo pretende também assumir um papel pioneiro com a nova "lei dos disponíveis" e o lançamento no desemprego de muitos milhares de trabalhadores da função pública;

- o esvaziamento do exercício do direito de contratação colectiva e da liberdade e autonomia sindicais com a imposição da arbitragem obrigatória;

- e a crescente desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações sociais - no domínio da Segurança Social, da saúde e do ensino públicos e da cultura.

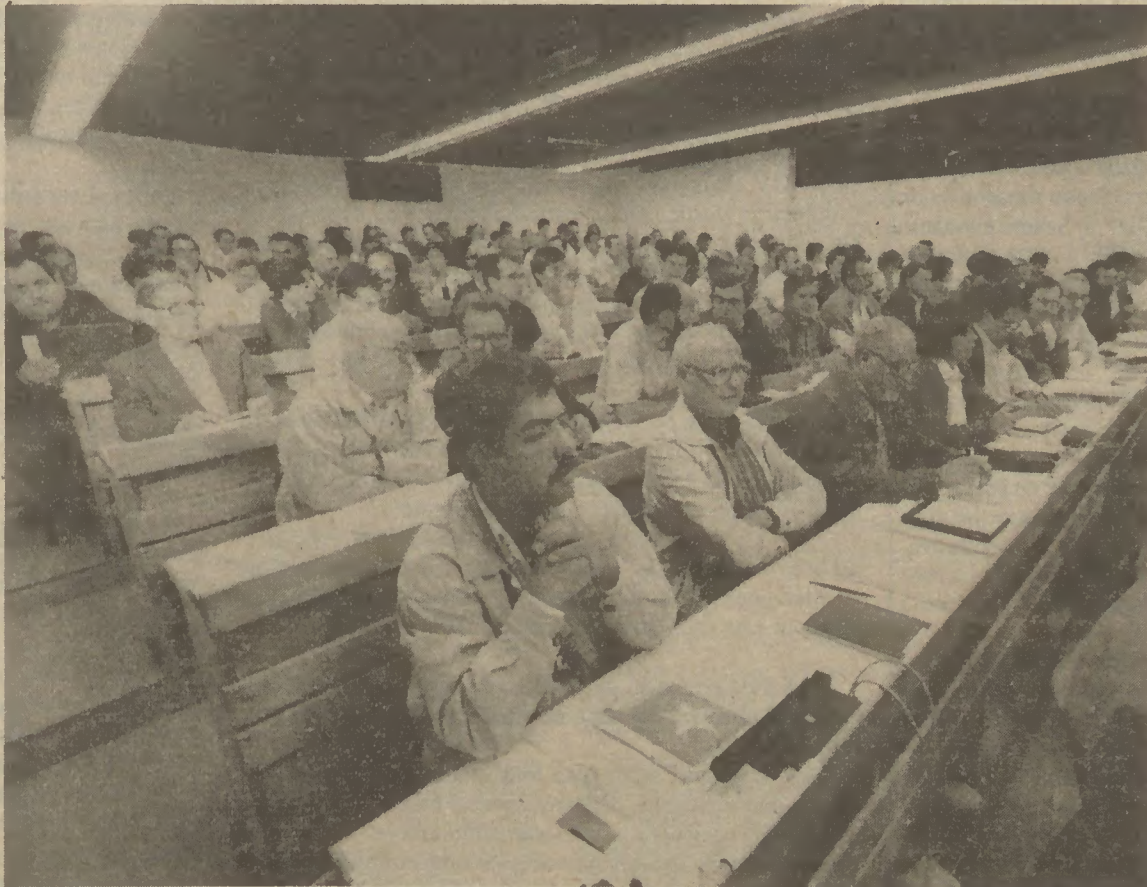
O Comité Central alerta em relação aos planos do Governo para ocultar demagogicamente esta sua nova e grave ofensiva contra os trabalhadores através da repetição de um simulacro de "acordo económico e social", como aquele que há um ano subscreveu com as associações patronais e com a UGT.

O Comité Central considera que, nestas circunstâncias, o

desenvolvimento da luta dos trabalhadores pela defesa dos direitos, nomeadamente o direito à greve, e pela elevação dos salários, constitui uma alta prioridade para a acção do Partido, designadamente nas empresas e nas organizações de massas, nos próximos meses. E destaca, no imediato, a importância da luta dos trabalhadores da Administração Pública - Função Pública, administração local, professores, médicos, enfermeiros, magistrados - contra a redução dos seus salários (que o Governo pretende impor através da proposta de Orçamento do Estado) e pela satisfação da sua plataforma reivindicativa para 1993.

A "REFORMA" DO PARLAMENTO

As medidas que o PSD pretende aprovar, a pretexto de uma "reforma do Parlamento", não visam aumentar a sua eficácia, mas sim diminuir o debate político, desresponsabilizar o Governo, recusar o aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo e fiscalização, afectar os direitos e o estatuto da oposição.



O Comité Central considera importante o empenhamento do Grupo Parlamentar do PCP no sentido de impedir os projectos do PSD e garantir o papel da Assembleia da República no sistema político que a Constituição consagra.

As Jornadas Parlamentares do PCP de 12 e 13 de Outubro constituirão uma contribuição para esta luta e para o prosseguimento, na Sessão Legislativa de 1992-1993, da intensa actividade que foi desenvolvida na última sessão.

O ORÇAMENTO PARA 1993 E MAASTRICHT

As grandes linhas do projecto de Orçamento para 1993 que o Governo tem vindo a divulgar mostram que aquele projecto está impregnado pela filosofia do Tratado de Maastricht: quebra no crescimento económico, guerra aos salários, aos direitos dos trabalhadores e às prestações sociais, aumento do desemprego.

A deflação abrupta para meter a débil economia portuguesa no colete de forças da União Económica e Monetária é inadequada à situação da economia portuguesa e a uma estratégia de crescimento que diminua o fosso que nos separa das médias de rendimento *per capita* na CEE e traduzir-se-á no agravamento da já difícil situação de importantes sectores produtivos.

Em nome de um pseudo-"rigor", o que o Governo pretende é passar os custos de uma política errada para os trabalhadores, os reformados e as camadas médias e prosseguir a marcha forçada para a União Económica Monetária, nociva para o país, no quadro dos constrangimentos anti-sociais de Maastricht e no sentido das exigências do grande capital transnacional.

O PCP tudo fará para combater esta política e não deixará de denunciar as posições farisaicas daqueles que, defen-

dendo Maastricht, se mostram aparentemente muito compungidos e indignados com tal projecto de Orçamento.

A crise do Sistema Monetário Europeu e as dificuldades verificadas nos mercados cambiais e bolsistas, bem como o nível das taxas de juro praticadas pelo Banco Central Alemão (Bundesbank) - procurando transferir para os vizinhos europeus o custo gigantesco da anexação da RDA e sua consequente crise - mostram como foi precipitada a entrada do escudo para o mecanismo cambial do SME (que se aguenta por ainda estar protegido do movimento de capitais) e como é inadequada a total liberalização do movimento de capitais em 1993.

O Comité Central do PCP reclama que o Governo português informe com rigor os agentes económicos e sociais, as forças políticas e a opinião pública sobre o estado e a preparação da economia portuguesa face ao Mercado Único de 1993, sobre a política de taxas de juro dos empréstimos e taxas de câmbio do escudo, sobre um realinhamento e reforma do SME e a antecipação da liberalização de movimento de capitais.

O Comité Central do PCP alerta também os trabalhadores, os democratas, a opinião pública, para o facto de tanto o PSD como o PS, após o resultado do referendo francês e no seguimento dos resultados do referendo da Dinamarca e da Irlanda, prosseguirem o processo de revisão constitucional, visando a ratificação do Tratado de Maastricht, como se nada tivesse acontecido, e de continuarem a negar ao povo português a realização de um amplo debate nacional e a possibilidade de se pronunciar sobre a questão através da realização de um referendo.

O Comité Central do PCP considera que, antes da Cimeira de 16 de Outubro, em Birmingham, o Primeiro-Ministro tem o dever de informar os portugueses, os partidos da oposição e os agentes económicos e sociais sobre a sua postura, sobre os principais pontos da agenda, nomeadamente face ao comprometido Tratado de Maastricht e ao Pacote Delors II.

Salientando que aqueles que antes do referendo francês prometiam uma Europa fraternal e sem fronteiras, são os mesmos que agora defendem uma Europa a duas velocidades, ou de geometria

variável ou ainda de círculos concêntricos, com um primeiro círculo de países prósperos a gravitar à volta da Alemanha, com uma hierarquia de potências e com os países ricos a ditarem as directivas a toda a Comunidade, o Comité Central do PCP chama a atenção da opinião pública para as manobras em curso no sentido de na Cimeira de 16 de Outubro serem adoptados um conjunto de declarações e promessas solenes, sem qualquer conteúdo prático, sobre a "subsidiariedade", sobre a "necessidade de transparência" e de "mais democracia" - no sentido de tornar mais "vendável" o Tratado de Maastricht e de tentar contornar a crescente oposição dos povos.

CRISE NO SISTEMA EDUCATIVO

Multiplicam-se as expressões de degradação e os elementos de crise no sistema educativo.

No que respeita ao Ensino Superior, a política do Governo do PSD está a ser responsável por graves factores de perturbação. Prossegue a política de estrangulamento financeiro das Universidades públicas. Multiplicam-se as pressões e as manobras para impor um aumento substancial e inconstitucional das propinas, contra o qual os estudantes (com o significativo apoio de muitos professores e de importantes estruturas académicas) continuam justamente a lutar. E o acesso ao ensino superior público continua bloqueado pelo injusto sistema de "numerus clausus", o que se traduziu no presente ano lectivo no facto de terem sido abertas apenas 26 mil vagas para um total de 60 mil alunos.

Nos outros graus de ensino, há a registar que muitas escolas abrirem as suas portas sem um mínimo de condições para iniciarem o novo ano lectivo (degradação de instalações, falta de salas, sobrelotação de escolas e turmas, atrasos na coloca-

ção de professores, carências graves de pessoal auxiliar, insuficiência de verbas para funcionamento). A generalização da reforma curricular nos 2º, 5º e 7º anos de escolaridade decorreu sem quaisquer condições e no meio de um completo improvisado. Um novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico começou a ser aplicado sem que a sua exequibilidade estivesse previamente assegurada, o que mostra que as preocupações do Governo estão reduzidas a mascarar o insucesso escolar real e a despachar os alunos do ensino público. O ensino especial encontra-se em ruptura. A instabilidade de emprego e o desemprego atingem cada vez mais a classe docente. O novo modelo de gestão antidemocrática das escolas, contra o qual os professores se têm manifestado massivamente, começou a ser aplicado em duas dezenas e meia de estabelecimentos de ensino.

O Comité Central do PCP responsabiliza o Governo e a política que o PSD vem realizando há treze anos no Ministério da Educação, pela situação de crise em que o sistema educativo está mergulhado. Alerta em relação às consequências gravíssimas que advirão do desinvestimento na educação que o Governo anunciou para 1993. E apela ao desenvolvimento e intensificação da luta dos professores, dos estudantes, dos pais, ao reforço da intervenção das autarquias locais e à dinamização de um vasto movimento de opinião pública, e à sua convergência, contra a política educativa da direita e por uma Reforma Democrática da Educação que concretize os princípios, valores e objectivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

As graves decisões do Governo na área da Saúde e em que, entre outras e pela sua gravidade, são anunciadas e se destacam a criação de um chamado Seguro Alternativo de Saúde, a entrega a entidades privadas da gestão dos hospitais e outros serviços públicos de saúde e o fim do regime de exclusividade do pessoal médico, justificam a mais firme oposição.

Tais decisões, que vêm juntar-se às taxas moderadoras e aos aumentos brutais dos custos dos medicamentos, constituem um novo e gravoso passo na escalada que o PSD, o seu Governo e a sua maioria vêm desenvolvendo no sentido de desfigurar e liquidar o Serviço Nacional de Saúde, enquanto garante do direito constitucional à saúde, e abrir portas ao negócio das seguradoras e outros esquemas de saúde privada, cavando mais o fosso já existente no acesso aos cuidados de saúde entre os portugueses que dispõem de mais elevados recursos e os mais desfavorecidos.

O Comité Central, ao mesmo tempo que condena vivamente as medidas agora vindas a público, apela ao desenvolvimento da resistência e da luta contra a política do Governo na área da Saúde e reafirma o empenho do PCP de prosseguir com firmeza e determinação a sua luta por um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, descentralizado e participado que garanta a todos os portugueses o acesso em igualdade a este direito fundamental que é o direito à saúde.

Ao contrário das medidas agora vindas a público, o que a gravíssima situação existente na generalidade dos serviços de saúde exige, no imediato e entre outras medidas, é um adequado financiamento, e a substituição da gestão existente na generalidade dos hospitais e Administrações Regionais de Saúde, incompetente, centralista, burocrática e governamentalizada, por uma gestão democrática com a participação dos trabalhadores da saúde e dos utentes.

IMPORTANTE VITÓRIA DO POVO ANGOLANO E DO MPLA

O PCP saúda calorosamente a importante vitória do MPLA e do Presidente José Eduardo dos Santos nas eleições angolanas.

Os resultados das eleições em Angola constituem uma pesada derrota para as forças que durante vários anos - com o apoio da África do Sul e dos EUA e também de sectores políticos e personalidades portuguesas - desenvolveram uma acção terrorista de destruição e morte e tudo fizeram para impedir a afirmação de Angola como país independente e democrático.

Sublinhando o profundo significado político desta vitória, o Comité Central pronuncia-se pelo pleno respeito dos resultados eleitorais, condena as manobras desestabilizadoras que a partir da contestação dos resultados eleitorais a UNITA tem levado a cabo, e alerta para a gravidade da situação que essa escalada da provocação pode originar.

Esses resultados, confirmando o amplo apoio e a sólida confiança do povo no MPLA e no seu Presidente, abrem novas e promissoras possibilidades de o povo angolano levar por diante, com êxito, a grande e difícil tarefa de reconstrução do país, no caminho do respeito pelas suas opções, da independência nacional e da paz. E constituem uma valiosa contribuição para os povos que, em situações diversas e com objectivos diversificados, lutam pelos seus justos direitos, pela liberdade, a democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

Declaração de Álvaro Cunhal

«Teses para assegurar, favorecer o exame pelo colectivo partidário»

As Teses para o XIV Congresso do PCP, debatidas e aprovadas na reunião da semana passada do Comité Central, foram motivo para uma declaração, à comunicação social de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. O documento, que a seguir publicamos na íntegra, completou a informação dada aos jornalistas na conferência de imprensa de sexta-feira passada sobre o conteúdo da reunião do CC, organismo que aprovaria um comunicado que se referia especificamente a um dos pontos constantes da ordem de trabalhos - situação e actividade política - que igualmente publicamos nesta edição do «Avante!».

O Comité Central, na sua reunião Plenária de 8 e 9 de Outubro debateu e aprovou as Teses para o XIV Congresso e examinou diversas questões da actualidade política.

As Teses, que constituem o Projecto de Resolução Política do XIV Congresso, são a base para assegurar, favorecer e estimular o exame pelo colectivo partidário da evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, das orientações, posição e acção desenvolvidas nesse período, dos objectivos e tarefas que se colocam ao Partido no prosseguimento da sua luta e intervenção ao serviço dos trabalhadores, do povo, da democracia e dos ideais do socialismo.

As Teses serão publicadas na íntegra no próximo número do «Avante!» (15/10) e, tal como já vinha acontecendo com os Projectos de Alterações aos Estatutos e ao Programa, vão agora ser sujeitas a debate em todo o Partido.

O XIV Congresso tem lugar 4 anos após o XII. Para definir uma orientação, as Teses começam por analisar e definir as alterações que neste período se verificaram na situação nacional e na situação internacional.

1. A desagregação da URSS e dos regimes no leste da Europa significaram uma mudança radical na situação internacional.

Trata-se de uma perda para toda a humanidade com profundas consequências negativas para a transformação progressista da sociedade a curto e a médio prazos.

Esses acontecimentos provocaram uma súbita alteração da correlação mundial de forças. O imperialismo ficou com as mãos mais livres para impor a sua vontade aos povos, exercer fortes pressões, intervir, multiplicar agressões e guerras e procurar restabelecer a sua hegemonia mundial - a Nova Ordem Internacional definida pelos Estados Unidos.

Esta alteração da correlação de forças cria novos e sérios obstáculos à luta dos trabalhadores de todo o mundo, à luta pela democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

2. Entretanto (sublinham as Teses), estas mudanças não significam que tenha falhado e se tenha esgotado historicamente o projecto da construção de uma nova sociedade - a sociedade socialista - nem que o capitalismo se revele como um sistema superior.

O capitalismo conseguiu, é certo, com a revolução científico-técnica, um desenvolvimento acentuado das forças produtivas, mas não superou as suas múltiplas contradições internas. O mundo capitalista, incluindo os países mais desenvolvidos, debate-se numa profunda crise económica e social. O capitalismo agudiza a exploração, as injustiças e as desigualdades e mostra-se incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade.

Tirando as lições dos acontecimentos e da experiência, nomeadamente das causas da derrocada no leste da Europa, dando resposta criativa às novas situações e novos fenómenos e à situação concreta em cada país, a luta contra o capitalismo e o projecto de uma sociedade socialista mantêm inteira razão de ser e validade.

Embora em condições mais difíceis, por vezes muito duras, prossegue a luta dos trabalhadores e dos povos. A perspectiva é o seu desenvolvimento e a recuperação e novo avanço das forças progressistas e revolucionárias, nomeadamente do movimento comunista, sem dúvida com características renovadas, mas cujo papel como força coerente de transformação social é insubstituível.

3. Também na situação nacional se deram profundas alterações.

O processo contra-revolucionário avançou e está em vias de conseguir a concretização do seu objectivo estratégico: a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista. Este objectivo tem sido e continua a ser o eixo central da política de direita.

A reconstituição e restauração do capitalismo monopolista não tem significado um real desenvolvimento económico antes conduziu a economia portuguesa (nomeadamente a indústria e a agricultura) a novos e graves atrasos relativos e a novos desequilíbrios e dificuldades.

Do processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista decorrem como inevitáveis corolários o agravamento da exploração dos trabalhadores e da situação social, a perversão da democracia política e a degradação cultural.

A exploração dos trabalhadores adquire formas novas e a liquidação ou limitações graves de direitos fundamentais - que o pacote laboral e a lei anti-greve muito claramente retratam. O agravamento de grandes problemas sociais com critérios selectivos - como a saúde, a habitação, o ensino, o meio ambiente - insere-se na política de classe do Governo da direita e no poder crescente do grande capital.

A perversão da democracia política acompanha também, como elemento inseparável, a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista. Os múltiplos aspectos desse processo colocam ao povo português o perigo real da instauração e instituição de um regime político de cariz autoritário.

Portugal caminha, assim, com a política do Governo de direita, para mudanças qualitativas de fundo com a restauração do sistema económico do capitalismo monopolista e com a instauração e institucionalização de um regime político com elementos antidemocráticos que o distanciam em aspectos fundamentais do regime instaurado com a Revolução de Abril.

O Comité Central sublinhou a necessidade de cortar o passo ao desenvolvimento de tão perigosa e nefasta evolução.

4. A política de direita (designadamente com a integração de Portugal na CEE) atinge gravemente a independência e a soberania nacionais.

A adesão à CEE foi uma opção política visando facilitar (e de facto facilitou) a liquidação das transformações socioeconómicas do 25 de Abril e amarrar Portugal ao sistema do capitalismo monopolista vigente nos países da comunidade. São também inegáveis graves consequências directas da integração na economia portuguesa.

Mas as limitações à independência e soberania não se traduzem apenas no plano económico, mas também no plano diplomático, no plano político-militar, na informação e na vida cultural.

O Tratado da União Europeia (Maastricht) - cuja natureza e consequências apontadas pelo Partido se estão cada vez mais confirmando -, a ser ratificado, representará para Portugal a perda de significativa parte da sua independência e soberania. Daí o Não frontal do nosso Partido.

Entretanto, Portugal está na Comunidade Europeia e esta é uma realidade que se tem de ter em conta na definição de uma política nacional. Mas não numa posição de capitulação e de elogio à submissão de Portugal à supranacionalidade como é a posição do Governo e do PS, mas na firme posição de defesa dos interesses nacionais.

Capitalismo monopolista, perversão da democracia política, intensificação da exploração dos trabalhadores, perda de importantes elementos da independência e soberania nacionais - tais são 4 traços fundamentais inseparáveis da situação a que nos está conduzindo a política de direita.

O Comité Central confirmou que esta política não serve nem o povo nem o País, que é necessário resistir-lhe e lutar por uma alternativa democrática no quadro da afirmação serena mas firme da independência nacional.

As Teses contêm a ideia de que tal objectivo não só é necessário como é possível.

5. As Teses desenvolvem largamente o balanço e avaliação da resistência e luta democrática e popular e o seu papel na evolução da situação portuguesa.

Se o processo contra-revolucionário, que se desenvolve há cerca de 16 anos, não alcançou ainda todos os seus objectivos essa relativa lentidão deve-se fundamentalmente à resistência e à luta popular e democrática com relevo para as lutas da classe operária. Deve-se também ao facto de que as conquistas democráticas alcançadas com a revolução de Abril correspondiam a necessidades objectivas da nossa realidade nacional.

e estimular

A luta não impediu o avanço do processo contra-revolucionário, mas conseguiu muitos objectivos concretos imediatos e impediu, limitou ou atrasou muitos dos planos e medidas mais gravosas do Governo. **A luta que a direita desmente e procura silenciar e na qual o Partido teve papel decisivo não foi em vão, a luta teve resultados.**

O balanço da luta de massas acusa, por um lado, graves problemas por resolver, e revela e confirma, por outro lado, descontentamento, profundas aspirações e determinação de vastos sectores sociais no combate à política de direita.

6. Tem assim particular importância a avaliação da arrumação das forças de classe assim como a avaliação das forças da democracia.

São de sublinhar e considerar importantes alterações na composição social da sociedade portuguesa. Também na própria classe operária. Diminuição do campesinato. Aumento do sector terciário. As Teses incluem uma primeira abordagem sistematizada dessa rica e complexa temática que o Comité Central se propõe aprofundar.

O panorama das relações económico-sociais existente no processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista e a política de classe do Governo ao serviço do grande capital apontam em termos gerais a **necessidade da unidade das classes e camadas antimonopolistas.**

Daqui decorre a definição de duas alianças sociais básicas no actual momento histórico: **a aliança da classe operária com o campesinato e a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias.** Estas alianças constituem elemento central de **uma vasta frente social** que inclui também os empregados, os quadros técnicos e científicos, os pequenos e médios empresários, e também as mulheres, os jovens, os reformados e pensionistas, os deficientes e outras forças sociais que intervêm na vida nacional com aspirações e objectivos específicos.

7. Compreendendo assim um aspecto essencial da dinâmica democrática, os movimentos e organizações unitárias de massas como grandes forças da democracia, adquirem importância e papel que poderá vir a ser decisivo.

As Teses dão relevo ao movimento operário e ao movimento sindical unitário, à CGTP-IN (cujas características fundamentais há que salvaguardar dos ataques que contra elas se desenvolvem). Consideram também a importância e o papel, que em conjunto pode também ser determinante, dos movimentos e respectivas organizações e estruturas dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, assim como do movimento associativo, movimento pela paz e solidariedade para com os povos em luta, e outros movimentos como o ecologista, ainda disperso mas com razões objectivas que o tornam necessário e abrem largo espaço à sua intervenção.

As Teses sublinham que nesta imensa frente social, o Partido tem que evitar um trabalho de rotina, tem que empenhar-se seriamente no seu desenvolvimento e dinamização.

A frente social está mostrando, com amplas movimentações, que se reduz a base de apoio social da política de direita e que existe **potencialmente uma base política e eleitoral para uma alternativa democrática.** Daí toda uma linha de actuação visando **transformar a oposição social em oposição política e a oposição política em opção eleitoral, nomeadamente através dos votos no PCP e na CDU.**

8. Os factos mostram que a arrumação das forças político-partidárias não corres-

ponde à arrumação das forças sociais. A política do PCP tem um apoio social mais vasto que o seu eleitorado e no que respeita ao PSD e ao PS, qualquer destes partidos tem tido um apoio eleitoral mais vasto que o apoio social às políticas que defendem e aplicam.

As Teses insistem justamente em que a colaboração do PS com o PSD em numerosos aspectos assim como as pretensões bipolarizadoras e hegemónicas do PS e a resultante divisão das forças democráticas são um obstáculo real à concretização de uma alternativa à política de direita.

Entretanto, não deixa de ser certo que para tal concretização, no quadro político-partidário existente, **a unidade ou entendimento das forças democráticas (nomeadamente do PCP e PS) são indispensáveis.** O PCP tem consciência de que, a curto e a médio prazo, não é possível uma alternativa democrática sem o PS. Mas o PS (se não quer contribuir para a eternização da direita no poder), tem que ganhar consciência de que **uma alternativa democrática tão-pouco é possível sem o PCP.**

O PCP tem conduzido e continuará conduzindo uma orientação unitária consequente. Mas unidade significa respeito recíproco pela identidade de cada força e busca comum de orientações que permitam unir ou convergir. E (importa sublinhar-se) **convergência, entendimento, unidade, serão tanto mais possíveis quanto mais forte for o PCP e a sua influência social, política e eleitoral.**

9. A luta para afastar a direita do poder e por uma alternativa democrática é a tarefa das tarefas que se coloca ao PCP e a todas as forças democráticas.

O Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI que com alterações será confirmado no XIV Congresso, propõe uma política capaz de dar solução aos grandes problemas que o povo e o País defrontam. O Programa é proposto ao povo português e o PCP lutará para ganhar para o Programa o mais vasto apoio. O Programa é também em si uma contribuição para uma política democrática alternativa.

Mas, ao mesmo tempo (sublinham as Teses), o Partido está pronto a examinar com o PS e outras forças democráticas um possível acordo para uma alternativa democrática à política de direita. Nesse sentido, sublinhando-se que está aberto ao exame de ideias e propostas que lhe sejam feitas, o Partido aponta algumas direcções prioritárias susceptíveis de serem base para um entendimento.

Além do papel determinante à movimentação de massas e à acção geral do Partido, as Teses dão justo relevo às **eleições autárquicas de 1993** pela particular importância política que assumem para o Partido mas também pelo que os seus resultados representarão para o poder local democrático, e pelas suas repercussões em toda a situação política nacional.

As Teses avançam a ideia de que é possível **não só manter como, mesmo, reforçar as posições.**

Aponta-se a CDU como a coligação no quadro da qual a nível nacional o Partido concorrerá às eleições. Mas aponta-se também a disponibilidade de manter a Coligação "Por Lisboa" desde que se alcance acordo e cumprimento de programa e respeito pelas posições dos dois principais partidos.

10. As Teses indicam que o caminho para uma alternativa passa pelo alargamento da movimentação social, pela unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral, pelo reforço das organizações unitárias de massas, pela acção institucional (Assembleia da República, Autarquias, Parlamento Europeu, etc.) e pela convergência, entendimento e unidade das forças democráticas.

E sublinham que **a dinâmica desses diversos factores e o êxito da luta contra o**



Governo e a política de direita depende de forma determinante da força do PCP e da sua intervenção na vida nacional.

O balanço da actividade desenvolvida nos 4 anos decorridos desde o XII Congresso mostra que, defrontando uma evolução altamente desfavorável da situação internacional e nacional e uma campanha anticomunista de violência sem precedentes, o PCP se confirmou e afirmou como uma grande força política, com identidade própria, profundamente ligado e identificado com o povo, suas aspirações e suas lutas.

Um objectivo central da campanha anticomunista tem sido tentar transformar o PCP, partido revolucionário que é, num partido de tendência social-democratizante, retirar-lhe o apoio e separá-lo das massas.

Contrariando tal objectivo é **essencial para o reforço do Partido a preservação e o enriquecimento da sua identidade:** a sua natureza de classe, o seu objectivo de construção de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados, uma teoria revolucionária que o inspira, uma concepção e uma prática de estrutura e funcionamento que asseguram a sua unidade e capacidade de intervenção, a sua ligação estreita e indissolúvel com as massas, o seu patriotismo e o seu internacionalismo.

As Teses sublinham que as alterações aos Estatutos e ao Programa propostas para o debate no Partido não alteram a identidade do Partido, antes a aprofundam, enriquecem e reforçam.

11. O XIV Congresso é chamado a examinar e a definir orientações e medidas para o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade: trabalho de Direcção, política de quadros, organização, trabalho ideológico, informação e propaganda, imprensa, ligação às massas, fundos e política financeira. Sem esquecer a actividade internacional inspirada pela convicção profunda de que o comunismo não morreu, antes ao comunismo pertence o futuro. **Confirmar, afirmar e renovar é lema justo para o nosso trabalho.**

Os anos de luta decorridos desde o XII Congresso, em condições extremamente complexas, difíceis e adversas, dão motivo que fortalece a serena e firme convicção de que o PCP realizará as tarefas a que se propõe e continuará a ser digno do prestígio e da influência ganhos ao longo de toda a história e também digno da confiança dos trabalhadores e de vastos sectores sociais no nosso país.

O PCP tem larga e intensa intervenção e responsabilidade na vida nacional. Tem consciência de que **é um partido de que Portugal precisa. Um partido necessário, indispensável e insubstituível para a democracia, para os trabalhadores, para o povo e o País.**

É com esta consciência, ânimo e confiança que, no quadro da intensa actividade, desenvolvida em todas as áreas da vida nacional o PCP está preparando o XIV Congresso e com o grande colectivo partidário assegurará o seu êxito.



Relativamente ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos - situação e actividade política - será distribuído à Comunicação Social um comunicado. Referirei apenas

sumariamente algumas questões do seu conteúdo.

1. O Comité Central examinou a nova ofensiva de Cavaco Silva contra os direitos e os interesses dos trabalhadores: com a revisão da legislação laboral, a lei contra o direito de greve, a redução dos salários reais em 1993, um tecto salarial na Função Pública muito abaixo da inflação prevista; despedimentos, encerramento de empresas, "lei dos disponíveis", desemprego e o esvaziamento da contratação colectiva - com arbitragem obrigatória.

O Comité Central alertou para o propósito do Governo repetir um simulacro de "Acordo Económico e Social", como aquele que há um ano subscreveu com as associações patronais e a UGT.

2. O Comité Central sublinhou que o projecto de Orçamento para 1993 está impregnado pela filosofia do Tratado de Maastricht: quebra no crescimento, guerra aos salários e às prestações sociais, aumento do desemprego. A deflação para meter a débil economia portuguesa no colete de forças da União Económica e Monetária traduzir-se-á no agravamento da já difícil situação de importantes sectores produtivos.

O Comité Central do PCP alertou para o facto de, tanto o PSD como o PS, prosseguirem o processo de ratificação do Tratado de Maastricht procurando fazer deste uma mera formalidade.

3. O Comité Central sublinhou a crise no sistema educativo e a sua degradação.

Muitas escolas reabriram as suas portas sem um mínimo de condições. Prosseguem a política de estrangulamento financeiro das Universidades públicas, o bloqueio do acesso ao ensino superior e o aumento substancial das propinas, contra o qual os estudantes (com o significativo apoio de muitos professores e de importantes estruturas académicas) continuam justamente a lutar.

4. O Comité Central criticou as medidas que o Governo acaba de decidir na área da Saúde. Entre outras, a criação de um chamado Seguro Alternativo de Saúde, a entrega a entidades privadas da gestão de unidades de saúde públicas e o fim do regime de exclusividade do pessoal médico.

Tais medidas, que vêm juntar-se às taxas moderadoras e aos aumentos brutais dos custos dos medicamentos, constituem um novo e gravoso passo na escalada que o PSD e o seu Governo vêm desenvolvendo no sentido de liquidar o Serviço Nacional de Saúde.

5. O Comité Central saudou calorosamente a importante vitória do MPLA e do Presidente, José Eduardo dos Santos nas eleições angolanas e alertou para as manobras desestabilizadoras e provocatórias levadas a cabo pela UNITA a partir da contestação dos resultados eleitorais.

O amplo apoio e a sólida confiança do povo no MPLA e no seu Presidente, abrem novas e promissoras possibilidades do povo angolano levar por diante, com êxito, a grande e difícil tarefa de reconstrução do País, no caminho do respeito pelas suas opções, da independência nacional e da paz.

NACIONAL

Eleições regionais

CDU regressa à ALR da Madeira e mantém deputado nos Açores

Nas eleições de domingo a CDU reconquistou o lugar perdido em 1988 na Assembleia Legislativa Regional da Madeira e manteve nos Açores o deputado pelo círculo das Flores

Na Madeira a CDU teve agora 3870 votos, contra 1191 nas últimas legislativas nacionais e 2549 nas regionais de há 4 anos. Nos Açores, em 9 de Outubro de 1988 a CDU tinha obtido 4053 votos, e a 6 de Outubro de 1991 somara 1401; no

domingo passado a coligação conquistou 2640 votos.

Em ambas as regiões autónomas o PSD manteve a maioria absoluta. No entanto, comparativamente às eleições legislativas nacionais de 1991, o partido de Mota Amaral e Alberto João

Jardim perdeu quase dez mil votos (5858 nos Açores, 3760 na Madeira). Por comparação com as regionais de 1988, os social-democratas perderam 4 mil votos na Madeira e ganharam quase dez mil nos Açores.

O CDS obteve agora na

Madeira mais 195 votos que para as regionais de 1988; nas legislativas somaram menos 2884. Nos Açores, a AD-A ultrapassou em mais de 1200 votos o resultado do CDS e do PPM nas legislativas de 1991; mas ficou 2400 votos aquém do que aqueles partidos conseguiram nas regionais de 1988.

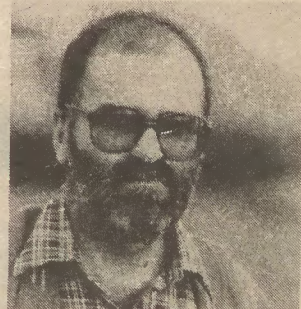
A UDP (que nos Açores desistiu a favor do PS, partido por que agora se candidatou na RAM o padre Martins, antigo deputado da UDP por Machico) cifrou a sua votação na Madeira em 6029 votos (menos 3598 que nas últimas regionais, menos 236 que nas legislativas do ano passado).

O PS aumentou a sua votação absoluta em ambas

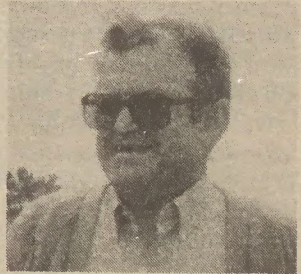
as regiões: na Madeira obteve 29 439 votos (mais 8381 que os que obtivera para a ALR e mais 4220 que para a AR), nos Açores somou 41 648 (mais 4023 que para a ALR e mais 14 446 que para a AR).

Em 1991 votaram nos Açores 114 380 eleitores (num universo de 181018 inscritos); na Madeira haviam votado 124 993 (de 193 763 inscritos). Relativamente a 1988, houve agora mais 5 mil votantes na Madeira e mais 8300 nos Açores.

A abstenção foi elevada, como nos mais recentes actos eleitorais: para a ALR, em 1988, fora de 41,15% nos Açores e de 32,35% na Madeira; para a AR, em 1991, tinha sido de 42,1% nos Açores e de 35,5% na Madeira.



Paulo Valadão foi reeleito nos Açores



Padre Tavares foi eleito na Madeira

Na Assembleia Regional dos Açores o PSD ganhou 2 deputados, o PS e o CDS perderam um deputado cada. Na Madeira (onde o número de deputados da ALR passou de 53, em 1988, para 57) o PSD perdeu 2 lugares, o PS ganhou 5, a UDP perdeu 1; a CDU regressa ao parlamento madeirense, onde também entrou o PSN.

Nota da Comissão Política

1. A Comissão Política do CC do PCP, reunida em 12 de Outubro de 1992, analisou os resultados das eleições nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A batalha política do PCP e da CDU foi travada em condições extraordinariamente difíceis, com persistentes pressões no sentido de manter o PSD como partido dominante, recorrendo para isso à utilização da máquina administrativa e a um esforço no sentido de bipolarizar as eleições. Acresce que os próprios sistemas eleitorais deformam a conversão de votos em mandatos e só aparentemente são proporcionais.

Nestas condições, constitui um facto político de grande importância que a CDU tenha eleito um deputado, que não possuía, na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, e tenha mantido o deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

2. Ao contrário do que tem sido afirmado, o facto mais relevante da situação política no momento não é uma grande vitória do PSD nas eleições regionais, mas sim o alargamento das lutas, revoltas e protestos e o combate à política de liquidação dos apoios e direitos sociais, económicos e culturais, de desresponsabilização do Estado em relação às necessidades dos mais carecidos, de cortes das despesas

públicas, com consequências para os direitos dos trabalhadores, jovens, reformados e autarquias.

O PSD perdeu, aliás, 5,5 pontos percentuais na Madeira e dois deputados (apesar do número de lugares em disputa ter aumentado em quatro) e tem uma vantagem relativamente limitada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

3. A estratégia bipolarizadora do PS, implicando a hostilização de outros sectores democráticos e constantes apelos ao chamado voto útil, revelou-se mais uma vez como um fracasso que só pode favorecer a afirmação do PSD como partido dominante. O PS está a 34 pontos percentuais do PSD na Madeira e a 17 nos Açores, o que demonstra que não é esta a via para a construção de uma alternativa.

4. A Comissão Política do CC do PCP saúda calorosamente os militantes e democratas de vários sectores de opinião que se empenharam nesta difícil batalha e manifesta a sua confiança em que os resultados se prolongarão numa activa, constante e empenhada luta dos deputados eleitos pela CDU, em estreita relação com as populações das Regiões Autónomas.

12 de Outubro de 1992
A Comissão Política
do Comité Central do PCP

Resultados totais oficiais

Ao princípio da madrugada de segunda-feira a agência Lusa divulgou os resultados finais das eleições para as assembleias legislativas regionais dos Açores e da Madeira.

Açores

Inscritos	183 378
Votantes	114 380
Branco	578
Nulos	1343

PSD	61 299	53,6%	28 Deputados
AD-A	5233	4,6%	1 Deputado
PDA	1615	1,4%	
PDC	24	0,0%	
PS	41 648	36,4%	21 Deputados
CDU	2640	2,3%	1 Deputado

Abstenção

Madeira

Inscritos	196 538
Votantes	130 522
Branco	911
Nulos	1702

PS	29 439	22,55%	12 Deputados
CDS	10 458	8,01%	2 Deputados
PSN	3157	2,42%	1 Deputado
PSD	74 186	56,84%	39 Deputados
UDP	6029	4,62%	2 Deputados
CDU	3870	2,97%	1 Deputado
PDA	752	0,58%	

Abstenção

Comentário do PCP/Madeira
Abertas novas perspectivas

Os resultados das eleições para a Assembleia Regional da Madeira «abrem novas perspectivas de trabalho ao Partido na Região, não só a nível da acção parlamentar, como também no que se refere às próximas eleições autárquicas, cuja preparação vamos iniciar rapidamente» - afirma a comissão executiva regional do PCP, num comentário divulgado ontem numa conferência de imprensa no Funchal.

Em relação à votação da CDU, a executiva regional do PCP realça que a coligação «ficou a 7 votos do seu melhor resultado de sempre na Região, subiu 1600 votos, elegeu um deputado e alargou a sua influência em 10 dos 11 círculos eleitorais».

Os comunistas da Madeira referem no comentário que «o PSD, dominando toda a vida política e social da Região e utilizando de uma forma descarada todo o aparelho de

Estado regional na sua campanha eleitoral, conseguiu manter a maioria absoluta, embora baixando de votação em relação às eleições de 1988».

O PS, «que se apresentou ao eleitorado como única alternativa ao PSD na Região, apelando ao voto útil, viu esta sua estratégia rejeitada pelo eleitorado», afirma-se no documento, recordando que no círculo do Funchal os socialistas sobem apenas 1900 votos. Para o PCP, «uma parte do eleitorado descontente preferiu dar o seu voto a outros partidos, nomeadamente à CDU, que só no Funchal aumentou 1200 votos».

A UDP, que «perde um deputado, desce quase 4 mil votos e vê reduzida a sua influência em Machico a 3 centenas de votos», é «um dos partidos derrotados nestas eleições», constata o PCP/Madeira.

José Decq Mota ao «Avante!»
Foi perfeitamente inútil
o chamado voto útil

O chamado voto útil, a que o PS fez apelo nos Açores e que «penalizou fortemente» a CDU, mostrou-se «perfeitamente inútil», uma vez que a estratégia de bipolarização adoptada pelos socialistas foi «incapaz de atrair votantes do PSD e um número significativo de abstencionistas». afirmou, ao «Avante!», José Decq Mota, comentando os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa Regional açorianá.

O coordenador regional do PCP admite, contudo, que aquele argumento se revelou «capaz de atrair votos de outras áreas, nomeadamente da CDU». Decq Mota é de opinião que, no fundamental, «os 4 mil votos a mais que o PS conseguiu nos Açores não vieram do PSD, nem da abstenção», pelo que ficou demonstrado que não é esta a via para que o partido de Mota Amaral seja apeado do poder na Região.

Para aquele membro do CC do PCP, a bipolarização do comportamento do eleitorado nas urnas contrasta com o ambiente político pré-eleitoral que se viveu no arquipélago, mais «desbipolarizado» que nas anteriores eleições.

Reservando uma análise mais detalhada para reuniões do colectivo partidário que deverão ter lugar nestes dias, Decq Mota assinalou também que a campanha eleitoral da CDU «correu muito bem, nomeadamente nos meios urbanos». Realçou o comício-festa realizado em Ponta Delgada, que (exceptuando o concerto dos «Resistência» oferecido pelo PS e que foi muito pouco politizado) constituiu «a maior iniciativa político-cultural da esquerda na Região, quer nesta, quer noutras campanhas eleitorais».

A campanha eleitoral da CDU e o alargamento da coligação, integrando candidatos independentes e da área ecológica, entre outros, teve «bons reflexos eleitorais pontuais», mas «não teve reflexos significativos nos resultados globais», que para Decq Mota ficaram «aquém das expectativas».

Apesar de tal «resultado global não favorável», José Decq Mota fez questão de sublinhar a importância de, ao reeleger Paulo Valadão nas Flores, o PCP e os seus aliados na CDU terem mantido a representação na Assembleia Legislativa Regional.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jornadas Parlamentares do PCP

Responder a necessidades do País e a anseios dos portugueses

O Grupo Parlamentar do PCP realizou, segunda e terça-feira, em Loures, as suas Jornadas Parlamentares. Com uma agenda carregada, preenchida em parte com reuniões e encontros com entidades várias do concelho, os deputados comunistas prepararam a sua intervenção na reabertura dos trabalhos parlamentares e aprovaram novas iniciativas legislativas.

Realizadas na antevéspera da abertura da sessão legislativa, as Jornadas Parlamentares prestaram como não podia deixar de ser uma particular atenção às questões que dominam no momento presente o debate político na Assembleia da República. Estão neste caso a chamada reforma do Parlamento, a revisão constitucional no âmbito do processo de ratificação do Tratado de Maastricht e o Orçamento do Estado para 1993, tudo matérias que por certo preencherão a partir de hoje, dia de abertura dos trabalhos no Palácio de S. Bento, o calendário parlamentar até final do ano.

Introduzindo estes temas na abertura das Jornadas, Octávio Teixeira, Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, a todos eles se referiu de forma circunstanciada na intervenção inicial, dando a conhecer num primeiro comentário o essencial das posições da sua bancada.

No que respeita à reforma do Parlamento, de acordo com as conclusões entretanto apuradas durante as Jornadas, a posição da formação comunista vai no sentido de que as soluções impostas pelo PSD, diferentemente do que seria desejável, não têm por objectivos a melhoria da eficácia das funções legislativas e fiscalizadora da Assembleia da República, o aprofundamento do debate político parlamentar, a garantia do direitos da oposição e, muito menos, impedir a governamentalização deste órgão de soberania.

E a prova que assim é, como assinala o documento de conclusões, está no facto de a maioria querer impor a diminuição das sessões plenárias, visando deste modo restringir o debate político democrático e "resguardar o Governo e a sua acção do confronto de opiniões e de opções de políticas".

A este respeito, Octávio

Teixeira lembrou mesmo que, com um sistema como o que o PSD quer impor, a Assembleia da República "ficaria mais tolhida quanto ao exercício da função fiscalizadora, o Governo ficaria mais protegido da crítica e o Parlamento mais governamentalizado".

Mas não se ficam por aqui as críticas da formação comunista no capítulo da reforma do Parlamento. Inaceitável, do seu ponto de vista, é também o propósito já evidenciado pelo PSD de impedir a consagração da regra geral das sessões públicas das Comissões de Inquérito, opondo-se deste modo à transparência no seu funcionamento e assim poder continuar a "deturpar as respectivas conclusões".

Verberada pelos parlamentares comunistas foi ainda a declarada intenção do partido governamental de eliminar a Comissão de Petições e impor o aumento de mil para quatro mil do número de peticionários para que as petições sejam obrigatoriamente debatidas em plenário.

Em face disto, foi anunciado, que o Grupo Parlamentar comunista vai requerer a avocação pelo Plenário das medidas mais gravosas advogadas pelo PSD, em especial da norma que impõe a rotação de semanas de plenário e semanas de comissão, e da norma que quadruplica o número mínimo de cidadãos necessário para que a respectiva petição seja apreciada em plenário.

Quanto à Comissão de Revisão Constitucional, não é menor a preocupação da bancada comunista pelo curso dos seus trabalhos. Alvo de crítica é sobretudo o facto de o PSD e o PS prosseguirem o processo de revisão extraordinária "como se nada tivesse sucedido ou estivesse a acontecer, ignorando o significado profundo de acontecimentos como o referendo francês e o acentuado crescimento do número de cidadãos que na generalidade dos países comunitários, incluindo Portugal, se pronunciam contra o Tratado de Maastricht".

Escamoteando esta realidade, PSD e PS convergem assim em alterações de enorme gravidade para o povo português - e é neste aspecto que incidem justamente as críticas da bancada comunista -, alterações que se prendem designadamente com alienações de soberania e que retiram a Portugal, como referem as conclusões das Jornadas, "o direito exclusivo de emissão de moeda e de direcção superior da política económica e financeira nacional".

A oposição do PSD e do PS a "um efectivo e largo debate público que culmine com a realização de um referendo", através do qual os portugueses se pronunciem sobre o Tratado de Maastricht, foi igualmente objecto de duras críticas no decorrer das Jornadas do PCP, que não deixaram ainda sem reparo, por outro lado, a operação levada a cabo pelo PS no sentido de procurar desviar as atenções para outros aspectos da revisão constitucional, como o das competências da Assembleia da República, e desta forma tentar esconder os entendimentos que mantém com a maioria laranja em questões fulcrais.

"Sendo certo que a des-governamentalização das questões comunitárias e a garantia de uma maior intervenção da Assembleia constitui em si um objectivo justo, a verdade é que esse facto não evita a questão central das transferências de soberania explicitadas ou implícitas no Tratado de Maastricht,



A preparação da reabertura dos trabalhos parlamentares e a aprovação de novas iniciativas legislativas mobilizaram durante dois dias a atenção dos deputados comunistas

nem apaga as gravíssimas consequências que dessas transferências decorrem para a independência nacional", comentou a propósito Octávio Teixeira na abertura das Jornadas.

Neste quadro, de acordo com uma das decisões aprovadas nas Jornadas, o PCP apresentará em Plenário a proposta de aprovação de uma norma transitória que permita o referendo e bater-se-á pela sua aprovação e realização, previamente a qualquer alteração à Constituição ou a qualquer outro passo no processo de ratificação.

No que se refere ao Orçamento do Estado para 1993, segundo a apreciação feita no decorrer das Jornadas, a opinião é de que este está claramente marcado pelo "espírito" de Maastricht. Significa isto, por outras palavras, que nele perpassam como orientações centrais o acentu-

ar de uma política económica de cariz recessivo, a retracção das despesas com as funções sociais, a redução dos salários reais e o aumento da carga fiscal que incide sobre os trabalhadores por conta de outrem.

Assim, no âmbito da sua intervenção no processo orçamental, o Grupo Parlamentar decidiu fazê-la incidir, essencialmente, nas áreas da defesa dos legítimos direitos dos trabalhadores da Função Pública, da Educação, da Saúde, das prestações da Segurança Social e da Justiça Fiscal.

Decidido foi ainda combater a intenção do Governo de, mais uma vez, violar o disposto na Lei das Finanças Locais, usurpando ilegalmente uma parcela dos recursos financeiros a que os Municípios têm direito.

Saúde e Lei da Greve mobilizam atenções

A nova ofensiva do Governo no sentido da liquidação do Serviço Nacional de Saúde constituiu uma das matérias que concitou a atenção dos participantes nas Jornadas. Tendo em conta que as novas medidas anunciadas pelo Governo têm como resultado agravar ainda mais as dificuldades do acesso aos cuidados de saúde por parte dos portugueses com menores recursos, o Grupo Parlamentar do PCP anunciou que utilizará todos os meios disponíveis para combater esta iniciativa governamental e defender um Serviço Nacional de Saúde descentralizado e participado que garanta a todos os portugueses o acesso em igualdade de condições ao direito a saúde.

Assim, sem prejuízo de outras iniciativas, o Grupo Parlamentar do PCP irá

requerer ao Presidente da Assembleia da República a realização de um debate parlamentar sobre a problemática do Serviço Nacional de Saúde.

Também a Lei de Greve está longe de ser um assunto arrumado para a bancada do PCP. Atendendo a que o Tribunal Constitucional se considerou impedido de apreciar a inconstitucionalidade decorrente da falta de votação na especialidade de normas de alteração a Lei da Greve, o Grupo Parlamentar do PCP fez também saber que vai iniciar o processo de recolha das assinaturas necessárias para requerer a apreciação da inconstitucionalidade formal da Lei da Greve logo que a acta da sessão relativa à votação na especialidade esteja aprovada.

Iniciativas em todas as frentes

A aprovação de um conjunto de iniciativas legislativas capazes de responder a necessidades do País, não perdendo de vista simultaneamente a satisfação de muitos anseios dos portugueses, constituiu um dos pontos fortes da agenda que concitou a atenção dos deputados comunistas nestas suas Jornadas Parlamentares.

Assim, de acordo com a grelha de matérias aprovada nas Jornadas, vão ser apresentados na Mesa da Assembleia da República diplomas relacionados com o alargamento do acesso à prática da caça a todos os caçadores, a lei do enquadramento do desporto de alta competição, a educação pré-escolar, a concretização do processo de regionalização, a segurança dos cidadãos, a regularização extraordinária dos imigrantes, a lei sobre a orgânica dos serviços de apoio do Tribunal de Contas, o requerimento de urgência para agendamento do Projecto de Lei n.º 167/VI sobre higiene, segurança e saúde no trabalho.

Noutro plano, o Grupo analisou, «com

preocupação, a questão dos poderes da Assembleia da República».

Sobre este último ponto, «o Grupo constatou que tem havido uma crescente governamentalização das questões comunitárias, incluindo nos casos em que se decide a nível comunitário sobre matérias rigorosamente incluídas na competência do Parlamento».

O PCP, com vista a garantir a intervenção da AR nesses processos, apresentou o Projecto de Lei n.º 77/VI, cuja apreciação considera urgente.

Por último, os deputados do PCP referem-se à necessidade de transparência pública dos rendimentos dos titulares de cargos políticos. O Grupo Parlamentar desafia publicamente os deputados do PSD «a votar favoravelmente e sem mais demoras o Projecto de Lei n.º 177/VI do PCP que permite o acesso dos jornalistas às declarações de rendimentos dos titulares de cargos públicos, entregues no Tribunal Constitucional».

Pôr fim aos privilégios

"Passem das palavras aos actos!"

(...)

Sem nos deixarmos desviar das questões centrais que neste momento se colocam ao País e aos portugueses e às atrás referidas devem acrescentar-se, designadamente, as relativas às alterações à lei da greve, ao injusto aumento das propinas e à nova ofensiva do Governo contra o Serviço Nacional de Saúde, não deixaremos de nos posicionar e actuar de forma clara sobre algumas polémicas em curso.

Assim, não temos a mínima dúvida em pôr fim aos privilégios concedidos aos titulares de cargos políticos, incluindo os membros do Governo e os deputados, no que respeita às subvenções vitalícias e aos subsídios de reintegração.

Neste campo temos uma clara vantagem ética e política sobre todos os restantes grupos parlamentares: mantemo-nos coerentes com a posição que assumimos em 1985, quando fomos o único Partido a votar contra aqueles privilégios e a propor um projecto de lei para a sua eliminação.

Tal como estamos abertos à imposição por lei da publicidade das declarações de IRS. Não apenas dos responsáveis dos partidos políticos mas ainda de todos os titulares de cargos políticos, designadamente dos membros do Governo e dos deputados. E, neste âmbito, esperamos que agora o grupo parlamentar do Primeiro-Ministro aprove o nosso Projecto de Lei n.º 117/VI, que reforça o controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos, já que até agora o PSD o tem mantido congelado nas gavetas de uma Comissão.

Sustentados na nossa coerência e prática políticas, temos o legítimo direito de desafiar os polemizantes a darem provas da sua boa-fé e a passarem das palavras aos actos.

(...)

(Octávio Teixeira, na declaração de abertura das Jornadas)

TRABALHADORES

Função Pública

Garantias e melhores salários

— reclamam os sindicatos

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública condenou recentemente a política salarial do Governo e defendeu aumentos salariais «na ordem dos 12 por cento para 1993». A FNSFP, que considera «ridícula» a proposta governamental de 4,5 por cento, acrescentou num documento de 29 de Setembro que os aumentos propostos pelos sindicatos devem ser acompanhados de «claras garantias de participação sindical em todos os processos de extinção ou reestruturação orgânica de serviços».

Conforme se sabe, esses processos anunciam mais reduções de postos de trabalho ou «alteração na situação de emprego dos respectivos trabalhadores».

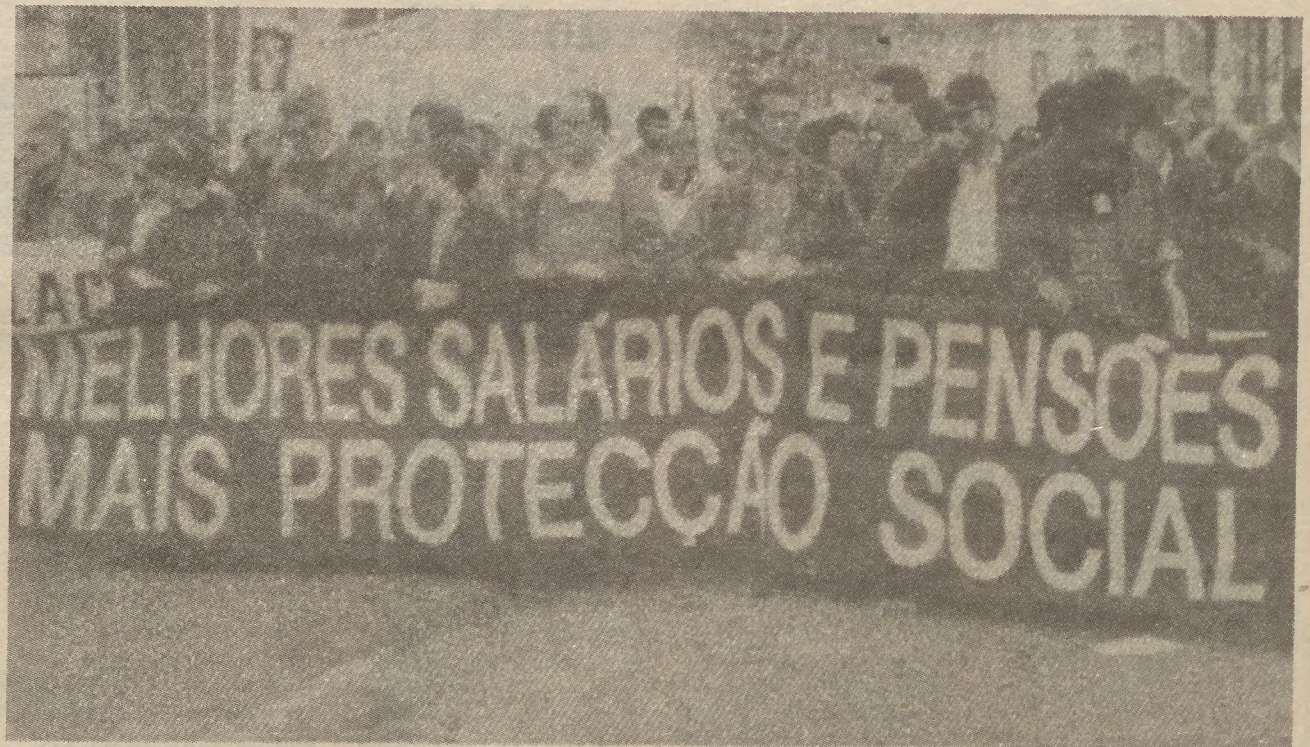
Ao reafirmar a «condenação da política salarial do Governo», a FNSFP, através da sua Comissão Executiva, critica afirmações recentes do ministro das Finanças, segundo as quais a «reestruturação da Administração Pública» tem motivos «meramente orçamentais».

Para a Federação sindical a reestruturação dos serviços

públicos deve surgir na «sequência de uma estratégia global, centrada na melhoria» desses serviços prestados à população.

A grande aposta do Governo

Segundo o ministro Braga de Macedo, a reestruturação do sector da Administração Pública é «a grande aposta do Governo para o próximo ano». Mas a «eleição das despesas com pessoal, como instrumento privilegiado para a contenção



A CGTP-IN reafirma que o baixo nível salarial não permite condições de vida dignas

orçamental, é apresentada de uma forma profundamente injusta e distorcida», sublinha a FNSFP.

A verdade, destaca a Federação, «é que nos últimos 15 anos (entre 1977 e 1992), as despesas de funcionamento dos serviços passaram de 47 por cento para 38 por cento do total das despesas correntes, e as despesas com pessoal de 44 para 31 por cento».

De resto, «é reconhecido, tanto a nível nacional como internacional, que não há pessoal a mais na Função Pública» e que Portugal tem, além disso, «uma das mais baixas percentagens de funcionários da Europa», dos mais mal pagos da Comunidade Europeia».

A Comissão Executiva da FNSFP — a mais representativa das organizações do sector — contesta a afirmação do ministro, segundo a qual a lei dos disponíveis foi «amplamente discutida pelos sindicatos».

A Federação corrige a afirmação de Braga de Macedo acrescentando que essa lei foi rejeitada por todos os sindicatos. Mas, apesar disso, o Governo insiste na sua aprovação.

Por outro lado, o ministro prevê programas de «reestru-

turação», que considera «indissociável da sua política de contenção salarial» (4,5 por cento), e que serão aplicáveis a todos os ministérios.

Para Braga de Macedo, «sem o apoio dos sindicatos, não é possível aplicar essas medidas». Esquece porém que, em alguns desses ministérios, esses programas já estão a avançar e noutros estão já em adiantada fase de elaboração, «sem que tenha havido qualquer participação dos sindicatos» — refere a FNSFP,

Por que é ridícula a proposta dos 4,5

A FNSFP repete:

«Ridícula, porque assenta em previsões de inflação sem qualquer credibilidade, sendo oportuno recordar que nos últimos seis anos se registou sempre um considerável desvio entre os referenciais previstos pelo Governo e a inflação efectivamente verificada (o que irá suceder novamente em 1992, com uma previsão entre 8 e 9 por cento, e uma inflação que, com o índice da habitação, rondará os 10 por cento);

«Ridícula, porque o Governo não quer considerar o adicional de 2 por cento aprovado este ano, nos aumentos para 1993, o que significa que, sem os aumentos de 2 por cento propostos, a proposta passa de 4,5 para 2,6 por cento;

«Ridícula, porque vai acentuar a distância já existente em relação aos salários das funções públicas da Europa, e que já em 1991 era particularmente grave: quan-

to aos salários mínimos — cinco vezes abaixo dos da Alemanha ou do Luxemburgo; e quanto aos salários máximos, chega ao

cúmulo de um técnico superior assessor português, em fim de carreira, ganhar menos que um servente alemão ou luxemburguês!»

Redução na Morgue

A redução da actividade normal na Morgue (Instituto de Medicina Legal de Lisboa — IMLL), a partir de segunda-feira passada, foi «a nova forma de luta» adoptada pelos técnicos de tanatologia e toxicologia, depois de uma greve de quatro dias que impediu a realização de qualquer autópsia.

Fonte sindical disse à Lusa em 9 do corrente que, perante o silêncio do Ministério da Justiça, que superintende naquele organismo, os funcionários do IMLL continuarão a exigir um subsídio de risco — motivo da convocação da greve.

Segundo a Lusa, que ouviu sobre o assunto João Manuel, da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, os dez técnicos de tanatologia e os sete de toxicologia, que no sábado se reuniram no STFPASA, «vão apenas cumprir estritamente as funções que lhes são destinadas».

O dirigente sindical acrescentou que, até agora, os médicos legistas faziam cinco ou seis autópsias por dia, auxiliados pelos técnicos, mas com esta decisão de reduzir a actividade «farão apenas duas ou três».

Os técnicos paramédicos de tanatologia abrem e fecham os corpos que dão entrada na Morgue. Aos toxicologistas compete examinar os órgãos, em apoio ao trabalho dos médicos.

«Por necessidade de serviço e pela falta de médicos, os técnicos ajudavam mais nas autópsias», disse ainda o mesmo dirigente sindical.

Os técnicos consideram a sua profissão «perigosa e de alto risco», devido ao contacto directo com os cadáveres, que podem estar contaminados com doenças infectocontagiosas.

O Sindicato STFPASA acusou o Ministério da Justiça de ter tentado, durante a greve, obrigar os técnicos a cumprir mais que os serviços mínimos. Nesse sentido, emitiu ordens de serviço e despachos. Mas nos quatro dias de paralisação, que terminaram sábado, a maioria dos cadáveres na Morgue (17) foi dispensada de autópsias. Os restantes corpos foram entregues às famílias, o que, segundo fonte citada pela Lusa, não é de forma nenhuma «actuação corrente, normal».

Admitida a greve

Os sindicatos dos trabalhadores da Administração Pública, afectos tanto à CGTP como à UGT, admitiram segunda-feira a convocação de uma greve, se o Governo mantiver as suas propostas de revisão salarial para 1993 entre os 4,5 e os 5,5 por cento. Para antontem, terça-feira, estava marcada uma reunião das organizações sindicais com a secretária de Estado do Orçamento, Manuela Leite. Mas, em declarações à Lusa, os sindicatos do sector não previam «nada de bom» como resultado desse encontro — o primeiro «a sério» para as negociações salariais de 1993.

Greves na Saúde e na Inspeção Económica

A maioria dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) dos Centros de Saúde do Algarve não abriu no sábado, devido à greve convocada pelo Sindicato dos Médicos do Sul. No mesmo dia, reunidos em plenário em Lisboa, os trabalhadores da Direcção-Geral de Inspeção Económica optaram pela greve em 29 e 30 do corrente, se até lá o Governo não iniciar negociações com o Sindicato.

Os trabalhadores da DGIE pretendem negociar a lei orgânica. Se esta reivindicação já antiga não for atendida, o pessoal iniciará, depois

de amanhã, uma greve às horas extraordinárias.

Um elemento da Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) disse à Lusa que o Governo tenciona aprovar em breve o diploma da lei orgânica, «sem ter discutido ou negociado com as estruturas sindicais».

A falta de pagamento de remunerações especiais por trabalho prestado aos sábados e domingos obrigou os médicos a recorrer à greve no passado fim-de-semana nos SAP de Tavira, Olhão,

São Brás de Alportel, Silves, Lagos e Portimão, que estavam no sábado, segundo a Lusa, paralisados a 100 por cento, enquanto que, «por ter havido má interpretação do pré-aviso de greve» (fonte sindical), os SAP de Vila Real de Santo António e Monchique se encontravam em funcionamento.

A mesma fonte do Sindicato dos Médicos da Zona Sul garantia à Lusa que os médicos dos dois estabelecimentos que não pararam o fariam no domingo. Em Faro, os SAP funcionaram a 50 por cento.

O pessoal administrativo aderiu à greve.

Estabelecimentos das FA

Pedida a intervenção do Presidente da República

Reunida quinta-feira passada, a Comissão Executiva do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (STEFFAS) decidiu solicitar a intervenção do Presidente da República para conseguir «a uniformização da percentagem dos aumentos salariais do ano em curso». O STEFFAS, que considera o sector «discriminado» em relação aos restantes trabalhadores

da Função Pública, decidiu também «reforçar o pedido de audiência ao Primeiro-Ministro», «equacionando a eventual intervenção do Provedor de Justiça», visto que «ainda não foi respeitado» o anúncio feito por Cavaco Silva, segundo o qual «nenhum trabalhador da Administração Pública receberá (receberia) ganhos salariais (aumentos) inferiores a 10 por cento no ano de 1992».

«Reforma Arlindo»

Um sistema de Saúde tendencialmente onerado

Uma pequena parte da população vai ter acesso gratuito à Saúde. É uma violação do famigerado «tendencialmente gratuito» da Constituição sobre o Serviço Nacional de Saúde português e é a base filosófica do que foi aprovado a semana passada em Conselho de Ministros: a introdução de um sistema de Saúde em Portugal onde o Estado se liberta de responsabilidades e os cidadãos pagam mais.

Que é óbvio que a saúde em Portugal tem de mudar todos estão de acordo. Para o que o ministro Arlindo de Carvalho quer, já poucos o estarão. Dois diplomas estarão para sair sem que ninguém saiba ainda exactamente o que irão trazer no concreto: uma Lei orgânica do Ministério da Saúde e um Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

Das linhas gerais anunciadas sabe-se que o articulado dessas leis poderá incluir noções vagas como a introdução do agravamento dos preços a pagar pelos utentes nos «cuidados prestados» de saúde - o que pode ser tudo (exames, análises, consultas, etc) o que faria muitos de nós «terem saudades» das actuais taxas moderadoras. Por outro lado é introduzido um critério de pagamento desses «cuidados» que teria em conta «as situações económicas e sociais» dos utentes - provavelmente em função dos rendimentos declarados no IRS.

Não tarda iremos ouvir a este respeito os mesmo argumentos que já ouvimos em relação ao aumento das propinas sobre a «injustiça» dos que menos ganham pagarem o mesmo que os outros quando, obviamente, essa justiça deveria reflectir-se no pagamento de impostos e não num serviço que o Estado deveria assegurar gratuitamente e com qualidade para todos.

Do pouco que se sabe sobre esta reforma do sistema de saúde, há uma outra conclusão a retirar: vai proceder-se à governamentalização de todo o sistema, na linha do que já vinha sendo feito quando o Governo decidiu passar a nomear gestores para os hospitais e para as Administrações Regionais de Saúde (ARS). São extintas as comissões inter-hospitalares de Lisboa,

Porto e Coimbra e diversos serviços são fundidos. Uma reestruturação de serviços que à primeira vista poderia ser positiva, mas que tem por detrás outros objectivos.

Será criada uma Direcção-Geral de Saúde, que substituirá a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários e a Direcção-Geral dos Hospitais. Por outro lado aparecerá, caso tudo isto venha a ser concretizado, um Instituto Nacional do Medicamento que substitui a Direcção-Geral dos Assuntos Farmacêuticos e o Centro de Estudos do Medicamento. Tudo sobre controlo directo do ministro da Saúde, que nomeará directamente os responsáveis. A redução drástica do número Administrações Regionais de Saúde (parece que de 18 passam para cinco) é outra das mudanças anunciadas, o que vem na linha de outras medidas do Governo que visam criar condições orgânicas para vir a impor na prática uma Regionalização a seu modo, sem discussão, contra a vontade em tantos pontos do país já manifestada por autarquias e outras entidades locais.

Outra novidade a introduzir será a gestão privada dos serviços do SNS, sob o argumento de que será uma forma mais eficiente e racional de aproveitamento dos recursos existentes. Bem, o Governo tratou de extinguir a gestão democrática dos hospitais e nomeou gestores da sua confiança que intervieram no sentido de desacreditar o sistema público. O dinheiro sempre faltou. Agora admite-se subsidiar a gestão privada... Para o pessoal que trabalha na saúde pública, a quem se diz que se garantirá o vínculo à Função Pública mesmo trabalhando para a tal gestão privada, há questões ainda por esclarecer: como manter

o actual estatuto remuneratório e regalias sociais que anos de luta conquistaram, sob um patronato que tudo fará para os destruir? Como garantir que um dia a gestão privada não diga que tem trabalhadores a mais e então venha a acontecer o despedimento ou a passagem ao quadro de excedentes?

Muitas outras surpresas desagradáveis estão escondidas atrás desta «Reforma Arlindo». O tempo as mostrará.

■ PT

Actuação inconstitucional

O Governo apresentou publicamente as suas ideias de reestruturação do sistema de saúde em Portugal, falando daquilo que apresenta como hipotéticas evoluções positivas do sector, mas, curiosamente, furtando-se a todo e qualquer tipo de debate que pudesse retaliar essas afirmações.

Aliás, o segredo parece ser a alma deste negócio com a Saúde, criando uma situação que se pode considerar de inconstitucionalidade, já que as estruturas que legalmente deveriam ser ouvidas sobre este tema, ou foram ignoradas ou foram sujeitas a um simulacro de auscultação.

O processo foi de tal ordem que nem o mais básico foi feito: é que o próprio Conselho Económico e Social (estrutura recém-criada que substitui o Conselho Permanente de Concertação Social) se viu obrigado a aprovar uma deliberação no sentido de suscitar junto do Governo a apreciação por parte daquele Conselho, do novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A CGTP-Intersindical manifestou-se já «frontalmente contra» a reforma do sistema de saúde aprovada no Conselho de Ministros e acusou o executivo de Cavaco Silva de lhe ter solicitado um parecer (obrigatório constitucionalmente) apenas num prazo de dois dias, o que na prática não é mais que um simulacro de consulta aos representantes dos trabalhadores.

Para a CGTP a medida aprovada há oito dias pelo Conselho de Ministros levará a «uma fortíssima restrição no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde» já que «a filosofia do Governo é a de que quem tiver dinheiro pode comprar cuidados de saúde,

quem não o tiver fica condenado à doença».

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusou também o Governo de violar a Lei e fazer «tábua rasa da Constituição» ao definir um novo Serviço Nacional de Saúde sem antes ter feito uma consulta prévia a esta Federação que representa cerca de 55 mil trabalhadores do total de 100 mil do sector da saúde.

A Federação dos Sindicatos da Função Pública lembra que um novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde é um documento que, devido ao seu âmbito e alcance, inevitavelmente contém matéria susceptível de consulta às estruturas representativas dos trabalhadores, nos termos da actual Lei da Negociação Colectiva.

Estas as razões para a Federação afirmar que se o Governo persistir nos seus intentos, «avançará com o respectivo pedido de verificação de constitucionalidade do diploma assim que este for publicado», tal como já sucedeu anteriormente noutros casos e que «acontecerá sempre que surja a iniciativa de extinguir ou reestruturar serviços, à margem do estipulado na Lei no que ela se refere à consulta e participação das organizações representativas dos trabalhadores».

Finalmente registre-se a posição do socialista e antigo ministro da Saúde, António Arnaut, que se insurgiu contra as alterações anunciadas, exortando à constituição de um «amplo movimento de protesto» contra o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde, por considerar que elas «traduzem uma liberalização selvagem do SNS, como forma de alijar a responsabilidade do Estado».

formação da Saúde numa área de desenfreado negociamento.

Depois da ampliação e encarecimento das taxas moderadoras, da sensível redução da comparticipação do Estado nos medicamentos, as principais orientações agora anunciadas acentuam o carácter desumano e socialmente irresponsável da política de Saúde do Governo.

Há pois boas e urgentes razões para que a defesa do direito à Saúde se converta num grande movimento de luta e de protesto. 8.10.92

PCP O direito à saúde

No próprio dia em que o Conselho de Ministros anunciava as alterações ao Serviço de Saúde, o PCP tomou posição através de uma nota do Gabinete de Imprensa que reproduzimos:

A confirmarem-se as linhas de orientação que a imprensa de hoje anunciava relativamente às decisões do Conselho de Ministros, tratar-se-á de um novo e gravoso passo na escalada governamental contra o direito à Saúde, em manifesto prejuízo de interesses essenciais dos cidadãos e ao serviço da trans-

A ilusão do Seguro de Saúde

Uma das novidades anunciadas na reestruturação do Serviço Nacional de Saúde foi a entusiasmada defesa feita pelo ministro Arlindo de Carvalho em torno da introdução, no sistema, de seguros de saúde que ainda ninguém explicou como é que realmente irão funcionar. Há no entanto dois dados decisivos: uma companhia de seguros procura o lucro, não subsidia ninguém, e para se ter um seguro que cubra a totalidade das despesas com a saúde, é preciso bastante mais dinheiro do que à primeira vista se possa pensar.

Do que se conhece do projecto do Governo, haverá dois tipos de seguros, uns a cobrir parcialmente certo tipo de despesas com a saúde, outros para cobrir a totalidade. Um estudo feito pelo próprio Ministério da Saúde, citado pelo semanário «Expresso», chega à conclusão que somente 15 a 20 por cento dos portugueses terão possibilidade económica para subscrever um dos seguros de doença previstos pela reforma.

Como é lógico as companhias de seguros aceitam somente os utentes que entendem, a não ser que haja qualquer tipo de regulamentação (o que até agora é desconhecido) que obrigue as companhias a aceitar, por determinados preços, todos os casos que lhes apareçam - o que a suceder contrariaria toda a filosofia até agora seguida pelo Governo.

Assim é mais que certo que doentes crónicos de maior gravidade ou indivíduos com doenças de alto risco (cancro, sida, etc.), serão recusados com toda certeza pelas companhias de seguros ou terão de pagar valores muito elevados.

A legislação relativa ao Seguro de Saúde não foi ainda aprovada, estando tudo por definir, havendo dúvidas se estará assegurado o acesso a todo o tipo de serviços de saúde ou se o sistema não está dependente de acordos entretanto estabelecidos entre as companhias e as diversas clínicas, hospitais, centros de saúde, etc.

Finalmente fala-se da dedução nos impostos do dinheiro gasto com os seguros (num limite até 25 contos, segundo afirmou o ministro à imprensa) o que na prática é tirar dinheiro ao Estado (que o deveria investir no sector) para o entregar às companhias de seguros (que investem onde entenderem).

Ainda por cima, feitas bem as contas, os cidadãos vão ter mais despesas com a saúde enquanto o Estado se livra de responsabilidades.

Médicos e enfermeiros contra Governo

Médicos e enfermeiros estão contra a reestruturação do sistema de saúde português nos moldes que o Governo pretende aplicar. No próprio dia em que após o Conselho de Ministros de quinta-feira passada, o ministro Arlindo Carvalho anunciava as alterações ao Serviço Nacional de Saúde, a Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos acusou o Executivo de violar «as leis do país, não respeitando a obrigatoriedade de audição prévia da Ordem dos Médicos nesta matéria».

Afirmando que as organizações representativas dos trabalhadores envolvidos não foram ouvidas, contrariamente ao que «despudoradamente» se afirma no preâmbulo do documento saído do Conselho de Ministros, aquela secção da Ordem dos Médicos afirma mesmo rejeitar «na generalidade o espírito e a letra do referido documento».

O comunicado refere que a Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos «considera desde já justificadas todas as medidas que a classe médica venha a assumir».

O bastonário da Ordem dos Médicos, Machado Macedo, diria também em declarações à imprensa que «a Ordem não foi vista nem achada no processo».

A Secção Regional do Centro da Ordem decidiu ir propor ao Conselho Nacional Executivo a realização de uma consulta às estruturas da própria Ordem dos Médicos e aos sindicatos representativos da classe. O presidente daquela secção, Santana Maia, candi-

dato ao lugar de bastonário, diria à imprensa que a proposta visa obter uma «resposta concertada» sobre o diploma governamental.

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) acusa o Governo de destruir «por completo» o direito à saúde das populações caminhando-se, segundo declarações do dirigente da FNAM, Mário Jorge, para «a filosofia do totalmente pago» contrariando a Constituição que fala num serviço de saúde tendencialmente gratuito.

De acordo com Mário Jorge, Portugal já era o país da CEE com um SNS onde o Estado cobria a menor fatia das despesas com a saúde (53 por cento) e para o médico-sindicalista «com este diploma, o Governo pretende que o Estado não participe em nada nas despesas de saúde». Também a FNAM não foi ouvida neste processo.

Igualmente o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) fala num «simulacro de respeito pela Constituição» já que na prática o Ministério deu um prazo de 24 horas para que o SIM se pronunciasse sobre a reestruturação do Serviço Nacional de Saúde.

Também o Sindicato dos Médicos da Zona Centro e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (num comunicado onde se diz que «a saúde deixa de ser um direito do cidadão e passa a ser mais um bem de consumo a adquirir no mercado») condenaram a proposta do Governo, assim como a Associação Portuguesa de Deficientes.

Iniciativas da ORP contra Maastricht

Indo ao encontro dos sentimentos e do interesse do Povo português e do nosso país, a ORP do PCP, promoveu na semana passada diversas iniciativas com vista a um maior e melhor esclarecimento das populações do distrito do Porto sobre os inconvenientes e implicações do Tratado de Maastricht, que o Governo PSD/Cavaco se propõe ratificar sem um debate público e referendo nacional ocultando assim aos portugueses as consequências que advêm para o nosso país com tal atitude.

Das iniciativas em causa, é de destacar a efectuada na baixa portuense, em que participaram vários dirigentes da ORC, da ORP, e do Comité Central, com a distribuição pública de documentos e recolha de assinaturas, tendo-se verificado uma boa adesão das populações contactadas, à iniciativa do PCP.

É de destacar também o debate público promovido pela Concelhia de Vila do Conde, no Convento do Carmo, que contou com a

Portugal

de progresso e justiça
numa Europa
de paz
e cooperação.

SIM

Maastricht Não!

Partido Comunista Português

presença de **Joaquim Miranda**, deputado do Parlamento Europeu, e **Ilda Figueiredo**, membro da DORP, com uma audiência de 70 pessoas das mais diversas correntes ideológicas.

Após uma introdução inicial de Joaquim Miranda sobre as várias vertentes do Tratado, travou-se vivo debate sobre questões de soberania e identidades nacionais, economia, cultura, defesa e outras.

Na sequência das questões levantadas quanto às impli-

cações sobre o desenvolvimento regional interveio Ilda Figueiredo que não deixou de referir os problemas que afectam a indústria do Vale do Ave e a própria poluição do rio Ave que desagua em Vila do Conde.

Por isso defendeu que Vila do Conde fizesse também parte da OID (Operação Integrada de Desenvolvimento) do Vale do Ave.

Foi um debate vivo que interessou a assistência e onde se tornaram mais claras as razões que nos levam a defender o referendo e o não a Maastricht.

Por último, refira-se que Joaquim Miranda deu uma entrevista em directo a uma rádio local de Vila do Conde e ele e Ilda Figueiredo a uma rádio local da Póvoa de Varzim.

Também à porta da empresa e em diversos concelhos do distrito do Porto, tiveram lugar idênticas iniciativas (distribuição de documentos e recolha de assinaturas) igualmente com boa adesão das populações.

Porto, eurometrópole?

■ Maria Eduarda Castro

Hoje, ao acordar, fui obrigada a dar-me conta que estava numa «Eurometrópole». Ainda ontem tinha adormecido no Porto... Era a voz do presidente da Câmara que o anunciava nos altifalantes de uma rádio que deveria ser local se não fosse já mais nacional (do litoral, é claro) do que local. Saí de casa e dei de caras com o moderno e poluidor placard camarário (ou será de um privado que paga à Câmara?) que anunciava que o Porto era uma eurometrópole, a par de outras tantas (lembro-me de Bordéus e Milão).

Aquelas parcerias pretenderiam dar-nos a ideia de que o desenvolvimento era o mesmo? De que bastava pertencermos ao mesmo clube para que a qualidade de vida fosse a mesma? E, mesmo que fosse (e bem sabemos que não é), não protestam já outras cidades contra o absurdo desenvolvimento metropolitano, absurdo pelo desequilíbrio com as periferias dentro dos próprios países e absurdo pelo que gera dentro das próprias cidades.

Ainda ontem à noite, numa reunião de trabalho para a concretização de uma homenagem a uma cidadã desta nossa cidade, cujo nome a Câmara até atribuiu, por unanimidade, a uma praca, por sugestão do MDM e a solicitação da Comissão Promotora da iniciativa, fiquei a saber que a edilidade tinha, porém, negado qualquer verba de apoio para tal iniciativa.

Cidadã do Porto, eurometrópole ou não,

não pude deixar de me indignar ao pensar nos milhares de contos para o monumento ao empresário, por exemplo.

É a indignação que me leva a transmitir o que sinto. E o que sinto é que «o rei vai nu». O espectáculo, o marketing, falamos (ou melhor, matraqueiam-nos) com operações megalómanas de metro de superfície, de televisão de alta definição. Na realidade, a população do Porto continua a aguentar hoje as filas e o inferno dos transportes públicos e, mesmo os mais felizes, que têm carro próprio, desesperam-se com os pavimentos das ruas todos levantados para «servir amanhã» (será no dia das eleições?).

Na realidade, no quotidiano, a população do Porto continua mal alojada, sem espaços culturais abertos, as colectividades a resistirem estoicamente ao estrangulamento económico e financeiro.

Na realidade, a população do Porto continua sem infantários acessíveis onde possa deixar com tranquilidade os seus filhos e corre, cada dia mais, num stress angustiante a par dos outros, normalmente idosos, a quem o tempo sobra sempre e a angústia é a da inutilidade.

Senhor presidente, o que tem sido o seu mandato? O que quer fazer da nossa cidade? O Porto para os portuenses, para os habitantes, ou o Porto para a Europa, uma Europa que cada vez menos se percebe o que é e o que quer ser, ou que cada vez mais se vai percebendo...

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL GONÇALVES

Faleceu, no sábado passado, o camarada Manuel dos Santos Gonçalves, funcionário do Partido. De origem camponesa, nascido em Vale de Vargo, Serpa, em 1926, o camarada aderiu ao PCP em 1947, com a tarefa de distribuição de materiais clandestinos, tendo servido de apoio aos camaradas funcionários até 1954. Foi um dos impulsionadores da organização do MUD Juvenil em Vale de Vargo. Em Novembro de 1954, como funcionário do Partido, ficou ligado ao seu aparelho técnico de distribuição de imprensa em todo o país. Preço em Julho de 1959 em Lisboa, e levado para o Porto, pela PIDE, evade-se, seis meses depois, com Diniz Miranda, da cadeia de Paços de Ferreira, voltando à clandestinidade com a tarefa de tipografias. Preso de novo pela Pide em 1967, levado para Caxias e condenado a 5 anos e 3 meses e medidas de segurança — pena quase toda cumprida em Peniche — saiu em 1972. A partir de 1974 e até ao seu falecimento, Manuel Gonçalves, que era muito estimado por todos os seus camaradas, voltou ao quadro de funcionários do PCP, em tarefa de apoio técnico na sede central do Partido.

MANUEL EUGÉNIO

Faleceu, no passado dia 30 de Setembro, o camarada Manuel Ramalho Eugénio. Natural de Pias, o camarada era membro do Partido desde 1949, e a sua actividade esteve sempre ligada à luta dos trabalhadores e do povo, tendo sido membro da Direcção da UCP «Esquerda Vencerá». A morte súbita do Manuel Pedro, como era conhecido na sua terra, causou grande mágoa aos trabalhadores e ao povo da Freguesia, onde gozava de grande prestígio.

JOAQUIM ANTÓNIO

Com 90 anos de idade, faleceu o camarada Joaquim António, motorista, natural e residente em Torres Vedras. O camarada foi, até há pouco, muito activo na organização do concelho.

MÁRIO RIBEIRO

Faleceu, recentemente, o camarada Mário Humberto Ribeiro. Comerciante em Setúbal, pertencendo à organização dos comerciantes do concelho. O camarada tinha 66 anos de idade.

JOAQUIM MELO

Antigo operário da IMA, faleceu o camarada Joaquim Silva Melo, de Setúbal. Este camarada trabalhava ultimamente na Cooperativa dos Trabalhadores de Setúbal — COOTSET — em cuja célula do PCP estava organizado. Era muito conhecido e estimado no concelho.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Sinais de crise nas empresas de Águeda

A Comissão Concelhia de Águeda do Partido Comunista Português, recentemente reunida, analisou a situação política nacional e internacional, com particular relevo para o Tratado de Maastricht, sendo opinião daquele órgão que o Tratado, se for ratificado por Portugal, aliena partes importantes da nossa soberania à revelia de todas as lutas travadas pelos portugueses ao longo da história em prol da independência do País.

Aquele órgão directivo do PCP debruçou-se em seguida sobre a situação laboral no concelho, tendo concluído

que a mesma é preocupante na medida em que é crescente o número de empresas que apresentam sinais de crise não só no sector têxtil como ainda nos subsectores de duas rodas e ferragens, sendo cada vez mais as firmas importantes em situação difícil, temendo-se que esta desemboque em despedimentos em massa e no conseqüente lançar de trabalhadores para o desemprego. São responsáveis por esta realidade a concorrência dos produtos similares vindos do estrangeiro em resultado da integração de Portugal na CEE, a política do Governo PSD/Cavaco Silva do «tudo vai bem» escondendo as

mazelas da nossa economia e, em alguns casos, a prática de graves irregularidades de gestão transferindo capitais de umas unidades fabris para outras ou mesmo para o património privado dos patrões.

A CC de Águeda do PCP analisou ainda as carências sentidas pelos munícipes no dia-a-dia, em especial a falta de água e o estado em que se encontram as estradas do concelho, condenando uma certa política de «grandes obras», necessárias é certo, mas que têm servido para iludir as populações acerca da resolução de problemas primários e de baixo custo

económico, os quais não têm sido resolvidos por falta de bom senso e brio autárquico de quem há mais de uma década é responsável pela gestão da Câmara Municipal de Águeda. É que, afinal, Águeda-concelho não é só indústrias e ostentação, Águeda-concelho também é Povo.

Por fim, com vista à preparação do XIV Congresso do PCP que terá lugar nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro de 1992 em Almada, o elenco directivo local dos comunistas agendou já as diversas assembleias de militantes que irão ter lugar para discussão das teses e eleição de delegados.

Romagem à campa de António Russo

A Comissão de Freguesia de Anta (Espinho), promove no próximo domingo, dia 18, uma romagem à campa de António Gomes da Silva «Russo». A concentração é no Largo do Souto de Anta, às 11 horas da manhã.

António Russo foi militante comunista e lutador antifascista de longa data. No seu combate pela liberdade e dignidade humanas sofreu as prisões e a tortura do fascismo e participou depois no processo desencadeado pelo 25 de Abril.

Programa e Estatutos em debate em Montemor

No quadro da preparação do XIV Congresso do Partido, realizou-se no passado dia 2 de Outubro na cidade de Montemor, promovido pelo C. Local, um debate sobre as propostas de alterações ao programa e estatutos do Partido e a situação política actual. Participaram mais de uma centena de camaradas e amigos do Partido, que colocaram um vasto conjunto de perguntas, preocupações e sugestões. A participar no debate estava, além de camaradas responsáveis locais, o camarada Domingos Lopes, membro do Comité Central, que fez uma intervenção sobre o papel do Partido hoje e perspectivas de futuro, enquadrando a situação política, após a qual foi colocado um conjunto muito

vasto de questões, relativas à unidade do Partido, à campanha contra o Partido que se desenvolve à anos, ao funcionamento da organização e outros problemas relacionados com o Partido. Foram ainda colocados problemas relacionados com a lei da caça, a situação dos reformados e muitos outros.

Foi uma iniciativa que mobilizou muitos militantes, mas também simpatizantes do Partido que responderam afirmativamente ao convite efectuado.

Na Organização Concelhia do Partido, estão previstas cerca de duas dezenas de iniciativas, para discutir os documentos e eleger os delegados ao XIV Congresso.

Agrava-se a situação social no distrito de Coimbra

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, que reuniu no passado dia 10 de Outubro, tendo efectuado um balanço às principais tarefas em curso nas organizações e debatido e aprovado o calendário das iniciativas e reuniões de preparação do próximo Congresso do Partido, analisou também a situação económica e social no distrito, cujo agravamento constatou, como refere a Nota publicada na mesma data:

«As informações provenientes das diversas organizações permitem concluir que a situação social na região se continua a agravar, como consequência da ofensiva legislativa do Governo PSD contra os direitos dos trabalhadores e também como resultado da sua política de incontrolado liberalismo económico onde avulta, entre outros traços, a grave e crescente desresponsabilização do Estado em áreas sociais da maior importância.

«Continuam a verificar-se, designadamente nos sectores cerâmico, metalúrgico, têxtil, ferroviário e das celulosas, os escandalosos fenómenos dos salários em atraso, a par de despedimen-

tos, de outras reduções mais ou menos compulsivas de postos de trabalho (reformas antecipadas, despedimentos sob a capa do chamado «mútuo acordo»), etc., da introdução de métodos de selectividade, discriminação e mesmo despedimento com base em prémios e critérios de produtividade exigentíssimos e do arbitrário impedimento do exercício de direitos e liberdades sindicais (Cimpor, Ceriart, Estaco, Sociedade de Porcelanas, Celbi, Soporcel, Carvalho e Sobrinho, Unitefi, EDP e CP).

«Estão a decorrer de forma excessiva e desnecessariamente morosa — com todas as consequências nega-

tivas para os trabalhadores que, ao fim de alguns meses no desemprego, se vêem compelidos a procurar outros postos de trabalho — os processos de viabilização de algumas empresas em situação económica difícil (Mondorel, Colsi, Ideal).

«Num distrito onde, lamentavelmente, muitas empresas têm sido desmanteladas e extintas nos últimos anos, surgem indícios de que estão em perspectiva novos encerramentos de importantes unidades produtivas ou de parte delas (Triunfo, Matadouro da Figueira da Foz, Galo-Mecânica, também na Figueira da Foz).

«A situação dos agricultores no nosso distrito agravou-se extremamente com a implementação da nova PAC, com produções, como a batata e o vinho a serem vendidas a preço baixíssimo (sem que isso se traduza num benefício para os consumidores) e com enormes dificuldades de escoamen-

to). O novo projecto-de-lei de roubo dos Baldios aos povos — proposto na Assembleia da República pelo PSD e obtendo recentemente, em Comissão Parlamentar, acordo do PS nas questões fundamentais — é um atentado às comunidades locais e põe em risco as suas economias.

«Na Figueira da Foz, o sector das pescas, e em particular o da pesca da sardinha, atravessa uma profunda crise com graves reflexos já verificados nos rendimentos e nas condições de vida dos pescadores.

«A par deste quadro, e demonstrando-se também assim o desrespeito do Estado por direitos fundamentais dos trabalhadores, os serviços do Tribunal do Trabalho desta cidade mantêm-se incompreensivelmente em funcionamento num edifício totalmente em obras, donde decorrem sistemáticos adiamentos «sine die» dos julgamentos e de juntas médicas ou a sua realização sem um mínimo de condições de

higiene e de dignidade.»

A Nota da DORC refere-se ainda à política de saúde do Governo, que «está a ter no distrito de Coimbra expressões particularmente agudas, de que são exemplos as situações dos HUC e dos CHC, onde centenas de milhares de contos estão em dívida aos fornecedores, e a trabalhadores», sublinhando mais adiante que «nos hospitais da Figueira da Foz e de Cantanhede o desenvolvimento deste processo está próximo da situação de ruptura no funcionamento de alguns dos seus serviços».

A DORC alerta, entretanto, todos os trabalhadores do distrito para o grave significado e alcance da lei contra o direito à greve, exortando os comunistas a darem «o seu empenhado contributo para o reforço e desenvolvimento da luta unitária a travar contra a sua aplicação. O documento publicado chama também a atenção para «a luta que os estudantes da Universidade de Coimbra estão

exemplarmente a travar contra o brutal e injusto aumento das propinas e em defesa do ensino superior público».

Tendo ainda apreciado o andamento no distrito da campanha a favor de um debate público em torno de Maastricht, da realização de um referendo e do apelo ao Não, a DORC concluiu pela necessidade de continuar a impulsionar a subscrição de um abaixo-assinado e de continuar a desenvolver iniciativas junto das populações. Decidiu também manifestar solidariedade ao vereador CDU da Câmara Municipal de Coimbra que publicamente denunciou a obstaculização e adiamentos sistemáticos de projectos CDU pela maioria socialista na autarquia.

Por fim, a DORC, tendo aprovado o calendário da fase preparatória do Congresso do Partido, anuncia estarem já previstas cerca de 50 reuniões, plenários e assembleias a realizar até 28 de Novembro próximo.

JUVENTUDE

Direcção Nacional da JCP reafirma oposição da juventude ao aumento das propinas

Reunida no passado fim-de-semana, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, que analisou a situação social e política e debateu a preparação do seu próximo Congresso, publicou uma Nota reafirmando a sua oposição ao aumento «arbitrário e anticonstitucional das propinas» e também a «disposição dos estudantes comunistas de, em unidade com todos os outros estudantes, continuarem a luta para derrotar as intenções elitistas do Governo».

«Os estudantes», diz a Nota da JCP, «já demonstraram claramente a sua opinião, quer nos referendos feitos, quer na luta continuada que vêm travando, conseguindo até hoje travar os propósitos do Governo de aumentar as propinas».

Afirmando-se certa de que «a determinação e unidade dos estudantes derrotará» tais propósitos, a DN da JCP esclarece as razões do Não ao aumento das propinas:

• **Porque é anticonstitucional!** O artigo 74, n.º 3, alínea e) da Constituição da República estabelece claramente que incumbe ao Estado «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino».

• **Porque os argumentos populistas do ministro da Educação são falsos e escondem os seus reais objectivos.** Só em IRS e

IVA o Estado cobrará mais 340 milhões de contos que o ano passado e as propinas representariam mais 4 milhões. Do total de 1690 milhões de contos que vai cobrar de IRS e IVA em 1992, quanto não veio já das famílias dos estudantes? E em impostos, maioritariamente provenientes dos trabalhadores, se não vão para a Educação, nem para a Saúde, nem para a Habitação, vão para onde? Para dar 10 milhões de contos ao Champalimaud, por exemplo, ou seja, 2,5 vezes o valor que querem extorquir aos estudantes.

• **Porque é falso que corrijam as injustiças sociais no acesso ao E. Superior,** a injustiça é a de uma política que cada vez cobra mais às populações e cada vez cumpre menos as suas obrigações para com elas.

• **Porque o apoio social não é uma contrapartida ao aumento das propinas,** a sua necessidade não resulta desse aumento, antes é uma necessidade objectiva hoje para permitir o acesso de todos os estudantes à frequência digna do Ensino Superior.

• **Porque o Governo quer cobrar propinas no Ensino Superior Público para continuar a financiar em milhões de contos o Ensino Superior Privado e o lucro dos seus proprietários.**

• **Porque o aumento deste ano já é mau, o que nos reservam os próximos**

anos será pior, com valores que atingirão cerca de 200 contos. E sem garantias que não haverá novos e brutais aumentos.

• **Porque, já agora que tanto se fala na CEE, ter as propinas mais altas da CEE e as taxas de frequência mais baixas.**

O documento adianta seguidamente a alternativa exigida pela JCP:

• **Que o Governo assuma a Educação como uma grande prioridade nacional,** motor do desenvolvimento económico, social e cultural do país e não como um privilégio de estudantes.

• **Que os impostos que quem trabalha paga sejam utilizados pelo Estado na assunção das suas responsabilidades sociais,** nomeadamente na Educação e não continuem a ser delapidados na ostentação, corrupção, compadrio e apoio aos grandes capitalistas.

• **Que o Governo, ao invés de reduzir, aumente o orçamento do Ensino Superior Público,** dotando-o dos meios indispensáveis ao seu correcto funcionamento, formando mais e melhor.

• **Que o Governo assumam uma política de expansão do E. S. Público,** aumentando o número de vagas existentes, criando novas universidades, aumentando os actuais e criando condições para a realização de aulas nocturnas (que na maioria não existe).

• **Que o Governo assumam uma política de Apoio Social** que crie condições às famílias de menores recursos de acesso ao Ensino Superior, aumentando as bolsas, criando tabelas de acesso às bolsas condizentes com a realidade, aumentando e melhorando as cantinas, residências, etc.

IV Congresso da JCP em 3 e 4 de Abril

Tendo analisado o desenvolvimento do trabalho preparatório do seu próximo Congresso, a realizar nos dias 3 e 4 de Abril de 1993, a Direcção

Nacional da JCP definiu os objectivos principais a alcançar nas sua preparação:

• **Aprofundar análise da situação juvenil, dos direitos, aspirações e anseios dos jovens, apontando caminhos para a sua concretização.**

Fiel aos ideais e objectivos que sempre nortearam os militares comunistas, o trabalho preparatório do Congresso da JCP assumirá-se como um amplo esforço colectivo de aprofundamento de análise sobre a situação juvenil, procurando as melhores propostas para a resolução dos problemas dos jovens,

para a conquista dos seus direitos e concretização de uma sociedade mais justa e mais democrática para Portugal, onde a liberdade, fraternidade, solidariedade e a felicidade sejam realidades.

• **Assumir o Congresso como amplo espaço de participação democrática e juvenil.**

A discussão aprofundada dos documentos em todos os colectivos da JCP e pelos seus militantes, contribuindo com inúmeras propostas de alteração, aprofundamento ou aditamento faz dos Congressos dos comunistas portugueses os mais democráticos e participados Congressos de organizações partidárias em Portugal.

Mas a par deste trabalho, dar-se-á prioridade à discussão alargada das suas propostas com o Movimento Juvenil e com todos os jovens interessados em participar, desenvolvendo para isso amplos espaços de debate e promovendo reuniões ou encontros nas escolas, freguesias ou empresas.

• **Aprofundar colectivamente a análise do funcionamento da JCP.**

O aprofundamento colectivo do funcionamento da JCP, analisando criticamente o seu trabalho, definindo sucessos e insucessos, assumirá papel fundamental para o fortalecimento da JCP, para que esta assumam um papel cada vez mais importante na luta e acção juvenil.

JCP/Setúbal

Precárias condições do novo ano lectivo

A Comissão Distrital de Setúbal da JCP, que reuniu no passado dia 5, no Barreiro, tanto analisado aspectos da situação da juventude portuguesa, considerou «inaceitáveis as condições precárias com que se iniciou mais um ano lectivo no distrito e no país. Os estudantes», diz a nota publicada no fim da reunião, «voltaram às aulas para voltarem a estudar em escolas degradadas, sem condições, e a defrontarem-se com velhos problemas à o insucesso do Ensino Superior, a gestão cada vez menos participada pelos estudantes, a avaliação, os planos curriculares, entre outros».

A nota da Comissão Distrital de Setúbal da JCP apela à luta dos estudantes do Ensino Superior do distrito para se oporem inequivocamente ao aumento das propinas, e reivindica do Governo a revogação do recente despacho ministerial sobre os trabalhadores-estudantes.

Entre várias iniciativas projectadas pela reunião salienta-se a realização, no próximo dia 31, em Setúbal, do Encontro Distrital da JCP.

COMUNIDADE EUROPEIA

Cimeira de Birmingham Para europeu ver...

A cimeira extraordinária de líderes da CEE, que amanhã tem lugar em Birmingham, na Inglaterra, tem como principal objectivo "tranquilizar a opinião pública europeia" sobre as consequências do Tratado de Maastricht para a soberania dos Estados-membros. Uma tarefa difícil, seja porque cada um dos Doze tem do Tratado a sua própria interpretação, seja pela contradição intrínseca que tal objectivo encerra.

Na semana passada, os ministros dos Negócios

Estrangeiros da Comunidade reuniram no Luxemburgo para preparar a cimeira. Prato forte do encontro, o chamado "princípio da subsidiariedade", consagrado no Tratado da União Europeia. Ou seja, o princípio que estabelece que a Comunidade e as suas instituições só se devem substituir aos Estados-membros e às respectivas autoridades centrais, regionais e locais em domínios onde a sua acção se revele mais eficaz.

Trata-se, no essencial, de definir e clarificar as fronteiras

entre os poderes e as competências das instituições comunitárias e as dos Estados-membros, ou, por outras palavras, qual a dose de soberania que os Doze se preparam para transferir para Bruxelas. A questão, inicialmente apenas levantada por alguns sectores políticos e sociais, prontamente rotulados de 'antieuropeus', ganhou honras de primeira página com o 'não' dinamarquês ao Tratado de Maastricht e com o minguado 'sim' dos franceses ao mesmo.

Da reunião dos MNE nada saiu de conclusivo. Para "não esvaziar" - disseram - a cimeira de Birmingham. E isto apesar do encontro ter sido dominado por uma carta de John Major ao presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, onde se salienta a necessidade de os líderes europeus demonstrarem que a CEE actua o mais próximo possível dos cidadãos e apenas interfere quando o pode fazer melhor do que os Estados-membros. Uma posição curiosa vinda de um país que sempre rejeitou as medidas sociais decididas a nível comunitário... Na sua carta, Major sugere que a cimeira aprove uma declaração que tranquilize as populações sobre a 'preservação da identidade nacional' e sensibilize os cidadãos

para as 'vantagens' do Tratado de Maastricht, bem como um apelo a um maior envolvimento dos parlamentos nacionais no processo de decisão comunitário e uma mais significativa consulta dos Estados-membros por parte da Comissão Europeia na elaboração das propostas de legislação da Comunidade.

Das palavras aos actos vai um abismo. O que mais uma vez ficou provado quando os MNE voltaram a debater o "Pacote Delors 2" sem chegarem a nenhum acordo. Jacques Delors pintou um quadro negro para Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda se não se registar um reforço substancial das ajudas estruturais comunitárias já a partir de 1993: "Há o risco muito grande de os quatro países não alcançarem a necessária convergência económica e de enfrentarem uma grave crise económica e social, com consequências inflacionistas, aumento do desemprego e perda de competitividade das indústrias" - afirmou. Os principais contribuintes dos cofres comunitários (Alemanha e Inglaterra) não se comoveram. O "Pacote Delors 2" continua na estaca zero enquanto se dão os últimos retoques nos discursos de amanhã para "tranquilizar" os cidadãos da Comunidade.

Inglêses contra Maastricht

Pelo menos 68 por cento dos britânicos votariam contra a ratificação do Tratado de Maastricht caso tivessem oportunidade de se pronunciar em referendo, revelou uma sondagem publicada a semana passada pelo diário londrino "The Times".

Segundo a sondagem, realizada no final de Setembro pelo Instituto "Mori", apenas 32 por cento dos ingleses defendem agora a ratificação do Tratado, quando em meados daquele mês essa percentagem era de 52 por cento.

O número dos opositores a Maastricht, que em meados de Setembro era de 48 por cento, aumentou significativamente (20 por cento) após a saída da libra do Sistema Monetário Europeu (SME), situando-se agora em 68 por cento.

Ainda de acordo com a mesma sondagem, a maioria dos britânicos (54 por cento) está pessimista quanto às perspectivas económicas para o país, não acreditando que a situação na Grã-Bretanha melhore com a aprovação do Tratado.

Redes transeuropeias e coesão económica e social à espera do «Delors 2»

A comissão económica do Parlamento Europeu recusou as propostas de emendas ao projecto de orçamento comunitário para 1993 relativas às redes transeuropeias.

No processo de aprovação do orçamento comunitário, compete a essa comissão do PE dar parecer, para a comissão de orçamentos, sobre as verbas propostas para as transeuropeias. Como responsável por esse parecer foi nomeado, em Março último, o deputado do Grupo Coligação de Esquerda, Sérgio Ribeiro. Com base no estudo das perspectivas financeiras e no anteprojecto da Comissão Executiva, o deputado do PCP expôs, em Junho, as linhas mestras em que estruturaria o seu trabalho, valorizando as redes transeuropeias e o papel que representam para o objectivo da coesão económica e social.

Entretanto, no final de Julho, o Conselho de Ministros das Finanças aprova o projecto de orçamento, com cortes substanciais em relação ao anteprojecto da Comissão. Esses cortes foram de tal modo importantes que o projecto de orça-

mento para 1993 ficou, no total, inferior ao orçamento comunitário para 1992 e, no respeitante às redes transeuropeias, com menos 44 por cento nas autorizações e com menos 50 por cento nos pagamentos relativos ao anteprojecto.

No documento que elaborou, o deputado Sérgio Ribeiro, depois de contactos com a Comissão Executiva, repôs a maior parte das verbas relativas às redes transeuropeias tal como estavam propostas no anteprojecto e reforçou a linha orçamental relativa à coordenação dessas redes. Esse documento foi apresentado e discutido em 21 de Setembro, tendo sido aberto um período para apresentação de propostas de alteração, o que foi aproveitado por alguns deputados de grupos diferentes para depositarem as suas próprias emendas, todas elas abundantemente no sentido defendido pelo relator que, por isso mesmo, as aceitou.

A votação do parecer foi marcada para 29 de Setembro. Foi quando já estava aberto o período de votação que o coordenador do Grupo Socialista, um

deputado holandês, levantou o problema do montante total das emendas propostas, considerando que se deveria reduzir esse montante até limites que permitissem ser a própria comissão económica a definir as suas prioridades. Uma vez que metade do quantitativo dessas emendas era relativa ao programa de televisão de alta definição e perto de um terço às redes transeuropeias, qualquer corte substancial teria de passar por esses agrupamentos de linhas orçamentais.

Por proposta do deputado socialista holandês, recusaram-se, em bloco, todas as emendas relativas às redes transeuropeias, mantendo-se as verbas do projecto do Conselho, com o argumento de que as redes transeuropeias virão a ser contempladas no "Pacote Delors 2".

O relator, camarada Sérgio Ribeiro, contra-argumentou considerando que o orçamento comunitário, que tem por ponto de partida as chamadas perspectivas financeiras baseadas em "Delors 2" sujeitas a cortes sucessivos, deve conter meios que promovam o reforço e a coordenação das redes transeuro-

peias que visem a coesão económica e social, nada justificando que se espere a eventual adopção de um pacote financeiro que, a concretizar-se, não impede que já tenha alguma expressão orçamental e que esta viesse a reforçar-se.

Por outro lado, a argumentação do deputado holandês implicaria que também o Fundo de Coesão devesse aguardar a adopção do "Pacote Delors 2" para ter tradução orçamental, o que, além do mais, é contrário às intenções do relator da comissão de orçamentos que considera a recuperação dessa linha orçamental a prioridade número um do Parlamento Europeu para a discussão do orçamento para 1993.

A comissão económica decidiu de acordo com a proposta do coordenador do Grupo Socialista. Face a essa decisão, Sérgio Ribeiro, que participou nos trabalhos até ao fim, solicitou que o seu nome fosse desligado do relatório por considerar que a estrutura e as prioridades deste tinham sido totalmente subvertidas, com evidente prejuízo para o objectivo da coesão económica e social.

Alargamento da CEE

As negociações oficiais para a adesão da Áustria e da Suécia à CEE só deverão começar após a ratificação do Tratado de Maastricht e quando os Doze chegarem a acordo sobre o "Pacote Delors 2". A decisão foi tomada a semana passada, no Luxemburgo, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade reunidos em Conselho de Assuntos Gerais.

Entretanto, a Comissão Europeia anunciou que conta apresentar os pareceres sobre as adesões da Suíça e da Finlândia antes da próxima reunião do Conselho, agendada para Novembro.

Pesca artesanal

A subcomissão das Pescas do Parlamento Europeu aprovou, por proposta do deputado comunista Rogério de Brito, o reforço substancial das verbas destinadas ao apoio da pesca artesanal.

Na discussão do projecto de orçamento geral das Comunidades Europeias para 1993, no capítulo referente às Pescas, o deputado do PCP defendeu um aumento significativo dos fundos destinados à reestruturação da pesca artesanal, que pelas suas características estruturais e incidências sócioeconómicas se assumem como um dos mais importantes e simultaneamente dos mais sensíveis segmentos da pesca face à Reforma da Política Comum e à redução do esforço de pesca.

A proposta de aumento da referida dotação, aprovada pela subcomissão, quintuplica o valor inicialmente proposto pelo Conselho.

Guerra da soja

A CEE e os Estados Unidos não chegaram a acordo no GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras) sobre uma regulamentação de compromisso do seu diferendo respeitante às ajudas comunitárias aos produtores de oleaginosas. A rotura das negociações ocorreu no início do mês, após os EUA terem feito um ultimato à CEE para aceitar ou recusar uma arbitragem sobre o montante das compensações comunitárias devidas aos outros países produtores de oleaginosas, pelo alegado prejuízo causado pelas subvenções europeias contrárias às regras do GATT. A CEE recusou a arbitragem por considerar que as exigências norte-americanas não estão previstas no procedimento actual do GATT sobre regulação de conflitos.

Desagradado com a recusa de Bruxelas, o embaixador norte-americano, Rufus Yerxa, afirmou à imprensa que "a paciência dos EUA se está a esgotar", mas recusou dizer se o seu país vai desencadear sanções comerciais contra a CEE.

IVA nos transportes

A Comissão Europeia vai propor que o pagamento do IVA nos transportes intracomunitários de passageiros passe a ser efectuado apenas no país onde o bilhete for comprado.

A proposta de directiva, vinculativa para os Estados-membros, prevê que os controlos fiscais fronteiriços sejam suprimidos a partir de 1 de Janeiro de 1993, passando a imposição fiscal a ser efectuada no país de partida. Actualmente, os meios de transporte de passageiros são controlados nas fronteiras, onde, após ser estabelecida a quilometragem a efectuar em cada país, é calculado o montante de IVA a pagar a cada um dos Estados-membros envolvidos. A proposta da Comissão prevê a manutenção das taxas zero já existentes, de forma a não prejudicar as empresas de transportes comunitárias e a indústria de turismo, face à concorrência de países terceiros.

Empréstimo

O governo italiano pediu à Comissão Europeia, no início do mês, um empréstimo de "um montante considerável", no âmbito do mecanismo comunitário de créditos a médio prazo.

A iniciativa, segundo um comunicado oficial divulgado em Roma, visa "apoiar a acção de reequilíbrio da economia e finanças públicas italianas, fazer face às dificuldades ligadas à recente crise monetária e assegurar um regresso rápido da lira ao Sistema Monetário Europeu".

Recorda-se que a Itália começou por suspender a lira do SME "por alguns dias", mas o agravamento da crise económica no país forçou o governo italiano a prolongar tal suspensão por tempo indeterminado.

Angola

Ameaças e violências
contra o voto do povo

Deteriora-se em Angola a situação que, na passada semana, após a vitória nas urnas de José Eduardo dos Santos e do MPLA, já dava indícios de crise, decorrente do mau perder da UNITA. Os envolvimentos internacionais, entretanto, que antes apontavam para uma apreciação favorável ao modo democrático e irrepreensível quanto à forma como as eleições tinham decorrido, parecem vir cedendo às pressões da UNITA.

De provocação em provocação, Savimbi, que apareceu isolado e perdedor nas eleições, vem demonstrando que, na nova situação mundial, a vigarice e a violência compensam. Quebrando compromissos e acordos, alardeando «fraude», retirando do exército único angolano que ia formar-se, as suas «próprias» forças armadas, fugindo para os seus bunkers da Jamba, proclamando vitórias que as contagens dos votos, abundantemente observadas por quase um milhar de membros de organizações internacionais desmentiram chegando depois ao tiroteio anunciador de novas violências, o protegido do imperialismo parece ganhar terreno e reconquistar apoios. As suas exigências de «novas eleições ou guerra civil» tiveram quem as ouvisse.

Começando em Nova Iorque, à partida para Luanda, por apelar a todas as partes angolanas que respeitassem o resultado final das eleições, a Comissão Ad-hoc do Conselho de Segurança da ONU iria, dias mais tarde, já em Angola, acabar por pressionar o Conselho Nacional Eleitoral para desistir de tornar públicos os resultados definitivos das eleições, levando-o a adiar para ontem a divulgação desses resultados.

Que outras pressões está a tentar esta Comissão, enviada por um Conselho de Segurança cujas decisões, no domínio da política internacional, têm alinhado pela defesa dos interesses dos Estados Unidos, apoiando a sua política intervencionista e belicista?

O caso é que a tal Comissão Ad-hoc é composta por representantes dos próprios Estados Unidos, da Rússia — lembremos a «facilidade» concedida pelos herdeiros da URSS na Guerra do Golfo e pela posição da Rússia quanto ao conflito na ex-Jugoslávia — de Marrocos — cuja «democraticidade» do regime é bastante conhecida — e de Cabo Verde, um Estado cujos novos dirigentes não podem considerar-se propriamente amigos do MPLA. Quanto a Butros Ghali, o secretário-geral da ONU, já deu abundantes provas de pretender seguir a voz do dono, que vem de Washington, e a sua representante especial, Margaret Anstee, não possui assim pergaminhos de imparcialidade.

Uma aberta
para a UNITA

Em declaração adoptada por unanimidade e lida em sessão formal do Conselho de Segurança, o seu Presidente francês, Merimée, manifestou a «preocupação» daquele órgão «face às informações recebidas, segundo as quais, uma das partes nos acordos de paz contesta a validade das eleições».

Por quem foi «soprada» esta contestação e esta preocupação? Certamente que não pelas muitas centenas de observadores internacionais. Certamente que não pelo MPLA, vencedor, com o seu Presidente, das legislativas e presidenciais. O certo é que, antes mesmo que houvesse sido adiada a publicação, marcada para sexta-feira passada, dos resultados definitivos, já sete partidos anunciavam que rejeitariam esses resultados.

As luzinhas da UNITA

Na semana passada, a UNITA afirmava que começava a «surgir uma luzinha ao fundo do túnel».

Era quando, após ter desfiado o seu rosário de acusações ao MPLA e ao Governo da República Popular de Angola, após ter acusado o Partido no poder de ter «comprado» os observadores internacionais, após ter-se gabado no seu semanário «Terra Angolana» de ter ganho as eleições em toda a linha, dando como certa a vitória de Savimbi e da UNITA, e já após ter sofrido as primeiras reacções internacionais exortando-a a respeitar os resultados, e as críticas dos próprios EUA por haver abandonado as Forças Armadas Angolanas constituídas em exército único.

Alguna água correu sob as pontes, depois de a «luzinha» ter surgido à UNITA, que parecia empenhada num processo de avanços e recuos, ora mostrando-se disposta a respeitar as regras do jogo, ora violando frontalmente os acordos de paz. Dias depois, o mesmo Salupeto Pena que se referia à «luzinha» deixando-a entrever uma vitória, afirmava que, se os resultados fossem publicados, «não os vamos aceitar, sejam quais forem as consequências».

Alguna água correu. E algum sangue também. E, antes mesmo que as tensões e provocações em que a UNITA se empenhou terem produzido as primeiras vítimas, já a Comissão Permanente da Assembleia do Povo adia por 48 horas — na passada sexta-feira — a divulgação dos resultados, alterando de uma penada a própria lei eleitoral. Referindo-se a «dificuldades técnicas», esta resolução não deixou de ser classificada por alguns observadores como «forçadas por aparentes pressões políticas». Esperada para segunda-feira, a publicação dos resultados a divulgar não

era mais um trunfo a pesar na balança da UNITA, já que os resultados até ali difundidos não davam peso relevante a qualquer formação política concorrente, para além do MPLA e da UNITA.

Em declaração conjunta, lida pelo secretário-geral da FNLA de Holden Roberto, os sete partidos — com a UNITA dentro — vêm tardiamente chamar a atenção para «irregularidades já detectadas» e ameaça com a não aceitação dos resultados. Alegaram os signatários que os observadores internacionais, embora tão perseguidos pelos jornalistas e tendo obtido destes as declarações do que observaram, revelando a insenção do processo eleitoral à estavam «impedidos de emitir declarações públicas negativas»...

O cenário para dar credibilidade às «razões de queixa» da UNITA começava a tomar forma em Angola. E no estrangeiro também...

Guerra e paz

Por um lado, a UNITA desencadeia acções tendentes a demonstrar que irá para a guerra se não lhe publicarem resultados favoráveis. Por outro, tenta demonstrar,

venham a alterar significativamente o que já era conhecido — a vitória de José Eduardo dos Santos e do MPLA.

Às pressões da UNITA somaram-se os «pedidos» da Comissão Ad-hoc enviada pelo Conselho de Segurança da ONU, cuja presença em Angola não veio aliviar as tensões que, no passado domingo levou a alguns recontros entre a UNITA e as forças policiais angolanas. Doze polícias foram, efectivamente, sequestrados num hotel da capital por elementos do partido de Savimbi. Os polícias tinham-se deslocado ao local para fazer averiguações sobre o tiroteio nessa madrugada, após o rebentamento de um carro armadilhado na zona próxima do hotel. Na sequência da explosão, segundo a Lusa, «ocorreu um tiroteio, aparentemente por iniciativa dos elementos da UNITA no hotel, contra objectivos indeterminados na rua. Envolveram-se depois efectivos da polícia, cujo comando distrital se situa a dois quarteirões do hotel».

Ainda segundo a Lusa, o dirigente da UNITA Salupeto Pena, que apareceu no local, terá «feito várias ameaças». Horas mais tarde, novo tiroteio, já com disparos de RPG de granada, feitos por tropas da UNITA contra uma viatura da polícia. Os tiros terão provocado dois mortos.

A tensão subia, enquanto os polícias continuavam sequestrados durante todo o dia. O aeroporto foi encerrado na capital. A Comissão Conjunta Político-Militar reuniu de emergência e só à noite a UNITA libertou os doze polícias, que veio a saber-se então terem sido detidos quando seguiam a bordo de jipes das Nações Unidas e da polícia local. Os polícias foram trocados por 34 elementos da UNITA que, segundo ainda a Lusa, eram, «na sua maioria, detidos por crimes de delito comum».



Incomodada com o veredicto eleitoral, a Unita volta a lançar o espectro da guerra sobre o futuro de Angola

com acompanhamento, que a pretendem prejudicar nesses resultados. Internacionalmente, os seus amigos, que, a princípio e contrariados, se inclinavam para aceitar a vitória de José Eduardo dos Santos e do MPLA, dispuseram-se a reconsiderar. Apresentando-se se atentar bem nas suas posições — duas linhas de argumentação: primeira, era necessário afastar o perigo de guerra; segunda: começam a «aceitar» que tenha havido fraude.

É assim que se podem atender as declarações e a composição da Comissão Ad-hoc enviada pelo Conselho de Segurança da ONU.

É também assim que pode entender-se a posição sul-africana que, após as declarações de De Klerk, conformado numa primeira fase com a derrota do seu aliado Savimbi, se decide por envi-

ar a Angola o famigerado Pik Botha.

Já no passado fim-de-semana, a imprensa sul-africana era dominada pelas notícias de que se preparava um retorno à guerra civil em Angola, disfarçadas de piedosas preocupações por Savimbi, «um verdadeiro patriota», não aceitar o veredicto eleitoral.

Em Portugal, Cavaco Silva, parecendo reiterar as suas posições, ia de facto mais longe, insistindo: «Talvez 51 por cento permitam uma governação calma e tranquila na Europa, mas isso não deve suceder ainda em África, principalmente quando um país sai de 16 anos de guerra civil». Afirmando temer que a guerra volte a Angola, o primeiro-ministro português, que reafirmou o seu apoio «aos que perderam as eleições» e que «não podem ser marginalizados neste processo», pretendeu transferir para as Nações Unidas a garantia da «transparência dos resultados eleitorais», e classificou de «muito importante o envio de uma delegação ao mais alto nível a Angola».

Estamos já um pouco distantes, como se vê, das declarações de Deus Pinheiro que, dias antes, afirmava que a UNITA acabaria por aceitar os resultados das urnas. Entretanto, e constatando o silêncio norte-americano, provável sinal de que se inclina para prestar atenção aos «argumentos» de Savimbi, começam a aparecer «declarações» de personalidades internacionais a afirmarem a existência de fraude...

Segundo um despacho da Lusa, «personalidades francesas, que acabaram de fazer uma missão de observação das eleições de Angola, revelaram certos problemas no desenrolar do escrutínio que, dizem, podem comprometer o desenvolvimento do processo democrático».

Sendo curioso o facto de estas declarações aparecerem a público com considerável atraso, mais curioso ainda é o facto de as mesmas personalidades, entre as quais se encontra o antigo secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros franceses, Didier Bariani, integrem uma missão que, segundo este último, se fez a expensas da UNITA.

Os progressos
de Savimbi

Entretanto, a representante especial do secretário-geral da ONU em Angola ia encontrar-se com Savimbi ao Huambo, encontro que classificou de «cordial e muito positivo». Certamente porque não colocou ao chefe da UNITA nenhuma questão incómoda, como o fez a eurodeputada portuguesa Maria Belo que, em Bruxelas e no mesmo dia, se queixava de ter sido ameaçada de morte pela UNITA. Maria Belo, que se deslocara a Angola em missão de observação das eleições em representação da Associação de Parlamentares da Europa Ocidental a favor da África Austral, declarou aos jornalistas que «as ameaças foram proferidas por vários elementos da UNITA, incluindo um general, presentes numa conferência de imprensa» e durante a qual as suas perguntas não teriam agradado por «desacreditarem as provas de fraude eleitoral apresentadas pelo partido perdedor».

Uma das ameaças foi: «Já não saís viva de Luanda»...

Quem lá chegou foi Pik Botha, acompanhado por dois oficiais superiores do seu Ministério. Para ontem estava prevista uma audiência final com o Presidente José Eduardo dos Santos.

Antes, a ronda começaria por encontros com o Presidente do Conselho Nacional Eleitoral e com o Director-Geral de Eleições, após o que Botha seguiria para o Huambo onde conferenciou com Savimbi.

Este desenvolve, para além de dirigir de longe as provocações e as violências que já começaram, uma frenética actividade diplomática. Resultado dela é, por exemplo, o comunicado distribuído em Washington, assinado por Savimbi e por Holden Roberto, no qual ambos os derrotados do processo eleitoral «alertaram as comunidades nacional e internacional para que considerem a situação em Angola». O comunicado acentua que a situação deveria ser «considerada na sua verdadeira dimensão, para não mergulhar o país no caos».

Resta saber se as violências, as ameaças e as cumplicidades levam a melhor sobre o voto dos angolanos.

INTERNACIONAL

ÍNDIOS

Os quase 30 milhões de índios do continente americano «permanecem privados dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos», acusou a Amnistia Internacional (AI), denunciando a «discriminação» nos países da América do Sul, Estados Unidos e Canadá.

A AI denunciou no relatório divulgado em Nova Iorque por ocasião do quinto aniversário da descoberta da América, «execuções extra, judiciárias, a aplicação da pena de morte, desaparecimento de pessoas, tortura, maus tratos, processos parciais e detenção de objectores de consciência».

«Há séculos que os governos tratam os indígenas com desprezo, torturando, fazendo desaparecer e fechando os olhos aos que os assassinam, refere a AI, segundo a qual as vítimas incluem responsáveis políticos e religiosos, dirigentes comunitários, mulheres, crianças e idosos.

A organização defensora dos direitos humanos sublinhou o papel dos conflitos armados na América Latina, Colômbia, Salvador, Guatemala e Peru.

«Aldeias inteiras foram destruídas e milhares de camponeses indígenas massacrados nos conflitos armados na Guatemala no início dos anos 80. No Peru, milhares de índios foram também torturados e mortos», denuncia a Amnistia.

Relativamente à pena capital, a organização refere que se encontram actualmente 45 índios nos «corredores da morte» nos Estados Unidos, que por falta de recursos são defendidos por advogados designados pelo Estado.

GRÃ-BRETANHA

A pesar da recessão económica que grassa actualmente pela Grã-Bretanha, a mais grave do pós-guerra, um bom número de grandes empresários britânicos vai este ano aumentar os seus próprios salários.

Segundo o «Sunday Times», «não se justifica tais performances». O semanário conservador londrino baseia esse comentário num estudo efectuado aos salários dos directores de todas as empresas britânicas cotadas na Bolsa, e apresenta a lista dos «cem patrões mais superbem pagos».

A lista, que compara a evolução dos respectivos salários com os resultados finais das respectivas empresas que dirigem, tem à cabeça Clarke Foods (alimentação), cujo salário passou de 20 mil para 188 mil libras, enquanto os lucros líquidos da Companhia diminuíram 27 por cento.

ARGENTINA

Argentina proibiu o trânsito nas suas águas territoriais do cargueiro japonês Akatsuki Maru, transportando 1700 quilos de plutónio, anunciou o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Buenos Aires.

Segundo a associação argentina do movimento ecologista internacional Greenpeace, a carga do navio japonês representa o equivalente a 100 bombas atómicas.

A rota do navio, que deverá partir dentro de dias do porto francês de Cherbourg para o Japão, e ainda secreta, mas poderá entrar no Pacífico pelo estreito de Magalhães ou passar o cabo da Boa Esperança, para entrar no Índico, passando neste último caso ao largo da costa portuguesa.

KUWAIT

Os grupos de oposição, empenhados no fortalecimento dos direitos democráticos, conquistaram uma substancial maioria parlamentar no Kuwait, de acordo com os resultados oficiais finais.

Os membros de grupos organizados da oposição independentes contrários à política governamental conquistaram 35 dos 50 lugares do parlamento, revelou na televisão local o Ministério do Interior.

A taxa de participação rondou os 90 por cento em alguns círculos eleitorais, num país onde apenas os homens com mais de 21 anos, naturais do Kuwait, podem votar.

Este é o primeiro acto eleitoral desde que o emir reque Jaber Al-Ahmed Al-Sabah dissolveu a anterior Assembleia em 1986 pelas duras críticas feitas ao governo.

POLISÁRIO

A Frente Polisário pediu ao Conselho de Segurança da ONU para tomar medidas «urgentes» que ponham termo à «repressão marroquina no Sara Ocidental e envie uma missão de observadores ao território».

Em carta enviada ao presidente do Conselho, o dirigente da Frente Polisário, Bachir Mustafa, referiu que a polícia marroquina reprimiu «brutalmente» três manifestações na localidade de Smara, no Sara Ocidental.

Os manifestantes protestavam contra uma série de operações «provocadoras» da polícia marroquina — nas eleições municipais — que contrariam os planos de paz e pretendem adiar «sine die» a realização do referendo de autodeterminação sarauí, disse Mustafa, coordenador da Polisário junto da missão de observadores da ONU.

Brasil

Polícia é responsável da chacina na prisão de S. Paulo

«Ao ver a polícia de choque, os presos se recolheram nas celas» e «os que não conseguiram, morreram» — assim se inicia a descrição da terrível chacina numa prisão de São Paulo, em que a violência policial, a pretexto de uma disputa entre detidos, fez mais de 200 mortos.

O relato, que um preso conseguiu fazer sair da penitenciária, e foi divulgado em alguns dos principais jornais do Brasil, descreve cenas terríveis e é um inapelável testemunho de acusação contra a acção e mesmo o carácter criminoso dos corpos policiais brasileiros que entrevistaram neste massacre. No fundo, os mesmos que são cúmplices ou intervenientes directos na matança sistemática das crianças da rua. O que no fundo subentende uma lógica de liquidação — pelo assassinato puro e simples — de tudo e todos que possam ser catalogados de «marginais».

Segundo o testemunho divulgado na imprensa, «os polícias mandaram todos tirarem as roupas e diziam: «Quem subir de cueca vai morrer»», e a carta acrescenta que os que não conseguiram despir-se foram agredidos com estiletes e rajadas de metralhadora.

Os soldados perguntavam como os presos queriam morrer, se de tiro ou de facada. Depois, os outros presos eram obrigados a carregar os mortos. Os que demonstravam cansaço eram aniquilados.

«Na subida para as celas, subiam em grupo de dez, e três presos no grupo de dez eles matavam. Pediam para os presos se deitarem atrás

do outro, pondo fogo nas partes íntimas dos presos. Depois de todos estarem nas celas, eles faziam como roleta — matavam dentro das celas todos os que imploravam pelo amor de Deus» — escreveu o sobrevivente.

«O pessoal gritava que estava se rendendo, mas eles mandavam calar a boca e deitar de costas no chão. Então, eles atiravam na cabeça deles como se fossem gado no matadouro. Depois, os corpos foram comidos pelos cães» — referiu o mesmo testemunho.

O jornal «O Globo», do Rio de Janeiro, afirma que, segundo outros relatos, uma das «brincadeiras» dos polícias consistiu em derramar óleo pelo chão, formar filas com dez presos e mandar que quatro corresse.

«Uns eram metralhados. Outros, escorregavam e caíam. Mas não se levantavam. Eram atacados pelos cães que os polícias soltavam», refere o jornal.

Uma Comissão formada pelo senador e candidato à prefeitura de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, outros deputados do mesmo partido, e membros da Comissão «Pastoral Carcerária», da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que visitou o presídio após os acontecimentos, confirmou os relatos dos presos de que não houve qualquer negociação antes da invasão policial, que os presos não estavam armados e os soldados entraram nas celas disparando rajadas de metralhadora.

Na sequência da denúncia — pelos presos — da acção

da polícia perante a justiça brasileira e organizações internacionais de defesa dos direitos humanos — o gover-

nador de São Paulo demitiu o director da Segurança e retirou as prisões estatais do controlo da polícia.

A história da polícia que mata

A chacina coincidiu com a publicação de um livro do jornalista Caco Barcelos, intitulado «Rota 66 — A história da polícia que mata».

No livro, baseado em sete anos de pesquisas, o jornalista aborda um historial de um batalhão de Polícia Militar chamado «Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar» (ROTA).

Nele, Caco Barcelos afirma que a «PM» de São Paulo matou 4179 pessoas nos últimos 22 anos, 65 por cento das quais sem antecedentes criminais, invariavelmente de baixo nível económico e, na sua maioria, negros ou mestiços — sintomaticamente, as «cores» dos detidos mortos na actual chacina e cujos corpos foram fotografados pela imprensa nos quatro departamentos do Instituto Médico-Legal de São Paulo onde foram autopsiados.

No livro, os soldados da Polícia Militar que comandaram a operação de repressão à «rebelião» na casa de detenção são citados como alguns dos mais violentos da corporação.

O capitão Wanderley Mascarenhas de Souza, do grupo de Acções Táticas Especiais (GATE) — que o jornal «O Globo» afirma ter sido o primeiro a entrar no pavilhão nove, à frente de oito homens, com uma metralhadora de nove milímetros municiada com sessenta projecteis — estaria envolvido em 34 assassinios.

Os comandantes dos segundo e terceiro batalhões da tropa de choque, que participaram na repressão aos presos, coronéis Luís Nakaharada e Edson Faroro, chefiaram a «Rota 66» durante os anos 70, quando aquela força também participava na repressão a activistas políticos contrários à ditadura militar.

Caco Barcelos refere no seu livro que Faroro foi um dos membros mais actantes das equipas de agentes da repressão que interrogavam presos políticos sob tortura, em São Paulo.



Manifestação popular pela melhoria das condições de vida, anterior à queda de Collor. Miséria, corrupção e violência repressiva, como a que agora uma vez mais se manifestou no massacre de presos, são faces múltiplas de uma mesma realidade

África do Sul

O povo está cansado de 300 anos de apartheid

Muitos milhares de manifestantes concentraram-se frente ao parlamento sul-africano, num comício organizado conjuntamente pelo ANC, o PC da África do Sul e a central sindical COSATU. O objectivo foi protestar contra um processo de reforma constitucional avançado de forma unilateral pelo governo de De Klerk, uma vez mais à margem da esmagadora maioria da população da África do Sul — a população negra.

Na manifestação, que decorreu no primeiro dia de uma sessão extraordinária que deverá prolongar-se por dez dias, o dirigente do ANC, Walter Sisulu, defendeu que a única legislação a passar pelos deputados deveria ser a de assegurar uma transição rápida para a democracia e a instalação de um governo interino de unidade nacional.

Walter Sisulu afirmou também que o ANC rejeitará qualquer legislação a introduzir pelo governo relativamente a uma amnistia geral dos presos políticos. «Antes que os criminosos do apartheid possam ser perdoados, os seus crimes devem ser divulgados», defendeu o responsável do ANC, que considera imediatamente amnistiaíveis apenas os activistas anti-apartheid. «Temos de saber quem deu as ordens e

quem cometeu os assassínios e raptos e quem roubou os nossos impostos».

O presidente do PC sul-africano, Slovo, sublinhou, na sua intervenção, que o povo da África do Sul está cansado após 300 anos de governação racista. «Estamos cansados dos atrasos, por parte do governo, do processo de negociações, da maneira como este se agarra ao poder e tenta encontrar formas de veto das minorias».

A sessão extraordinária do parlamento sul-africano, que se iniciou dia 12 na Cidade do Cabo, deverá discutir questões fundamentais ao nível da incontornável partilha do poder e, por isso mesmo, é denunciada pelo ANC como uma manobra de controlo unilateral do processo político.

Em debate, cinco pacotes de medidas preparadas pelo governo do Partido Nacional.

Mais especificamente, prevê-se uma nova articulação da Constituição que autorize o presidente sul-africano a incluir no seu governo elementos sem assento parlamentar ou, se assim o entender, formar um governo interino.

Ficará igualmente ao critério do Chefe de Estado a fusão de departamentos governamentais que possu-

em estruturas separadas para administração de diferentes grupos raciais.

Um terceiro pacote visa uma amnistia geral que poderá vir a ilibar tanto vítimas como autores de crimes contra as populações negras.

A suspensão de novas eleições autárquicas sob sistema de segregação racial e medidas restritivas sobre os jogos de dinheiro, completam a lista de projectos a ser debatida num parlamento ainda exclusivamente branco.

Entretanto, em significativa aliança, líderes dos bantustões negros (criados pelo regime de apartheid) e de partidos sul-africanos de extrema-direita, conjugaram forças, contestam os encontros e acordos quem têm vindo a ser possíveis entre o presidente De Klerk e o ANC e reclamam o desmantelamento da CODESA, fórum negocial decisivo no processo de transição da África do Sul para uma democracia que necessariamente passa pelo total desmantelamento de todas as estruturas e formas de funcionamento do apartheid.

Nesta fase, e apesar das incertezas quanto ao futuro imediato, a reestruturação da economia já está na ordem do dia.

Reestruturação com base em critérios de «equidade e

eficiência», como foi defendido pelo secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, durante uma intervenção numa conferência sobre economia e impostos, nestes dias realizada em Joanesburgo.

«Devem evitar-se alçapões macroeconómicos populistas que a médio prazo podem ter efeitos opostos às boas intenções», afirmou o responsável do ANC, que defendeu «Programas desti-

nados à habitação, desenvolvimento estrutural e dos recursos humanos, saúde e formação profissional, devem seguir critérios de equidade e eficiência».

Para Ramaphosa, os objectivos-chave da reestru-

turação da economia sul-africana passam pela estabilidade macroeconómica, o crescimento económico — a níveis superiores ao do índice de crescimento populacional — e redução da pobreza.



Saudação do PCP ao XIV Congresso do PC da China

Por motivo do XIV Congresso do Partido Comunista da China, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da China a saudação que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Por motivo do XIV Congresso do Partido Comunista da China, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome dos comunistas de Portugal, envia-vos, e por vosso intermédio, aos delegados e a todos os comunistas chineses as fraternais saudações e melhores votos de sucesso para os trabalhos do Congresso que se reveste sem dúvida de importante significado.

A situação internacional criada nos últimos anos, devido à degradação da URSS e ao colapso dos regimes socialistas do Leste da Europa, caracteriza-se por uma grande instabilidade e encerra grandes perigos para as forças do progresso social. O imperialismo, e particularmente os EUA que se proclamam líder hegemónico universal, pretende impor uma chamada «nova ordem mundial» que consagre discricionariamente os seus valores, a sua política, o seu sistema. A paz, a segurança, o direito soberano dos Estados e dos povos acham-se por isso mais ameaçados. Todavia, as ambições imperialistas estão limitadas pelo prosseguimento da luta dos trabalhadores e dos povos no mundo inteiro, pela existência de muitos países que defendem com vigor a sua soberania nacional e uma cooperação internacional em pé de igualdade e vantagem mútua, bem como pelas próprias contradições internas e a crise económica que hoje grassa no mundo capitalista. A solução dos grandes e graves problemas que afligem a Humanidade à paz e segurança, o subdesenvolvimento, a pobreza, a fome e a doença, a preservação ecológica do Planeta à exigem uma autêntica e justa nova ordem económica e política internacional.

O prosseguimento, renovação e reforço da construção de uma nova sociedade socia-

lista na China, país imenso que representa um quinto da Humanidade, sendo em primeiro lugar do interesse do seu próprio povo, constitui também uma inestimável contribuição para a paz, a segurança, a cooperação e o progresso social dos povos do mundo inteiro.

É profunda convicção do PCP que, apesar das graves derrotas recentes que desequilibram a correlação mundial de forças, o século XX não ficará na História como aquele em que o socialismo morreu, mas sim como aquele em que o socialismo nasceu, como concretização dos ideais dos comunistas, e que é ao socialismo e não ao capitalismo que pertence o futuro.

Em Portugal, o PCP opõe-se com firmeza, pela luta de massas e a acção nas instituições, à política de restauração do capitalismo monopolista, de regressão democrática e de alienação da soberania nacional, levada a cabo pelo governo de direita. O PCP defende com persistência a convergência e cooperação de todas as forças democráticas. Ao mesmo tempo, todo o Partido prepara activamente o seu XIV Congresso, a realizar no início de Dezembro, de onde resultará a confirmação, afirmação e renovação do PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como grande partido nacional, patriótico e internacionalista, que tem no seu programa como objectivo uma Democracia Avançada no limiar do século XXI e no horizonte o socialismo.

Considerando que nas actuais circunstâncias se torna vital a solidariedade dos trabalhadores, dos povos comunistas, das forças progressistas de todo o mundo, o Comité Central do Partido Comunista Português, renovando as suas saudações e votos de sucesso ao vosso XIV Congresso, confirma a sua vontade de manter e desenvolver também no futuro as relações fraternais de amizade e cooperação que existem entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos povos e países e da causa da paz, do progresso social e do socialismo.

Cuba

Protestos contra projecto de lei Torricelli

A Conferência dos Bispos Católicos de Cuba considerou cruel o reforço do embargo económico dos Estados Unidos contra Cuba, previsto no projecto de lei «Torricelli», em discussão no Congresso norte-americano.

Os bispos, reunidos em El Cobre, subscreveram uma declaração em que consideram o reforço do embargo norte-americano «uma medida de força com a marca da violência da guerra».

«Não podemos aceitar as motivações políticas de um embargo do género, que afecta a população. Este tipo de medidas é moralmente condenável», lê-se na declaração dos bispos.

Consideram ainda que «o uso político do embargo económico, para mostrar o seu desacordo com um governo, castiga a população, que sofre as consequências através da fome e doença».

Também a nível internaci-

onal se têm registado afirmações de repúdio.

O governo canadiano manifestou aos Estados Unidos a sua oposição ao projecto de lei que endurece o embargo económico norte-americano imposto há 30 anos a Cuba, e já afirmou o seu protesto perante o presidente George Bush e o Congresso.

Por seu turno, os países da Comunidade Económica

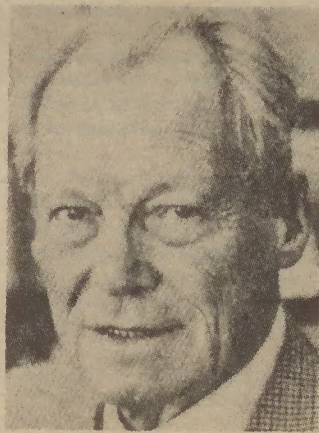
Europeia denunciaram em Bruxelas que o projecto «Torricelli» «viola os princípios das leis internacionais, soberania e independência das nações».

Numerosas organizações humanitárias e políticas dos EUA pediram entretanto ao presidente Bush para levantar as sanções económicas a Cuba por serem «desnecessárias e perigosas».

Declaração do PCP pela morte de Willy Brandt

Por ocasião da morte de Willy Brandt, o Gabinete de Imprensa do PCP fez uma Declaração que aqui divulgamos.

Lamentando a morte de Willy Brandt, destacada personalidade política do seu país e da vida internacional, o PCP evoca a sua figura antifacista e a sua contribuição positiva para o desanuviamento, a paz e a cooperação na Europa.



Guiana

PCP saúda vitória de Yagan

Por ocasião da vitória eleitoral do dirigente do Partido Progressista Popular (PPP), Cheddi Jagan, nas eleições presidenciais realizadas na Guiana (com 54% dos votos), Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou a Cheddi Jagan, secretário-geral do PPP, o seguinte telegrama:

«Saudamos sua expressiva vitória eleitoral fazendo votos grandes êxitos povo da Guiana e a si nas suas novas e altas funções de Estado.»

RECONTROS MEDIÁTICOS DE PRIMEIRO GRAU

Francisco Costa

Entrevistado, num das últimas emissões de fim-de-semana, pelos simpáticos apresentadores do programa «Canal Jovem» da RTP 1, o experiente profissional de comunicação social que é **Carlos Pinto Coelho**, interrogado sobre as diferenças entre a informação televisiva, radiofónica e escrita, afirmava, mais ou menos por estas palavras (citamos de memória, que a televisão «dá os factos, os acontecimentos», a rádio «de certa maneira, desenvolve-os» e a imprensa «explica-os»). Sendo certo que não é justo apegarmo-nos a esta opinião, necessariamente expressa em improviso de momento, ou sequer longamente polemizarmos sobre uma afirmação que, mesmo sinteticamente formulada, pode, em abstracto, ter alguma razoável correspondência com as realidades específicas de cada um daqueles meios de comunicação - convenhamos que, levado à letra, este postulado teórico é susceptível das mais nefastas consequências. Designadamente entre nós, quando se sabe, pelas tão pragmáticas estatísticas das agências de publicidade, que é infinitamente menor o número de leitores de jornais do que o de espectadores de televisão ou, mesmo, de ouvintes de rádio.

Anunciada como uma verdadeira «alternativa», nomeadamente no plano da informação, aos (justamente invocados) «monolitismo» e «dependência do Poder» por parte da RTP, era com generalizada expectativa que se aguardava o início das emissões da jovem SIC, com a promessa de ser as promessas seriam cumpridas. E, por maioria de razões, nos espaços de informação de maior audiência, em que os principais responsáveis do novo operador privado de televisão afirmavam pretender concorrer «taco-a-taco» com o serviço público.

Sem pretensões de esgotar o ansiado cotejo nem, muito menos, precipitar um julgamento que eventuais ajustamentos futuros melhor ajudarão a formular, é já possível fazer um «primeiro balanço», tomando como base de comparação os dois principais serviços noticiosos de ambos os canais - o **Telejornal** (Canal 1) e o **Jornal da Noite** (SIC) - analisados que foram os respectivos «alinhamentos» nos primeiros quatro dias úteis da semana que passou. Para já, caro leitor, comecemos por deitar-lhes uma olhadela, em diagonal.

O «visual», o enquadramento cenográfico

A «ideia-chave» de ambas as estações (e a RTP, com a nova «grelha», também apresentou sensíveis modificações) é colocar em segundo plano, atrás do apresentador, um *video-wall* - no fundo, um «achado» para que tendem todas as televisões do mundo. A SIC, pelos vistos, utiliza tantos ou mais televisores do que a Sky News. A RTP, foi mais poupada. Mas a «vantagem» esbate-se a seguir aos gongóricos «genéricos». Inevitavelmente o plano aperta-se (nas primeiras emissões de forma exagerada, no caso da SIC) e se a ideia era que a inesperada camadura de **José Alberto Carvalho** se batesse «taco-a-taco» com os acutilantes lábios de **Manuela Moura Guedes**, o êxito estaria assegurado.

Tal como no **Telejornal**, as «manchetes gráficas» das notícias, no **Jornal da Noite**, são colocadas no canto superior direito, igualmente em formato excessivo.

Mas o grafismo da SIC é excelente e a iluminação é extremamente cuidada, tal como a qualidade e transparência da imagem e o *design* geral do programa.

Entretanto (há sempre algo de humanamente subjectivo na apreciação do crítico) parece haver demasiada *high-tech* no esquema visual da SIC: com tudo por de mais arrumadinho, a falta de uma «sombra» ou de um «pequeno grão», na imagem, pode levar o espectador a ter saudades de um estremecer de câmara, do humano deslize... um pouco à maneira daqueles melómanos à antiga que, perante a pureza e limpidez do CD, às tantas anseiam ouvir o disco picado, o ruído da agulha.

Em suma, sendo certo que as soluções cenográficas de ambas as estações são normais e aceitáveis - porque óbvias (está tudo inventado!) - e alcançando a SIC nota ligeiramente mais elevada, o pior que lhe pode acontecer é, contraditoriamente, o espectador comum concluir: «Ena pá!, conseguiram fazer o mesmo que a RTP!», o que não abona quanto à originalidade e diferença.

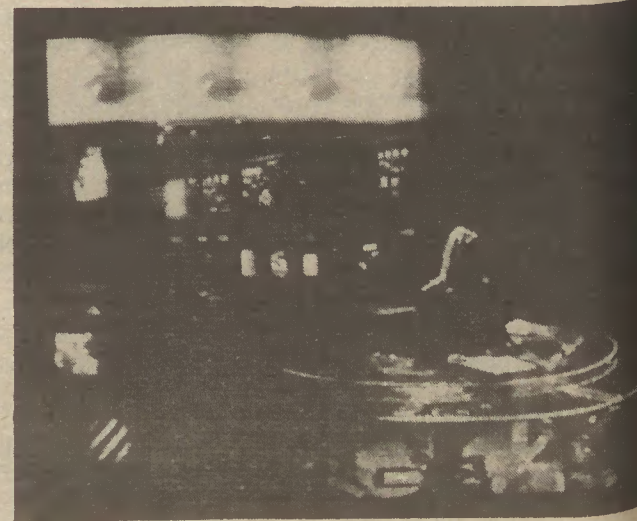
Até agora diferente, para melhor, é o estilo sóbrio e correcto de **José Alberto Carvalho**, a que vem acrescentar-se, no tratamento das peças, uma mais perfeita e profissional «escrita televisiva», nos enquadramentos, na montagem, no jogo entre *offs* e *ins* - o terreno decisivo onde a compreensão da notícia acontece ou não.

As manchetes de uns e os spots de outros

Também neste aspecto, com ligeiras diferenças de pormenor, o «desarrançamento» é semelhante: ambos os noticiários arrancam com os títulos dos principais acontecimentos que vão abordar e intercalam, no alinhamento, sucessivos *spots* por vezes irritantes a lembrar o que ainda vai seguir-se.



Uma «cacha»...



Um «plano geral»...

Mas, aqui, a vantagem vai para a SIC: regra geral, esta pontuação visual e sonora tem correspondido a acontecimentos importantes a desenvolver e constituem um resumo do que é, neles, essencial; enquanto que a RTP opta, por vezes com dualidade de critérios e à exacta medida das conveniências dos seus princípios informativos, pelo primado do «sensacionalismo» já que, frequentemente, a posterior notícia nada mais é do que a mera repetição do *spot* que a antecedeu. Entre tantos, eis dois exemplos, perversos, desta prática:

primeiro: no **Telejornal** de 7.10.92, com imagens do novo edifício do **Monumental**, no Saldanha de Lisboa, ouvia-se o seguinte texto *off* - «Foi destruído pelos portugueses, reconstruído pelos espanhóis, comprado pelos árabes. A história, daqui a pouco...».

segundo: no **Telejornal** de 9.10.92, M. M. Guedes anuncia «para daqui a momentos» uma reportagem da cam-



Um «chuto»...



Outro «plano geral»...

panha eleitoral na Madeira. E quando, em regra, nos *spots* inseridos não é utilizado «som directo», precisamente neste (na antevéspera das eleições) se vê e ouve A. J. Jardim, num comício do PSD, referindo-se a um dirigente de um partido da oposição, e entoando provocatoriamente a canção «a mula da cooperativa...» no meio de gargalhadas alarves e desbragadas - um excerto que, mais tarde, iríamos ouvir repetidamente na íntegra, como mensagem política da criatura!

Grave é ainda o caso de, tanto o **Jornal da Noite** como o **Telejornal**, apostarem no inadmissível hábito de fazer intervalos, sendo que o primeiro (por enquanto?) privilegia os *trailers* dos programas que vai transmitir e o segundo, não apenas faz isto, como insiste na inclusão de publicidade, o que é uma manifesta ilegalidade face às disposições legais portuguesas e comunitárias.

Quantidade vs qualidade?

Não é a mais ou menos sedutora «embalagem do produto» o critério decisivo para se avaliar a forma e o conteúdo da informação de uma e outra estações, no período de maior audiência.

Muito mais importante é o que se diz e o como se diz ou, se preferirem, a quantidade e a qualidade da informação.

E, neste aspecto, a análise revela aspectos que, se já eram preocupantes na *televisão sem concorrência*, continuam a sê-lo, agora a dois.

Um primeiro dado importante é o número de peças noticiosas incluídas nos dois serviços informativos, um dado ainda e apenas quantitativo: nos quatro dias em análise, o resultado é absolutamente semelhante - um mínimo de 15 e um máximo de 19 peças, o que significa uma perfeita sintonia de critérios.

Mais: este dado indicia que, como a vulgarizada «teoria» de C. P. Coelho atrás citada faria rezear, a prioridade vai para a apresentação, com falsa agilidade e frenesim, de muitos «factos» e «acontecimentos», sem se perder tempo na sua explicação e aprofundamento, como a prática demonstra à evidência.

Mas, independentemente do número de peças, versarão elas critérios de escolha ou temáticas diferentes? Será a informação do **Jornal da Noite**, pelo menos neste campo, uma verdadeira «alternativa» ao **Telejornal**? O leitor julgará pelos «alinhamentos» que lhes facultamos. Mas parece poder afirmar-se que, mais do que uma verdadeira alternativa informativa, o **Jornal da Noite** da SIC, mais não é do que... apenas uma outra opção - o que, ironicamente, acaba por ser a verdade mais cruel.

O mesmo se aplica às «cachas» ou aos «fúros» jornalísticos, que se equivalem em peso nas duas estações, e poderão vir a constituir, no futuro, um perigoso terreno de concorrência nivelado «por baixo» e não «por cima».

Um aspecto novo, no **Telejornal**, é o de (pelo menos, nos dias em apreço) a informação nacional ter suplantado, em média, a informação internacional.

Por exemplo, no caso extremo da emissão de 7.10.92, 13 notícias referiram-se a acontecimentos nacionais e apenas 2 a acontecimentos internacionais, o que aparentemente é obra!

Faltando comprovar no futuro se se trata de uma louvável inversão dos critérios até há pouco tempo seguidos, importa avaliar o que foi o conteúdo dessas notícias, sem esquecer a circunstância de se estar em período de campanha eleitoral nas Regiões Autónomas (com múltiplas e artificiais peças e ligações-satélite sucessivamente dedicadas ao tema) e, ainda, a provável previsão feita pela RTP de que a SIC, com menor capacidade de acesso à informação audiovisual internacional, viesse a privilegiar a cobertura da realidade nacional, o que pode estar na origem desta modificação.

E como vamos de política e políticos, de pluralismo, de «país real»?

Declarada e repetidamente afirmada como «independente de qualquer tutela», era também motivo de curiosidade averiguar como a SIC se comportaria na matéria. Para já, é patente, ao analisar os «alinhamentos» dos quatro **Jornais da Noite** a sua aposta na matraqueada ideia da bipolarização, com dois partidos (PSD e PS) a ganharem as honras de primeiro plano (com o total silenciamento, por exemplo a propósito das eleições nos Açores e Madeira, de outros partidos ou coligações). Sintomático foi verificar que o Primeiro-Ministro, Presidente do PSD, teve a sua primeira «entrevista institucional» logo no primeiro dia de emissão, com um **Carneiro Jacinto**, em outros contextos tão aguerrido e interveniente, a bater a bola baixo perante tamanha personalidade. Um péssimo sintoma.

Mas se também não abundou no **Jornal da Noite** o tratamento das notícias sobre o país que trabalha, produz e cria, é justo dizer que as iniciativas governamentais foram apresentadas, pelo menos, com um enquadramento ligeiramente mais profundo (curiosa frase...) e certos exemplos demonstraram alguma vontade de pluralmente auscultar representantes de vários sectores directa ou indirectamente abrangidos pelas várias problemáticas abordadas, com alguma vantagem em relação ao **Telejornal**. É o caso, entre outros, do tratamento dado à «reforma» do Serviço Nacional de Saúde, à greve dos técnicos do Instituto de Medicina Legal, ao enquadramento sobre a posição do IFADAP perante o «cidadão» Braga de Macedo ou à apreciação das novas GOPs pelos parceiros sociais.

No campo da informação internacional, também o trabalho prudente e menos sensacionalista e boateiro da «crise angolana», pela jornalista Cândida Pinto, não sofre comparações com a irresponsável e tendenciosa cobertura do repórter Paulo Bastos, do **Telejornal**, este mais parecendo actuar como um porta-voz da UNITA.



Um «repórter»...

VEJA AS PARECENÇAS

Terça-feira, 06.10.92 - 20.00 horas

Telejornal (Canal 1) - Pivotal: Manuela Moura Guedes

- Arranque das emissões da SIC / Manchetes de imprensa / Imagens dos estúdios da SIC.
- A estrutura do Grupo Pinto Balsemão.
- A «história» de Pinto Balsemão / O empresário de comunicação social / O político.
- A futura «reestruturação» do aparelho de Estado / Exemplo: o Governo / Incidência sobre os Ministérios da Indústria, da Educação, do Ambiente.
- Provedor da Justiça, em Belém. À saída, algumas declarações sobre as áreas prioritárias de actuação.

- «Grave crise» eminente em Angola? / «Tensão crescente» / Rep. de A. Ramos: entrev. a F. Piedade - Nando (UNITA) / Conf. de Impr. dos «generais da UNITA» / Decl. do Gen. Ben-Ben (FALA).
- Reações do Gov. Português e da Casa Branca / M. Crespo no Dep. de Estado dos EUA / Decl. do Porta-voz do D.E. (cf leg.).
- O rep. P. Bastos, ainda sobre a crise e os últimos resultados divulgados.
- A Paz em Moçambique / Dhlakama (RENAMO), ao telef., dir., de Roma.
- EUA cortam «ajuda militar gratuita a Portugal» / M. Crespo (em Washington).
- Eleições nos Açores / Na introdução, referência a recentes sondagens RTP-Universidade Nova - Previsão: «maioria absoluta» PSD / Rep. R. V. Neto (dir., via sat.) sobre a «postura serfista» das populações açorianas face à campanha eleitoral e às sondagens.
- (Intervalo) - Pub. / *Trailer* de «Repórteres» (esta noite).



- Greve dos trabalhadores do Instituto de Medicina Legal / Decl. de A. Lima (del. sind.), um Agente Funerário e J. Sombrelreiro (Dir. do Instituto). Problema de fundo: o «subsídio de risco».
- Eleições na Madeira / Rep.: as campanhas do PSD, do PS e do CDS / Comícios e contactos com as populações: os «dotes de cantores» de A. J. Jardim (PSD), J. Fernandes (PS) e dirigentes do CDS, com crianças ao colo.
- J. R. Santos (em dir., via sat.) comenta as campanhas e os ataques do PSD aos padres que concorrem por outros partidos ou coligações / A. J. Jardim (PSD) e M. Monteiro (CDS), em comícios: excertos de decl. sobre o mesmo assunto.
- Começaram os «trabalhos de preparação» da Selecção Nacional / Imagens dos treinos / Decl. de C. Queiroz.
- Num espect. telev. da NBC, a cantora S. O'Connor fala da guerra e da paz e rasga uma fotografia do Papa.

Terça-feira, 06.10.92 - 20.00 horas

Jornal da Noite (SIC) - Pivotal: José Alberto Carvalho

- Cons. de Seg. da ONU vai reunir para discutir «crise em Angola» / Angola: rep. de C. Pinto / Decl. de S. Pena (FALA), F. N' Dalu (Chefe do EM das FFAA de Angola), um Gen. das FALA e de elementos da CCPM (um Gen. das FAPLA, um observ. dos EUA, um observ. da ONU, traduzido com legendas, o emb. português) / De novo, S. Pena e F. N' Dalu.
- H. Cohen, Secr. de Est.-Adj. dos EUA (ao tel.), sobre o assunto / S. Pena (FALA) responde.
- «História» do processo eleitoral em Angola / A formação do «exército único» / Decl. de A. Mango (UNITA) e de Ch. Croker (ex-Secr. de Est.-Adj. dos EUA), sobre as incidências do processo eleitoral.

- O processo de Paz em Moçambique / Milhares de pessoas aguardam J. Chissano (discurso à chegada a Maputo).
- Greve dos técnicos do Instituto de Medicina Legal / Motivos da greve / Decl. de A. Lima (técnico) e de um Porta-voz do Min. da Justiça.
- Atrasos nas autópsias / «Um caso», fora da grande cidade (reportagem): Odemira / Decl. de um médico e de um coveiro / Divergências entre a Câmara e o Tribunal.
- (Intervalo): *Trailer* de «Benny Hill» (esta noite).
- Eleições nos Açores / Sondagem SIG-Marktest / Previsão de aumento da «maioria absoluta» PSD (+ 6%) / Gráficos.
- Reações do PSD e do PS (Açores) / Decl. de M. Amaral (PSD) e de M. Machado (ind., PS)



- sobre o assunto. De novo, Açores: rep. de A. Madureira sobre as campanhas eleitorais de M. Amaral e M. Machado.
- C. Jacinto entrevista C. Silva / Móbil da entrevistada: balanço de «um ano difícil». Tempo: 2m 50s
- P.R. pede ao T.C. «apreciação preventiva» do DL sobre a «auditoria jurídica do Conselho de Ministros» / Rep.: R. Carvalho.
- Dentro de três anos o Metro estará mais próximo / Enquadramento e tratamento gráfico.
- Congr. do Part. Cons. Britânico / Várias intervenções «in», com trad. (legendas) / Enquadramento: antecedentes, situação actual / «Imagens de arquivo».
- Num espect. telev. da NBC, a cantora S. O'Connor fala da guerra e da paz e rasga uma fotografia do Papa.
- Maradona regressa ao futebol / Rep.: R. G. Carvalho, em Sevilha / Decl. de Maradona / «Imagens de arquivo» (as origens, a fama, a prisão).

VEJA AS PARECENÇAS

Quarta-feira, 07.10.92 - 20.00 horas

Telejornal (Canal 1) - Pivotal: Manuela Moura Guedes

- O «caso» do destino dos dinheiros da solidariedade com Timor / Chegada ao Aeroporto da Portela de Emilia Gusmão / Decl. («vídeo de arquivo») de Xanana Gusmão sobre o assunto e de Ramos Horta (Julho/92) / Decl. de E. Gusmão e de R. Oliv. e Costa (Solid. Timor-Leste) e Álv. Bezeza (idem) / Rep.: R. Araújo.
- A abertura da «Saúde» aos dinheiros privados / O «concurso público» / Decl. de Carneiro de Moura (Hosp. S.ª Maria), Rosário Catarino (Hosp. S.ª Maria) e de dois utentes / Repórter: H. Antunes.
- As «grandes doenças» do S.N.Saúde / Os dinheiros para a Saúde (Quadros) / Orç. prev. para o próx. ano: 8%.
- Greve dos trab. da Morgue / Imagens dos hosp. e de cadáveres / Decl. de duas pessoas contra a greve e de J. Sombrelreiro corrigido decl. da véspera ao T.J. DL sobre a «auditoria jurídica do Conselho de Ministros» / Rep.: R. Carvalho.
- Dentro de três anos o Metro estará mais próximo / Enquadramento e tratamento gráfico.
- Congr. do Part. Cons. Britânico / Várias intervenções «in», com trad. (legendas) / Enquadramento: antecedentes, situação actual / «Imagens de arquivo».
- Num espect. telev. da NBC, a cantora S. O'Connor fala da guerra e da paz e rasga uma fotografia do Papa.
- Maradona regressa ao futebol / Rep.: R. G. Carvalho, em Sevilha / Decl. de Maradona / «Imagens de arquivo» (as origens, a fama, a prisão).



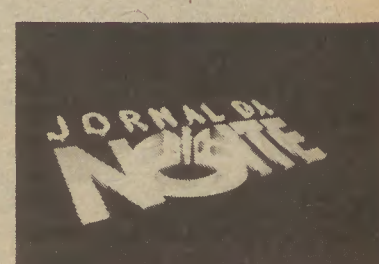
- O novo edifício do Ginásio, no Chiado de Lisboa. Imagens curtas, *off* em estúdio.
- O novo edifício no local do Cin. Monumental / Decl. de repres. da entidade exploradora.
- (Intervalo) - Publicidade / *Trailer* de «Sexualidades» (amanhã).
- Angola / Savimbi em «lugar incerto» / Rep. A. Ramos / Chivukuvuku - UNITA («in» 2 x) / Del. ONU não faz decl.
- M. Crespo / Americanos não conseguem contactar Savimbi / Cita decl. de resp. americanos: eleições «sérias e justas».
- Eleições Açores / Rep. R. V. Neto / Excerto de entrev. de M. Machado (PS) à televisão açoriana / Rep. entrev. M. Machado e M. Amaral.
- Criança morreu quando à guarda de uma família / Rep. A. Borges entrev. a ama, o pequeno irmão, uma vizinha, um méd. do Hosp. V. F. Xira.
- Sondagem «audiométrica» das audiências da RTP e da SIC, na véspera. Ecotel (Gráficos).

Quarta-feira, 07.10.92 - 20.00 horas

Jornal da Noite (SIC) - Pivotal: José Alberto Carvalho

- Duas crianças de 14 anos assaltam Banco em Lisboa / O que se passou / Decl. de empregado do banco. Mãe de um dos assaltantes «sabe da notícia pela SIC» / Decl. da mãe / «Populares» comentam / Móbil: droga?
- O «caso» dos donativos portugueses para a resist. timorense / Decl. E. Gusmão à chegada a Lisboa. R. Horta, comenta o problema / A questão do vídeo de Xanana / Suspensas activ. do lobby timorense em Washington?
- Rep. «clandestina» de J. Gabriel (TSF) em Dilli (10.09.92) / Vídeo amator / Entrev. com arceob. Ximenez Belo.

- «Angústia» e «tensão» em Angola / Rep. Cândida Pinto / Os «câmbios» nas ruas de Luanda / Decl. de uma «cambista» e de «populares» sobre situação / Amanhã: marcha silenciosa pela Paz.
- Falha técnica (Intervalo) - *Trailer* «Tereza Baptista» (telenovela).
- Cons. Min. confirma amanhã novo C.E.M.E. / Falha técnica / Slide SIC
- A seguir à privat., franceses assumem controlo da Petrolgal (rep. José Gomes) / Decl. H. Basto (Com. Trab.) e de V. Batista (Pres. da Petrolgal).
- O Estado deve dinheiro às farmácias / Nos distritos em dívida, medicamentos «pagos na totalidade» na próx. semana / Decl. J. Cordeiro (Pres. ANAF) e de um juiz de Coimbra sobre o assunto.
- Campanha do I. D. Consumidor sobre a «segurança das crianças» / *Spot* televisivo.
- D.G.A. Civil vai inquirir sobre a seg. dos meios aéreos no combate aos fogos / Decl. de um sindicatista, de um repres. do S. N. Bombeiros e de repres. de duas empresas do ramo.
- Eleições Açores / Sondagens favoráveis PSD / Rep. A. Madureira compara «obras executadas» com propostas eleitorais do PSD (brochura).
- Conf. Imp. PS (na AR) / O «caso da reforma parlamentar» / Decl. J. Gama (PS) e C. Coelho (PSD) / Rep.: R. Alexandre.
- O novo CEME (peça anteriormente adiada, pela «falha técnica»).
- D.G.C. Impostos vai investigar o «caso dos vencimentos e impostos» dos técn. da «selecção nacional» / Decl. J. Rodrigues (ex-Pres. FPF) e de C. Queiroz.
- Reunião da Grande Loja Regular de Portugal / Imagens «exclusivas» da SIC / Rep. C. Narelso / Enquadramento / Decl. de duas personalidades (em inglês, com legendas) e de Fernando Teixeira.
- Governo vai discutir amanhã revisão do S.N.Saúde.



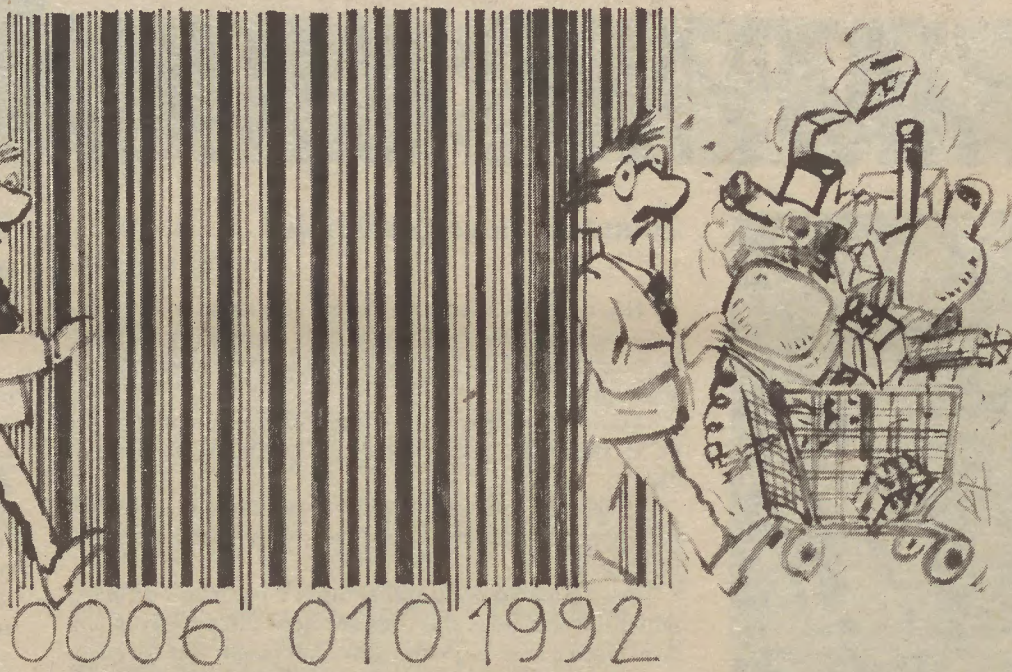
EM FOCO

Por fim, uma referência (onde poderia notar-se uma diferença, mesmo que mitigada) à cobertura das actividades das instituições ou dos partidos políticos. Por exemplo, do PCP, em foco na semana em análise. A peça de **Raquel Alexandre** sobre a Conferência de Imprensa do PCP de 9.10.92, para o **Jornal da Noite** dessa emissão, não fugiu ao esquema por de mais visto e previsível da comunicação social dominante. A repórter, no imaginativo texto que produziu para a peça, não conseguiu escapar às estafadas ideias-feitas de que vivem a generalidade dos jornalistas «pêcêpólogos». Privilegiando o «problema da sucessão», em detrimento do que profunda e aturadamente se discutiu e decidiu nessa reunião do Comité Central, a repórter não apenas sonou a matéria essencial da notícia, como se cobriu de ridículo. E já agora, um conselho: a pose emproada, a 3/4, que costuma escolher para enfrentar a câmara nas tiradas finais, não lhe quadra à aparente juventude e à evidente inexperiência política de que dá provas. Preferível seria abandonar a sua postura de «madona de Rubens» para não correr o risco de vir a transformar-se numa «menina de Velasquez».

O «sensacionalismo» à hora de jantar

Como em várias ocasiões aqui temos salientado, é fora de dúvida que a RTP, na emergência do surgimento dos operadores privados de televisão, desde há muito que vinha a definir, no campo da informação e não só, os «terrenos da concorrência» em que se pretende bater. E o que nestes últimos meses tem ficado claro é que, reservando para outros serviços noticiosos um outro tipo de jornalismo, relativamente aparentado com o que deveria ser o de um «serviço público» (como o **Jornal das 9** que, sejamos claros, ninguém vê!), decidiu acentuar o carácter «sensacionalista» no período que inicia o chamado **horário nobre**, precisamente o que antecede a principal telenovela da noite.

A estratégia da reestruturação da informação há tempos vinda a público (e não desmentida) revelava já, nas entrelinhas, as ideias-chave do projecto. E aquilo que se tem configurado como um verdadeiro escândalo nacional (estranhamente ignorado pelas páginas e suplementos especializados da imprensa dominante ou, mesmo, por associações de espectadores ou entidades eclesásticas outrora tão preocupadas com a exibição de filmes ou programas entendidos como chocantes) é a inadmissível invasão, pelos terre-



nos do **Telejornal**, de peças e reportagens que relevam de um jornalismo sórdido, mais digno dos subprodutos da imprensa prostituída, do que de um verdadeiro «serviço público» em que volumosa parte das receitas provém do bolso dos contribuintes.

Tudo se passa, na RTP, como se o **Telejornal** devesse transformar-se na versão audiovisual, ampliada a um auditório de milhões de espectadores, do «Crime», do «Título» ou de congéneres publicações que fazem da exploração da aberração ou do insólito o seu principal comércio. Perante espectadores impotentes, praticamente todos os dias são apresentadas peças que estimulam (pela própria figuração «realista» das reportagens, e das expressões e dos sons que sem qualquer pudor são filmados e gravados) contraditórios sentimentos de adesão alienada, de inquietação ou repulsa, de justa ou provocada indignação, de um qualquer desejo de «ordem», «autoridade», «segurança».

Não raro se apresentam tentativas de linchamento de alegados criminosos ou reacções intempestivas de pessoas vivendo em condições miseráveis e lançando protestos a indecifráveis destinatários contra a eliminação de bairros clandestinos ou toxicodependentes a drogá-los perante as câmaras ou coberturas de operações da polícia perseguindo criminosos ou cenas de prostituição e miséria moral, física e material, com a «câmara à mão», a coberto do dia ou da noite.

Tudo isto amontoado e intercalado com peças de origem internacional - com catástrofes e calamidades, gente estropiada pela guerra ou dizimada pela fome - ou diluído num conjunto de outro tipo de peças, honestamente produzidas por repórteres conscientes, em que o desemprego ou as injustiças sociais vêm ao de cima, eventualmente com referências à arbitrariedade e insensibilidade do Poder, mas incluídas numa amálgama caoticamente fragmentada que leva a todos os desesperos ou a todos os conformismos. Como se novas «pragas» nos caíssem dos céus, perante a nossa impotência.

Como se as coisas fossem assim, porque tem de ser. Como se não houvesse responsáveis ou regimes ou sistemas políticos ou multinacionais dos *media* instilando, também aqui, o figurino de uma desumana e desumanizante «nova ordem».

Trata-se de uma linha de informação indigna e condenável, friamente premeditada, objectivamente reaccionária, que a nova grelha da RTP ainda mais vem agravar (veja-se, para além dos **Telejornais**, o teor de algumas peças do programa «Repórteres») e que requer o firme protesto da opinião pública mais consciente.

Também no período em análise, foi frequente a inclusão de semelhantes peças.

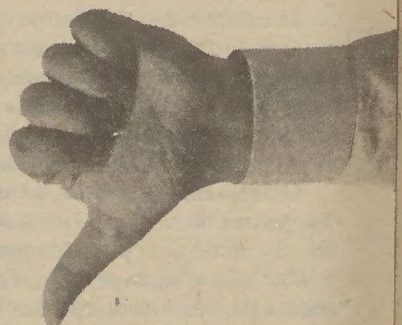
Atentemos, apenas, em três exemplos: no **Telejornal** de 7.10.92, é insistentemente entrevistado o irmão (de quatro anos!) de uma criança que morreu quando à guarda de uma família de acolhimento; no dia seguinte, a propósito de um julgamento, o **Telejornal** recorda um caso de há 9 meses (!) em que um homem, desesperado, atirou pela janela três filhos - e entre várias declarações «emocionais» de vizinhas e testemunhas, ouvimos uma pequenina irmã das vítimas, morbidamente inquirida, afirmar «queria que o meu pai fosse preso, mas não condenado à morte» (mas nem uma imagem do julgamento ou do seu resultado - afinal, o móbil da «reportagem» - foi dada); o mesmo **Telejornal** referia a estatística de duas mortes diárias no Algarve, provocadas pela droga, e a repórter, numa insensibilidade atroz, filmava em silhueta um toxicodependente explicando pormenorizadamente, perante milhões de espectadores, os expedientes de que se servia para extorquir dinheiro para comprar a droga!

É de rezear que, nas frias «guerras de audiências», a SIC vá pelo mesmo caminho, o que seria para ela desastroso. E os receios já têm algum fundamento: logo no segundo dia de emissões, o **Jornal da Noite** incluía uma peça sobre o assalto a um banco por duas crianças de 14 anos.

Reflectindo estranho orgulho, o texto da peça não resistiu a referir que a SIC deu à mãe, em «primeira mão», a notícia!

Uma mãe que, por entre suspeitas de droga, no seu descontrolado desespero afirmou: «Só me apetecia matá-lo!»

Até que ponto será possível chegar?



VEJA AS PARECENÇAS

Quinta-feira, 08.10.92 - 20.00 horas

Telejornal (Canal 1) - Pivot: Manuela Moura Guedes

- Manif. pela Paz em Angola / Rep.: A. Ramos
- Rep. P. Bastos (dir., via sat.) / Poucas pessoas na manif. / Divulgados dados totais em Luanda e Huila.
- Conf. Impr. da UNITA, na véspera / Incidentes com jornalistas / Decl. de Chivukuvuku e de N. Castro (UNITA).
- H. Cohen (no Congresso dos EUA) sobre a sit. em Angola (c/ legendas) / M. Crespo (entrev. «exclusiva» com H.C.) - poucos segundos.
- Proj. provisórias dos resultados em Angola.
- Eleições nos Açores / Campanhas do PSD e do PS / Rep.: R. Saldanha.
- Rep. R. V. Neto (em dir., via sat.) / O que vão ser, hoje, as campanhas eleitorais do PSD e do PS.
- Há nove meses, um homem atirou 3 filhos pela janela / «Começou hoje julgamento» / «Imagens arquivo», P/B, com decl. de «populares», à época / Decl. da mãe, de uma ama, de uma irmã das vítimas / Duração: 3m 15s.
- (Intervalo) - Publicidade / Trailer «Desporto» (amanhã)
- Governo decidiu, hoje, «revolução na Saúde» / Rep.: H. Antunes / Como vai ser? «Enquadramento» / Decl. de A. Carvalho (Min. Saúde), A. Bento (Sind. Ind. Médicos), M. Macedo (O. Médicos) / A «lei» chega às mãos de M.M., no momento da reportagem.
- A Matern. Alfr. da Costa já estava «preparada para esta revolução» / Decl. de L. Barroso (Dir.), I. Reis (Méd. Radiolog.), e A. Carvalho.
- A «revolução» traz «milhões» ao Estado para pagar div. (entre outras, às farmácias) - Gráficos.



- Os «genéricos» (DL de Julho de 92) ainda não estão à venda / Resistência dos laboratórios? / Decl. de um ajud. técnico, de uma farmacêutica e de... A. Carvalho.
- Próx. greve de médicos no Algarve / Falta de pagamento (contrariando a Lei) do serviço fim-de-semana / Decl. de L. Guerreiro (Sind. Méd. Zona Sul), de duas «populares» e de uma enf.-chefe / Rep.: A. Trindade.
- Novo CEME, Gen. Cerqueira Rocha, substitui L. dos Santos (notícia/estúdio).
- Eleições na Madeira / Rep. das campanhas do PS e PSD / A. J. Jardim (2 x), A. Guterres e J. Fernandes («in»).
- Algarve: 2 mortes diárias, por droga / Rep. de uma «cena de prisão» / Decl. de «populares», dois toxicodependentes, a mãe de um deles, o Pres. de um Centro de Apoio.
- A RTP ganha Prémio Internacional (notícia/estúdio).

Quinta-feira, 08.10.92 - 20.00 horas

Jornal da Noite (SIC) - Pivot: José Alberto Carvalho

- Oficiais das FFAA criaram «Associação» / Desacordo quanto à «reestruturação das FFAA» / Decl. Major G. Nogueira / Rep.: R. Costa.
- «Reforma» do S. N. Saúde / Enquadramento / Imagens «arquivo» / Decl. de A. Bento (Sind. Ind. Médicos), M. Jorge (Fed. Nac. Médicos), L. Costa (Sind. Trab. Adm. Públ. - UGT), citação da posição da CGTP, decl. Min. A. Carvalho («desconhecendo exist. de críticas») / Posições dos partidos (PSD, PS, CDS, PCP) - «Painting box».
- Mesmo tema, nova peça: o que o Governo pretende / Rep. de R. Serrano / Decl. S. Figueiredo (Hosp. S. José) e de C. Santos (médico).
- No Congresso dos EUA, H. Cohen declara ter conhecimento de que UNITA «aceitará resultados». Angola / Rep. de C. Pinto / «Nem tudo está claro...» / Decl. de Alicerces Mango (na legenda: Salupeto Pena) da UNITA e de repres. de outro partido. V. D. «Loy» (Min. Rel. Ext. Angola) entrevistado pela SIC.
- J. E. Santos apela à «unidade nacional» / Slide do Presidente («som cedido» por Rádio Nova).
- Proc. Ger. da Rep. não vai fazer inquérito sobre o caso «Herdade dos Frades» (notícia c/ slide). D. Lima (PSD) comenta posição do PS (tomada ontem) sobre Rev. Const. / J. Lácio (PS) sobre mesmo assunto / Repetição de excerto de decl. de J. Gama (PS), da véspera / De novo, D. Lima (PSD) / Rep. R. Alexandre.
- Eleições nos Açores / Recordar-se morte de jovem num concerto organizado pelo PS / «Encenação» do incidente / Decl. do pai da vítima.



- Comentário (in) do PS e citação de PSD / Decl. Insp. Pol. Jud. / Rep.: A. Madureira.
- A greve dos técn. do I. M. Legal / Decl. de uma técn. ajudante (em silhueta), que afirma ter contraído doença, e de um outro técnico (de costas para a câmara) / Decl. de um agente funerário e do Dir. J. Sombreiro.
- Baixa de cotações nas Bolsas de Lisboa e Porto / Imagens de bolsas no estr. / Decl. de J. Renheiro (corretor): influência do «não» dinamarquês.
- Atribuído Prémio Nobel Literatura / Decl. de Derek Walcott (c/ legendas) / Decl. de dois livros portugueses.
- Congresso Part. Cons. Britânico / Regresso «triumfante» de Thatcher / Decl. de J. Major e do Min. Finanças brit.
- Última hora: F. N' Dalu regressa a Angola, vindo do Huambo / C. Pinto (telefone) / Comissão Cons. Seg. ONU desloca-se a Angola, Sábado.
- Turbulenta passagem de modelos de lingerie na Austrália.

NOTAS DO MEU OLHAR

Mário Castrim

A destruição da Reforma Agrária foi, de Barreto em Barreto, considerada como indispensável para o desenvolvimento do Alentejo. Agora, é a própria televisão quem nos diz que a miséria e o desemprego alastram na terra que foi o «celeiro da Nação».

Foi de excelente qualidade a reportagem que Carlos Narciso assinou e foi publicada no Praça Pública da SIC. Uma frase, na sua simplicidade, resume toda a tristeza, toda a crueldade que desabou sobre o povo alentejano: «nos montes, as casas já nem são caiadas...». O repórter parou diante do opulento edifício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, «o novo grande proprietário das herdades alentejanas»...

De facto, foi subindo degrau a degrau nas hipotecas que os latifundiários roubaram a terra aos pequenos agricultores. Roubaram «legalmente», bem entendido...

Uma comentadora do Público considera a reportagem de neo-realista. Uma opinião verdadeiramente... surrealista.

Toto-Sorteio: a RTP em pânico.

Ela diz: se quiseres ganhar muito dinheiro, não te afastes de mim. Não te prometo uma televisão de qualidade. Não te peço que me queiras bem. Não te exijo uma atenção dedicada. Não te dou o coração, dou-te a bolsa. O nosso negócio é apenas este: eu quero os teus olhos e tu queres o meu dinheiro.

O projecto institui o êxito pelo dinheiro como fim supremo. Se houver dinheiro em jogo, tudo vale a pena. A cultura? A arte? A inteligência? Deixem-se disso. O sucesso está dentro da carteira.

Eis a filosofia oficial adoptada pela RTP. Critérios...

Jornal de Sábado deu em organizar debates. Por exemplo, Carlos Pimenta-Paulo Portas, sobre Maastricht - um Pimenta histérico e mal-criado, a precisar de pimenta na língua; e a seguir outro entre o deputado José Magalhães e o comentador Nuno Rogeiro.

Palavras deste, com um sorriso feroz, a certa altura:

- Você é um crítico, será sempre um crítico...

Palavras simples, banais, com aparências de elogio. O exemplo mais acabado de cianeto escondido com o rabo de fora...

Quem estiver atento aos anúncios há-de verificar que são os mesmos, na SIC e no Canal 1 e na TV 2. A cadela tinha dois cachorrinhos. Agora tem três. Não tarda que a família aumente.

O leite não vai chegar para todos, até porque a cadela vai ficando com as tetas mais vazias, conforme sucede por esse mundo fora. Alguém ficará pelo caminho.

Entretanto, a concorrência cresce - e quando a concorrência cresce, a qualidade desce. Telespectador sofre...

Aquele Apanhados não era um programa: era uma fábula. Assim: num supermercado convidavam-se pessoas a participar num anúncio para a televisão. As pessoas só deviam dizer que aquele sumo era bom. O sumo tinha vinagre, pimenta, piri-piri, etc.

E elas diziam. Era bom. Era perfeito. Era ótimo. Torciam a cara, de vômitos. Se repetiam, algumas continuavam no jogo:



«O meu preferido é este...». «Este é o melhor sumo que já bebi...». «É gostoso, é saboroso...».

Até que alguém se resolveu a não ir nisso. Enganada uma vez, recusou-se a entrar mais na paródia. Ganhou o direito a ficar mais tempo na nossa memória.

Tenho a esperança que esta lição aproveite...

Era uma reportagem, aliás excelentemente concebida e realizada, sobre «as crianças que ninguém quer». Palavras da repórter: «Mudando a nacionalidade portuguesa para bósnia, certamente estas crianças teriam mais sorte».

Curiosamente, a reportagem passou na televisão responsável pela operação bósnia! Aos defeitos que a RTP tem - e não são poucos - acrescenta-se o da hipocrisia - que não é dos menores...

Um dia, quando escrever um livro sobre o anedotário da RTP, vai ser um best-seller. Aliás, não será apenas um livro, mas uma colecção deles.

Repare-se nesta voz off, a propósito da queda de um avião: - «os desaparecidos não foram dados como mortos, embora até agora não tenham dado quaisquer sinais de vida».

Ou seja: se dessem sinais de vida, já não seriam desaparecidos, embora fossem indubitavelmente mortos...

Não façam caso, sou eu que vario, mas aprendam comigo: quem vê muita televisão, pode ficar como eu.

Era uma peça sobre Moçambique, sobre as perspectivas de paz, depois de outra peça... de artilharia sobre Angola, em que Herman Cohen procurava justificar as declarações belicosas do Jonas: «Achamos que isso lhe saiu num momento de grande emoção». Pois é. Certas coisas saem assim...

Mas a respeito de Moçambique, dizia-se a abrir que se tratava de «um dos países mais pobres do mundo...».

Olha que não, rapaz. Pelo contrário. É um país de riqueza potencial formidável que os seus inimigos impediram, através da guerra, que se desenvolvesse.

É assim tão difícil de entender? Ou será mais cómodo não explicar?

A RTP é um viveiro dos sempre-os-mesmos. A todo o momento, os que saem por um lado, entram depois por outro. Dá a ideia de vivermos num deserto e não num país.

E, no entanto, a presença de César Príncipe no Chá das 5 de Dina Aguiar, veio provar que há mais pessoas vivas neste país do que sonha a vã pontaria de alguns.

A ironia, a simplicidade, a capacidade de dialogar, sem ofender o rigor das palavras, a dignidade, fizeram da presença de César Príncipe um momento televisivo de grande qualidade.

Deito votos para que este encontro se repita. Afinal, há mais andorinhas a fazer a Primavera...

Durante as emissões experimentais da SIC foram transmitidos depoimentos de diversas personalidades.

Os mais deles, simpaticamente inócuos ou inocuamente simpáticos. Houve quem se resolvesse falar a sério, como por exemplo o compositor António Pinho Vargas. Aqui, com a devida vénia, se transcreve o seu depoimento:

«As televisões privadas só poderão cumprir verdadeiramente a sua função se, por um lado, apresentarem alternativas de concepção na informação, de orientação política mais aberta e, também, em termos culturais, se tiverem uma ideia diferente do que deve ser proposto. Temos 20 canais e encontramos a mesma concepção nos canais todos, não tem o mínimo interesse. Esperemos que a SIC dê uma resposta a esta expectativa.» Estas palavras abrem caminho a uma reflexão indispensável.

VEJA AS PARECENÇAS

Sexta-feira, 09.10.92 - 20.00 horas

Telejornal (Canal 1) Pivotal: Manuela Moura Guedes

• Leonor Beleza vai ser ouvida no «caso das irregularidades» do Min. Saúde / Decl. de L. Beleza e do juiz encarregado do processo (2 x).

• Notícia: Braga de Macedo vai apresentar queixa-crime contra «Independente» / Decl. de Ivo de Pinho: «não reconhece o Min. das Finanças como beneficiário do IFADAP».

• Reunião do C. N. do Plano sobre novas GOPs / «Patrões» abstêm-se / Decl. de E. da Costa (CIP) e R. Cartaxo (CGTP).

• Descoberto petróleo na propriedade de um pequeno-agricultor na região de Torres Vedras / Ele («in») preferia ter encontrado água.

• Explosão de refinaria na Califórnia.

• «Explosiva» continua a situação na ex-Jugoslávia. Cons. Seg. ONU declara território bósnia «zona aérea interdita».

• Eleições nos Açores / Rep.: R. Saldanha sobre últ. com. e festas do PSD e PS / A. Guterres e M. Machado (PS) e M. Amaral (PSD) - «in».

• Rep. R. V. Neto (em dir., via sat., de Ponta Delgada): o andamento do inquérito sobre morte, há dias, de jovem.

• CDS envia carta a C. Silva sobre reforma dos vencimentos dos titulares de cargos políticos / Conf. Impr. / Excertos carta (Quadro) / C. Silva («in») diz «desconhecer».

• Decl. em «exclusivo» à RTP do novo CEME, Gen. C. Rocha sobre «reestruturação das FFAA», concordando em «linhas gerais».

• Angola / Ofensiva diplomática / Repres. da ONU de J. E. Santos / Decl. do emb. português na CCPM e de Chuvukuvu (UNITA).



• Reacções de C. Silva (in) aos últ. desenvolvimentos, salientando posição da comun. internacional: «respeito dos resultados eleitorais».

• Repórter P. Bastos (em dir., via sat.) sobre possibilidade de adiamento divulgação dos result. eleitorais / Comissão ad hoc da ONU vem a Angola esclarecer / Esforços para evitar «perigo de guerra».

• Morreu Willy Brandt / Imagens de «arquivo» / Curta biografia.

• Reacção de M. Soares à morte de W.B.

• A. J. Jardim («in»), A. Guterres («in») comenta, ao rep. R. V. Neto.

• Rep. J. R. Santos (rápido, em dir., via sat.) sobre queixa à P.J. de A. J. Jardim contra PS.

• 100 bispos de todo o Mundo num congresso em Fátima, «enganados por Bispo Canadano» / Decl. de Porta-voz de Rel. Públ. do Santuário, do Arceb. do Recife e de um padre organizador, sobre o assunto.

Sexta-feira, 09.10.92 - 20.00 horas

Jornal da Noite (SIC) - Pivotal: José Alberto Carvalho

• Decl. (2 x) de I. Pinho (IFADAP) «ilizando o Min. das Finanças», a propósito da notícia do «Independente» e de R. S. Osório (jornalista «Ind.») / Imagens «arquivo», com decl. de B. de Macedo, de então.

• Contraponto: os «casos idênticos» de 4 peq. agricultores, perante o IFADAP / Reprodução gráfica dos processos.

• Soares Carneiro («in») sobre a criação da Associação de Oficiais / M. Soares («in») refere-se brevemente ao «cumprimento da Lei» / Imagens «arquivo» (de ontem).

• Angola / C. Pinto reporta explosão de bomba no aeroporto de Luena / Movim. diplomáticas / Decl. de repres. da ONU (s/ legendas) e do emb. português na CCPM / Divulg. dos resultados, adiada.

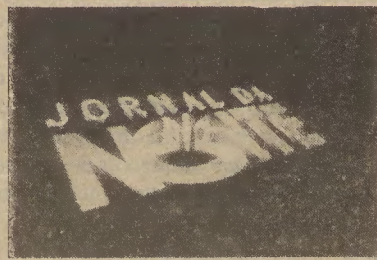
• (Intervalo) - Trailer «Inquérito Escaldante» (filme).

• «Tensão entre PR e AR» / Alegado motivo: convite para a Sessão Solene de abertura da AR (discurso vs. não-discurso) / Decl. de B. de Melo, à saída de Belém.

• Alb. Martins (dep. do PS - «in») manifesta-se em oposição à Direcção do partido / Retrospectiva / Rep.: R. Alexandre.

• CDS quer antecipar Congresso / Decl. de membro da C. Directiva.

• PSR busca «nova imagem» / Maquetas de «novo símbolo (6 opções)» / Decl. de Francisco Louçã.



• Conf. Impr. PCP / Decl. A. Cunha / O «problema da sucessão» / Imagens «arquivo» / c/ excerto disc. de A.C. / Rep. R. Alexandre.

• Conselho Económico e Social «não unânime» sobre GOPs / Peça de P. Metelo / Quem votou contra e a favor / Decl. de N. Simões (CIP), R. Fernandes (CAP), J. Proença (UGT), M. C. Fernandes (CGTP), M. Macedo (O. Médicos) e do Ministro V. Oliveira. Rep.: N Santos.

• Divisões no Congr. do Part. Cons. Brit. / J. Major («in», c/ legendas).

• Cons. Seg. ONU declara espaço aéreo da Bósnia «zona aérea interdita» / Imagens de Sarajevo.

• Morreu Willy Brandt / Biografia (imagens «arquivo» - W.B. («in»).

• Refinaria de petróleo arde na Califórnia.

A TELEVISÃO E A CULTURA

Manuel Gusmão

No actual Programa do PCP, há um parágrafo (que se mantém no projecto de alterações em discussão) em que se defende, como uma das orientações fundamentais da política cultural «como factor de emancipação individual, social e nacional», o seguinte:

«— a elevação do papel cultural da comunicação social, no rigor e qualidade da informação, no estímulo, na integração e na divulgação, de acordo com a especificidade dos diferentes meios, da produção literária, artística, científica e cultural em geral.»

O que está escrito neste parágrafo, acerca do **como deveria ser**, pode ajudar-nos a entender algumas ideias de partida sobre as relações entre televisão e cultura:

(1) Por um lado, a televisão tem, em qualquer caso, um papel cultural — maior ou menor, positivo ou negativo. Podemos mesmo dizer que, logo enquanto meio de comunicação social, a televisão integra o universo da cultura (contemporânea), pelo modo como produz e reproduz, põe em circulação, conserva ou modifica imagens e visões do mundo, valores, modos de comportamento, etc. É claro que esta função cultural não se realiza independentemente de determinadas condicionantes materiais, de ordem económica e financeira e de ordem social (em que sociedade e para que sociedade actual ou possível se produz televisão).

(2) Esse papel cultural inclui aquilo a que normalmente se chama «informação» e não apenas os «programas». Aliás, a fronteira entre informação e ficção ou divertimento não são tão estanques quanto às vezes se pensa; designadamente, porque uma série de ficção, um programa de «variedades», um concurso, a publicidade, etc., veiculam «informação», de forma mais ou menos directa, assumida, ficcionalizada ou manipulada.

(3) Este papel cultural de um meio de comunicação não se limita à «divulgação» da cultura que não é à partida criada pela televisão — a literatura, as artes plásticas, o cinema, etc. —, antes se mede, também, pelo modo como essa cultura «exterior» é, mais ou menos, integrada e estimulada. Embora muitas vezes pensemos sobretudo nessa função específica de informação e divulgação culturais, tal função não é a única pela qual se pode descrever e avaliar a natureza e o papel cultural da produção de uma televisão.

(4) A questão da função cultural aparece vinculada à especificidade técnica e social do meio de comunicação (neste caso, audiovisual, de consumo fundamentalmente doméstico). Basta pensar na importância, enorme e específica, que a imagem, o plano e a sequência, bem como as suas outras características, adquirem na televisão, em comparação com os meios da rádio ou da imprensa escrita.

(5) Que no nosso Programa de partido, possamos propor, e justamente, a orientação acima referida ajuda também a compreender que a função cultural de um meio de comunicação, tão poderoso aliás como é a televisão, não é independente de uma vontade político-cultural, tal como não é no fundo independente do tipo de sociedade em que se realiza.

A televisão, enquanto meio de comunicação social e enquanto linguagem, é de tal modo um agente cultural específico que, por exemplo, com bastante razão, os críticos referem frequentemente a existência de modos de contar e de padrões formais e estéticos próprios da ficção e do documentário televisivos, por diferença em relação aos do cinema. Podemos talvez admitir que há um modo característico da televisão (mesmo que possa ser adoptado por outros meios) de construir as suas mensagens, quer as que são predominantemente informativas, quer as que são predominantemente ficcionais.

A partir daqui, podemos esboçar as linhas gerais de um exame do que nos oferece, enquanto meio cultural, a televisão produzida em Portugal.

Começamos pelo papel de estímulo, integração e divulgação da cultura que não é à partida produção televisiva. Este problema tem sobretudo sentido no que diz respeito à cultura portuguesa ou produzida em Portugal. O que se faz nesse aspecto é paupérrimo. O grau de integração, de informação, divulgação e estímulo da literatura, das artes plásticas, do teatro ou de outras disciplinas artísticas, tal como se desenvolvem em Portugal, é verdadeiramente deficiente. É raro, é muitas vezes de deficiente qualidade ou é atirado para os piores horários, como se houvesse que manter num gueto essas manifestações da «cultura» em sentido tradicional.

Os «argumentos» que pretendem justificar esta pobreza são no fundamental os seguintes: tais «temas» não têm público, ou seja, são de fraca audiência, são pouco «populares», é difícil tratá-los de forma interessante em termos televisivos, o seu papel de entretenimento é fraco, etc. Tais «argumentos» são profundamente mistificadores. A qualidade de muitos dos programas «Artes e Letras» (da TV 2) assim como programas «de livros» de televisões estrangeiras, mostram como é possível conseguir qualidade e mesmo «sucesso» televisivo com base na divulgação literária ou cultural. Mais ainda, exemplos há na história da RTP (lembramos os casos de Nemésio, David Mourão-Ferreira, mas não só) que mostram que é possível conseguir audiências relativamente importantes com esse tipo de programas. Os exemplos de desastre, que também os há, só vêm confirmar a inépcia e a falta de vontade político-cultural.

No fundo, aquilo que governa neste aspecto a atitude da televisão feita em Portugal é uma concepção conservadora da função da televisão, aliada a um entendimento redutor do que é «popular» e a uma incapacidade criativa no domínio específico da linguagem televisiva. Por um lado, a televisão apresenta-se como escrava de «médias» que ela própria aliás ajuda a fabricar e demite-se de um mínimo de função transformadora sobre os gostos e as apetências. A assunção contentinha da mediocridade a que se

propõe responder é aliás tanto mais hipócrita quanto os responsáveis gostam de enfatizar o poder da televisão na formação da opinião, gostos e valores.

Por outro lado, e dada a importância quantitativa e também por vezes qualitativa da produção estrangeira, produz efeitos perigosos de desenraizamento cultural e de constituição de uma falsa identidade cultural supranacional, ilusória, alienada e frágil em termos de intervenção criadora. Não se trata de qualquer defesa da autarcia ou do isolamento. Sabe-se como uma cultura de relações amputadas com outras culturas, e de forma acrescida no mundo contemporâneo, se condena à esterilidade. Entretanto, aquilo a que por vezes chamamos cultura da humanidade é um muito complexo e heterogéneo sistema de relações que não existe fora ou independentemente de inúmeras particularidades nacionais, regionais e locais. O apagamento das diferenças e particularidades só pode produzir uma média baixíssima, inorgânica e inoperante.

Por sua vez, o processo de construção de uma identidade cultural nacional (necessariamente envolvido num processo de diálogo e confronto de culturas) é um factor importante do próprio enraizamento da democracia, da emancipação e afirmação dos indivíduos nas comunidades nacionais e no mundo. Aquilo que a televisão nos oferece é um misto de cosmopolitismo o mais das vezes pobre e redutor e de estereótipos feitos de silêncio sobre a cultura portuguesa.

O baixo teor cultural da televisão ou das televisões portuguesas agrava-se com o que acontece com a informação. Outros tratarão certamente disso nestas páginas. Aqui, é apenas importante referir que a conjugação entre o poder efectivo da televisão com a manipulação e a má qualidade informativa produz resultados culturais negativos uma vez que denega o direito à informação rigorosa, entorpece a capacidade crítica na compreensão do mundo de que fazemos parte, tende a indiferenciar numa falsa comunidade de sombras, ilusoriamente próxima e realmente desertada pelas relações conflituais e vivas de pertença.

Para além dos por vezes belíssimos filmes e programas, de ficção e documentais (etc.), que boiam perdidos em horas e horas de programação televisiva, os aspectos que tenho vindo a referir potenciam traços negativos que vários teóricos da comunicação e da cultura têm denunciado na utilização da televisão nas sociedades burguesas. A governamentalização, a brutal selecção política, ideológica e social dos acontecimentos e dos seus protagonistas; o baixíssimo teor explicativo das notícias oscilando entre o estereótipo, a insinuação, o preconceito e a sonegação de dados; o populismo demagógico e os preconceitos anti-intelectuais potenciam o efeito de estilhaçamento das imagens do mundo, apresentadas «em mosaico», sem relações e nexos, sem peso relativo; o efeito de uma voz repressivamente entorpecedora com a qual é difícil interagir; o efeito de perda de hábitos de raciocínio e de instrumentos cognitivos que nos auxiliem a orientarmo-nos no mundo.

A RTP E OS FILMES

Manuel Machado da Luz

Em meados dos anos 80, a RTP podia aspirar a ser considerada como uma das melhores televisões do mundo no que a filmes se refere.

Numericamente, nada de espantoso se passava: cinco ou seis longas-metragens por semana, repartidas por dois canais. O mérito derivava todo de uma concepção e de uma gestão de espaços invulgarmente inteligentes, a viabilizar entusiasmantes empenhos na divulgação do melhor cinema. A tal ponto que, mesmo quando a oferta não surgia especialmente apelativa, era impossível falar de rotina ou de cedência: antes havia que ver aí uma saudável vontade de não alienar públicos vastos e de lhes reconhecer a legitimidade de certos gostos.

Sendo as coisas como são, o fenómeno não podia durar.

Como conciliar o «enchimento» de horas e horas de emissão com selecções minimamente rigorosas? Como adequar estas à pressão pela novidade que a mentalidade consumista cada vez mais exercia? Como lutar contra a degradação das sensibilidades que as grosserias da edição videográfica começavam a provocar?

Como serviço público, a RTP podia (e devia) ter ensaiado algumas respostas positivas. E talvez - benefício da dúvida - o tenha tentado por algum tempo. Mas, perfilando-se a «ameaça» das televisões privadas, logo se deixou de pruridos.

A viragem decisiva ter-se-á dado em Maio de 1990, quando o número semanal de filmes propostos duplicou.

Se era inevitável que a qualidade artística média baixasse, não era fatal que a concepção e a gestão das novas grelhas se revelassem em regressão.

Em valores absolutos, o número de títulos interessantes não diminuiu. Só que, excluídos certos espaços cujo perfil se mantinha (Cinema Dois e Cine Clube), reinou em cres-

cendo o primado do recente pelo recente nos tempos considerados nobres, com tudo o resto a resolver-se numa amálgama onde até acontecia acotovelar-se o muito bom com (por vez primeira) o muito mau.

Nestas condições, tudo tendeu a surgir como equivalente aos olhos do telespectador desprevenido e a ser, por consequência, consumido ainda com mais desatenção.

No extremo, uma **Primeira Matiné** tanto podia incluir preciosidades de **Hawks**, **Mac Carey** ou **Hitchcock** como rançosas produções **Rank** dos anos 50, banalíssimos telefilmes americanos ou subprodutos de acção vindos de Itália.

Para trás ficavam os tempos de quaisquer preocupações formativas.

O esquema em vigor desde meados de Setembro deste ano inclui a transmissão de vinte filmes por semana nos dois canais da RTP e, mais uma vez, o número absoluto de títulos interessantes não parece diminuir.

Salvou-se, apesar de tudo e por agora, o essencial?



Questões em aberto

■ Vítor Dias

As mudanças em curso no chamado panorama audiovisual português - e que, em termos cronológicos que, só por si, já encerram algum significado - se substanciam na estratégia de agressiva antecipação e preparação da RTP para uma situação de concorrência, no início das transmissões da SIC e no aparecimento em Janeiro da TVI - abrem campo para um vasto e apaixonante trabalho de estudo e reflexão - que seguramente se revelará de grande importância para o acompanhamento e compreensão do movimento da sociedade portuguesa nesta última década do século XX.

Do ponto de vista político, como questão maior que urge aprofundar, surge desde logo a própria opção deliberada do Governo do PSD - que, da economia à saúde, é um feroz campeão das privatizações - por uma estratégia de fortalecimento da RTP que não precisa de ser minuciosamente descrita porque toda a gente a sente, mas que, a par de um geral dinamismo e de certas melhorias de programação, inclui também o recurso absolutamente excessivo a ingredientes da televisão comercial, sendo entretanto necessário esclarecer que não há nesta crítica qualquer convergência com aqueles que também a formulam, mas apenas porque ambicionavam recorrer a tais armas na concorrência com a RTP.

Sendo incontestável que não são boas razões de interesse público que motivam esta opção do PSD e do seu Governo, sendo óbvio que a mesma tem que ver com a posição do PSD enquanto partido de maioria absoluta (com tudo o que ela significa, propicia e aconselha), sendo acertado salientar que as escolhas do PSD são inseparáveis de um projecto e de uma lógica de dominação e manutenção de hegemonia, interessará entretanto reflectir - para melhor perceber, prevenir, resistir e lutar - sobre as eventuais alterações e adaptações (incluindo concessões reais ou aparências de concessões, incluindo novas e mais sofisticadas formas de influência e manipulação) que um partido como o PSD, que já deu suficientes provas de maleabilidade táctica e que ganhou uma refinada experiência de gestão política, poderá introduzir, nas novas condições, ao serviço dos seus estáveis e inalterados objectivos de fundo.

Os próximos meses e anos irão seguramente trazendo preciosas indicações ou respostas sobre muitas outras importantes questões tais como por exemplo:

- a definição da posição relativa dos diversos canais quanto às audiências regulares, o que, a nosso ver, para além das mais conhecidas e faladas consequências, terá também a de relativizar, em termos de impacte social, eventuais diferenças positivas e a de, em alguma medida, amortecer ou reduzir os efeitos da concorrência ou a dimensão das concessões a que esta tenha obrigado numa primeira fase;

- a própria viabilidade económica dos canais privados no contexto dos condicionalismos do mercado nacional e as operações a que um seu eventual fracasso financeiro pode vir a dar lugar, desde as mudanças ou transferências de propriedade (convém lembrar que as empresas licenciadas são sociedades anónimas, que os seus direitos à licença são intransmissíveis mas não as suas acções) até ao aumento das pressões para a futura privatização de um ou dos canais do serviço público;

- o apuramento da existência ou não de uma real diversidade em matéria de opções de programação e informação - que constituiu o núcleo base das promessas dos canais privados - sem que este tópico signifique qualquer desconsideração pela generalizada apetência a uma liberdade pessoal de escolha proporcionada pela existência de quatro canais;

- os impactes do novo espectro televisivo nos hábitos dos portugueses (designadamente se provocará um aumento significativo do número de horas passado em frente do televisor), seus reflexos na vida social e também, em particular, no reforço do papel e peso da televisão na formação das jovens gerações, reduzindo ainda mais, com as correspondentes sequelas, o papel e o peso da cultura escrita;

- uma aproximação à resposta sobre se a repartição de audiências, no nível concreto que assumir, ou a «viagem» por diversos canais, agravam ou atenuam aquilo a que há quem chame de «perversidade específica» deste meio de comunicação social, identificando-a fundamentalmente em torno dos efeitos

da sucessão vertiginosa e fragmentada de factos e acontecimentos nos serviços noticiosos, em prejuízo da compreensão dos nexos causais e dos processos, e em torno de um apelo predominantemente dirigido mais à emoção do que à reflexão e espírito crítico dos cidadãos.

Entretanto, é fundamental que não se perca de vista que as questões conexas de uma informação isenta e verdadeira, do pluralismo na informação e do pluralismo no confronto de ideias são questões-chave para assegurar a concretização do direito à informação e para a vida democrática do País e ponto obrigatório de apreciação e juízo crítico tanto sobre a RTP como sobre os canais privados (sobre quem, é bom lembrar, nos termos do artº 6º da Lei da Televisão, impendem nesta matéria os mesmos deveres que a RTP).

A este respeito não é certamente necessário evocar nesta ocasião o que, ao longo dos anos, a RTP tem sido como instrumento de manipulação, de desinformação, de agressão e discriminação sectária, de propaganda, ao serviço de sucessivos governos e da política de direita.

Mas vale a pena dar dois exemplos do que num período recente se tem passado na RTP (falamos sobretudo do que conta: primeiro canal e horários nobres).

Primeiro exemplo: durante o ano que nos separa das legislativas de Outubro de 1991, o tradicional e principal espaço de debate político da RTP/1 - o entretanto falecido programa «Primeira Página» - continuou a ter a sua edição semanal mas passou a ser essencialmente dedicado, não à discussão de candentes problemas nacionais, mas de questões internacionais (cujo interesse, em alguns casos, não se contesta). E, assim, conseguiu o verdadeiro milagre de não promover nenhum debate - e nenhum debate multipartidário de composição efectivamente pluralista - sobre os principais temas, problemas ou decisões governamentais que sucessivamente foram estando na ordem do dia e agitando a vida social e política do país - PGA, taxas moderadoras, propinas, lei da greve, lei dos «disponíveis» da Função Pública, «reestruturação» das Forças Armadas, redução da comparticipação do Estado nos medicamentos, situação económica nacional e outras questões da situação social, etc., etc.

Um hipotético «advogado do diabo» poderá até argumentar que tais «esquecimentos» da RTP provavelmente não terão ainda assim impedido que essas questões tenham sido salientes pontos de desagrado dos cidadãos com a política do Governo. Mesmo admitindo que assim possa ter sido, é preciso esclarecer que isso não é tudo, porque a RTP com esse seu comportamento conseguiu muito provavelmente impedir que se verificasse aquilo que é um ponto básico da vida democrática e que consis-

te, não apenas em não obstruir as condições para que os cidadãos possam passar da oposição social à oposição política, possam mudar de atitude ou de preferência em relação aos diversos partidos, mas também em não frustrar o legítimo direito e aspiração dos partidos que se opõem ao Governo do PSD de aproveitarem os erros, fracassos ou medidas injustas deste para ampliarem a adesão popular às suas próprias propostas e projecto.

Segundo exemplo: o Tratado de Maastricht foi assinado em Fevereiro deste ano e desde há pelo menos seis meses que é um dos temas mais salientes quer à escala europeia quer à escala nacional. Prova disso é que os telespectadores portugueses tiveram acesso a numerosas notícias sobre este assunto, tiveram até ocasião de ver o interesse com que a RTP acompanhou o referendo em França (e o falso debate Mitterrand-Seguin) mas não tiveram até hoje a possibilidade de assistir a qualquer debate efectivamente pluralista e entre representantes dos partidos nacionais sobre Maastricht (e não escrever isto só porque, há duas semanas, na RTP/2, se realizou um interessante frente-a-frente entre Octávio Teixeira e Rui Macheite, seria começar já a aceitar o desterro do debate político televisivo para um canal de pequena audiência).

Erros e rectificar esta primeira impressão, ainda não vislumbrámos nem na grelha da RTP nem na grelha da SIC verdadeiros espaços de debate político com as características apontadas.

Mais do que isso, embora desejosos de estarmos enganados, e sem prejuízo da identificação de alterações ou aspectos positivos, tememos seriamente que tanto na RTP como na SIC, como resultado, além de outros factores, da ditadura das ideias, concepções e critérios hoje largamente dominantes na comunicação social:

- as «overdoses» e as trepidações informativas possam conduzir paradoxalmente a uma redução da capacidade de apreensão e de concentração dos telespectadores e a uma sua desvalorização da informação;

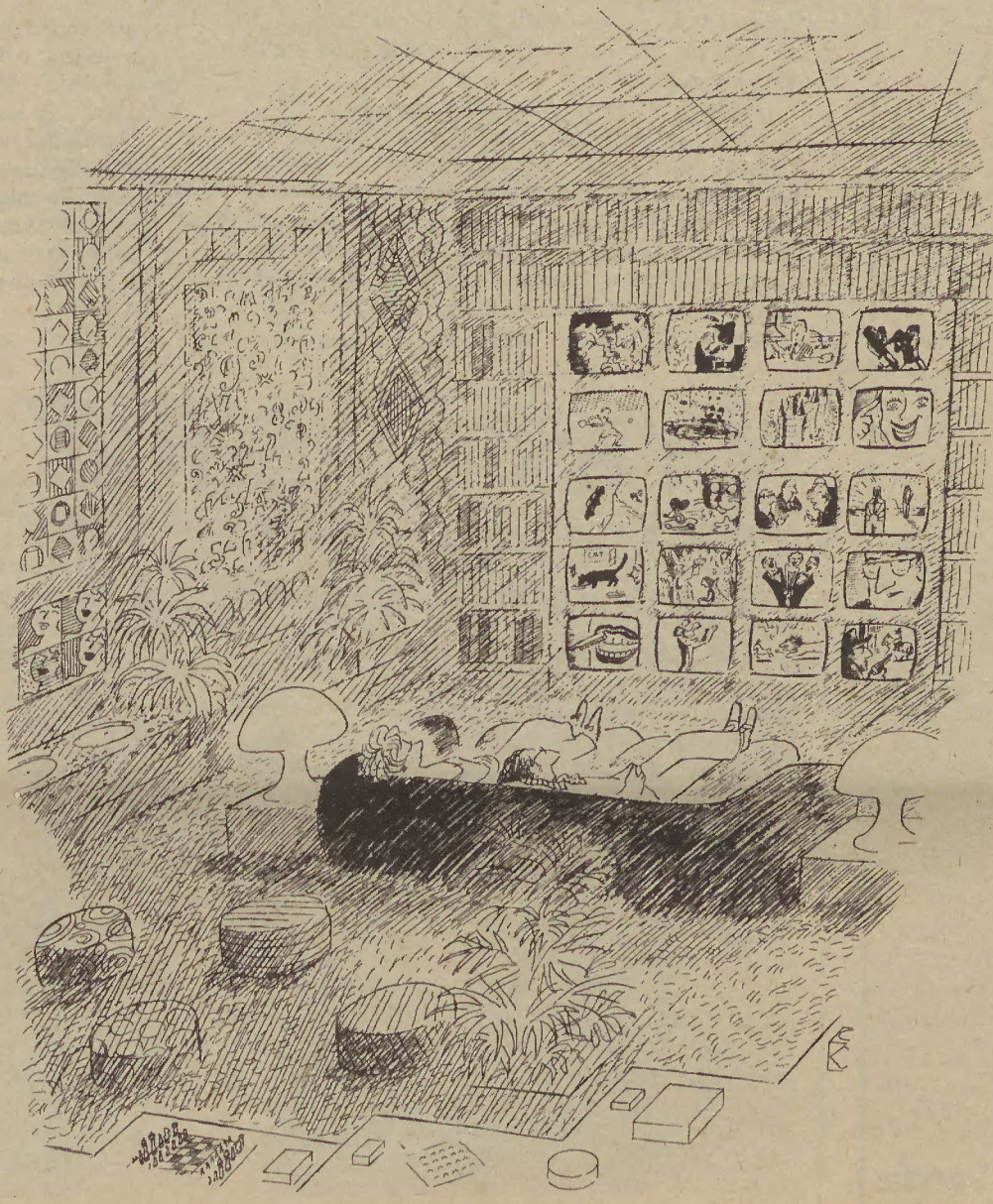
- a preferência pela «política-espectáculo» e pelo «espectáculo da informação» possam conduzir quer a uma subalternização em termos globais do noticiário político, quer à redução do discurso político às «pequenas frases» (tudo em nome dos sagrados «critérios jornalísticos» e das sagradas exigências da linguagem televisiva) se possam converter numa linha de real despolitização e de descrédito ou distanciamento da política, para suprema vantagem do Prof. Cavaco Silva, que esse não debate com ninguém e, como é sabido, cuida não de política mas de Portugal e dos portugueses;

- as posições dos partidos e as declarações dos dirigentes políticos só sejam consideradas como tendo «interesse» quando correspondem aos temas e aos ângulos de abordagem em que os canais de televisão estão interessados ou quando fazem falta para quebrar a monotonia de peças sem declarações «in», tudo no quadro de concepções vigentes que tendem a não respeitar que aos partidos seja assegurada alguma zona de comunicação directa com os telespectadores sobre as matérias que, no seu critério, consideram relevantes;

- a promoção da «bipolarização» PSD-PS se mantenha ou agrave; a mistura entre notícias e comentários continue a ganhar terreno com as consequências redobradamente graves que assume em televisão; as prometidas diferenças não excluam a cópia pelos novos canais dos mais feios e condenáveis métodos já usados pela RTP (matéria em que a SIC já correu a estrear-se com uma lamentável peça de falsificações, insinuações e ataques ao PCP, transmitida na passada segunda-feira, a despropósito do Congresso do Partido Comunista da China).

As questões em aberto no mudado panorama audiovisual português aconselham certamente uma atitude que não seja de mero acantonamento em ideias feitas mas que também não seja submergida por ingénua ilusões.

E, sobretudo, talvez seja apropriado que partamos para os novos e mais exigentes desafios de reflexão e intervenção que estão lançados com a firme convicção de que, também em matéria de televisão, pública ou privada, o que possa ser dado de bandeja é certamente muito curto em comparação com o que deve ser exigido e conquistado.





Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

edições Avante!



À venda

Perde-ganha em Angola?

Desde o dia 1 de Outubro que o mundo está à espera de saber os resultados oficiais das eleições angolanas (estou a escrever na tarde de terça-feira, dia 13 de Outubro). Sabe-se, claro, que o MPLA venceu destacado e que o mesmo sucedeu com o presidente José Eduardo dos Santos. O que continua no segredo dos deuses é o resultado global oficial, mesmo que provisório. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ainda não os publicou, embora se saiba que existe já o conhecimento dos números totais, mesmo depois de revistos e reapreciados à luz das pressões da Unita.

A questão da publicação dos resultados é uma questão central. Sê-lo-ia em quaisquer circunstâncias e em qualquer latitude. Mas, em Angola, a Unita, que perdeu as eleições de forma clara e inequívoca, fez da publicação uma pedra de toque. Para a organização de Jonas Savimbi os resultados não podem ser publicados, senão....

Salupeto Pena, o sobrinho de Savimbi que o senhor todo poderoso da Unita instalou na CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar) depois de o ter colocado a dirigir *de facto* as negociações que levaram à assinatura dos acordos de Bicesse, disse esta frase fantástica aos jornalistas: «Se o Governo decidir unilateralmente publicar os resultados que o CNE tem ...». A palavra fantástica é aquela unilateralmente. Sim, para a Unita, e pelo andar da carruagem muitos outros parceiros deste drama, a verdade eleitoral não tem qualquer importância. O que conta é a (não) publicação dos resultados, é o prolongar desta agonia, talvez na esperança de que as pessoas se esqueçam do partido e do presidente em que votaram e a quem deram a maioria.

A informação que chega a Portugal sobre a situação em Angola, depois de ter deixado perfeitamente claro que as eleições tinham corrido bem e em liberdade, suprimiu de forma drástica as referências à vitória do MPLA e de José Eduardo dos Santos, passando a referir-se quase exclusivamente às exigências e chantagens da Unita, ouvindo sempre os homens de Savimbi e raríssimas vezes os do MPLA, empolando os incidentes que os homens da Unita vão provocando com o objectivo de fazer esquecer a falta de apoio que a organização e o seu chefe têm entre o povo angolano.

Ainda hoje (terça-feira), a TSF falava com Holden Roberto, apresentado-o sem qualquer referência que o enquadrasse na história e na situação actual. Fazia por esquecer que Roberto -- o velho chefe da UPA/FNLA -- tem menos de 3 por cento dos votos.

O que esse senhor disse para os microfones, depois de ter ido receber orientações ao Huambo, onde se encontra «refugiado» Jonas Savimbi, são também extraordinárias. Depois de dizer que o seu partido e a Unita propunham a constituição de um «governo de salvação nacional» com todos os partidos para organizar novas eleições, Holden Roberto disse que «se o MPLA não aceitar um governo de salvação nacional, então é porque anda alguma coisa escondida».

Anda, sim senhor. Mas o que anda escondido é o resultado das eleições e esse dá muito pouco a Holden Roberto, que pretendeu mostrar-se como uma espécie de benevolente pai da pátria durante o período antes das eleições. Afinal, perdendo até nas províncias que apresentava como sua coutada -- o Zaire e o Uíge -- Holden Roberto mostra-se como sempre foi: um político dependente do exterior e que faz do MPLA o adversário principal.

Em Angola, a forma como o seu processo está a ser

tratado pela informação portuguesa provoca tristeza e indignação. Os alarmismos da TSF e o pendor dessa emissora para dar mais espaço ao sensacionalismo (recorde-se a pressa com que se anunciou a intenção, não declarada e até desmentida, da FNLA e e da Unita de formarem um «governo» no Huambo, à semelhança do que fora feito em 1975) e muito mais voz aos que pretendem ganhar depois de terem perdido.

A coisa é de tal forma que, em letra de forma, a emissora foi acusada de ser a «Vorgan de Lisboa». São certamente exageros que vêm do calor do momento. Mas a verdade é que, depois desta acusação, a TSF -- por isso ou por outra razão -- se empenhou em apanhar alguém do MPLA que dissesse de sua justiça. Encontrou o ministro Rui de Carvalho, responsável pela Informação.

Rui de Carvalho recordou, paciente, que as eleições foram feitas com a presença de observadores internacionais e «à vista de toda a gente». Informou, de seguida, que «não foi encontrada uma única prova, um único indício» de fraude no processo eleitoral.

Insistindo em que o MPLA está a fazer tudo para que a paz seja preservada em Angola, o ministro disse ainda, porque há gente empenhada em esquecer, que «a defesa da paz passa pela defesa da verdade».

O ministro informou também os portugueses sobre o incidente junto do Hotel Turismo, na baixa luandense, deixando muito claro que se tratou de uma provocação da Unita e que a polícia -- não a polícia antiterrorismo -- acabou por controlar a situação sem disparar um único tiro.

Aquele incidente, que foi muito empolado em Portugal, na verdade não chegou sequer a ser conhecido em toda a cidade de Luanda.

Mas, se é verdade que se têm empolado incidentes, não é menos verdade que a situação é, de facto, muito perigosa. Ninguém o pode esconder.

A Unita insiste num comportamento que nada tem a ver com um regime democrático, seja ele de que cariz for. Foi o Ocidente que, no afã de combater tudo quanto cheirasse a comunismo, fez da Unita e de Savimbi campeões da liberdade e da democracia. Mas a organização e o seu chefe nunca tiveram coisa alguma a ver com a liberdade e com a democracia. A sua história de convivência com a PIDE e com os racistas sul-africanos deveria chegar para demonstrar quanto a Unita está arredada de qualquer espírito democrático. Pelos vistos, não chegou. Depois, também não chegaram os testemunhos daqueles que assistiram aos assassinios de dezenas de pessoas na Jamba. E o que é mais grave é que, mesmo agora, ainda aparecem políticos, comentadores e jornalistas a defender na prática as exigências da Unita.

Enquanto espero ainda pela publicação dos resultados das eleições, também não sei o que vai dizer a missão ad hoc das Nações Unidas, a qual deveria dizer alguma coisa ainda durante o dia de hoje (terça-feira). A composição dessa missão -- Marrocos, Cabo Verde, Rússia e Estados Unidos -- é de molde a que se possa esperar quase tudo. Tanto mais que, no curto espaço de tempo de que dispôs, a missão não deve ter podido averiguar grande coisa sobre as fraudes inventadas pela Unita. O que a missão vai fazer é dar um veredicto político. A ver vamos...

Só que seria muito mau, trágico mesmo, se as eleições angolanas se transformassem num jogo ao perde-ganha.

■ A. Villaverde Cabral



A autoridade marítima a soberania nacional e a fronteira externa

O Dec-Lei 300/84, de 7 de Setembro, define o Sistema de Autoridade Marítima como um sistema que tem por fim garantir o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

Historicamente, tem cabido à Marinha tal quadro de missões de autoridade marítima, através da Direcção-Geral de Marinha e, ainda, o Socorro de Náufragos e o Combate à Poluição.

Uma breve observação do que ocorre na área de jurisdição marítima nacional (ZEE, mar territorial — 12 milhas, áreas portuárias, a faixa do domínio público marítimo e áreas adjacentes de lagos, lagoas e rios) revela uma diversidade de problemáticas. Nela verificam-se problemas de segurança marítima relacionados com o tráfego marítimo (segurança dos navios, regras de tráfego, segurança portuária e assinalamento marítimo), questões de controlo e vigilância das actividades de pesca, questões ambientais, questões do âmbito civil e de policiamento geral, questões de âmbito judicial no combate ao contrabando de mercadorias e estupefacientes, isto para referir as mais salientes.

O Dec-Lei acima citado, perspectivou uma descentralização de responsabilidades para departamentos do Estado correspondentes a cada uma das questões enunciadas, sem todavia lhes conferir competências fiscalizadoras e sem promover a necessária revisão do Regulamento Geral das Capitania (que data de 1972), adaptando-o ao novo quadro perspectivado pelo Dec-Lei 300/84.

Tais indefinições no ordenamento jurídico, vieram provocar choques de competências entre o Sistema de Autoridade Marítima e os diversos órgãos de poder.

Na verdade, a um dedicado pescador nacional pode muito bem suceder ser mandado parar pela Marinha, que verifica a malhagem, a seguir pela Guarda Fiscal que o revista, e, quando chegar a terra ser confrontado com a Inspeção Geral das Pescas que lhe controla o pescado. Mas, mais fácil é ver no Tejo cruzarem-se lanchas da Marinha (Polícia Marítima) e da Guarda Fiscal.

Estas sobreposições de responsabilidades e competências, geradoras de conflitualidade e lutas intestinas para mostrar serviço, devem, em nosso entender, ter um fim e ser encontrada uma solução.

De tudo o que até agora foi dito sobressaem dois aspectos:

1 — Ao Sistema de Autoridade Marítima é requerida uma profunda diversidade de conhecimentos, o que o transforma num sistema altamente especializado.

2 — As indefinições no quadro jurídico, no que respeita a responsabilidades, competências, âmbito e meios, provocam choques entre o Sistema e outros departamentos do Estado, teoricamente, com responsabilidades. Simultaneamente, geram sobreposição de recursos humanos, técnicos e logísticos, num claro desperdício e subaproveitamento das possibilidades nacionais.

Recordamo-nos por certo, do caso do jovem que desapareceu no rio Mira quando praticava canoagem. Segundo as notícias saídas na altura, foi pedido auxílio à Guarda Fiscal de Vila Nova de Milfontes. Esta contactou com a Capitania do Porto de Sines que respondeu, segundo as notícias, não ter meios para operar de noite e ter de aguardar pela manhã.

Trata-se de um exemplo, entre tantos outros, que ilustra a ausência de uma política para esta matéria.

O PSD tem a pasta da Defesa há 9 anos e nada fez, do ponto de vista legislativo, no sentido de reestruturar o Sistema. Nada fez do ponto de vista de planeamento,

visando a aquisição de meios. Nada fez no que respeita aos problemas profissionais, de carreira, etc., do pessoal que opera nesta área, e que nem Estatuto Profissional tem. Um completo insucesso!

Do objecto do Sistema — «... garantir a lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional» — decorre naturalmente um exercício de soberania.

Nos últimos anos, sensivelmente 70% da actividade dos navios da Marinha de Guerra Portuguesa decorrem no âmbito do serviço público do Sistema — fiscalização da pesca, controlo de tráfego, poluição, assistência à salvaguarda da vida humana no mar. É inegável que muito do prestígio da Marinha advém da acção desenvolvida nesta esfera. Contudo, existe um problema de relação de esforço, entre a primordial missão de «... defesa militar da República» ⁽¹⁾ e a «... colaboração, nos termos de lei, em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações» ⁽²⁾.

No quadro do exercício da soberania não é incompatível a execução de missões chamadas de interesse público.

Não faz sentido empenhar fragatas ou corvetas em missões de fiscalização da pesca ou de busca e recolha de náufragos. Trata-se de navios preparados para missões sofisticadas, com grandes guarnições e de menor flexibilidade.

A não diversificação de meios conduz a uma baixa eficácia, quer porque se estarão a utilizar meios excessivamente caros (fragatas e corvetas a patrulhar), ou porque se estarão a apresentar, perante uma ameaça séria, meios navais incapazes de prevenir o mal (caso dos actuais patrulhas).

Não existindo grandes dúvidas de que à Marinha, ainda que transitoriamente, deverá competir assegurar o Sistema, impõe-se da parte do Governo um criterioso estudo e definição de prioridades que leve à aquisição de meios ajustados ao cabal desempenho das missões de Autoridade Marítima.

Premissa fundamental para atingir tal objectivo é ter como primado o interesse nacional e não o da satisfação dos compromissos externos, sejam eles no quadro da NATO ou da UEO.

Talvez agora mais esclarecida fique a posição daqueles que, tal como o PCP, defendem que a aquisição das Fragatas MEKO não era prioritária para Portugal e que antes se inseria numa lógica de satisfação de maior empenhamento externo no âmbito da NATO. Isto, para além dos elevadíssimos custos que implica a sua sustentação, numa clara prova da hipocrisia do Governo quando perante os portugueses apregoa a poupança para justificar determinado tipo de medidas.

A livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais a partir de Janeiro traz consigo o conceito de fronteira externa aplicado às nossas águas territoriais e o de interesse comunitário à nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Trata-se da introdução de um novo factor que pode vir a ter graves consequências para a economia, soberania e independências nacionais.

É legítimo perguntar: qual o significado concreto do conceito? E se tal significará um destes dias, termos navios franceses, alemães, ingleses, espanhóis a patrulhar em águas nacionais.

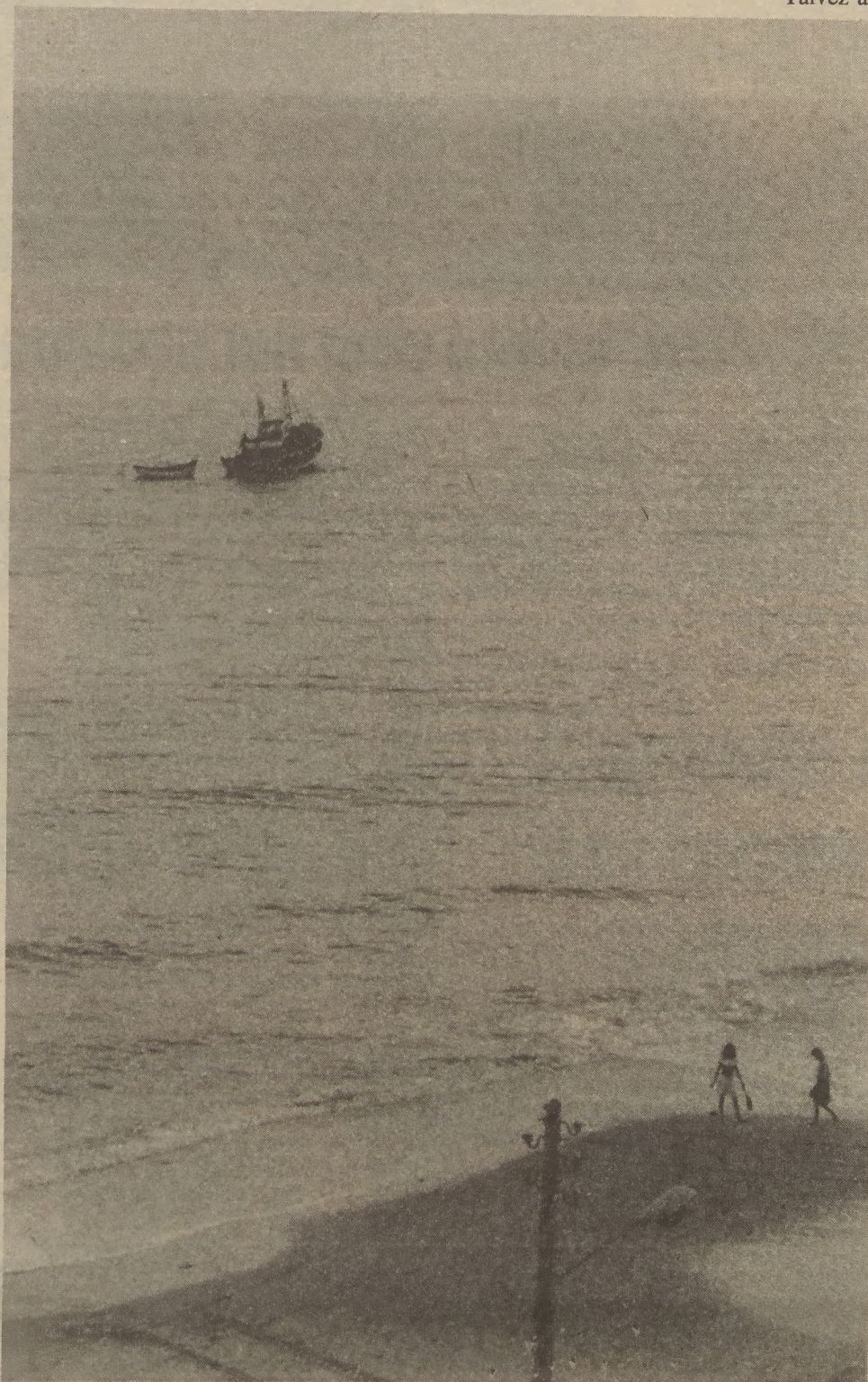
Ou será, como deixam transparecer alguns dos dedicados defensores do federalismo europeu, que se caminha no sentido da constituição duma Guarda Costeira Europeia com competências supranacionais? Se esta é a perspectiva, importa então dizer que ela não serve Portugal. Mas o Governo nada diz.

O Governo, para além de ter constituído um Ministério do Mar, sobre o qual nada consta no programa do Governo, e que parece ter como prioridade a privatização de alguns portos (medida que nem o fascismo tomou e para a qual importa estarmos atentos porque mexe com a defesa nacional) e de ter retirado o Sistema de Autoridade Marítima da orgânica da Marinha e o ter colocado na dependência do MDN, embora delegando no CEMA os poderes administrativos, o Governo, dizíamos, não fez mais nada. Um verdadeiro insucesso!

Portugal, com a maior área marítima da CE, não pode adiar por mais tempo a adopção de uma política que ponha de pé um Sistema de Autoridade Marítima que potencie e proteja o valor económico da sua área marítima e eficazmente exerça a soberania nacional.

⁽¹⁾ — C.R.P. Art.º - 1.

⁽²⁾ — C.R.P. Art.º - 5.



Há todavia, do ponto de vista dos meios empregues, graves e dispendiosos absurdos. Por um lado, um deficiente de soberania, fruto da ausência de uma política de reapetrechamento da nossa Marinha e, por outro lado, uma deficiente prestação em diversas áreas do Sistema de Autoridade Marítima, fruto não só da falta de meios, como também da afectação ao Sistema de meios desajustados.

Julgamos não haver razões para duvidar que se impõe clarificar tal quadro.

A clareza dum trabalho que anda a limpar Lisboa

■ Henrique Custódio

O lixo, numa grande cidade como Lisboa, denuncia aprioristicamente duas coisas: o nível de vida das populações que o produzem e a competência das autoridades que o eliminam; na síntese, encontrar-se-á a qualidade sociocultural da sociedade em questão, mas não é isso que hoje aqui procuramos. O objecto da nossa averiguação é, mais simplesmente, saber dos caminhos que o lixo anda a trilhar na capital, tendo como referência outra dicotomia: o reconhecido melhoramento deste complexo serviço a cargo do pelouro da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Lisboa e a sempiterna reclamação do lisboeta, quantas vezes repimpado no inalienável "direito" de deitar papéis para o chão no pressuposto de que alguém os há-de recolher.

Rui Godinho, vereador comunista no executivo camarário e segunda figura na hierarquia da Coligação Por Lisboa como substituto legal do presidente, é o responsável, entre outras coisas, pelo pelouro da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos. Em conversa no seu gabinete e no discurso fluido que lhe é próprio, explicou-nos por que a cidade de Lisboa está a conhecer uma nova dinâmica nos seus serviços de limpeza, pesem as insuficiências ainda verificadas e a multidão de obras estratégicas que transformaram vastas zonas da urbe em gigantescos estaleiros.

Falámos um pouco de tudo: os meios de que o pelouro dispõe para o lixo e os que reivindica, a importância e qualidade deste serviço público face à gula dos privatizadores de inspiração cavaquista, os grandes projectos e acções do pelouro, matérias que destacamos ao lado. Aqui, fica o miolo de uma conversa onde se abordaram outras coisas.

Começando por traçar uma breve panorâmica da situação, o nosso entrevistado afirmou que "nos últimos sete anos houve uma mudança qualitativa no tipo de resíduos sólidos urbanos produzidos na cidade de Lisboa, com uma muito maior percentagem de papel e cartão (cresceu de 10 para 25%), de plásticos (atinge já os 11%), enquanto diminuíram outras componentes, designadamente matéria orgânica". Esta alteração implicará modificações, quer no sistema de deposição e recolha, quer no sistema e nas tecnologias de tratamento a utilizar. E Rui Godinho especificou:

"Vamos iniciar a recolha selectiva do papel com utilização de contentores especiais, à semelhança do que já se faz com o vidro. Espera-se assim disciplinar o actual caos provocado pelos circuitos clandestinos de recolha de papel, que estão na origem de muita da sujidade que por aí se vê, ao operarem com falta de condições tecnicamente adequadas para a recolha e transporte, utilizando camionetas de caixa aberta donde esvoaça tudo. Em relação ao tratamento, as tecnologias a usar futuramente terão de ser modificadas, no sentido da utilização da incineração".

Das operações integradas ao passeio dos cãesinhos

O lixo vem de muito lado e quando há muita gente a produzi-lo, multiplica-se geometricamente. Daí a Câmara

haver decidido retomar, mas com carácter sistemático, "as operações integradas de limpeza de certas áreas da cidade: num determinado dia concentram-se os meios suficientes e limpa-se um zona inteira de uma só vez (vai começar por Campo de Ourique), trabalho que se articula com as Juntas de Freguesia e é acompanhado por campanhas de sensibilização da população".

Outro projecto que vai arranjar é "a do combate à poluição de dejectos caninos, com a instalação de equipamentos adequados que evitem a sujidade que campeia por muitas zonas residenciais da cidade de Lisboa, devido à forma como os proprietários de espécies caninas as levam a passear".

Anarquias públicas

Entretanto há quem se queixe - e com razão - da anarquia que frequentemente reina por causa das pequenas obras que se instalam na via pública. Rui Godinho subdividiu o problema:

"Por um lado, temos os entulhos. É necessário que as entidades que têm responsabilidade na recolha e remoção de entulhos de obras na cidade, cumpram rigorosamente as regras estipuladas para este serviço, ou seja, não devem deixar permanecer na via pública contentores deste tipo logo que estejam cheios pela rasante, nem permitir a sua utilização para outros tipos de resíduos sólidos. Os nossos serviços, aliás, têm instruções para remover para Beirolos todos os contentores deste tipo que não respeitem as disposições em vigor.

Depois temos as inúmeras valas que se abrem na cidade. É indispensável que todas as entidades que o fazem, públicas ou privadas, tenham uma gestão apertada dos estaleiros que instalam e dos movimentos de terras que fazem.

Com efeito, verifica-se com frequência que os estaleiros apresentam a maior desordem na instalação dos equipamentos e materiais, provocando uma anarquia que contribui para uma certa visão de desmazelo urbano, que não pode ser tolerado. Isto aplica-se a todos. "Finalmente os montinhos de terra e pedras das obras das valas, se feitas de forma incorrecta, constituem pólos de atracção de outras sujidades e lixos.

Como Lisboa nunca teve tantas obras em curso ao mesmo tempo, quer por iniciativa da Câmara, quer por iniciativa das empresas públicas concessionárias (TLP, EPAL, EDP, GDP, etc.), verifica-se frequentemente uma dificuldade na contenção deste tipo de problemas, que só a cooperação poderá resolver".



■ Entrevista com Rui Godinho

"Este pelouro não transigirá"

Enquanto o pelouro da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos prossegue a sua "cruzada" da limpeza da cidade, empenhando-se num projecto que investe na rentabilização e melhoria deste importantíssimo serviço público da cidade de Lisboa, várias cobijas se viram para a privatização destes serviços, na mira do lucro e dentro da filosofia de privatização que o Governo de Cavaco Silva vai impondo ao País. A este propósito, declarou-nos Rui Godinho: "O município de Lisboa, como outros municípios, está a sentir da parte do Governo uma pressão crescente para diminuir os seus gastos em despesas de funcionamento.

No nosso caso, essa diminuição repercutir-se-ia em várias áreas, nomeadamente na contratação de meios humanos adequados para assegurar o alto nível de serviço de limpeza que as estruturas da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da CML vêm assegurando. "Sabe-se que este serviços, com a crescente mecanização de

que vêm beneficiando sob a minha orientação, desde que suficientemente dotados dos meios humanos de que carecem, respondem de forma altamente eficaz às necessidades da cidade e das suas populações. Para além de alguns complementos e ajustamentos em matéria de meios mecânicos (cuja aquisição está em curso), a contratação - já proposta há alguns meses - de mais 120 trabalhadores para a limpeza, prefazendo um total de 1200, permitirá um salto qualitativo ainda maior numa situação que, tenho de reconhecer, é genericamente boa mas sofre ainda de algumas deficiências em algumas zonas da cidade. "Seja desta ou doutra forma, quero afirmar que, sob a minha direcção, este pelouro não transigirá relativamente à prestação de um serviço público que tem de ser de alto nível e que, em boa medida, reflectirá, para o bem e para o mal, uma das principais imagens da gestão municipal da Coligação Por Lisboa".



Com a actual gestão, a limpeza de Lisboa faz-se cada vez com mais pormenor e utilizando meios modernos e eficazes

A rua é a casa maior

Quisemos saber, do próprio responsável pelo pelouro de Higiene Urbana, se afinal a cidade de Lisboa está limpa. A resposta veio directa e pedagógica:

“Eu diria que não está tão limpa quanto eu desejaria, mas para estar efectivamente limpa não basta a Câmara investir meios técnicos, humanos e financeiros significativos. É indispensável uma colaboração activa dos cidadãos que vivem e trabalham em Lisboa”.

Colaboração que, sublinhou Rui Godinho, “é um dever cívico, já que a cidade é de todos. E um dever que terá de se manifestar das mais diversas formas, que podem ir desde o simples gesto de não deitar um papel, uma beata ou uma lata para o chão, depositando-o nos locais próprios, até ao cumprimento do regulamento dos resíduos sólidos da cidade de Lisboa (que estipula a forma e os horários de colocação dos contentores prediais na rua para efeitos de remoção), à não colocação na via pública de objectos de média e grande dimensão que se deixaram de usar (há um serviço próprio de recolha destes materiais, que pode ser pedido por telefone), etc.”.

E Rui Godinho concluiu:

“Enfim, o que nós pedimos aos cidadãos de Lisboa é que tenham uma atitude positiva no seu quotidiano, face à limpeza e ao ambiente em geral na cidade. Para tal, gostaria de lembrar o que afirmo muitas vezes: a rua é a casa maior onde todos vivemos. Se em nossa casa cuidamos de ter sempre bem acondiciona-

do o lixo que produzimos, por que diabo não havemos de fazer o mesmo em todos os locais que frequentamos fora dela?!...”

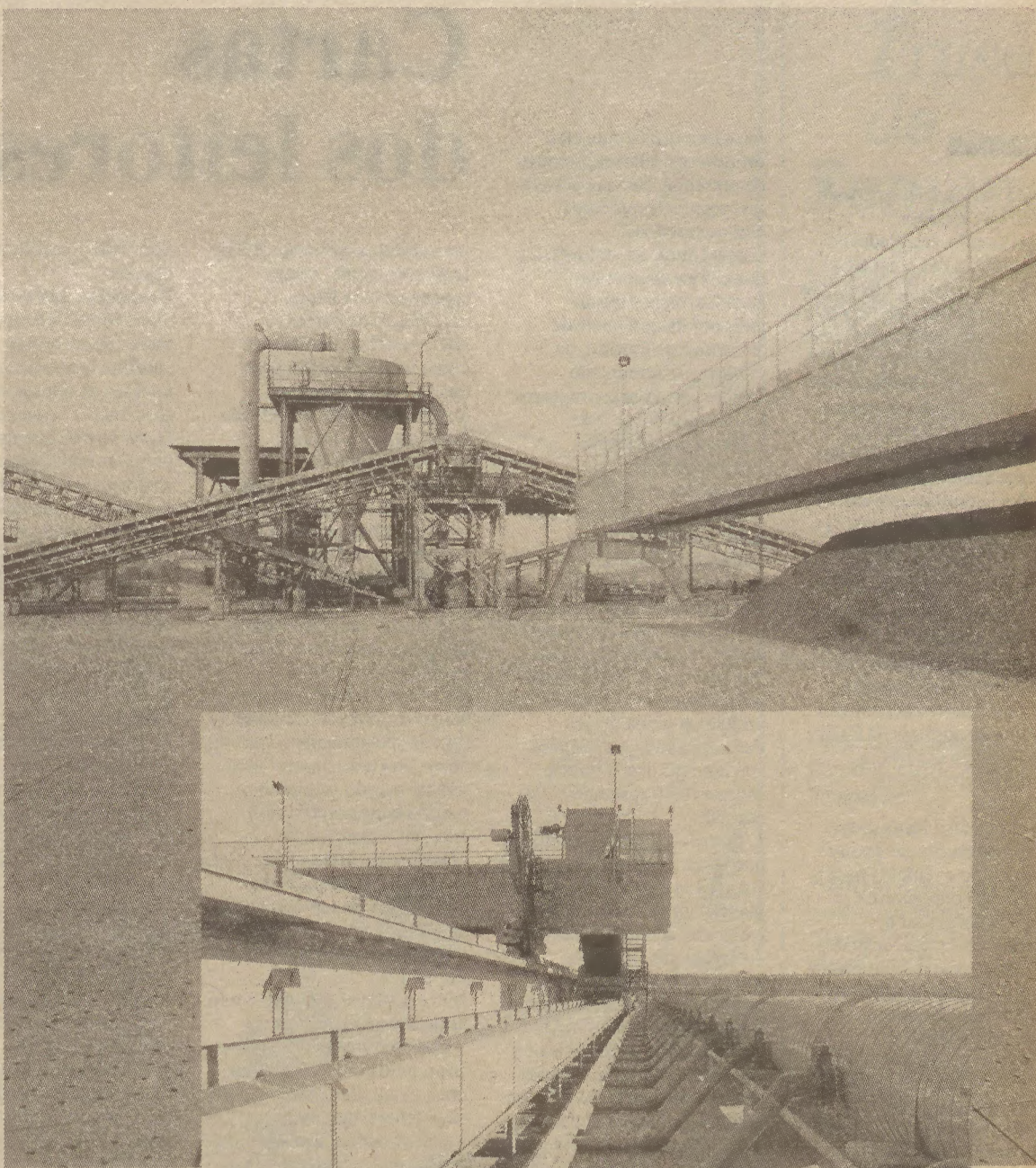
Boa pergunta...

A engenharia sanitária e os problemas culturais

Daí que o pelouro da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos do actual executivo da CML dê uma particular atenção à pedagogia:

“Naturalmente que temos em curso acções de educação e sensibilização sanitária, particularmente viradas para os mais jovens. No ano lectivo que agora começa, esta campanha tem uma particular incidência em todas as escolas da cidade até ao Secundário, já que as crianças e os adolescentes são um veículo privilegiado de sensibilização de toda a comunidade para esta problemática, que a todos diz respeito.

“Em síntese, eu diria que o problema da limpeza, da higiene urbana, do ambiente e dos espaços públicos numa cidade como Lisboa, sendo, como é, um problema de engenharia sanitária e ambiental, é também, em muito larga medida, um problema cultural. Daí esta necessidade de actuar sobre o espírito cívico e a consciência das pessoas, visando atingir o objectivo de todos considerarem a cidade como sua, como algo que amam e respeitam e tratando-a como tal”.



Pormenor da Estação de Tratamento dos Resíduos Sólidos, em Beirolas



«A contratação, já proposta há alguns meses, de mais 120 trabalhadores para a limpeza, prefazendo um total de 1200, permitirá um salto qualitativo ainda maior» na limpeza de Lisboa



Continua em curso a aquisição de meios mecânicos para otimizar os serviços

O grande combate das incinerações

No capítulo das grandes iniciativas conduzidas pelo pelouro da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da CML, avulta um programa fundamental e pioneiro na cidade para resolver o problema dos detritos hospitalares. Rui Godinho explicou:

“Está neste momento em concurso público internacional um projecto para a instalação em Lisboa de um subsistema de remoção, transporte e tratamento por incineração dos resíduos sólidos hospitalares contaminados.

“Trata-se de um projecto que foi elaborado a partir de um estudo realizado sob a direcção do meu gabinete e que deu lugar à celebração de um contrato-programa com o Ministério da Saúde, para resolver este gravíssimo problema da saúde pública e do ambiente na cidade de Lisboa. Trata-se do salto qualitativo mais importante dado nestas duas últimas décadas, nesta matéria.

“Este projecto é integralmente financiado pelo Ministério da Saúde através do programa comunitário “ENVIREG”, sendo da responsabilidade da Câmara o lançamento do concurso público internacional e a gestão do subsistema a instalar, que será concessionado”.

Entretanto está em curso neste momento a execução de uma empreitada de cobertura do parque de maturação do composto (produto resultante da fermentação de resíduos) na Estação de Tratamento de Beirolas, tendente a minorar os efeitos negativos que, em termos de cheiros, uma acumulação do composto a céu aberto provoca.

Rui Godinho recordou ainda que “estamos a estudar com os municípios de Loures, Amadora e Vila Franca de Xira a instalação de uma unidade de incineração que sirva as quatro autarquias”.

Cartas dos leitores



Sugestão

Tendo em atenção o período difícil que estamos atravessando, resultado de erros e faltas de informação atempada e convenientemente dirigida, permito-me vir junto do camarada responsável pelo «Avante!» sugerir a criação de uma coluna destinada a esclarecer aqueles que como eu têm pouca formação política, e ainda todos os que independentemente da sua tendência política queiram saber qual a verdade dos problemas que os preocupa.

- Os efeitos do Tratado de Maastrich para Portugal
- O que se passa, de verdade, nos países do Leste
- O facto da polícia espanhola poder actuar em Portugal
- O satélite que vai controlar a produção agrícola da CEE
- A actuação das forças alemãs e francesas na Jugoslávia

● A alteração à lei da greve Estes e outros temas podem servir como exemplos para perguntas pontuais cuja resposta vai ajudar a fortalecer a participação dos cidadãos para um voto mais e que o «Avante!» pode com a verdade que defende esclarecer leitores e consultores, desde que sejam motivados para tal com uma campanha adequada.

A informação do «Avante!» peca por uma linguagem repetitiva, com mentalidade de Assembleia da República e de comunicado, que não chega à maioria dos nossos camaradas e do Povo português que padece de falta de instrução e que está obscurantado pela informação fabricada. — **Dai resulta a dificuldade em assimilar e discernir correctamente.**

É urgente criar uma mensagem acessível que demonstre com uma clareza matemática de instrução primária aquilo que os Mestres têm dificuldade em fazer entender. Para eles é tudo fácil. São catadráticos. Mas, o País é constituído por gente simples que está constantemente a ser deformada por uma intoxicação desinformativa que os leva a acreditar na mentira instituída.

A apresentação gráfica do «Avante!» não desperta no leitor o interesse pela leitura do texto, a não ser os títulos que o interessa directamente.

**É de motivar!
É de fazer marketing com sinal positivo!**

As minhas desculpas sinceras por este desabafo.

João José Fitas Ouro
Lisboa

Qualidade militante

Para a imagem do Partido junto da generalidade do nosso povo, e sobrepondo-se às densas campanhas de contra-informação que lhe lançam, conta sobremaneira a postura moral e humana daqueles que para a maioria são essa imagem, os militantes do nosso Partido. Partindo desse pressuposto, que julgo válido, colocaria as seguintes questões:

1. Pode-se compreender a brandura com que são tratados os camaradas que eleitos nos órgãos de poder

local embolsam para eles próprios os salários, prémios de presença, etc. que por via do cargo para que foram eleitos recebem?

Esta postura, em tudo igual à dos eleitos dos outros partidos, não os torna indignos da qualidade de militantes do Partido, no mínimo, de serem pelo Partido novamente propostos para cargos públicos?

2. Não nos taldaremos demasiado pelas consequências negativas imediatas que a denúncia da corrupção moral de um destacado dirigente do Partido (local, regional, nacional, sectorial...) possa trazer para o prestígio e acção do Partido, não tomando as medidas que de outra forma seriam normais, acabando por prejudicar ainda mais o Partido quando o bichinho corruptor se desenvolve e assume o seu caminho normal?

3. Dever-se-á, num partido que assume o papel de vanguarda numa sociedade, manter um certo padrão de exigência que assumo como autêntico privilégio a qualidade de militante do partido, ou antes, permitir que essa qualidade militante possa ser invocada por homens que não traduzem os altos ideais de solidariedade, desinteresse pessoal, humanismo e entrega que sempre nortearam o Partido?

Não façam estas questões pensar que tenho do Partido e do colectivo que ele é um quadro negro, antes pelo contrário, é pela certeza que tenho dos altos valores humanos da esmagadora maioria do colectivo partidário que mais me preocupam estas situações. Afinal é da nossa identidade colectiva que se trata, porque se todos cometemos erros e desvios, não podemos nunca ser pactuantes, enquanto militantes e enquanto colectivo, com situações que comprometem o nosso Partido e, por arrasto, compromete o nosso Povo.

Manuel Gouveia
JCP

Uma opinião

A vitória (conjuntural) do capitalismo sobre o socialismo foi possível pela obtenção da supremacia ideológica a nível mundial e essa supremacia deveu-se a debilidades reais do socialismo.

As condições objectivas que permitiram a queda do socialismo e restantes países do leste europeu, não resultaram tanto da falta de resposta em matéria de bens de consumo e aplicação generalizada das novas tecnologias na indústria e serviços, mas à falta de iniciativa, de criatividade e de estímulos em sociedades altamente centralizadas e burocratizadas onde os cidadãos eram sujeitos passivos face a uma acção estatal profundamente «paternalista» que, decidindo por eles, impedia o seu próprio crescimento e até impedia, de certa maneira, uma visão realista da contemporaneidade. Terá sido uma fase «infantil» de socialismo, a que se seguirá um novo socialismo,

necessariamente mais adulto, mais consciente, menos ingénua e com maior capacidade de defesa. Não entendo como defeito, como factor de explicação dos acontecimentos no mundo socialista, a confusão entre partido e Estado. Entendo o partido como instrumento de eficácia para a transformação política e para o encaminhamento que tem por objectivo o fim da exploração do homem pelo homem. Um partido comunista no poder só não deve substituir-se ao Estado enquanto tiver que se defender estrategicamente de forças capitalistas mas, num mundo globalmente socialista como será o do futuro (ou não haverá mundo habitado) o partido comunista deverá encerrar o mais amplo conceito de democracia profunda e plena que só o inimigo vai impedindo que se concretize em sociedades capitalistas ou face à força do imperialismo.

Não é possível entender como negativa a experiência de socialismo real de cerca de 70 anos, pelo contrário, não só era a alternativa possível para os bolchevistas como revolucionários consequentes e, apesar dos acidentes de percurso e dos erros que não podemos esquecer para não repetirmos, como constituiu um contributo determinante para a actual situação em matéria de direitos adquiridos e da consciência global que permitiu. Não sinto qualquer disponibilidade nem entendo a posição de comunistas e outras forças progressistas para uma importante «mea culpa» a par do esquecimento e consequente desculpabilização dos hediondos crimes do capitalismo/imperialismo. Capitalismo/imperialismo que, ao recuperar conceitos como democracia, direitos humanos e paz de mistura com a economia de mercado assente em bases de um feroz individualismo concorrencial, tem vindo a dominar mentes e ideias, através dos mais sofisticados mecanismos, nomeadamente em sectores da intelectualidade que, alimentando-se de ademanos e penachos mais ou menos bem pagos se esquecem do conteúdo concreto dos referidos conceitos que nortearam por vezes décadas das suas vidas.

O embuste da democracia no capitalismo não se traduz só no fechar de olhos complacente às ditaduras subservientes e aos «golpes democráticos», traduz-se também, como sentimos, na perda permanente de direitos e liberdades concretos e da capacidade real de participação em «democracias de voto periódico» em que cada vez há menos gente motivada para o exercício de um direito vazio.

É, pois, cada vez mais claro que sem democracia económica, cultural, social, a democracia formal nem tem expressão de democracia política. É cada vez mais claro que não há liberdade possível sem direito ao trabalho, que não há

liberdade sem direitos e deveres. É também cada vez mais claro que a «paz» que vivemos se traduz numa brutal conflitualidade social e em milhões de mortos sob todas as formas de violência. O socialismo que existiu e, por isso, muito justamente se chamou real, a par dos erros que, em meu entender, a compreensão da sua própria inserção mundial e, por outro lado, a corrida armamentista, a par das ajudas económicas e humanas a países em desenvolvimento e a formações políticas progressistas custou um preço elevadíssimo, inaguentável a nível interno, sobretudo para uma população muito habituada a ser «conduzida» e a ver os problemas resolvidos sem a sua intervenção, pouco exercitada no pensamento dialéctico.

Para competir com o capitalismo na situação de uma maior abertura mundial que se tornou imperativa, teria o socialismo de ter tido capacidade de resposta a uma grande exigência de democracia e aí, para qualquer atento visitante ocidental, o atraso democrático e o consequente peso burocrático já faziam prever grandes dificuldades. Perdemos muito, nós os povos de todo o mundo, com a derrota conjuntural do socialismo.

É ainda difícil prever até onde será o recuo, o que será ou não possível evitar com a resistência activa. Mas o futuro encerra já o germe da mudança na actual juventude, o capitalismo, por seu lado contém em si próprios os factores da sua liquidação. O nosso Congresso realiza-se em tempos difíceis com um horizonte visível de grande alegria. Há frestas abertas, há tentativas de as encerrar. Há que agrupar as forças necessárias para as escancarar.

Maria Eduarda Castro
Porto

Sobre os documentos para o XIV Congresso

Correspondendo aos apelos contidos na Resolução do Comité Central de 9 de Julho de 1922, início, com uma primeira carta, a minha apreciação sobre os três documentos já publicados com vistas ao XIV Congresso.

Na medida do possível, fá-lo-ei com a intenção de contribuir para melhorar os documentos já saídos e ajudar a tornar mais claros aspectos menos acessíveis ou que necessitem de maior desenvolvimento os acontecimentos que conduzirão à liquidação da 1ª fase da Revolução de Outubro, sempre presentes no meu espírito e motivando a procura de explicações indispensáveis para o desenvolvimento da 2ª fase, vão marcar muitos aspectos da minha intervenção. Poderá objectar-se que os nossos problemas e o nosso

Partido não têm nada a ver com eles o que, para mim, não é válido.

Há ensinamentos a colher, mesmo que se considere que ainda é cedo para fazer História!

Por outro lado, até que ponto todos nós, individual e colectivamente, temos responsabilidades no que aconteceu?

Sobre o Regulamento para Debate no Partido e Eleição de Delegados ao XIV Congresso:

1— Assembleias Plenárias (AP)

1) O material proposto para análise nos Plenários exige que sejam realizadas as AP necessárias para o efeito, para dar aos militantes e aos delegados a eleger a maior consciência da importância do XIV Congresso.

8) As actas das AP deverão ser submetidas à aprovação das mesmas.

11) A votação, na generalidade, não deveria ser considerada. Falseia os resultados formativos e informativos que resultarão duma análise, trabalhosa, sem dúvida, mas que dará, aos intervenientes, a maior consciência político-ideológica.

13) As propostas de alteração aprovadas nas AP, que não forem aceites pelo CC, deverão ser objecto de comunicação às AP que as fizeram, mantendo em aberto todas as possibilidades de esclarecimento, antes do Congresso.

15) Só deverão ter direito a voto, nas AP, os militantes que estejam em dia com a sua quotização. Por outro lado, o número de inscritos deve ter em conta que estar inscrito e não ter a quotização em dia não pode nem deve contar para a proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido.

23) Se a eleição de delegados não decorrer de acordo com o Regulamento penso que a AP pode resolver os problemas criados, pelos poderes que possui, sem ser necessária a intervenção dum organismo superior que, naturalmente, só deverá servir de árbitro, no sentido de clarificar o processo e não de se sobrepor ao mesmo.

25) Penso que a votação de

braço no ar, depois de a discussão detalhada dos documentos ter sido feita e de haver um consenso tácito é perfeitamente válida.

Se essas condições não existirem, se, no decorrer da discussão, não se afirmar uma maioria expressiva, a Mesa deve resolver o problema, com o assentimento da AP, por voto secreto e, já agora, é necessário que a Mesa esteja prevenida para todas as eventualidades de modo a não contribuir para atrasar os trabalhos.

26) É válido, para este número, o que foi dito em relação ao anterior. Já sabemos que os organismos que convocam as AP vão levar, para as mesmas, listas de candidatos a delegados efectivos e suplentes e que as AP as vão aprovar. São hábitos adquiridos que necessitam de ser revistos, como muitas outras coisas!

Considero mais correcto fazer circular, com tempo, entre os militantes que participam nas APs para eleição de delegados efectivos e suplentes, uma lista com os nomes dos militantes capazes de cumprir o mandato que lhes vai ser confiado pela AP, dando aos presentes, com direito a voto, a faculdade de escolher e de propor camaradas que não constem da referida lista. Quanto ao exercício do mandato não seria de mais que houvesse uma referência ao modo como os delegados o devem exercer, de acordo com as posições assumidas pelas APs e, ao colocar esta questão, faço-o para tentar acabar com o envio ao Congresso de delegados que só vão fazer figura de corpo presente.

Por outro lado os delegados podem encontrar-se frente a questões para que não foram mandatados; julgo que, neste caso, deveria ser dado um tempo de reflexão, para uma tomada de posição independente da influência da Mesa. É necessário demonstrar, na prática, a importância que, para nós, tem a arraiá miúda, reforçando o seu poder decisório.

Ernesto Rodrigues
Tires

Proposta de emenda ao

PROGRAMA

(uma só proposta em cada impresso)

Pág. n.º _____

N.º do Ponto:

Linha n.º _____

Proposta de emenda às

TESES

(uma só proposta em cada impresso)

Pág. n.º _____

N.º do Ponto:

Linha n.º _____

Proposta de emenda aos

ESTATUTOS

(uma só proposta em cada impresso)

Pág. n.º _____

Artigo n.º:

n.º:

Gazetilha

Maneiras de dizer

Que diz Cavaco, com seu ar distinto?
Que não, não vamos apertar o cinto.

Porquê o escudo sobe tanto o rumo?
Pois é, pois é, pra baixar o consumo...

(E consumindo pouco, ou nada, a inflação
logo vem por aí, de escantilhão...)

Apertar cinto, não: austeridade.
Palavras lindas, feia realidade...

Manobras

Na contradança da dança
ouve-se um tiro e outro tiro.
No campo da alta finança
Belmiro vende a Belmiro.

E o que é pior, na finança
Belmiro compra a Belmiro.
Assim se lançam na dança
dois tiros no mesmo tiro...

Propinas

O Couto a filosofar
com seus trejeitos nobres:
— Ricos não devem pagar
como pagam os pobres.

Dizendo assim, está a pensar
com seus escondidos picos:
— Pobres, sim, devem pagar
o que pagam os ricos...

Beneméritos

Afastaram-se os véus
na imprensa animada
no badalão fagueiro.
Lá estava o João de Deus
(conhecem, o Pinheiro)
golfando uma tacada.
Ao lado, no jornal
um ar de quem promete
no desporto que faz:
eis o Mira Amaral
ergue ao céu a raquete
e zás, trás, pás!

São duas vocações que se perderam
pois ao bem público ambos tudo deram.

(Fazes bem rir, leitor. É o que eu acho.
Por que é que ris tão baixo?...))

O que há, não há

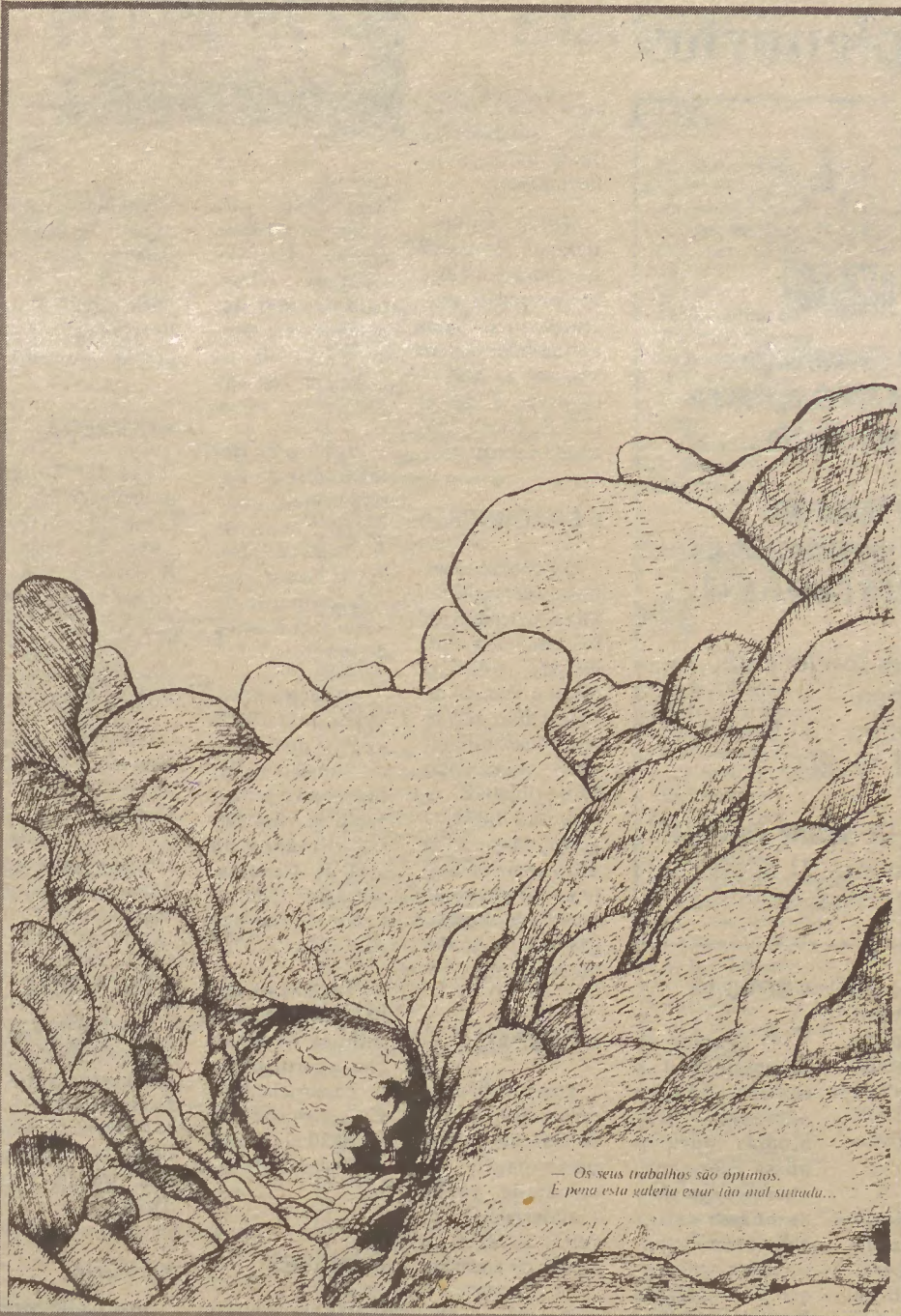
De mal em mal se diz que o bem vai bem.
O País, de alegrias, entristece.
No calor dos infernos se arrefece.
Todo o mundo quer paz, guerra ninguém.

Tem quem tem, quem não tem já não há quem.
Quem não tem pão, nem mesmo lhe apetece.
O que ainda bem não está, mais bem parece
quando tece o paleio do tem-tem.

A crise que aí está, crise não há
e se houver, quando houver, não haverá
só o deserto teremos em redor.

A crise? Ah, não! Que importa, se é segredo?
Podeis cantar e rir, de tanto medo.
Tudo vai bem. Esperemos o pior.

■ **IGNOTUS SUM**



— Os seus trabalhos são óptimos.
E pena esta galeria estar tão mal situada...

Honestos I

Depois de manifestar uma estranha obsessão de que nenhum agente do Estado, político ou não, ganhasse mais do que ele próprio, Cavaco Silva aparece agora empenhado numa outra estranha batalha pessoal: a de que todos os dirigentes partidários tornem públicas as suas declarações de IRS. Para tal, começou ele próprio a dar o exemplo, embrulhando-se numa complicadíssima teia de informações e correcções, anunciando-se, primeiro, vencimentos e despesas de representação de 380 e 240 contos/mês, respectivamente, para depois se passar, "após verificação do recibo do mês de Setembro e para ser exacto", os montantes de 429 395\$00 e 199 995\$00. Contentíssimo consigo próprio, Cavaco Silva fez ainda saber através do mesmo porta-voz que "se sente à vontade nesta matéria porque é o único titular de cargo político que até agora se disponibilizou para revelar publicamente os recibos do seu vencimento". É no mínimo curioso este empenho pessoal do Primeiro-Ministro em divulgar os seus rendimentos de governante em tom de bravata, enquanto se cala no que respeita às sucessivas corrupções que têm polvilhado os seus Governos, envolvendo os seus ministros e milhões de contos dos dinheiros públicos, ou exige esclarecimento público

sobre as quantias e valores astronómicos que têm passado do património do Estado para os bolsos dos beneficiários das privatizações PSD. A mulher de César não bastava ser honesta, era preciso parecê-lo. A César, na versão Cavaco Silva, pelos vistos é suficiente parecê-lo...

Honestos II

Entretanto, enquanto Cavaco Silva se empenha em divulgar à imprensa a sua honestidade pessoal, Leonor Beleza e Miguel Cadilhe - precisamente dois dos protagonistas de escandaleiras governamentais que Cavaco Silva ignorou - andam interessadíssimos em impor uma nova Lei de Imprensa, que, naturalmente, lhe reduza os movimentos e liberdades de informação. São todos tão honestos!

O Batata

Tratando-se de um tema de grande significado e elevado interesse, permitimo-nos transcrever alguns traços biográficos do Sr. Batata Cerqueira Gomes, segundo são divulgados *urbi et orbi* pelo último número da alcoviteira em quadricromia que dá pelo nome de «Olá» e utilizando exclusivamente palavras do interessante artigo da revista.

O Sr. Batata Cerqueira Gomes (como é conhecido) «tem 29 anos e é do signo

Balança. Podemos considerá-lo como um dos mais antigos "fazedores" da noite do Porto». «Começou por organizar festas no "Twin's" ali para o lado da Foz» e «o "Twin's" foi o ponto de partida para a carreira profissional do Batata. Depois, nasce o "Sun of a Beach", de parceria com o seu irmão Néné e Salvador Guedes.»

«Depois, casa com Raquel Perez Lafuente Albuquerque de Oliveira. E afasta-se, por três meses, da agitação da noite portuense. Mas quem é da noite não consegue dar-se bem com o dia. E aí temos o Batata a abrir o "Oh" a meias com uns amigos.» «Estava o Batata no "Oh" quando lhe aparece um convite para relançar uma discoteca. A "D. Urraca" (...) que voltou a reconquistar o seu lugar. (...) Se o Batata estava à frente, então era noite divertida pela certa.»

«Mas a mãe, Dulce Cerqueira Gomes, grande apaixonada pela cozinha, decide abrir um restaurante. E lá aparece Batata metido nos planos, ele e um dos seus irmãos o "I".» «Este ano, Batata decide enfrentar a forte concorrência e abriu, no Verão, o "Bar da Praia do Homem do Leme". «José Manuel Simões convida-o para o novo "Twin's" e ele «quer voltar a ter no "Twin's" as caras conhecidas do "jet set" portuense.»

«O Batata é um homem da noite. E o que seria da noite sem ele?». Sim, que seria, carago?

frases da Semana

«O seu pai estava certo quando fez frente a Joe McCarthy, mas você está errado ao atacar o meu patriotismo.»

☞ (Bill Clinton a George Bush, no debate na TV americana — «Diário de Notícias», 13.10.92)

«Um referendo poderia aumentar o peso negocial de Portugal na CE? É escusado, pois Portugal não necessita desse reforço.»

☞ (Dias Loureiro — «Expresso», 10.10.92)

«Não tenho qualquer rivalidade com Fernando Nogueira.»

☞ (Idem)

«Quem disse que eu era ordinário foram uns ordinários jornalistas que por aí andam...»

☞ (Alberto João Jardim — «O Diabo», 13.10.92)

«Agora, quando folheio o "Correio da Manhã", deparo com um jornal sóbrio e confido. Se a escalada do sensacionalismo televisivo continuar, o diário de Vítor Direito e Carlos Barbosa vai parecer-nos tão denso e livresco como o "Times" ou o "Frankfurter Allgemeine Zeitung".»

☞ (Mário Mesquita — «Público», 11.10.92)

«Verdadeira revelação na RTP está a ser o jovem Paulo Bastos, a quem as eleições de Angola permitiram demonstrar qualidades de grande repórter.»

☞ («O Diabo» — 13.10.92)

«O Expresso e a SIC pertencem ao mesmo grupo, o que não significa que sejam menos independentes um do outro — e mesmo, em muitos casos, concorrem.»

☞ (José António Saraiva, «Editorial» — «Expresso», 10.10.92)

«SIC tem imagem positiva.»

☞ (título — «Expresso», 10.10.92)

«Em algumas cadeias americanas, os "pivots" chegam a ficar 15 anos, semanas a fio, a apresentar os noticiários.»

☞ (Emídio Rangel, Director de Informação e Programas da SIC — «Expresso», 10.10.92)

«Quanto à "Senhora Dois", deu à luz um pequeno televisor que, ao que parece, é a minha cara. Não lhe auguro nada de bom.»

☞ (M. Correia, «Cartas do Leitor» — «Expresso», 10.10.92)

Reuniões e plenários

• ALANDROAL

Plenário da célula da CM: sexta-feira, dia 16, às 21.00.

• ALJEZUR

Reunião concelhia de militantes: quarta-feira, 21, às 21.30.

• AMADORA


Plenário de militantes do concelho da Amadora, para debate dos Projectos de alteração aos Estatutos e Programa do Partido: segunda-feira, dia 19, às 21.30, no Auditório Municipal, com a participação do camarada José Casanova.

• ÁGUEDA

Plenário de militantes da organização concelhia, para discussão da situação política e dos documentos para o XIV Congresso: sábado, 17, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• AVEIRO

Plenário da organização conce-



Os documentos para o XIV Congresso em debate

Plenários com a participação de CARLOS CARVALHAS

- **Sectores Intelectuais de Lisboa**
19 Outubro – 21 horas – CT Vitória
- **Sector de Saúde da ORL**
22 Outubro – 21 horas – CT Vitória

Reunião preparatória do XIV Congresso, com a participação do camarada Sérgio Teixeira. Sexta-feira, 16, às 21.30, no Centro de Trabalho de Aveiro.

Reunião da organização de freguesia de Anta: sexta-feira, às 21.30, em casa do camarada Carlos Loureiro.

• BRAGA

«O Tratado de Maastricht e a independência nacional — problemas para a nossa economia, questões sociais e de ordem cultural»: debate público com a participação do camarada Rogério de Brito, deputado no PE.

Sexta-feira, 16, às 21.30, no Salão da Junta de Freguesia de S. Lázaro.

Hoje, quinta-feira, em Barcelos e amanhã em Guimarães prossegue a semana de esclarecimento sobre o Tratado de Maastricht que a que a D.O.R. Braga tem estado a promover.

• BRAGANÇA

O camarada Joaquim Miranda da Silva, deputado no PE, participa num debate público sobre o Tratado de Maastricht que se realiza sexta-feira, dia 16, no Auditório Paulo Quintela.

Ainda em Bragança, Miranda da Silva estará presente no sábado numa reunião de informação com sindicalistas do distrito.

• CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia de Cascais, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: sexta-feira, às 21.00 no Centro de Trabalho.

Reunião da Comissão Concelhia

Agenda

de Cascais, para discussão dos documentos para o XIV Congresso e também das eleições autárquicas: sábado, às 14.00, no Centro de Trabalho de Cascais.

Plenário de Reformados da Parede — hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho da Parede, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

Almoço-convívio de militantes e amigos no Centro de Trabalho da Parede, com a participação de Vítor Silva, vereador na CM de Cascais: sábado, às 13.00 no Centro de Trabalho da Parede.

Plenário de militantes de S. Domingos de Rana com a participação do camarada José Casanova: sábado, às 15.30 no Centro de Trabalho de Tires.

• CHAVES

Debate sobre o Tratado de Maas-

tricht com a participação de Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no PE: sábado, às 21.30, na Escola Secundária Fernão Magalhães.

• COIMBRA

Sessão pública de esclarecimento e debate sobre o Tratado de Maastricht, no Cine-Teatro Avenida: sexta-feira, às 21.30, com a participação do camarada João Amaral.

Convívio com Noite de Fados, promovido pela Comissão de Bar do CT de Coimbra: sábado a partir, das 22.00, no Centro de Trabalho.

• ESTREMOZ

Plenário de militantes da freguesia de Arcos: sexta-feira, às 20.00.

Plenário de militantes de S. Domingos: sábado, às 19.00.

• ÉVORA

Plenário da DO-REV, para discus-



ÁLVARO CUNHAL

é o convidado do Programa

GRANDE JÚRI DA TSF

Sábado, 17 das 12 às 13 horas

são dos documentos do XIV Congresso, com a participação do camarada Domingos Abrantes: sábado, a partir das 10.00.

Plenário do sector Industrial: segunda-feira, às 21.00.

Plenário do sector de Serviços: terça-feira, às 21.00.

Plenários de militantes das Zonas Oeste e Norte da cidade de Évora: quinta-feira, dia 22, às 21.00.

• FARO

Reunião preparatória do XIV Congresso com Sectores Operários do concelho de Faro: sexta-feira, às 21.30.

Reunião com Reformados do concelho de Faro: domingo, às 15.00.

• FIGUEIRA DA FOZ

Sessão pública de informação e debate sobre o Tratado de Maastricht, com a participação do camarada Sérgio Ribeiro, deputado no PE: sexta-feira, dia 16, às 21.30, no Auditório do Museu Municipal da Figueira da Foz.

• LAGOA

Reunião de quadros do concelho de Lagoa: quinta-feira, dia 22, às 21.30.

• LAGOS

Reunião geral de militantes de Odeá-

xere: sexta-feira, às 21.30.

Reunião dos sectores Reformados, Mulheres e Pescadores de Lagos: sábado, às 16.00.

Reunião de militantes de Almadena: segunda-feira, às 21.30.

• LEIRIA

Debate sobre o Tratado de Maastricht com a participação do camarada Carlos Brito: no Hotel Liz, sexta-feira, às 21.30.

• LISBOA

«O Capitalismo no mundo e em Portugal»: primeiro debate de um ciclo denominado «A Batalha Ideológica na Luta de Massas», promovido pela DORL. Este primeiro debate é moderado pelos camaradas Octávio Teixeira e Clarinda Nogueira. Amanhã, sexta-feira, às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Convívio organizado no Cabeço de Montachique (Loures) pela JCP/Ensino Secundário de Lisboa. De manhã, debate sobre o Secundário e intervenção associativa; almoço-convívio, às 13.00; debates à tarde; música.

Almoço-convívio no CT de Alcântara, promovido pela Comissão de Freguesia de Alcântara, com a participação do camarada Aurélio

Santos, Domingo, às 13.00.

Reuniões e plenários:

— plenário da célula da Gulbenkian: hoje, quinta-feira, às 18.00, no CT da Av. António Serpa;

— plenário da célula da EDP: hoje, às 19.00, no CT da Av. António Serpa;

— plenário da célula Funcionários do SITAVA: hoje às 20.00, no CT Vitória;

— plenário de militantes da freguesia de Benfica, para discussão dos projectos de Programa e Estatutos, com a participação do camarada Domingos Lopes: hoje, às 21.30, no CT de Benfica;

— reunião de eleitos unitários (bancários) sobre a situação na Banca: sexta-feira, às 9.30, no CT Vitória;

— plenário das freguesias de Alto Pina, Arroios, P. França e S. João para debater propostas de alteração do Programa e Estatutos, com a participação do camarada Júlio Filipe: sexta-feira, às 21.00, no CT de Arroios;

— plenário das organizações de Linda-a-Velha e Carnaxide: sexta-feira, às 21.00, no CT de Carnaxide;

— plenário da freguesia do Beato, com a participação do camarada Marília Vilaverde Cabral: sábado, às

C. T. Vitória

Ciclo de Debates

«A Batalha Ideológica na Luta de Massas»

16 de Outubro – 18.30 Horas

«O Capitalismo no Mundo e em Portugal»

com: Octávio Teixeira
Clarinda Nogueira

22 de Outubro – 18.30 Horas

«Projecto e valores do PCP A campanha contra o partido»

com: José Casanova
Pedro Ramos de Almeida
Margarida Aboim

29 de Outubro – 18.30 Horas

«Internacionalismo, Cooperação, Solidariedade, Luta anti-imperialista»

com: Carlos Aboim Inglês
Paula Henriques

DOMINGO – 18 DE OUTUBRO DAS 10 ÀS 18 HORAS

no Cabeço de Montachique (Loures)

O DEBATE O CONVÍVIO A FESTA

- De manhã – Debate sobre o Secundário, a intervenção associativa, a JCP
- Almoço de convívio, às 13 horas
- À tarde – Conversas soltas sobre Maastricht e sobre Educação Sexual – Música

LÁ ESTAREMOS!

Nota:

- Há transportes organizados nos vários concelhos.



Juventude Comunista Portuguesa
Ensino Secundário do Distrito de Lisboa

Não a Maastricht

Exposição e zona de debate de 14 a 17 de Outubro no Rossio

PORTO Jantar de Solidariedade

com CUBA

17 Outubro 92 – Sábado

20 horas

HOTEL TUELA

16.00, na Sala da J. Gregoriana/Beato.

— plenário das freguesias de S. José, Pena, Coração de Jesus e Anjos: sábado, às 15.30 no CT Vitória;

— plenário conjunto das freguesias de Lumiar, Charneca e Ameixoeira para discussão das Teses para o XIV Congresso, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: sábado, às 15.00, no CT do Lumiar;

— plenário de militantes da freguesia de Ajuda: sábado, às 15.00, no CT da Ajuda;

— plenário de militantes dos Sectores Intelectuais de Lisboa, para apresentação das Teses e introdução ao debate, com a participação do camarada Carlos Carvalhas: segunda-feira, dia 19, às 21.00, no CT Vitória;

— Plenário de camaradas Reformados, preparatório do XIV Congresso: terça-feira, às 14.30, no CT Vitória, com a participação do camarada Abílio Martins;

— plenário da célula da CML: terça-feira, dia 20, às 19.00, no CT Vitória;

— plenário da célula da TAP: quarta-feira, dia 21, às 19.00, no CT da Av. António Serpa;

— plenário do Sector da Saúde para discussão dos Estatutos, Programa e Teses para o XIV Congresso, com a participação do camarada Carlos Carvalhas: quinta-feira, dia 22, às 21.00, no CT Vitória.

• LOURES

Reunião de activistas da CDU: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho do PCP de Loures.

Plenários de militantes para debate dos documentos para o XIV Congresso:

— sexta-feira, às 21.30, em Santo António dos Cavaleiros (sede da Associação de Moradores), com a participação do camarada Francisco Pereira;

— sexta-feira, às 21.30, no Catujal (no CT), com a participação do camarada Abílio Martins;

— sexta-feira, às 21.30, em S. João da Talha;

— sábado, às 15.00, em Vale Figueira;

— sábado, às 15.00, em Sacavém;

• MONTEMOR-O-NOVO

Plenário de militantes de Maia: sexta-feira, às 20.30.

• MORA

Plenário de militantes da freguesia de Cabeção, com a participação do camarada Raimundo Cabral: sexta-feira, às 20.30, na sede da Junta de Freguesia.

Plenário de militantes da freguesia de Mora, também com a participação do camarada Raimundo Cabral: segunda-feira, às 20.30, no CT de Mora.

• PINHAL NOVO

Debate sobre o Tratado de Maastricht com a participação da camarada Apolónia Teixeira: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• PORTIMÃO

Reunião geral de militantes de Mexilhoeira Grande e Figueira: quarta-feira, dia 21, às 21.30.

• PORTO

Plenário do Sector Intelectual para debate dos documentos do XIV Congresso: segunda-feira, dia 19, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Debate sobre os Projectos de Programa e Estatutos para o XIV Congresso: sexta-feira, às 21.30, no CT da Rua Barão de S. Cosme.

Reuniões de militantes para discussão dos Projectos de Programa e Estatutos:

— de Diversas Empresas: sexta-feira, às 21.30, no CT da Boavista;

— dos CTT: sábado, às 15.00, no CT da Boavista;

— do Grupo Cobre: segunda-feira, às 21.30, no CT de Barão de S. Cosme;

— dos TLP: terça-feira, às 18.00, no CT da Boavista;

— da Construção Civil: quinta-feira, dia 22, às 18.00, no CT de Barão de S. Cosme.

Reunião distrital de activistas do movimento associativo: sábado, às 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

• SILVES

Reunião geral de militantes de Pêra: sexta-feira, às 21.30.

Reunião geral de militantes de Mesines: sábado, às 16.00.

• VIALONGA

Plenário da Organização da Freguesia, para debate dos documentos para o XIV Congresso, com a participação do camarada Alexandre Teixeira: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• VILA DO BISPO

Reunião geral de militantes: sexta-feira, às 21.30.

• VILA REAL

Debate público promovido pela DOR de Vila Real sobre o Tratado de Maastricht, com a participação do camarada Sérgio Ribeiro: no Centro Cultural e Recreativo de Vila Real, sábado, a partir das 15.30.

• VILA REAL DE ST. ANTONIO

Reunião geral de militantes da freguesia de Caxela: sábado, às 16.00.

• VILA FRANCA DE XIRA

Plenário da Organização da Freguesia, para debate dos documentos para o XIV Congresso, com a participação do camarada Vítor Dias: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho de V. F. Xira.

Plenário de Quadros da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira, para debate do Projecto de Teses para o XIV Congresso, com a participação do camarada Domingos Abrantes:

Segunda-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho de Alhandra.

• VISEU

Debate público sobre o Tratado de Maastricht, promovido pela D.-O.R. de Viseu com a participação do camarada João Amaral:

Sábado, às 21.15, no salão da Assembleia Municipal de Viseu.

Quinta, 15



07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Notas para Si
11.00 O Vale Misterioso
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 Os Mestres da Animação
14.25 Ponto por Ponto (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.45 Simpsons
22.10 O Fogo de Gabriel
23.20 Sexualidades
00.10 24 Horas
00.55 Remate
01.10 Murphy Brown



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers, Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Cidades em Guerra
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
18.25 Luta Livre Americana
19.15 Magazine Literatura
19.45 Cristóvão Colombo
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Os Nlivos Sangrentos (ver «Filmes na TV»)
00.10 Ópera - «O Barbeiro de Sevilha»



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Batman
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Repórter da Mela-Noite
22.30 Conta Corrente
23.30 Deixem Correr o Sangue
23.50 Último Jornal

Sexta, 16



07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Agora é Que São Elas!
11.00 A Flecha Negra
11.30 Clube da Manhã
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 O Ártico
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Louva o Senhor e Passa a Munição (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.50 Marina, Marina
22.30 Querida, Eu Encolhi os Miúdos (ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
01.00 Remate
01.20 Luta sem Tréguas (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.05 Cheers, Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Odisseia Animal
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
18.55 Rotações
20.00 Hitler à Venda
21.00 Jornal das Nove
21.40 Barriga de Aluguer
22.30 Interiores

23.20 Paixão de Marinheiro (ver «Filmes na TV»)
01.35 Outras Músicas



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Elvis
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 O Príncipe da Cidade (ver «Filmes na TV»)
23.30 Cuidado com as Aparências
24.00 Os Amores de Lídia
01.00 Último Jornal

Sábado, 17



08.00 Canal Jovem
13.05 Encontro à Uma
13.50 Clube Disney
15.20 O Corsário Lafitte (ver «Filmes na TV»)
17.30 Feira da Música
17.55 Arca de Noé
18.40 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.00 Lotaria Europeia
21.45 Felicidade
22.35 Parabéns
23.40 A Última Vagem em Beverly Hills (ver «Filmes na TV»)
01.20 Coma Profundo (ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.35 A Guerra de Tróia (ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
24.00 Força de Elite
00.50 Contradições



14.00 Sic Notícias
14.05 O Homem Árvore
14.40 Globo Clénia
15.10 Os Três Mosqueteiros
17.05 MTV
18.00 Comando Relâmpago
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Wrestling
21.00 Futebol
22.45 Blunt (ver «Filmes na TV»)
00.30 Último Jornal

Domingo, 18



08.00 À Mão de Semear
08.30 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Olha que Dois
15.10 Beverly Hills 90210
16.00 Millionário à Força (ver «Filmes na TV»)
17.20 Sons do Sol
18.10 Chefe mas Pouco
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Felicidade
22.00 Casa Cheia
22.45 Grande Área
24.00 Conversa Afiada



08.00 Clássicos - «As Crónicas de Marte»
09.00 Desporto - Mela Maratona de Lisboa
12.00 Gente da Frente
13.00 Viagens
13.30 Realce
14.00 Marés Vivas
15.00 TV 2 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 No Cumprimento do Dever
23.20 Palavra Puxa Palavra
00.05 2001: Odisseia no Espaço (ver «Filmes na TV»)
02.25 Tauromaquia

Televisão



14.00 Sic Notícias
14.05 O Livro da Selva
14.40 Um Planeta, uma Família
15.10 Sinfonia dos Trópicos (ver «Filmes na TV»)
17.05 MTV
18.00 Raven
18.55 Encontros Imediatos
19.25 Giras e Piroas
20.00 Jornal da Noite
20.30 Crosby Show
21.00 Os Incurruptíveis Contra a Droga (ver «Filmes na TV»)
23.00 Segredos
00.00 Último Jornal

Segunda, 19



07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Chicos Espertos
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 América Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
14.55 A Noiva Perdida (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.50 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Apanhados
22.00 Entre Famílias
23.15 Outras Guerras
00.15 24 Horas
00.55 Remate
01.20 O Regresso ao Rio Kwai (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Documentário
17.00 Chá das Cinco
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Lisboa Enquanto é Tempo
19.30 Cinemazine
20.00 Separados mas Iguais
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Fogo Cruzado
23.30 Parsifal (ver «Filmes na TV»)
01.00 Musical



16.30 Sic Notícias
16.35 MTV
17.35 Tracey Hulman Show
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Justiça Negra
22.30 Fogo Cruzado
23.30 A Família do Senador
23.45 Último Jornal

Terça, 20



07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 A Verdadeira História de Spti McPhee
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 O Futuro
14.30 Ponto por Ponto
15.00 A Irmã Sorriso (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
18.00 Paraíso
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Isto só Vídeo
22.00 Até ao Último Centavo
23.15 Repórteres



00.20 24 Horas
01.05 Remate
01.30 Murphy Brown

09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Documentário
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Eternos Novatos
19.30 Magazine Ecologia
20.00 O Detective de Hollywood
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Arsenal Hall
23.30 Armadilha Amorosa (ver «Filmes na TV»)
01.00 Big Band Show



16.30 Sic Notícias
16.34 MTV
17.35 O Quinteto do Lado
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.00 Um Coração Selvagem (ver «Filmes na TV»)
23.20 Benny Hill
23.45 Último Jornal

Quarta, 21



07.30 Bom Dia
09.35 Rua Sésamo
10.00 Loja de Ideias
10.30 Mulher
11.00 Kelly
11.30 Clube da Manhã
12.05 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
14.00 Paragem no Tempo
14.30 Ponto por Ponto
15.05 Colheita Amarga (ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
18.00 Paraíso
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.45 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Apocalypse Now (ver «Filmes na TV»)
24.00 Jornadas Europeias de Futebol
01.15 24 Horas
01.45 Remate
02.00 Murphy Brown



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.30 O Homem da Carabina
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Euroritmias
14.30 Agora, Escolha!
16.00 Sob um Sol Escaldante
17.00 Chá das 5
18.00 Vira o Vídeo
19.00 Sarlhos com Elas
19.30 Magazine Arquitectura
20.00 Café Imaginário
21.00 Jornal das Nove
21.35 Barriga de Aluguer
22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.30 Artes e Letras - «Antonio Taples»
00.30 O Homem que Anda na Cauda do Tigre (ver «Filmes na TV»)
01.45 Pop-Off
02.15 Jornada Europeia de Futebol



16.30 Sic Notícias
16.34 MTV
17.35 Aventura
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.30 Tereza Batista
21.20 Crimes
21.55 O Príncipe de Bel Air
22.25 Batalhas Conjugais
23.20 O Passageiro Imprevisto
23.45 Último Jornal

Filmes na TV

O Diabo Paga a Conta
«The Devil to Pay» (EUA/1930). Realização de George Fitzmaurice. Interpretação de Ronald Colman, Loretta Young. P/B, 73 minutos.

Uma comédia divertida e elegante, exemplo feliz do que já era possível fazer há 60 anos, no início do sonoro, quando se reuniam talentos, paixões pelo cinema e "métier" como os que este filme patenteia: Fitzmaurice, um mestre do cinema mudo que foi um dos obreiros da passagem bem sucedida ao sonoro, actores como Colman e Young e, decisivamente embora "escondido" aos olhos do espectador, Samuel Goldwin, o produtor.

Quinta, 15.05, Canal 1

Os Noivos Sangrentos
«Badlands» (EUA/1973). Realização de Terence Malick. Interpretação de Martin Sheen, Sissy Spacek, Warren Oates. Cor, 101 minutos.

Uma história alucinante, sangrenta e comovente, esta de dois jovens à deriva, acoçados ao longo dos grandes espaços belos e áridos e ameaçadores que só a América e os seus cineastas sabem revelar. Outro filme de grandes talentos, então quase todos desconhecidos - caso dos dois jovens actores, Martin Sheen e Sissy Spacek, e do próprio Terence Malick, autor do argumento e realizador, que houve quem na altura vaticinasse ser "o" discípulo-continuador de Nicholas Ray - coisa que uma escassa filmografia não permitiu que se confirmasse.

«Os Noivos Sangrentos» conquistou em 1973 o Grande Prémio de Festival de San Sebastian.

Quinta, 22.30, TV 2

Louva o Senhor e Passa a Munição
«Pass the Ammo» (EUA/1987). Realização de David Beard. Interpretação de Bioll Paxton, Linda Kozlowski. Cor, 92 minutos.

O mundo tenebroso das seitas religiosas e dos seus sórdidos negócios, propagandeados através da televisão, é o pano de fundo desta comédia satírica aparentada a thriller, em que um pequeno grupo de "justiçeiros" tenta "recuperar" os valores fraudulentamente recolhidos por uma dessas organizações. Caem em plena emissão directa e aproveitam para ir denunciando as fraudes e crimes do "reverendo". O tema não é original e o filme pouco promete, mas vale a pena lembrar o que tais negócios são, e que se fazem. Também por cá.

Sexta, 15.05, Canal 1

O Príncipe da Cidade
«Prince of the City» (EUA/1981). Realização de Sidney Lumet. Interpretação de Treat Williams, Jerry Orbach. Cor, 167 minutos.

A denúncia da "selva urbana" a que Lumet se dedicou na década de setenta, inspirando-se em casos verídicos. Como em "Serpico", do mesmo período, que a RTP há algum tempo transmitiu, o herói é um polícia, aqui Danny Ciello, afecto à brigada de narcóticos da polícia nova-iorquina. Inocorrível, deixar-se-ano entanto envolver numa teia de corrupção, vítima de um sistema implacável que, na grande cidade, suprimiu todas as saídas. Restará a América rural e inocente, a América dos pioneiros? Lumet, que é um mestre cineasta da Cidade e das suas instituições, acaba aqui a invocá-la, mais uma vez - como uma nostalgia...

Sexta, 21.20, Sic

Querida, Eu Encolhi os Miúdos
«Honey, I Shrank the Kids» (EUA/1989). Realização de Joe Johnston. Interpretação de Rick Moranis, Matt Frewer, Marcia Strassman, Kristine Sutherland. Cor, 94 minutos.

É mais um daqueles divertimentos fantástico-idiotas que as perfeições técnicas e os efeitos especiais disfarçam e que foi aliás um razoável sucesso de bilheteira. Produção típica dos Estúdios Disney, seria ao menos desejável que fosse programado para um outro horário - não para sexta à noite, quando a semana de trabalho acabou e uma pessoa pode finalmente fazer uma pausa defronte do televisor...

Sexta, 22.30, Canal 1

Paixão de Marinheiro
«Anchors Aweigh» (EUA/1945). Realização de George Sidney. Interpretação de Gene Kelly, Frank Sinatra, Kathryn Grayson. Cor, 134 minutos.

Reprise na RTP. Bem-vinda, sublinhe-se, porque este é um musical clássico da Metro, um dos que fizeram o seu estilo e a sua glória, com um ritmo notável e "achados" (e apuros técnicos dos mestres da animação) como o de pôr Kelly a dançar com o rato Jerry. O contributo do realizador é assinalável, mas o filme ficaria sobretudo pela frescura das coreografias de dois jovens inovadores - Gene Kelly e Stanley Donen - e pela afirmação de um estilo de dança cinematográfica indissociável do talento de bailarino de Gene Kelly. Ainda pela música (de George Stoll, Jule Styne, Sammy Cahn) e pelas vozes de Frank Sinatra e Kathryn Grayson.

Eis o filme para ver em vez do anterior, pausa entre a semana de trabalho que acabou e o fim de semana de trabalho que talvez vá começar...

Sexta, 23.20, TV 2

Luta sem Tréguas
«The Don is Dead» (EUA/1973). Realização de Richard Fleischer. Interpretação de Anthony Quinn, Frederic Forrest, Robert Forster. Cor, 110 minutos.

Os jogos de poder, as intrigas, traições e crimes que se desenvolvem nos bastidores da Mafia numa história dirigida por um mestre do policial, sublinhada por interpretações convincentes de que se destaca a de Anthony Quinn, truculento e vigoroso como é de esperar de um "patrão".

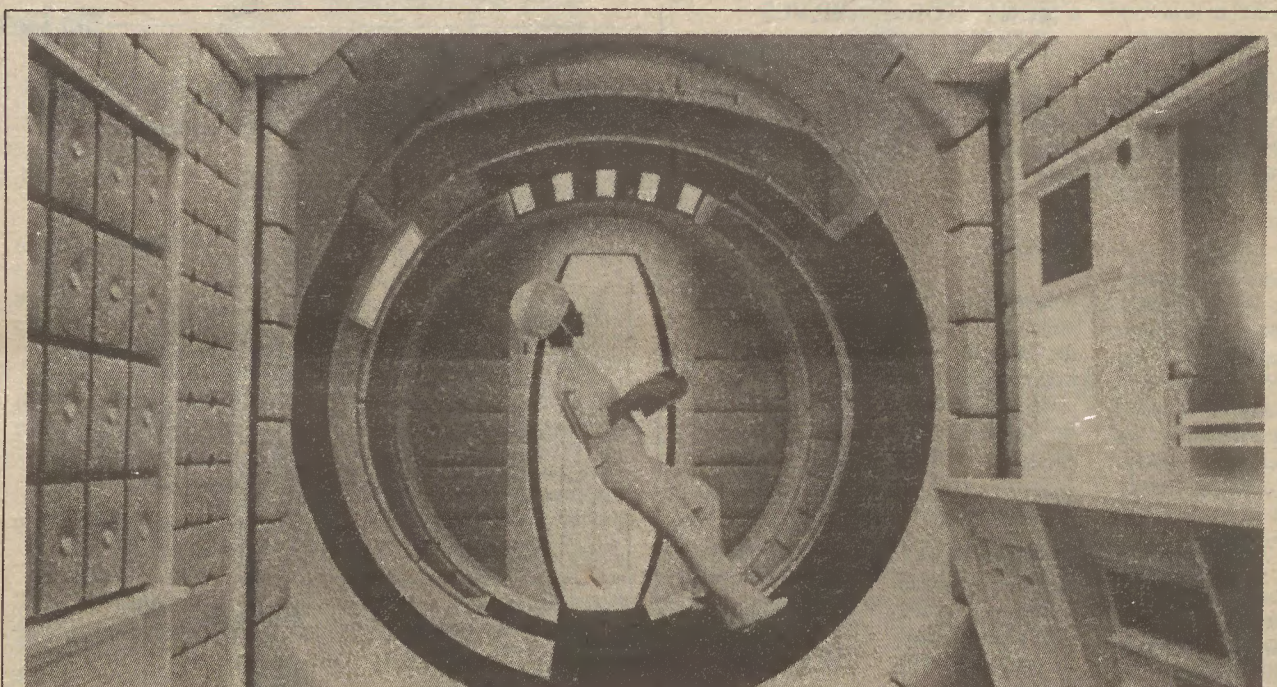
Sexta, 01.20, Canal 1

A Guerra de Tróia
«La Guerra di Troia» (It-Fr/1961). Realização de Giorgio Ferroni. Interpretação de Steve Reeves, John Drew Barrymore, Juliet Mayniel. Cor, 100 minutos.

Uma chamada "surperprodução" europeia, género em que o cinema italiano dos anos 60 se especializou, a partir dos estúdios da Cinecittá. Estilo Cecil B. DeMille, com muitos adereços de cena gigantescos (imaginem-se o Cavalo de Tróia...) e grandes massas de figurantes, heróis com muitos músculos e raparigas mais ou menos desnudas...

Horário adequado: as crianças que vêem televisão a esta hora sempre ficam a saber que houve uma guerra entre troianos e gregos que estes ganharam graças a uma fabulosa máquina de tração.

Sábado, 11.35, TV 2



«2001, Uma Odisseia no Espaço», de Stanley Kubrick

Os Três Mosqueteiros - Os Diamantes da Rainha
«The Three Musketeers» (GBR/1973). Realização de Richard Lester. Interpretação de Michael York, Rachel Welch. Cor, 105 minutos.

Outra história que toda a gente conhece mas que ainda é capaz de divertir quase todos, tanto mais nesta adaptação, que deixa a infinita distância as milhentas séries nela inspiradas que poluem a programação infantil e juvenil. São as aventuras de D' Artagnan e dos seus amigos contadas com a destreza narrativa habitual de Lester e o seu habitual sentido de humor, interpretadas por um conjunto de excelentes actores.

Sábado, 15.10, SIC

O Corsário Lafitte
«The Buccaneer» (EUA/1937). Realização de Cecil B. DeMille. Interpretação de Frederic March, Franciska Gaal, Akim Tamiroff, Walter Brennan. P/B, 120 minutos.

Cecil B. DeMille, ele próprio, com uma superprodução como se espera e o reaccionarismo do costume, expressão que há-de sobreviver nem que seja só para ele! De resto, a mestria cinematográfica sempre, notável para o tempo. A acção centra-se na batalha de Nova Orleans, em 1812, entre ingleses e americanos, e no papel decisivo que nela teria tido um pirata chamado Jean Lafitte - no filme o então jovem actor Frederic March.

Sábado, 15.20, Canal 1

Blunt
«Blunt» (GBR/1986). Realização de John Glenister. Interpretação de Anthony Hopkins, Ian Richardson. Cor, 90 minutos.

O tema do filme é um dos mais famosos casos de espionagem do século XX: a fuga para a União Soviética, em 1951, de dois altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico, Donald McLean e Guy Burgess. Ligados desde a universidade a meios de esquerda, Burgess e McLean trabalharam durante anos com o que foi considerado como o mais importante agente soviético de sempre, o britânico Harold Kim Philby, que desertou, até à sua fuga para Moscovo, funções de responsabilidade nos próprios serviços secretos ingleses e mesmo tarefas de ligação destes com a CIA e o FBI.

Contudo, o tema central do filme roda em torno do «quarto homem» da rede de espionagem que, quer em 1951, quer quando da fuga de Philby, se afirmou existir.

Em 1979 foi revelado que esse «quarto homem» existia de facto e se tratava de Anthony Blunt, um dos mais prestigiados críticos de arte ingleses, professor universitário, responsável pelo património real, elevado a conde pela rainha, titular de diversas condecorações.

O filme reconstitui o complexo processo de uma história que começou nos bancos universitários, em Cambridge, ainda na década de 30.

Realizado para a BBC, é de rezear que não seja grande a objectividade da narração e que se esqueçam elementos determinantes da compreensão do caso Burgess-McLean. Seguramente que se pretenderá tocar a tecla patrioteira, esquecendo que a acção da rede de Philby se fez sentir num momento em que os Estados Unidos, detendo o monopólio do armamento atómico, colocavam na ordem do dia a aniquilação da URSS, em que McArthur defendia o lançamento de bombas atómicas na Coreia, em que o senador McCarthy iniciava um dos mais sombrios períodos da história dos EUA. Fazer de McLean, Burgess, Philby e Blunt puros espíões é apenas uma parte da verdade: tal como Klaus Fuchs e muitos outros cientistas foram também homens a quem a paz muito ficou a dever.

Sábado, 22.45, SIC

A Última Viagem em Beverly Hills
«Less than Zero» (EUA/1987). Realização de Marek Kaniévka. Interpretação de Andrew McCarthy, Jami Gertz, Robert Dooney Jr., James Spader. Cor, 96 minutos.

Adaptação do conhecido e polémico romance de Bret Easton Ellis, "Less Than Zero", um retrato implacável da juventude abastada de Beverly Hills nos anos 80, uma "geração perdida" consumida pela droga e o prazer casual desprovido de qualquer emoção ou sentido. Uma atmosfera de pesadelo que, segundo as referências, o filme não consegue transmitir, apesar do profissionalismo que se reconhece ao realizador, o britânico Marek Kaniévka, e da qualidade dos seus intérpretes.

Sábado, 23.40, Canal 1

Coma Profundo
«Rabid» (Canadá/1976). Realização de David Cronenberg. Interpretação de Marilyn Chambers, Frank Moore, Joe Silver. Cor, 86 minutos.

Este foi o primeiro filme de Cronenberg, hoje um reputado autor com posição cimeira no cinema fantástico e de horror. Feito com um escassíssimo orçamento, nele se inscrevem já as originalidades que distinguem as obras subsequentes, e nomeada-

mente a arte de passar *naturalmente* do real para o fantástico, precisão e inventiva surpreendentes, um humor (negro) trespassante. «Rabid» é uma variação sobre o vampirismo, que parte de uma situação comum vivida por uma rapariga comum - uma operação plástica - para a sua transformação (por acção de um vírus?) num ser sequioso de sangue, que contagia do mesmo mal todas as suas vítimas.

Não faltam - hoje - os que vêem na história (do próprio Cronenberg) a antecipação do que viria a ser o efeito do vírus da sida.

Sábado, 01.20, Canal 1

Sinfonia dos Trópicos
«Down Argentina Way» (EUA/1940). Realização de Irving Cummings. Interpretação de Betty Grable, Carmen Miranda, Don Ameche. Cor, 90 minutos.

Um musical pejado dos grandes efeitos e dos grandes cenários que fizeram a popularidade do género no tempo da II Guerra Mundial, apresentando ao público cinéfilo duas das grandes estrelas do cinema popular nesse período: Betty Grable e Carmen Miranda. Irving Cummings, por seu lado, estava também no apogeu de uma carreira que começara vinte anos antes, assinando alguns dos títulos mais festejados saídos dos Estúdios da Fox. As coreografias, o trabalho de câmaras, a montagem ainda hoje são espectaculares.

Domingo, 15.10, SIC

Milionário à Força
«Brewster's Millions» (EUA/1985). Realização de Walter Hill. Interpretação de Richard Pryor, John Candy, Lonette McKee. Cor, 96 minutos.

Um inesperado trabalho de Walter Hill, que não costuma dedicar-se propriamente à comédia. O texto adaptado é um popular romance de George Barr McCutcheon publicado em 1902, que já serviu de tema, estima-se, a meia dúzia de outros filmes, e que narra as atribulações de um modesto jogador de baseball negro que tem que gastar 30 milhões de dólares em 30 dias a fim de poder entrar na posse de uma fabulosa fortuna. É uma curiosidade, a de saber que volta dá Hill a uma tal história...

Domingo, 16.00, Canal 1

Os Inocorríveis
«The French Connection» (EUA/1971). Realização de William Friedkin. Interpretação de Gene Hackman, Roy Scheider. Cor, 104 minutos.

Uma segura realização de Friedkin e duas excelentes interpretações fazem deste filme um

clássico do filme negro, com algumas sequências que fizeram história, como é nomeadamente o caso do alucinante *slalom* em que Gene Hackman persegue, de automóvel, um comboio elevado nas ruas de Nova Iorque.

A história gira em torno da apreensão pela polícia americana de uma enorme quantidade de droga exportada de Marselha para os Estados Unidos e é um dos primeiros filmes em torno do problema do narcotráfico. O desmantelamento da *french connection* constituiu uma das primeiras grandes operações internacionais contra os traficantes de drogas e que girou aliás em torno de um dos mais interessantes processos de constituição das redes de narcotraficantes. A *ligação francesa*, que consistia essencialmente no estabelecimento de laboratórios de refinação da droga proveniente da Turquia e Próximo Oriente e instalados no Sul da França, onde partia para os EUA, surgiu essencialmente a partir das ligações estabelecidas entre os círculos mafiosos sicilianos e o *bas fond* de Marselha onde pontificavam os gangs corsos. Estas ligações e muito especialmente os contactos com os EUA surgiram quando, no pós-guerra e no quadro do ataque às forças de esquerda francesas e especialmente aos sindicatos comunistas da CGT, a CIA recorreu aos contactos da Cosa Nostra americana para constituir bandos de gorilas que sabotassem a acção sindical da CGT e protegessem os «amarelos», particularmente importantes para a política americana na actividade portuária de Marselha onde desembarcavam grande parte das exportações incluídas no plano Marshall.

Domingo, 21.00, SIC

2001: Odisseia no Espaço
«2001: A Space Odyssey» (EUA/1968). Realização de Stanley Kubrick. Interpretação de Keir Dullea, Gary Lockwood, William Sylvester. Cor, 153 minutos.

A primeira coisa a ter em conta ao ver esta obra, prima é que, 25 anos depois de ter sido estreado, abordando um tema onde as evoluções têm sido tão profundas como na cinematografia de ficção científica, «2001» mantém todo o seu fascínio. O segredo desta longevidade reside essencialmente em dois aspectos: por um lado, o talento de Kubrick desenvolve ao longo do filme algumas das mais belas imagens da história do cinema, criando padrões talvez ainda não ultrapassados do tratamento estético do espaço, das naves, do cosmos; por outro lado, o desenvolvimento feito do conto de Arthur Clark em que se baseia o argumento faz do filme bem mais do que uma aventura de ficção científica para o transformar numa reflexão, talvez complexa e inconcludente, sobre o homem e a sua trajectória.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A El Rey Pasmado	★★★	★★★	★★★★
B Instinto Fatal	★★★	★★★	★★★
C Uma Questão de Confiança	★★	—	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Imanol Uribe — King Triplex (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Paul Verhoeven — Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), Terminal/1 (15.00, 17.15, 19.30, 21.45) — Lisboa.
C — Hal Hartley — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.

O mito que percorre a ficção científica da revolta das máquinas contra o homem constitui o eixo de «2001», mas tratado com uma profundidade que abandona a visão simplista do confronto físico de robots e homens para se situar no plano mais complexo do próprio diálogo de inteligências, as do homem e as por ele criadas.

Indispensável uma palavra sobre a banda sonora em que se reúnem Richard Strauss, Johann Strauss, Katchaturian e Gyorgy Ligeti.

Domingo, 00.05, TV 2

A Noiva Perdida
«Random Harvest» (EUA/1942). Realização de Mervin LeRoy. Interpretação de Ronald Colman, Greer Garson, Philip Dorn, Susan Peters. P/B, 124 minutos.

Uma história original de James Hilton, acarinhada pela MGM, que lhe dispensou um orçamento sem restrições, um dos seus directores de primeira linha e duas das suas mais cotadas estrelas. Todos brilham.

Segunda, 15.05, Canal 1

Parsifal
«Parsifal» (RFA/1982). Realização de Hans Jurgén Syberberg. Interpretação de Edith Clever, Michael Kutter. Cor, 225 minutos.



Sinatra e Kelly, em «Paixão de Marinheiro»

Uma transcrição cinematográfica da ópera homónima, de Wagner, que uns consideram susceptível de atrair para a ópera novos amantes e outros a rejeição definitiva... Julgaremos todos os que pudermos dedicar quase 4 horas do nosso serão de segunda-feira a vê-la. Syberberg, o autor, é um wagneriano apaixonado, que se tem votado ao tratamento cinematográfico de obras do compositor.

Segunda, 23.30, TV2

Regresso ao Rio Kwai
«Return from the River Kwai» (EUA-GBR/1987). Realização de Andrew McLagen. Interpretação de Edward Fox, Denholm Elliott. Cor, 97 minutos.

O realizador McLagen volta ao cenário escolhido por David Lean para «A Ponte do Rio Kwai» e continua a história. A ligação é de efeito duvidoso, mas de McLagen pode esperar-se um filme de guerra no melhor estilo.

Segunda, 01.10, Canal 1

A Irmã Sorriso
«The Singing Nun» (EUA/1966). Realização de Henry Koster. Interpretação de Debbie Reynolds, Ricardo Montalban. Cor, 98 minutos.

Um tema que esteve em moda - o das freiras "divididas" entre a sua vocação religiosa e a atracção da vida "mundana" - tratado em tons de comédia musical e protagonizado por Debbie Reynolds com a habitual vivacidade.

Terça, 15.00, Canal 1

Um Coração Selvagem
«Wild at Heart» (EUA/1990). Realização de David Lynch. Interpretação de

A história de uma jovem oriunda de uma aldeia do País de Gales que procura em Londres a vida fácil e colorida que os filmes publicitários retratam e que acabará por colher, ao invés, desilusão e amargura. Um excelente trabalho de realização e interpretações notáveis de Janet Munro e John Stride.

Quarta, 15.05, Canal 1

Apocalypse Now
«Apocalypse Now» (EUA/1979). Realização de Francis Ford Coppola. Interpretação de Martin Sheen, Robert Duvall, Marlon Brando, Dennis Hooper. Cor, 150 minutos.

Poucos filmes terão levantado tanta polémica como esta epopeia cinematográfica que Coppola levou quatro anos a realizar! Tivemos a crítica de direita que, quando os EUA digeriam ainda o trauma da sua derrota militar no Vietnam, acusou o filme de ser uma visão derrotista e anti-americana do conflito e do papel desempenhado pelo exército americano; houve a crítica de esquerda que acusou «Apocalypse Now» de não ser a visão correcta, no fundo a visão vietnamita, do conflito e de transigir com a agressão americana. E houve ainda quem acusasse Coppola de ter feito um filme contraditório, excessivo, mal organizado e mal contado.

Para perceber o filme é necessário ter em conta o que o seu próprio autor revela quando diz que, quando as filmagens se mudaram para o longo percurso rio acima, em plena selva indochinesa, o fio condutor inicialmente previsto se subverteu por completo: «É mais uma experiência do que um filme» diz Coppola. Ao princípio havia uma história. Mas, rio acima, a história foi-se tornando menos

importante e a experiência muito mais.»

Na verdade, «Apocalypse Now» rompe efectivamente com uma determinada imagem de filme de guerra que, mesmo depois dele, a filmografia americana sobre o Vietnam acabaria a retomar («Full Metal Jacket» é um exemplo deste regresso a uma certa visão convencional da guerra). Perdido rio acima na selva, Coppola manifestamente compreendeu que o conflito no Vietnam era profundamente diferente dos universos de batalhas definidos a partir da II Guerra e mesmo da guerra da Coreia. Embora os americanos já tivessem filmado nas Filipinas e na Malásia na década de 40-50, o longo conflito vietnamita, as imbricações humanas de uma guerra onde a linha da frente jamais pôde ser definida, de uma guerra travada no meio da humidade da selva, num universo cultural que profundamente rejeitava não apenas a agressão, mas o próprio padrão de vida americano requeria uma visão diferente que, há vinte e tantos anos, Coppola soube detectar.

Que o filme surja aqui e ali como inconsequente, que a figura desempenhada por Brando seja contraditória até ao absurdo só pode surpreender quem ignore o que foram as tragédias das guerras coloniais, das agressões imperialistas, dos seus paradoxos, das suas contradições, das suas violências e tragédias.

Quarta, 22.15, Canal 1

O Homem que Anda na Cauda do Tigre
«Tora no o Wo Fumu Otokotachi» (Japão/1946). Realização de Akira Kurosawa. Interpretação de Denjiro Okochi, Kentchi Enomato. P/B, 56 minutos.

Quarta, 01.30, TV 2

Teatro

CASA DA XUVENTUDE DE GALIZA
Rua Júlio Andrade, 3 (junto ao Jardim do Torel). Tel. 523680. Dias 12 a 16, 19 e 20 às 21.30; dia 18 às 18.00: A CIDADE DE FAUSTO, texto e encenação de Carlos Jorge Pessoa, pelo Teatro da Garagem.

CINE TEATRO D. JOÃO V
Damaia. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: ONDE ESTÁ A MÚSICA?, de Costa Ferreira, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta (até 16 de Outubro).

CLUBE ESTEFÂNIA
Rua Alexandre Braga, 24-A. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 21.30: O QUIOSQUE, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel.

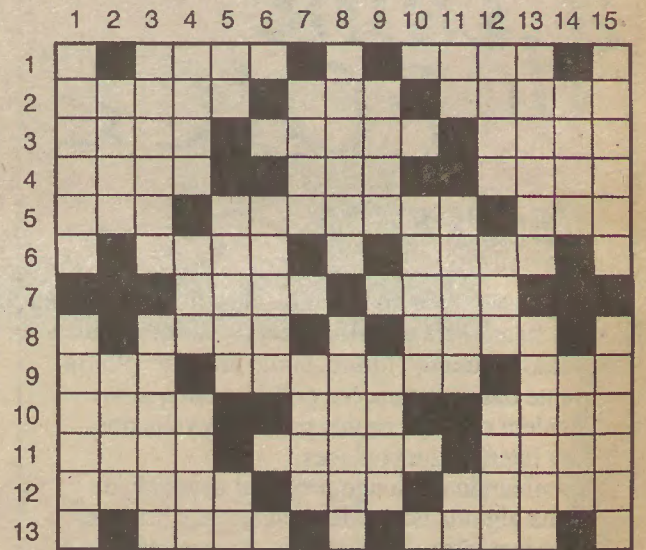
3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: APANHADOS NO DIVÁ, de Joe Orton, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO S. LUIZ
Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. - Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippó, encenação de Mário Viegas. - 6ª às 21.30: NÁPOLES MILIONÁRIA, de Eduardo de Filippó, encenação de Mário Viegas (produções da Companhia Teatral do Chiado).

TEATRO DA TRINDADE
Sala Estúdio, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00: UM SABOR A MEL, de Shelag Delaney, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Tempo
Aumento da nebulosidade, com períodos de chuva

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Utensílio de madeira com que se puxa a cinza do forno; lodo. 2 - Quadra; época assinalada por um acontecimento importante; vedam. 3 - (António... Antunes), autor do romance «Auto dos Danados»; classe sacerdotal; assunto. 4 - Partidas; nome de letra; verbal. 5 - Semelhante; apatia profunda; o m. q. tris. 6 - Objectar; tira a tampa de. 7 - Fazer subir; engano. 8 - Vender sem dinheiro; experiência (fig.). 9 - Rapar o sal na peça da salina e juntá-lo com o rodo; enraizar; patas. 10 - Instrumento musical de cordas (invert.); ave corredora; objecto de aço para polir metais. 11 - Recusa; capital do Equador; congregar. 12 - Louca; emite som; cingira. 13 - Cilindro; lavrar.

VERTICAIS: 1 - Crime; (Marlon...), intérprete do filme «Um eléctrico chamado desejado». 2 - Corta a rama inútil das árvores; feito de bronze, cobre ou arame. 3 - Espécie de peixe; fritar. 4 - Vazios; progenitor; flanco. 5 - Oferece; dente queixal; outra coisa. 6 - Espécie de papagaio. 7 - Prender-se com elos; ser supremo. 8 - Fazer sermões; macacos. 9 - Altar cristão (pl.); examina. 10 - Sinal. 11 - Astatínio (s.q.); produzir; aparência. 12 - Terreno coberto de plantas agrestes; relação; peleja. 13 - Estreite; emitir a sua opinião. 14 - Estimar; governador árabe. 15 - (... Rodrigues), «embaixatriz» da música portuguesa; gastaram.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Palha; cá; AM. 2 - Neil; ara; demove. 3 - IVA; aluga; matai. 4 - Tô; ali; aal; sair. 5 - Acata; rim; Au. 6 - Promove; suor. 7 - Anal; ema; mole. 8 - Lapa; escrita. 9 - As; ora; arena. 10 - Data; ovo; imã; só. 11 - Irais; oliva; por. 12 - Mendes; Ada; ermo. 13 - la; IL; arilo.

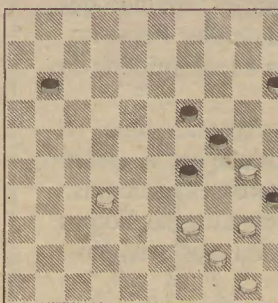
VERTICAIS: 1 - Anita; acadima. 2 - Evo; pn; sare. 3 - Pia; aral; tani. 4 - Al; acolá; Afda. 5 - Alam; pó; sé. 6 - Hábito; aro; Si. 7 - Arr; ave; avo. 8 - Agá; eme; ola. 9 - Aar; asa; ida. 10 - Ad; lii; crivar. 11 - Em; mu; rema. 12 - Amas; omina; el. 13 - Mota; rota; pró. 14 - Vaia; Lá; som. 15 - Beirute; poros.

DAMAS

CCCLXXVII
15 de Outubro de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D083

Por: GEORGES POST - 1963
Fonte: *Anthologie des Problemistes Français*, 1967

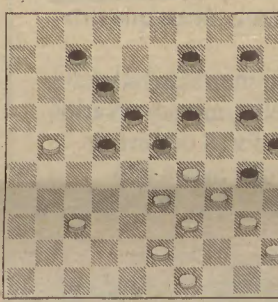
Pr.: [6]: 11-15-19-24-29-35
Br.: [6]: 30-32-39-40-44-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D084
Por: GEORGES POST
Fonte: *Ibidem*

1.º Prémio H.C., F.F.J.D., 1961
Pr.: [11]: 7-9-10-12-18-19-20-22-23-25-30
Br.: [10]: 21-29-33-34-37-39-40-43-45-49



Branças jogaram e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXVII

N.º 1992D083 [G.P.]: 1. 39-34, (29-33*); 2. 32-28, (33x22); 3. 34-29, (24x33); 4. 40-34, (35x24); 5. 34-30, (24x35); 6. 44-40, (35x44); 7. 50x6 e +

N.º 1992D084 [G.P.]: 1. 33-28, (22x35); 2. 45-40, (30x48-D); 3. 29-24, (48x17); 4. 24x2-D, (35x44); 5. 2x30, (25x34); 6. 49x7+

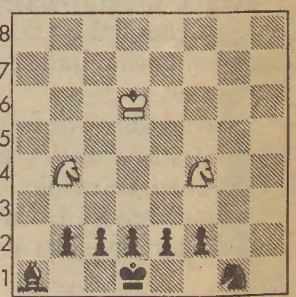
A. de M. M.

XADREZ

CCCLXXVII
15 de Outubro de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X083

Por: WILLIAM ANTHONY SHINKMAN
Western Advertiser, 1872

Pr.: [8]: Ps. b2, c2, d2, e2, f2-Cg1-Bal-Rd1
Br.: [3]: Cs.b4, f4-Rd6

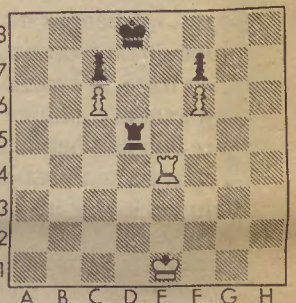


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X084

Por: THOMAS RAYNER DAWSON
Magyar Sakkvilag, 1923

Pr.: [4]: Ps.c7, f7-Td5-Rd8
Br.: [4]: Ps.c6, f6-Té4-Ré1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXVII

N.º 1992X083 [W.A.Sh.]:
1. Cf d5, Ch3; 2. Cd3! e+
1. ..., b1=D/C; 2. Cc3+! e+
1. ..., f1=D/C; 2. Cc3+! e+
1. ..., c1=D/C; 2. Cc3+! e+
1. ..., e1=D/C; 2. Cc3+! e+

N.º 1992X084 [Th.R.D.]: 1. Ta4, Ré8; 2. Th4, T65+; 3. Rd2, Rd8; 4. Ta4, Td5+; 5. Ré3, Ré8; 6. Th4, T65+; 7. Rd4 e +

A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Descrédito

A situação vivida em Angola nos últimos quinze dias ficará para a História, seja qual for o seu desenvolvimento futuro, como um exemplo flagrante das maquinações políticas em que se decidem os destinos dos povos à revelia dos seus interesses e vontades.

Culminando um longo processo negocial, de forma alguma isento de chantagens e pressões de ordem vária, em particular no que respeita à preparação de eleições num espaço de tempo bastante escasso para um país dilacerado por quase duas décadas de guerra, Angola foi às urnas.

Com o apoio internacional e a intervenção das principais forças internas procedeu-se ao recenseamento da população e à criação de condições para a realização do escrutínio. Para quem tenha a memória curta, importa lembrar que os problemas surgidos nessa fase se ficaram a dever à Unita de Jonas Savimbi, empenhada em manter feudos privados de acesso restrito, devidamente armados, qual Estado dentro do Estado. Uma atitude a que porventura não se deu a devida atenção e que agora se revela como premonitória das intenções dos seus autores.

Contra ventos e marés, as eleições realizaram-se. Poucos terão sido os actos tão públicos como essas eleições, acompanhadas por um vasto leque de observadores internacionais de todos os quadrantes políticos e não menor número de jornalistas. O veredicto foi unânime - a ida às urnas do povo angolano constituiu um gratificante acto de civismo e consciência democrática.

Sabia-se de antemão que o processo de apuramento dos votos seria moroso, quer pelas condições próprias do país quer pelas cautelas tomadas para evitar todas as possíveis manipulações. O que muitos não estariam à espera é que os eleitores depositassem a sua confiança no MPLA e em Eduardo dos Santos e, menos ainda, que a máscara de democratas que alguns ostentaram cairia ao primeiro desaire.

Quando se tornou manifesta a sua derrota eleitoral, Savimbi fez o que seria afinal de prever. Retirou-se para o feudo da Jamba e clamou que as eleições tinham sido fraudulentas. Para ele, só a vitória da Unita atestaria a legitimidade das eleições.

Obedecendo à voz do donô, e na mais clara manifestação da sua incapacidade em se assumirem como defensores dos interesses nacionais, os responsáveis da Unita integrados nas Forças Armadas angolanas abandonaram os seus postos.

O espectro da guerra voltou a pairar sobre Angola.

Fazendo orelhas moucas aos apelos dos seus antigos aliados - eles próprios perplexos com os resultados eleitorais mas simultaneamente incapazes de desacreditar o processo de que foram fautores - Savimbi ameaça com um banho de sangue, enquanto satisfaz vaidades pessoais rejeitando ou recebendo os emissários que procuram trazê-lo à razão.

O espantoso é a importância internacional dada a este homem, habituado a eliminar adversários e a impor a sua vontade pela força das armas. Tanto lhe louvaram a causa que agora não sabem como sair da ratoeira que ajudaram a montar sem perder a face.

O silêncio dos apoiantes portugueses de Savimbi é eloquente. A frenética actividade de norte-americanos, europeus e sul-africanos a caminho da Jamba também. Dir-se-á que tudo vale a pena para salvaguardar a paz. Resta saber se o que se cozinha na Jamba não é uma nova escalada de destruição e morte. O que já não se duvida é que cada concessão a Savimbi é uma acha na fogueira de descrédito da democracia.

■ AF

1ª reunião da Assembleia Metropolitana de Lisboa

CDU quer vontades e meios para a humanização da vida na AML

João Amaral propôs as grandes linhas de um programa de trabalho imediato da nova autarquia

«É necessário ir mais longe, ao campo hoje da intervenção da Administração Central, para exigir o que não tem havido: dinamismo, coerência, informação, vontade» - defendeu João Amaral, ao intervir, em nome dos deputados da CDU, na primeira reunião da Assembleia Metropolitana de Lisboa, que teve lugar segunda-feira.

João Amaral referiu esta ideia como «directão fundamental» do programa de trabalho imediato que a Coligação Democrática Unitária preconiza para o órgão deliberativo da Área Metropolitana de Lisboa, composto por 50 deputados em representação dos 18 concelhos que integram a AML.

Além da «análise rápida» da documentação submetida à apreciação da Assembleia pela Junta Metropolitana, a CDU quer que seja «matéria de inscrição urgente» na agenda da AML a análise do Plano Regional de Ordenamento do Território (PRO-TAML), considerado «um instrumento excessivamente importante para o futuro da Área Metropolitana para que possa passar à margem desta Assembleia».

O deputado comunista, que é também presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, defendendo que a Assembleia Metropolitana «deve tomar conhecimento e dar parecer sobre os investimentos da Administração Central para a Área

Metropolitana», avançou uma proposta concreta da CDU: que esta discussão seja feita na reunião da Assembleia Metropolitana a realizar em Novembro, antes da votação na especialidade do OE para 1993, e que «com base no texto do Orçamento e propostas de programas e verbas inscritas no PIDDAC, a Assembleia elabore um parecer, com o objectivo de o entregar na AR e no Governo».

Encarando o ordenamento do território como «uma área privilegiada de actuação», João Amaral fez questão de saudar o município da Moita pela recente ratificação do seu Plano Director, o primeiro PDM da Área Metropolitana de Lisboa.

Na sua declaração, em que realçou o interesse e empenhamento da CDU e do PCP na problemática metropolitana, João Amaral começou por manifestar a «satisfação e esperança» da coligação pelo «lançamento da actividade dos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa» e pela «perspectiva de, num prazo não muito alargado, ser possível montar a estrutura básica de apoio necessária para o seu pleno funcionamento».

Para a CDU, disse João Amaral, a Área Metropolitana de Lisboa é «uma estrutura que procura estar identificada com os interesses, anseios e aspirações das populações dos 18 municípios que a integram», «mais

um instrumento nesta luta quotidiana, dos cidadãos que aqui vivem e trabalham, por um viver melhor».

«Vive-se mal na Área Metropolitana de Lisboa», reconheceu João Amaral, condenando os «muitos que sentiam complexos em dizer o que era evidente» e apontando como responsáveis «políticas profundamente erradas que se prolongaram no tempo e que ainda hoje não estão corrigidas». O eleito comunista classificou como chocante a insensibilidade com que os problemas da AML têm sido tratados pelo Governo e a Administração Central, referindo como exemplo o facto

de, no OE para este ano, a capitação ser na Área Metropolitana de Lisboa de apenas 25 contos, menos 30 por cento que a média nacional de 34 contos.

«Esta situação tem que levar uma volta de fundo», defendeu João Amaral, sublinhando que «a grande urbe, de Setúbal à Azambuja, de Alcochete até Mafra, tem que ser reconstruída para responder às necessidades dos homens e mulheres que aqui trabalham e vivem», pelo que «a humanização da vida da Área Metropolitana de Lisboa é assim, simultaneamente, um programa político e um projecto cívico-cultural que exige a mobilização de vontades e dos meios necessários».

Lei das propinas

Senado em Coimbra não aprova

A falta de *quorum* no Senado da Universidade de Coimbra voltou a impedir a votação do montante das propinas por parte daquele órgão académico.

O Senado, depois de reafirmar as suas posições anteriores, designadamente a resolução de não entregar o orçamento da Universidade, enquanto não forem concluídas de forma satisfatória as negociações a decorrer com o Ministério da Educação aprovou também um apelo aos conselhos directivos das várias Faculdades no sentido de não abrirem as aulas até estarem concluídas as diligências que o Reitor e a Mesa do Senado estão encarregados de desenvolver junto da Assembleia da República.

Essas diligências dizem respeito ao estrangulamento financeiro, de que o Senado considera estar a ser vítima a Universidade de Coimbra, bem como à solicitação da reapreciação da lei das propinas pelo Parlamento.

Muitas centenas de estudantes, mobilizados pela Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra, mantiveram-se a pé firme junto das instalações onde decorria a reunião do Senado, num ambiente de viva «animação académica» e de permanente recepção de informações sobre a reunião daquele órgão.

A falta de *quorum*, no momento em que ia iniciar-se a discussão do ponto da ordem de trabalhos sobre as propinas, foi provocada de novo pelo abandono da reunião por parte dos 23 representantes dos estudantes naquele órgão universitário, acompanhados por alguns professores e funcionários.

A próxima reunião do Senado está agendada para 4 de Novembro, mas admite-se que as diligências, a efectuar entretanto, levem o Reitor a convocar uma reunião extraordinária do Senado.

Irene Castro homenageada no Porto

Promovida por uma comissão que integrava o MDM, o Sindicato dos Professores do Norte e diversas personalidades portuenses, decorreu no passado domingo, no Porto, uma homenagem a Irene Castro.

Na romagem realizada de manhã ao jazigo de Irene Castro, Virgínia Moura lembrou a intervenção social, cívica e política da homenageada, referindo as condições difíceis em que a sua luta se desenvolveu sob o fascismo salazarista.

Virgínia Moura falou de Irene Castro como companheira e mãe de combatentes democratas (só o seu marido esteve preso por onze vezes), e como activista dos direitos das mulheres e do movimento pela paz.

Armando Castro, o filho mais velho da fundadora e presidente da Associação Feminina Portuguesa pela Paz, lembrou o trabalho de

Irene Castro como educadora progressista, referindo as mudanças por ela vividas na educação pré-escolar e no ensino primário (com a 1ª República e, depois, o fascismo).

Com a participação de centenas de pessoas, decorreu de tarde, no Clube dos Fenianos Portuenses (onde estava patente uma exposição de fotografias e outros documentos alusivos à homenagem e à época em que viveu), uma sessão em que foram exibidos depoimentos vídeo-registados de familiares, amigos e companheiros de luta de Irene Castro.

Nesta sessão intervieram ainda Eduarda Castro, em nome da comissão organizadora da homenagem, e Teresa Lopes, da direcção regional do Porto do PCP (Irene Castro foi militante do Partido durante mais de trinta anos).

V Congresso de deficientes

O 5.º Congresso Nacional de Deficientes, promovido pela UCNOD, efectua-se em 24 e 25 do corrente nas instalações da Faculdade de Economia do Porto.

As sessões terão início às 9 e 30, com intervalo para almoço entre as 13 e as 15 horas.

Os trabalhos encerram no sábado às 19 horas e no domingo pelas 17 e 30.

De realização trienal, o Congresso, aberto a organismos de e para deficientes, acrescenta a Comissão Organizadora, «vai discutir e aprovar o plano de acção e o caderno reivindicativo nacional dos deficientes portugueses».

Serão eleitos no Congresso os corpos gerentes da UCNOD (União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes) para o próximo triénio.

Democracia e Socialismo o Futuro de Portugal

TESES

DOCUMENTO PROPOSTO PELO COMITÉ CENTRAL
PARA DEBATE EM TODAS AS ORGANIZAÇÕES

congresso
ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

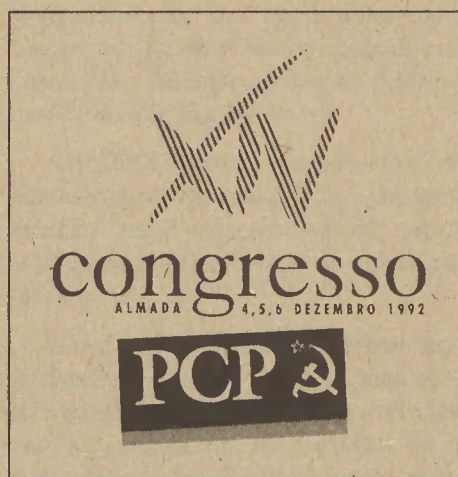




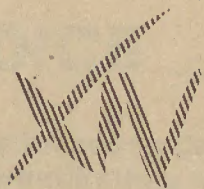
TESES

para o XIV Congresso do PCP

(Projecto de Resolução Política)



(Documento proposto pelo Comité Central
para debate em todas as Organizações)



congresso

PCP 

**Democracia
e Socialismo
o Futuro
de Portugal**

As TESES (Projecto de Resolução Política) que o Comité Central agora apresenta para debate em todas as organizações do partido no quadro da preparação do XIV Congresso, constituem uma importante base para assegurar, favorecer e estimular o exame pelo colectivo partidário da evolução da situação internacional e nacional nos últimos quatro anos, das orientações, posições e acção desenvolvidas pelo Partido nesse período, dos objectivos e tarefas que se colocam ao Partido no prosseguimento e desenvolvimento da sua luta e intervenção ao serviço dos trabalhadores, do povo, da democracia e dos ideais do socialismo.

Com a elaboração das presentes TESES (que têm também a natureza de Relatório da Actividade do Partido desde o XII Congresso) não se visou a abordagem de todas as importantes questões, problemas, fenómenos e situações que a evolução da situação nacional e internacional podem, legítima e compreensivelmente, suscitar. Procurou-se sobretudo, na base de critérios e de opções naturalmente susceptíveis de discussão, concentrar a análise em grandes linhas de força ou aspectos considerados nucleares da evolução da situação e centrar a definição de orientações, objectivos e tarefas em torno de aspectos considerados de maior relevância, projecção e consequências para a intervenção presente e futura do Partido na sociedade portuguesa.

Com a elaboração das presentes TESES também não se visou proceder a um desenvolvido repositório ou expressa recuperação ou integração do vasto e rico património de análises, orientações, experiências e propostas do Partido e, designadamente, das importantes análises e reflexões adiantadas pelo XIII Congresso (Extraordinário), as quais, conservando em aspectos essenciais a sua correcção e validade, devem ser tidas em conta e incorporadas no debate preparatório do XIV Congresso.

As TESES agora aprovadas pelo Comité Central para discussão pelo colectivo partidário, comportam seguramente consideráveis lacunas, deficiências e insuficiências que é indispensável que sejam superadas pela activa, interessada e insubstituível contribuição do debate partidário e das opiniões e propostas dos militantes.

Nesse sentido, o Comité Central renova nesta ocasião o seu apelo a todos os militantes do Partido para que, num quadro de dinamização da vida democrática interna do Partido, e com plena consciência do valor e importância da participação, do pensamento, da opinião e da experiência de cada um para o acerto e profundidade da reflexão colectiva, se empenhem no processo de debate, reflexão e intercâmbio de pontos de vista - que se deseja intenso, fraternal, vivo e criador - em torno dos documentos que estarão em apreciação no XIV Congresso, por forma a que o Partido encontre e defina as orientações e soluções que melhor correspondam às suas responsabilidades na vida nacional e ao seu destacado papel na luta em defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, na luta pelo futuro democrático e socialista de Portugal.

ÍNDICE

	Pág.		Pág.
1. As alterações da situação internacional e as perspectivas da sua evolução		5. As forças da democracia e a necessidade da sua unidade e convergência	
1.0. Introdução	7	5.0. Introdução	51
1.1. A desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial	7	5.1. A arrumação das forças de classe	51
1.2. O capitalismo no findar do século	10	5.2. A política de classe do Governo PSD e a política de alianças do PCP	56
1.3. A nova ordem mundial	12	5.3. O movimento operário e o movimento sindical unitário	57
1.4. A luta dos povos	14	5.4. As Comissões de Trabalhadores	60
2. Portugal: o sistema socioeconómico e o regime político		5.5. Outros grandes movimentos e organizações unitárias de massas	61
2.0. Introdução	17	5.6. Oposição democrática e alianças político-partidárias	67
2.1. Restauração do capitalismo monopolista	17	6. A luta por uma alternativa. As grandes tarefas políticas	
2.2. O Processo de privatizações	18	6.0. Introdução	71
2.3. A liquidação da Reforma Agrária e a restauração da grande propriedade latifundiária	19	6.1. Os grandes objectivos políticos na actualidade	71
2.4. A degradação económica e social da pequena agricultura	20	6.2. O papel da movimentação social e das organizações e movimentos sociais de massas	72
2.5. Investimento estrangeiro e presença das transnacionais na economia portuguesa	21	6.3. A unidade e convergência populares e a convergência democrática	73
2.6. A evolução da economia portuguesa	21	6.4. As eleições autárquicas de 1993	74
2.7. A exploração dos trabalhadores e a situação social	23	6.5. Outras eleições	76
2.8. Um regime político de cariz autoritário em vias de instauração	27	6.6. Perspectiva confiante	76
3. Integração europeia e independência nacional		7. O PCP - A identidade comunista	
3.0. Introdução	33	7.0. Introdução	79
3.1. Portugal e a CEE	33	7.1. Traços fundamentais	79
3.2. O Tratado da União Europeia (Maastricht) ...	36	7.2. Alterações ao Programa	80
3.3. A dependência de Portugal agrava-se	38	7.3. Alterações aos Estatutos	82
3.4. A defesa da independência nacional - um dos pontos cruciais da política portuguesa	39	8. O reforço do Partido: breve balanço de actividade e tarefas imediatas	
4. Quatro anos de luta popular e democrática		8.0. Introdução	85
4.0. Introdução	41	8.1. Breve balanço de actividade	85
4.1. Resistência contra o avanço do processo contra-revolucionário	41	8.2. Trabalho de direcção	87
4.2. As lutas de massas	41	8.3. Política de quadros	88
4.3. As eleições	43	8.4. Organização	89
4.4. A acção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu	46	8.5. Trabalho ideológico	92
4.5. O trabalho e a luta nas autarquias	48	8.6. Informação e propaganda	93
4.6. O papel decisivo do PCP nos quatro anos de resistência e luta	49	8.7. Imprensa do Partido	94
		8.8. Fundos. Relatório e evolução das contas do Partido	95
		8.9. A actividade internacional	97
		8.10. O Partido de que Portugal precisa	99

1.

As alterações da situação internacional e as perspectivas da sua evolução

1.0. Introdução

1.0.1. No período decorrido desde o XII Congresso produziram-se profundas modificações na situação internacional.

1.0.2. A desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial constituem uma imensa perda para os trabalhadores e os povos de todo o mundo e traduzem-se num sério desequilíbrio da correlação de forças no plano mundial em favor do imperialismo e da reacção. As tentativas de impor uma "nova ordem mundial" hegemónizada pelos EUA e outras grandes potências imperialistas encerram enormes perigos para a liberdade, a independência, o progresso social e a paz.

1.0.3. Simultaneamente, as transformações operadas no sistema capitalista mostram que a sua natureza exploradora e agressiva se mantém e que a tendência não é para a solução das suas contradições internas mas para a sua agudização. É manifesta a crise em que se debate e a sua incapacidade para dar resposta às aspirações dos trabalhadores e aos grandes problemas que afectam a Humanidade. Por todo o mundo prossegue a luta dos povos pela sua emancipação social e nacional.

1.0.4. O movimento comunista, apesar dos sérios problemas que enfrenta, é uma realidade que continua e, assimilando as lições da experiência e com uma composição renovada, mantém-se como uma necessidade para a superação revolucionária do capitalismo. O fortalecimento dos laços de solidariedade e cooperação entre os comunistas e todas as forças progressistas é um imperativo da hora presente.

1. 1. A desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial

1.1.1. A desagregação da URSS constitui uma imensa perda para os trabalhadores e os povos de todo o mundo e cria, a curto e médio prazos, uma situação qualitativamente nova a nível mundial.

1.1.2. O triunfo da Revolução de Outubro e a edificação do socialismo na URSS representaram extraordinários

avanços e conquistas revolucionárias do povo soviético e exerceram uma profunda influência na luta dos trabalhadores e dos povos e em todo o desenvolvimento mundial.

1.1.3. Os grandes progressos e transformações revolucionárias da sociedade ao longo do século XX são inseparáveis da existência da URSS, do estímulo do seu exemplo pioneiro na construção de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados, das suas realizações ao serviço do povo (económicas, sociais, culturais e outras), do seu grande potencial económico, técnico-científico e militar, do seu papel na vida política e no sistema de relações internacionais. A URSS constituiu uma referência em toda a vida mundial, pelo seu papel histórico determinante na 2ª guerra mundial para salvar a Humanidade do terror nazi-fascista, na contenção do imperialismo e na defesa da paz e um apoio, por vezes decisivo, à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e às transformações revolucionárias realizadas no mundo no decurso do século XX.

1.1.4. Entretanto, no processo de construção do socialismo na URSS acumularam-se atrasos, erros e deformações que alienaram a intervenção criativa das massas, entravaram o desenvolvimento das forças produtivas, enfraqueceram o papel da URSS e o prestígio do socialismo no plano internacional, acabando por gerar uma grave crise que se impunha rapidamente superar.

1.1.5. As causas que conduziram às derrotas do socialismo na URSS e na Europa do Leste radicam, como o XIII Congresso (Extraordinário) do PCP realizado em Maio de 1990 apontou, no "modelo" de socialismo que veio a configurar-se na URSS e se generalizou, por transposição mecânica de soluções, a outros países e que, apesar de realizações de inestimável valor, não só esgotara as potencialidades de desenvolvimento progressista como violou características essenciais de uma sociedade socialista e se afastou, contrariou e afrontou os ideais comunistas.

1.1.6. Um "modelo" caracterizado pela substituição do poder popular por uma forte centralização do poder político, cada vez mais burocratizado, afastado das aspirações, opinião e vontade do povo; por graves limitações à democracia política, ao mesmo tempo que se acentuava o carácter repressivo do Estado e a infracção da

própria legalidade; pela edificação de uma economia com centralização excessiva da planificação e da propriedade estatal e eliminação de outras formas de propriedade e de gestão, o desprezo do papel do mercado e a falta do necessário incentivo da produtividade e do empenhamento dos trabalhadores; pelo estabelecimento no partido de um sistema de centralismo burocrático, com o afastamento progressivo dos trabalhadores e das massas populares e a imposição administrativa das decisões tanto no partido como no Estado, dada a fusão e confusão do Estado e do partido; e finalmente pela dogmatização e instrumentalização do marxismo-leninismo e a sua imposição como doutrina do Estado.

1.1.7. É sem dúvida necessário não esquecer o contexto externo extraordinariamente adverso em que se processou a construção do socialismo e a sua influência no desenvolvimento de características negativas na nova sociedade. Mas as causas fundamentais e determinantes são de natureza interna, radicam num "modelo" de sociedade cuja rejeição e superação se tornara indispensável para repor, renovar e relançar o desenvolvimento do socialismo.

1.1.8. O PCP saudou as decisões do XXVII Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1986, e assumiu no início da *perestroika* (reestruturação) uma atitude solidária para com o PCUS e o povo soviético na luta pela realização da *perestroika* considerada, nos seus objectivos fundamentais declarados, de defesa, renovação e avanço do socialismo. Porém, com o passar do tempo, expressou crescente inquietação perante o avanço de forças anti-socialistas e o surto de teorizações oportunistas e liquidacionistas que, a partir das mais altas instâncias do partido e do Estado, se desenvolveram invocando o que afirmavam ser a *perestroika*.

1.1.9. A *perestroika* constituía um empreendimento de extraordinária dimensão pela envergadura dos problemas acumulados, o atraso na sua consideração e o carácter inédito das soluções. O contexto de agudização da ofensiva do imperialismo e a coincidência do boom económico nos países capitalistas desenvolvidos com graves problemas económicos e financeiros na URSS e nos países socialistas do CAME representavam dificuldades acrescidas.

1.1.10. Inicialmente a *perestroika* despertou grandes esperanças e suscitou um amplo apoio popular. A situação não evoluiu, porém, no sentido dos objectivos proclamados.

1.1.11. Concepções políticas, medidas erradas, vacilações, capitulações, cumplicidades e traições ao mais alto nível do partido e do Estado conduziram ao progressivo enfraquecimento, perda de clareza, abandono de objectivos estratégicos e mesmo degenerescência do carácter socialista da *perestroika* que facilitaram o avanço e finalmente o triunfo das forças contra-revolucionárias.

1.1.12. O abandono do Plano e a destruição de outros mecanismos de uma economia profundamente integrada, sem que fosse assegurada alternativa à excessiva

centralização conduziram à desorganização e ao caos do aparelho produtivo e mergulharam a URSS numa profunda crise económica e financeira. O colapso do CAME, o crescente endividamento externo e a queda do preço do petróleo, principal produto de exportação, agravaram ainda mais a situação.

1.1.13. Verificou-se uma gravíssima deterioração da situação social, com a carência e rotura de abastecimentos, a generalização de actividades especulativas, o abaixamento do nível de vida, o aparecimento do desemprego, o aprofundamento de insatisfações e tensões sociais, uma vaga de corrupção e o aparecimento e rápido ascenso de uma nova classe de capitalistas, especuladores e novos ricos.

1.1.14. Enfraqueceu-se a autoridade do Estado, generalizaram-se os poderes paralelos, a anarquia e a impunidade às infracções da lei, alastraram a criminalidade e a insegurança.

1.1.15. Animados por forças nacionalistas e instigados do estrangeiro, estalaram conflitos étnicos e nacionais e desenvolveram-se tendências separatistas e sangrentos confrontos armados, que conduziram à instauração de poderes reaccionários em repúblicas e regiões.

1.1.16. Activamente apoiadas pelo imperialismo, forças anti-socialistas organizaram-se, conquistaram posições na comunicação social, nos soviets e no próprio partido, passaram a actuar impunemente à margem e contra a Constituição e a legalidade soviéticas.

1.1.17. A realização dos objectivos de renovação e reestruturação socialistas da sociedade exigia necessariamente a salvaguarda, renovação e fortalecimento do partido, a intensa participação da classe operária e das massas populares, o combate no plano político e ideológico e, se necessário, com a intervenção do Estado, a tendências e actividades anti-socialistas e nacionalistas. Verificou-se o inverso.

1.1.18. No PCUS, revelando sérios sintomas de degenerescência, desenvolveu-se uma profunda crise interna (agudos conflitos, constituição de fracções, divisões, deriva no plano político e ideológico, avanço de teorizações social-democratizantes e liquidacionistas baseadas numa suposta convergência do socialismo e do capitalismo) que conduziu à inoperância os seus órgãos dirigentes, paralisou a sua iniciativa, aprofundou a perda de ligação com os trabalhadores e da influência de massas.

1.1.19. A classe operária e o campesinato foram marginalizados dentro do partido, nos soviets, na definição e implementação das transformações.

1.1.20. Perante a crescente paralisia do PCUS e com a participação directa de muitos dos mais altos dirigentes foi levada a cabo uma colossal mistificação da História da URSS com campanhas sistemáticas de denegrimto do socialismo e de embelezamento do capitalismo que fizeram alastrar a desorientação, favoreceram e deram mesmo cobertura ao avanço das forças anti-socialistas.

1.1.21. Facilitada por concepções idealistas e pelo abandono do ponto de vista de classe da chamada "nova

mentalidade”, deteriorou-se a posição internacional da URSS, cresceram as pressões e ingerências externas, assistiu-se a sucessivas cedências e capitulações frente ao imperialismo, bem patentes em relação à guerra do Golfo, ou nas negociações sobre a chamada “ajuda” económica do mundo capitalista.

1.1.22. Com a tentativa e derrota do golpe de 19 de Agosto de 1991 e a conquista pelas forças anti-socialistas alinhadas em torno de Ieltsin de posições decisivas ao mais alto nível do poder central, assiste-se a uma rápida e brutal aceleração do processo contra-revolucionário que conduziu à ilegal proibição e desmantelamento do PCUS, à desagregação da URSS (contra a vontade expressamente manifestada pelo povo soviético no referendo de 17 de Março de 1991) e à imposição na Rússia e noutras repúblicas da ex-URSS de medidas autoritárias e ditatoriais visando a neutralização dos soviéticos, a presidencialização a todos os níveis, a criação de um poder reaccionário altamente centralizado e a instauração do capitalismo, sob a capa da passagem a uma “economia de mercado”.

1.1.23. A contra-revolução, em que as forças reaccionárias internas e o imperialismo se encontram conluídas para tentar destruir até aos alicerces os frutos de mais de 70 anos de trabalho e luta do povo soviético, traduz-se na gravíssima situação que hoje se vive nos territórios que constituíram a URSS - de pauperização e tragédia social, descalabro económico e financeiro, poder ditatorial e fascizante, obscurantismo cultural e ideológico, intolerante fundamentalismo religioso, sangrentos conflitos étnicos, sujeição ao imperialismo.

1.1.24. Nos antigos países socialistas do centro e Leste da Europa (onde em grande medida se tinha generalizado o “modelo” historicamente formado na URSS (embora com traduções práticas diferenciadas), o processo de colapso dos respectivos regimes, tendo essencialmente causas internas, esteve também relacionado com os processos anti-socialistas já em curso na URSS bem como com uma descarada e multilateral ingerência das potências imperialistas, particularmente chocante no processo de anexação da RDA pela RFA. A situação actual nesses países caracteriza-se por uma enorme instabilidade em todas as esferas da vida económica, social e política, pelo avanço do processo de restauração do capitalismo, por um enorme retrocesso do aparelho produtivo, pela perda brutal do nível de vida e das conquistas sociais dos trabalhadores e das mais largas massas, com um enorme e inédito desemprego e a emergência de uma voraz classe “capitalista” privilegiada que aprofunda clamorosamente as desigualdades sociais. A perseguição aberta e a discriminação dos comunistas e outros democratas de esquerda, é um traço generalizado dos actuais regimes hegemónicos por forças reaccionárias abertamente conluídas com o imperialismo, tornando real o perigo de instauração de regimes ditatoriais como saída para apressar e impor pela força a restauração capitalista. Importantes lutas populares e a resistência dos comunistas, com processos de renova-

ção e reconstituição dos seus partidos e a conquista de importante apoio da população, são um indício já claro de que os sentimentos muito generalizados de desilusão e descontentamento se ampliam e não morreram arrefecidos valores de solidariedade e justiça social próprios do socialismo.

1.1.25. Na sequência das derrotas do socialismo no Leste da Europa, da dissolução do CAME e do Tratado de Varsóvia, a desagregação da URSS significa o desaparecimento do socialismo como sistema mundial.

1.1.26. Devem considerar-se as dificuldades que no plano objectivo (e em primeiro lugar a privatização da propriedade social, estatal e cooperativa) e subjectivo (crescente descontentamento, resistência e luta populares, estreita base social e política de apoio dos governos reaccionários, instabilidade política e social) se apresentam à restauração do capitalismo e as incertezas quanto ao desenlace de processos em curso e à natureza do sistema socioeconómico que virá a constituir-se.

1.1.27. E é necessário não esquecer que na China, Cuba, Vietnam, Coreia, Laos, continua a construção de uma nova sociedade e que, segundo orientações e métodos diferenciados, os partidos comunistas no poder afirmam a sua determinação de defender e prosseguir no caminho do socialismo, com as rectificações que a experiência própria e alheia aconselha. Trata-se de realidades de grande importância e significado a que, independentemente da evolução futura e de diferenças em relação à concepção de socialismo e ao projecto de sociedade socialista que o PCP quer para Portugal, é necessário prestar activa solidariedade face às crescentes pressões e ingerências do imperialismo, visando a sua desestabilização e a restauração do capitalismo.

1.1.28. Entretanto o desaparecimento do socialismo como sistema mundial representa uma radical modificação da correlação de forças no plano internacional em favor do imperialismo e da reacção. Representa a possibilidade de um novo fôlego para o capitalismo em crise, com a incorporação no sistema de imensos recursos materiais, mão-de-obra altamente qualificada e vastos mercados que antes escapavam à sua área de influência, o agravamento da exploração dos trabalhadores nos países desenvolvidos, a sujeição dos países subdesenvolvidos do chamado Terceiro Mundo a mecanismos de espoliação neocolonial ainda mais impiedosos. As relações interestatais, hegemónicas pelas grandes potências capitalistas, ficam perigosamente expostas à dinâmica das contradições interimperialistas. Multiplicam-se os perigos para a paz e a segurança internacionais.

1.1.29. A vida está a comprovar que a desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial não tornou o mundo mais democrático, mais justo e mais seguro conduzindo pelo contrário ao avanço das forças reaccionárias, racistas, obscurantistas e fascistas, ao agravamento das injustiças e desigualdades, a dramáticos conflitos étnicos e religiosos e a guerras de agressão.

1.1.30. As repercussões nos processos de construção de Estados independentes e progressistas em países libertados do colonialismo e da tutela do imperialismo são particularmente profundas. Confrontados com as pressões económicas, ingerências políticas, intervenções armadas e prolongadas guerras de agressão, viram-se subitamente privados de alternativas de relacionamento económico, de poderosos apoios políticos e diplomáticos, de protecção e apoio militar. Para além de extraordinárias dificuldades objectivas ao seu rumo independente e progressista, as derrotas do socialismo criam dificuldades suplementares que podem conduzir a novos recuos e derrotas.

1.1.31. A desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial representam uma inegável derrota para os comunistas e traduzem-se no imediato num enfraquecimento geral das forças democráticas e progressistas, por tudo o que ao longo do século a URSS representou como referência, estímulo, apoio e solidariedade à luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Também pela desorientação, perda de confiança e desânimo que suscitam, pelo desenvolvimento de tendências oportunistas e liquidacionistas que favorecem, provocando o enfraquecimento, divisão, degenerescência social-democratizante e liquidação de partidos comunistas e outras forças progressistas e revolucionárias.

1.1.32. A prática mostrou que a construção da nova sociedade é mais difícil, complexa e demorada do que se supôs. Constituíram erros particularmente sérios: a ilusão voluntarista sobre o carácter irreversível de revoluções socialistas e dos regimes delas surgidos; a sobreavaliação da sua força e solidez na competição e confronto com o sistema capitalista; a apressada elevação à categoria de leis de valor universal de características e processos entretanto localizados e circunstanciais; o perder-se de vista a natureza do socialismo como período de transição do capitalismo para a sociedade comunista.

1.1.33. Entretanto, o PCP rejeita concepções que consideram a tentativa de construção de uma nova sociedade livre de exploração do homem pelo homem como historicamente prematura, argumentando que o socialismo apenas poderia resultar de um suposto "esgotamento" das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo e menosprezando a decisiva importância do factor subjectivo na transformação revolucionária da sociedade, a agudeza das contradições capitalistas, as complexas condições históricas concretas de cada país e da evolução mundial.

1.1.34. As lições a retirar das primeiras tentativas e experiências de edificação de uma nova sociedade livre da exploração e opressão do homem pelo homem acabam por ter vastas implicações enriquecedoras na teoria do marxismo-leninismo, na táctica e estratégia do movimento operário e revolucionário. Porventura a principal será a de que o empreendimento revolucionário de transformação da sociedade tem de ser necessariamente

te obra das próprias massas e que a sua participação consciente, empenhada e criadora é indispensável ao seu triunfo.

1.1.35. Ao contrário do que pretendem os nossos adversários a desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial não representa o fracasso do socialismo e a inviabilidade do ideal comunista, antes é consequência do seu abandono e afrontamento. O século XX passará à história não como o século da "morte do comunismo", mas como o século em que o comunismo nasceu como concretização de um projecto alternativo ao capitalismo e como solução historicamente necessária das suas insanáveis contradições.

1.2. O capitalismo no findar do século

1.2.1. Desde que Marx, em meados do século XIX, descobriu a lei de desenvolvimento do capitalismo, este não cessou de evoluir, sem todavia conseguir eliminar dentro do sistema as suas contradições intrínsecas. Nomeadamente após a sua fase anterior regida fundamentalmente pela concorrência e como resultado desta, desenvolveram-se e adquiriram papel decisivo os monopólios, dando lugar à fase monopolista do capitalismo, o imperialismo, cuja análise no primeiro quartel do século XX é um dos grandes méritos de Lênine.

1.2.2. Com a vitória da Revolução de Outubro de 1917, as suas realizações e outras revoluções socialistas numa série de países, o capitalismo deixou de ser o único sistema mundial e viu-se confrontado com a demonstração prática da possibilidade da sua superação revolucionária. A competição entre capitalismo e socialismo incentivou extraordinariamente a luta das massas trabalhadoras exploradas e dos povos oprimidos, impondo ao capitalismo e ao imperialismo importantes conquistas e concessões que se tornaram património histórico da civilização.

1.2.3. Apesar da convergência do imperialismo na oposição ao socialismo, prosseguiu a luta interimperialista (que esteve na origem da mais destrutiva guerra mundial da História), alimentada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo e a concorrência, que vão alterando a correlação de forças, a partilha das zonas de influência e as posições hegemónicas regionais e à escala mundial. Nas últimas décadas formaram-se três grandes centros imperialistas mundiais: EUA, CEE/Alemanha e Japão, com clara diminuição do peso dos Estados Unidos da América, que se vêem hoje ultrapassados no plano económico e em outros domínios.

1.2.4. Desmoronou-se o sistema mundial do colonialismo com o acesso à independência política de mais de uma centena de países, que adquiriram papel de relevo na vida internacional. Porém, veio a instalar-se o complexo sistema de dependência do neocolonialismo por força da multiforme ingerência do imperialismo. A exploração do chamado Terceiro Mundo veio a constituir uma das fontes de sobrevivência e desenvolvimento das

mais poderosas potências capitalistas (permitindo atenuar conflitos e contradições internas), criando por múltiplas vias, de que avultam a exploração da mão-de-obra barata, o sistema de trocas desiguais e a insaciável sucção da dívida externa, uma situação de regressão absoluta nas últimas décadas do crescimento económico e de marginalização social para centenas de milhões de seres humanos. Entretanto, mesmo que em situação claramente dependente, também aí têm emergido novas potências capitalistas com ambições imperialistas.

1.2.5. Com o seu contínuo desenvolvimento, o poder dos monopólios veio a fundir-se estreitamente com o poder de Estado, dando lugar à formação do capitalismo monopolista de Estado nos países mais desenvolvidos, o que potenciou ainda mais o processo de acumulação, concentração e centralização do capital nas mãos dos grandes conglomerados monopolistas e a sua capacidade de manobra social e hegemonia ideológica, particularmente pelo seu domínio das tecnologias de informação e de novos e poderosos meios de comunicação de massas.

1.2.6. O desenvolvimento das forças produtivas conheceu, particularmente desde meados do século um novo poderoso impulso com a moderna revolução científico-técnica, determinando importantes alterações no aparelho produtivo e um novo surto do processo de monopolização, o qual adquiriu cada vez mais um carácter internacional. O desenvolvimento impetuoso de gigantescas empresas multinacionais, com a criação de uma poderosa oligarquia financeira cosmopolita, baseia-se em e determina por sua vez uma crescente internacionalização do processo produtivo e da mundialização da economia, variados processos de integração económica, tentativas para instituir poderes políticos supranacionais sob o comando dos monopólios transnacionais.

1.2.7. Os gigantes transnacionais pressionam os Estados procurando, no processo de integração, resposta à sua dimensão multinacional. A consequente criação de órgãos com funções estatais de carácter supranacional é-lhes necessária para responder às suas exigências financeiras e de regulação económica, de mercados alargados e garantidos, de obtenção de poderio político (e também ideológico e até militar) para o estabelecimento de relações de força que estruturam a divisão internacional do trabalho e o funcionamento do mercado mundial, em condições favoráveis para a competição com outras transnacionais e pólos do capitalismo e para a manutenção do domínio sobre os países dependentes.

1.2.8. A intervenção estatal na vida económica acentuou-se, mesmo em períodos como a década de 80 em que predominaram, e fracassaram, políticas ditas neoliberais (*reaganismo*, *tatcherismo*, etc.) incluindo as aplicadas em nome da social democracia. A onda de privatizações, os cortes nos sectores públicos sociais, as ditas flexibilização da legislação laboral, liberalização das trocas, desregulamentação da esfera financeira, etc. não são mais que intervenções estatais em benefício dos

grandes grupos monopolistas e em detrimento das mais largas massas das populações, a par de outras mais, como a política fiscal e cambial, as isenções, subsídios, encômendas e mesmo a assunção de dívidas monstruosas de grandes empresas falidas.

1.2.9. Apesar de se ter procedido no mundo capitalista a uma enorme reestruturação do aparelho produtivo e da gestão económica, determinando um período de acentuada recuperação, o capitalismo não logrou evitar a eclosão de uma nova crise em meados de 1990. Essa crise arrasta-se ainda sem saída segura visível e torna-se tanto mais ameaçadora quanto é certo que nos anos 80 teve lugar uma espantosa sobrecarga das actividades especulativas parasitárias (financeiras, bolsistas, cambiais, imobiliárias, etc.) sem qualquer contrapartida racional na dimensão da economia produtiva real. A exportação de capitais acentuou-se mesmo, na década de 80, em proporções incomparavelmente maiores que a das trocas internacionais de mercadorias e sobretudo do que o produto mundial. As taxas de crescimento do produto nos grandes países capitalistas desenvolvidos têm conhecido uma quebra de década para década, apesar do surto da revolução tecnológica, expressando por aí claramente como as relações de produção capitalistas, regidas pela busca da obtenção do lucro máximo, refreiam intoleravelmente o imenso desenvolvimento das forças produtivas hoje possível.

1.2.10. Hoje como ontem, o capital vive e sobrevive fundamentalmente pela crescente exploração do trabalho, com uma cada vez mais insustentável acentuação das desigualdades sociais, a polarização da riqueza e da miséria tanto à escala mundial como dentro de cada país capitalista, com o surgimento massivo e crónico de um enorme desemprego (o que significa inutilização brutal da mais importante força produtiva - a força de trabalho), com a precarização crescente das condições laborais e de existência de centenas de milhões de seres humanos marginalizados da civilização, com a ampliação da pobreza, da doença, da criminalidade, da prostituição, da droga, da corrupção, da delapidação dos recursos naturais e degradação do ambiente.

1.2.11. As insanáveis contradições do capitalismo, as suas nefastas consequências para largas massas, a espantosa concentração de riqueza nas mãos de uma ínfima minoria, o incremento das actividades especulativas, o apodrecimento da moral e dos valores dominantes, conduzem à deterioração das instituições estatais e políticas nos mais importantes países capitalistas, profundamente corroídas pela corrupção generalizada e o crime organizado, ao acentuar de tendências autoritárias e ao esvaziar do conteúdo real da democracia que, perante a fragilização da alternativa socialista, são caldo de cultura para o recente surto ameaçador de forças de extrema-direita, fascizantes, xenófobas, fundamentalistas, chauvinistas e, em geral, reaccionárias, tanto mais inquietante quanto conta, em vários países, com a tolerância, se não com a cumplicidade, do poder político instituído.

1.2.12. A desintegração da URSS e o colapso dos regimes socialistas do Leste da Europa nos últimos anos, parecem abrir ao imperialismo neste final do século XX um novo e imenso campo de expansão. Todavia, a concretização de tal desígnio defronta-se com sérias dificuldades objectivas e subjectivas, tanto naqueles países como nas capacidades limitadas e graves factores de crise nas próprias grandes potências imperialistas, e ainda na situação de calamidade explosiva de extensas regiões do chamado Terceiro Mundo. Assim, se se abre uma nova zona à expansão do capitalismo, também nela se tornarão extremamente agudas as contradições e flagelos do capitalismo e aí recobrarão energias as forças sociais que se oporão ao restabelecimento do império do capital e à "terceiro-mundização" dos seus países.

1.2.13. A desagregação da URSS e o desaparecimento do socialismo como sistema mundial abrem novo espaço à concorrência, rivalidade e guerras (em especial económicas e de desenvolvimento científico e tecnológico, mas sem descartar as militares) entre as grandes potências capitalistas pelo domínio dos mercados e dos recursos materiais e humanos dessas próprias potências, mas também sobre o chamado Terceiro Mundo e sobre o "novo continente" que o imperialismo já disputa nos antigos países socialistas. Também os esforços para a imposição de poderes políticos supranacionais, substituindo o necessário processo de cooperação internacional em pé de igualdade por um processo de comando integrado supranacional, onde vigoram inevitavelmente relações de domínio dos mais fracos pelos mais poderosos, dos trabalhadores e dos povos por uma oligarquia financeira cosmopolita, comportando o perigo de explosões nacionalistas, não poderão deixar de activar a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus interesses vitais, da democracia, da independência nacional, do progresso social e de uma renovada ofensiva do socialismo.

1.2.14. No sistema capitalista mundial contemporâneo a contradição entre o trabalho e o capital conjuga-se com a contradição entre os países imperialistas mais desenvolvidos e dominantes e os países menos desenvolvidos e dominados. Daí a íntima relação entre a luta pela emancipação social dos trabalhadores e a luta pela emancipação nacional dos povos. O imperialismo no seu desenvolvimento não mudou a sua natureza exploradora de dominação e agressão, não se transformou no seu contrário nem com ele converge: a sua superação revolucionária exige a luta de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos.

1.2.15. Por força das suas insuperáveis contradições internas, pela sua incapacidade em resolver os mais graves problemas da Humanidade, pela cada vez mais profunda contradição entre a apropriação capitalista privada, nas mãos de um pequeno grupo de senhores dos grandes conglomerados monopolistas internacionais, e o crescente carácter social das forças produtivas e as incomensuráveis potencialidades que se abrem, com a revolução científico-técnica, para a sua expansão, no

interesse da cada vez maior satisfação das crescentes necessidades dos homens - o dia de amanhã do imperialismo é, num prazo histórico mais ou menos curto ou prolongado e por vias diversificadas, a sua substituição pelo socialismo, que no século XX apenas conheceu e conhece a sua primeira avançada na História, mas ao qual pertence o futuro.

1.3. A nova ordem mundial

1.3.1. A existência da URSS e do sistema socialista, a sua persistente política de coexistência pacífica, a paridade militar estratégica alcançada, foram factores determinantes, com a luta dos povos em todo o mundo, para condicionarem e conterem o imperialismo na segunda metade deste século.

1.3.2. Com o colapso da URSS e dos países socialistas do Leste europeu, a correlação de forças desequilibrou-se a favor do imperialismo. Os EUA aproveitaram a conjuntura para, servindo-se da sua brutal e hoje incontestada supremacia militar e do seu enorme poderio económico, político e ideológico, tentarem impor a sua liderança universal num mundo que pretendem perpetuar como "unipolar".

1.3.3. A "nova ordem mundial", proclamada por Bush na sequência das derrotas sofridas pelo socialismo e em pleno desenvolvimento da crise do Golfo, é pensada como um sistema mundial de poder do imperialismo, sob a hegemonia dos EUA, para consagrar e assegurar a submissão de todos os Estados e povos.

1.3.4. Elementos chave desta "nova ordem mundial" são a utilização do Conselho de Segurança da ONU e de outras instâncias internacionais como aval e instrumento duma autêntica subversão do direito internacional, substituindo o dever de não ingerência e o respeito pela soberania nacional por um pretensão "direito de intervenção", onde e como convenha aos "interesses vitais" das potências imperialistas, recorrendo a todo o arsenal de armas económicas, políticas, diplomáticas, psicológicas e militares de que dispõem, incluindo a agressão e a guerra.

1.3.5. Um tal caminho, que se choca frontalmente com os interesses e a luta dos povos, com a premente exigência de resolver os graves problemas que afectam a Humanidade e com as próprias contradições do imperialismo, não é inevitável, mas revela-se desde já um perigoso factor de desordem e instabilidade internacionais.

1.3.6. Além da instrumentalização do Conselho de Segurança da ONU e da sua sobreposição à respectiva Assembleia Geral, o imperialismo, hegemonizado pelos EUA, embora com rivalidades e coincidências de interesses, "reorienta" todo um conjunto de outras organizações internacionais para impor ao mundo a universalização do seu sistema.

1.3.7. A NATO, cuja dissolução após o fim do Tratado de Varsóvia se impunha, adapta-se a novos cenários de

intervenção operacional dentro e fora da sua área, reforça-se, intervém como braço armado da “nova ordem”.

1.3.8. A CEE pretende, com o Tratado de Maastricht e a activação da UEO, dotar-se de meios militares próprios e funcionar como bloco político-militar, ainda que articulado com a NATO ou mesmo como o seu “pilareuropeu”.

1.3.9. O FMI e o Banco Mundial, além de outras instituições como o BERD e o GATT, são instrumentos fortemente condicionantes das relações económicas e políticas internacionais que servem as grandes potências, e especialmente os EUA, obrigando países em crise à adopção de medidas que, à custa dos respectivos povos, garantam o controlo das economias, das matérias-primas, da mão-de-obra e das fontes energéticas da generalidade das nações do mundo pelas multinacionais.

1.3.10. O Grupo dos Sete (G7) funciona activamente como super-estrutura de acompanhamento, coordenação e orientação de todo o sistema.

1.3.11. A Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), instrumentalizada pelas grandes potências, abandona, na prática, os grandes princípios proclamados na Acta de Helsínquia, como a igualdade dos Estados, a não ingerência, a cooperação e a segurança, e redimensiona a sua acção assumindo um carácter crescentemente intervencionista nos assuntos internos dos povos.

1.3.12. O domínio das grandes agências internacionais de informação, por parte dos EUA e outras grandes potências capitalistas, tem servido para desfigurar a realidade e criar um clima psicológico e emocional que “justifique” a política belicista, intervencionista e hegemónica do imperialismo.

1.3.13. A história do imperialismo escreveu-se com dezenas de guerras e intervenções militares. Também na década de oitenta, as invasões de Granada e Panamá, as agressões à Líbia e Nicarágua e as constantes ingerências e pressões sobre os países socialistas (particularmente graves e perigosas em relação a Cuba) são exemplos da sua natureza agressiva.

1.3.14. “Pluralismo político” e respeito pelos “direitos humanos”, são as palavras de ordem proclamadas pelo imperialismo, mas que ele constantemente infringe.

1.3.15. Apoiando militarmente a pior reacção no Afeganistão, os “contras” na Nicarágua, os terroristas da Unita e da Renamo, o imperialismo tudo fez para impedir que as revoluções de carácter progressista no Terceiro Mundo se consolidassem. É também de assinalar o apoio aos racistas da África do Sul, aos sionistas de Israel, às ditaduras no Chile, Paraguai, El Salvador, Guatemala, Zaire, Paquistão, Indonésia (que continua a oprimir o povo maubere de Timor-Leste) e muitas outras.

1.3.16. Nos nossos dias, a “nova ordem” visa prosseguir os mesmos velhos objectivos por meios políticos diferentes. Foi o que aconteceu na guerra do Golfo. Utilizando o pretexto da anexação do Kuwait pelo Iraque (que o PCP prontamente condenou), os EUA, servindo-se do Conselho de Segurança da ONU e ao arripio de

toda a filosofia presente na Carta das Nações Unidas, levaram a cabo com os seus aliados uma guerra de agressão cujo objectivo foi o de manter a região e as suas riquezas estratégicas (o petróleo) na sua órbita, afirmar a sua supremacia na nova situação criada e impor pela força das armas a mudança de um regime.

1.3.17. No Afeganistão, no Paquistão e na Índia, na Península Coreana, em África, no Médio Oriente, os perigos de guerra não desapareceram e esses focos de grave tensão são alimentados pelos interesses imperialistas, designadamente com a exploração de contenciosos históricos, problemas de fronteiras, contrastes e conflitos nacionais, étnicos, religiosos e tribais para enfraquecer as posições das forças nacionais e progressistas e debilitar países que pretendem dominar.

1.3.18. A “nova ordem” mundial, para além de assentar no poderio militar dos EUA, assenta igualmente numa ordem económica mundial injusta dominada pelo capitalismo e que gerou e continua a gerar profundas desigualdades e agrava toda a dramática situação na maioria dos países do Terceiro Mundo.

1.3.19. As soluções preconizadas pelo imperialismo para os problemas daqueles países são os conhecidos programas de reajustamento estrutural do FMI/BM. São planos de destruição das suas frágeis bases económicas e gastos sociais, pois assentam na drástica redução das despesas públicas, na eliminação do sector empresarial público e na promoção dos sectores orientados para as exportações, em prejuízo da produção orientada para a satisfação das mais imperiosas necessidades internas. São soluções que agravam os problemas nesses países, mas facilitam lucros enormes às multinacionais, com a abertura de mercados, o acesso a matérias-primas a baixos custos, a instalação de indústrias poluentes e depósitos de resíduos tóxicos.

1.3.20. Os países do Terceiro Mundo enfrentam terríveis tragédias humanas, tanto mais inadmissíveis quanto a ciência e a técnica dão possibilidades de realizar uma vida verdadeiramente digna.

1.3.21. No continente africano, em muitos países da Ásia e da América Latina, agudizam-se intoleravelmente os problemas da fome, da droga, do subdesenvolvimento, que requerem urgentemente uma nova ordem económica mundial justa, equitativa, livre dos mecanismos de exploração neocolonial do imperialismo.

1.3.22. Os focos de tensão, a situação instável e explosiva em numerosos países, as tentativas de revisão de fronteiras, são elementos que mostram os perigos de guerra existentes; esses conflitos agravados pelas ingerências do imperialismo ou por rivalidades inter-imperialistas e sua luta pela redistribuição de esferas de influência, podem concorrer para o desencadear de uma nova guerra mundial, a qual ameaçaria a sobrevivência da Humanidade e a vida na Terra.

1.3.23. O imperialismo continua loucamente a produzir armas convencionais, químicas, bacteriológicas e nucleares cada vez mais sofisticadas, as quais são um perigo para toda a Humanidade.

1.3.24. O mundo não viverá em paz nem em segurança enquanto não forem resolvidas as dramáticas situações dos povos do Terceiro Mundo e à maior parte da sua população não for assegurado o direito a uma vida digna.

1.3.25. O processo de expansão da produção industrial e de exploração de recursos naturais e de sucção económica sobre os países do Terceiro Mundo, realizados pelo imperialismo, levou também ao desenvolvimento de profundos desequilíbrios e agressões ambientais, pondo em risco os ecossistemas planetários (camada de ozono, efeito de estufa, poluição da hidrosfera, desflorestação e desertificação, etc.) e a uma brutal multiplicação de desperdícios e delapidação de matérias-primas (em particular energéticas) e produtos acabados. Os problemas ecológicos globais tornam ainda mais evidente a necessidade de uma regulação económica que supere o critério exclusivo do lucro e da acumulação das multinacionais.

1.3.26. Os problemas da paz, do subdesenvolvimento, do meio ambiente, problemas de carácter global cuja solução interessa a toda a Humanidade, tendem a agravar-se como as tentativas de impor ao mundo uma "nova ordem" imperialista.

1.3.27. Ao contrário do que pretendia a propaganda do imperialismo, com o desmoronar da URSS e o desaparecimento do Tratado de Varsóvia, o mundo não se tornou mais seguro.

1.3.28. Agravam-se perigosamente os conflitos nacionais e étnicos no território da ex-URSS, pela manipulação dos nacionalismos e pelas tentativas do imperialismo de colocar regiões inteiras sob o seu controlo.

1.3.29. O desmembramento da Jugoslávia (em que a Alemanha assume particulares responsabilidades) e a guerra civil que o acompanhou, ameaçam toda a região balcânica. É urgente encontrar soluções políticas que impeçam ódios antigos e novos, soprados por nacionalistas reaccionários e por potências estrangeiras, de continuar o dramático ciclo de destruição e morte que se instalou na ex-Jugoslávia. As nações que compunham a ex-Jugoslávia acabarão por confirmar que é do seu interesse uma política de cooperação estreita com base numa real igualdade de direitos. Neste sentido, qualquer intervenção militar externa apenas contribuiria para levar mais longe o conflito e, em vez de o apaziguar, antes o tornará mais explosivo.

1.3.30. A situação nesse território, bem como no de outros países, requer soluções políticas, por muito complexas e aturadas que sejam, e não o recurso a intervenções militares, fora ou dentro do quadro da ONU ou da CSCE, da NATO ou da UEO.

1.3.31. Os importantes passos dados no caminho da segurança e cooperação europeias em Helsínquia em 1975 não podem, pelo facto de a correlação de forças na Europa ser diferente, servir para, ao arrepio desse caminho, vir a constituir-se na CSCE um núcleo de países que passem a determinar o que deve ser o sistema socioeconómico e político de cada país.

1.3.32. A segurança e a cooperação na Europa constroem-se com base numa política de respeito pela independência de cada país e de verdadeira cooperação entre povos e Estados soberanos e iguais em direitos e não com políticas de bloco que visem a criação ou partilha de zonas de influência entre as grandes potências; a política orientada para o completo desmantelamento das armas nucleares, a liquidação das armas químicas e bacteriológicas, a dissolução da NATO enquanto estrutura político-militar, a construção de um sistema de segurança colectivo em que nenhum país ou grupo de países possa impor, seja qual for o pretexto, o seu interesse próprio.

1.3.33. É pois necessário prosseguir e intensificar a luta dos trabalhadores e dos povos em defesa da paz e ampliar a exigência de uma verdadeira nova ordem económica e política internacional, baseada no respeito pela soberania e igualdade de direitos de todos os Estados, no desarmamento e dissolução dos blocos militares, na cooperação justa e mutuamente vantajosa para o desenvolvimento económico e o progresso social, a preservação dos recursos naturais e do ambiente.

1.4. A luta dos povos

1.4.1. Marcada pelas derrotas do socialismo, pela ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo tentando estabelecer a sua hegemonia mundial e por sérios reveses das forças progressistas e nacional-libertadoras, a situação é de refluxo revolucionário.

1.4.2. Mas as razões objectivas para a continuação da luta, que radicam na própria natureza exploradora, opressora, injusta e desumana do capitalismo, não só não desapareceram como se reforçam. As políticas visando fazer pagar à classe operária e outras classes e camadas antimonopolistas os custos da crise que alastra no mundo capitalista e as tentativas para impor ao mundo uma "nova ordem" mundial contra a liberdade, a independência e o progresso dos povos, agudizam novas e velhas contradições, aprofundam injustiças e desigualdades, avolumam descontentamentos, ampliam a frente das forças sociais e políticas objectivamente interessadas na liquidação do capitalismo, e desde logo das suas manifestações mais reaccionárias.

1.4.3. Embora em condições mais difíceis, prossegue a luta dos trabalhadores e dos povos.

1.4.4. Nos países capitalistas desenvolvidos, especialmente da Europa, contrariando a influência do reformismo colaboracionista sobre o movimento sindical em vários países, têm tido lugar importantes lutas dos trabalhadores em defesa das conquistas sociais e de direitos sindicais e democráticos. Na Europa, a luta contra o Tratado de Maastricht reveste-se de uma grande importância e significado políticos.

1.4.5. Na ex-URSS e nos países do Leste da Europa, sujeitos a violentos processos de desmantelamento de importantes conquistas sociais e de restauração do

capitalismo, crescem a desilusão, o descontentamento e as lutas, desenvolvem-se esforços para reorganizar ou fortalecer os partidos comunistas e aglutinar as forças progressistas.

1.4.6. Nos países do chamado "Terceiro Mundo" de África, Ásia e América Latina, apesar de recuos e derrotas, o imperialismo não logrou liquidar a resistência e a luta libertadora, que prossegue e em que avulta a heróica luta do povo palestino dirigida pela OLP, o poderoso movimento de massas conduzido pelo ANC pela liquidação do *apartheid*, os êxitos da FMLN de El Salvador pela conquista da democracia, a vitória do MPLA nas recentes eleições na República Popular de Angola, sendo ainda de realçar a corajosa resistência do povo de Timor-Leste contra a ocupação da Indonésia.

1.4.7. A luta pela democracia e contra regimes autoritários e ditatoriais, em defesa da soberania nacional e contra a agressão externa, por um desenvolvimento económico independente e contra brutais imposições do FMI e das multinacionais, pela superação de brutais situações de miséria, injustiça e desigualdade social, exprime-se em importantes movimentações e acções de massas em numerosos países e regiões do mundo.

1.4.8. Na consideração das potencialidades de desenvolvimento da luta é também necessário levar em conta a persistência de valores que penetraram profundamente na consciência dos povos, como os valores da igualdade, justiça e solidariedade sociais, democracia e liberdade, paz e igualdade entre povos e nações, protecção do ambiente. A sua negação ou hipócrita manipulação reaccionária pelo capital, em ligação com a experiência prática, aponta para uma crescente tomada de consciência de amplas massas.

1.4.9. A frente das forças anti-imperialistas encontra-se enfraquecida. Às dificuldades no plano objectivo acrescentam-se situações de capitulação, derrotismo e ilusões em relação à social-democracia que entretanto, designadamente através da Internacional Socialista, procura ocupar o espaço aberto pelo desaparecimento do socialismo como sistema mundial.

1.4.10. Mas estão em processo de amadurecimento as condições objectivas e subjectivas para novos surtos de lutas democráticas e populares e é previsível que, para dar resposta aos anseios das massas, numerosos partidos e movimentos com concepções e programas políticos diversificados sejam conduzidos para posições anti-imperialistas.

1.4.11. A perspectiva a prazo é para a recuperação e novo avanço das forças progressistas e revolucionárias.

1.4.12. O movimento comunista internacional, embora em processo de transformação, é uma realidade que continua. A necessidade dos partidos comunistas não só se mantém como se reforça, em face do recrudescimento da exploração e agressividade do imperialismo e do seu avanço como sistema mundial hegemónico, ao mesmo tempo que se acentua a importância da sua cooperação internacionalista.

1.4.13. Entretanto, o movimento comunista internacional atravessa a mais grave crise da sua história.

1.4.14. Como foi assinalado pelo PCP ao longo de vários Congressos, há muito se colocava a necessidade de uma reflexão aprofundada acerca da situação, real composição, formas de cooperação e perspectivas do movimento comunista. Por um lado verificava-se o persistente enfraquecimento e degenerescência de numerosos partidos comunistas e por outro, em resultado da crescente diversificação do processo revolucionário pela sua extensão a todos os continentes, a emergência de forças que, não se reclamando de comunistas, se inseriam objectivamente e mesmo subjectivamente no mesmo processo e projecto de transformação revolucionária da sociedade dos comunistas. Tornava-se necessária uma profunda reconsideração e renovação do movimento comunista, como condição do relançamento do seu prestígio e influência a nível de cada país e no plano internacional.

1.4.15. As derrotas verificadas em países do Leste da Europa, a influência negativa do processo da *perestroika*, a ofensiva universal desencadeada contra os partidos comunistas (sua história, ideologia, natureza de classe, valores, objectivos, formas de organização) vieram complicar extraordinariamente esta tarefa. Se foram numerosos os partidos que fizeram corajosamente frente à situação, confirmando a sua natureza de classe e revolucionária e a sua identidade comunista, muitos mergulharam em crises internas profundas que conduziram à sua paralisação, enfraquecimento, divisão e mesmo à sua liquidação ou degenerescência social-democratizante, como no caso exemplar do PCI. Tudo isto conduziu ao enfraquecimento e desaparecimento de vários partidos, a novas dificuldades de relacionamento e cooperação entre comunistas e outros revolucionários, ao avanço do reformismo no seio do movimento operário e sindical.

1.4.16. Para compreender a crise que os atingiu torna-se necessário ter em conta as alterações socioeconómicas objectivas no respectivo país e no mundo e examinar no concreto a trajectória histórica de cada partido, a sua natureza de classe, a sua linha política, os seus métodos de organização, a sua democracia interna, o seu grau de ligação à classe operária e às massas e outros factores, bem como as concepções e teorizações oportunistas que se desenvolveram na URSS à sombra e invocando a *perestroika*, e que se espalharam no movimento comunista.

1.4.17. Os processos de confrontação política e ideológica, divisão e recomposição que têm percorrido a generalidade dos partidos comunistas e outras forças revolucionárias não terminaram, mas é de admitir que a fase mais aguda da crise tenha passado. Verificam-se sintomas de recuperação em vários partidos. As tentativas de uma "3ª via" e de uma "nova esquerda" social-democratizante não estão a conduzir aos resultados esperados, tendendo à marginalização dos seus promotores ou à hegemonação e absorção por uma social-

democracia cada vez mais confundida e identificada com o liberalismo burguês. Confirmando as previsões do PCP, surgem já, lá onde foram liquidados, esforços para a reconstituição, necessariamente renovada, de partidos comunistas. Cresce a compreensão da importância do relacionamento, não apenas bilateral, mas multilateral entre os comunistas e entre forças progressistas e revolucionárias, com vista ao exame colectivo dos problemas e à busca de formas de cooperação e acção comuns.

1.4.18. O fortalecimento dos laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os trabalhadores, os povos, os comunistas e outras forças revolucionárias, é uma necessidade objectiva que, decorrendo da identidade ou convergência de interesses, se acentua com a internacionalização da vida económica e a estreita cooperação das forças do capital, para ultrapassar as suas contradições e intervir se forma coordenada à escala mundial.

1.4.19. Com situações, interesses e objectivos imediatos de luta diferenciados, os trabalhadores dos países capitalistas desenvolvidos e os povos dos países do chamado Terceiro Mundo são aliados frente ao grande capital transnacional. É necessário agir com perseverança para dar expressão política a uma tal aliança, através de formas adequadas de intercâmbio e cooperação dos comunistas, progressistas e revolucionários de todo o mundo.

1.4.20. Considerando prioritário e fundamental o fortalecimento da cooperação entre os partidos comunistas e outras forças revolucionárias, o PCP considera também necessária a convergência e cooperação entre

comunistas, socialistas e social-democratas, verdes e outras forças democráticas.

1.4.21. A forte viragem à direita que se verifica na generalidade dos partidos sociais-democratas (com a clara explicitação da defesa do capitalismo e das políticas neoliberais, empenho na construção da Europa das transnacionais e integração no processo visando uma "nova ordem" imperialista), e as suas pretensões hegemónicas sobre o movimento operário, não justificam, entretanto, quaisquer ilusões, antes implicam, a par do esforço unitário, uma clara demarcação e um firme combate político e ideológico à social-democracia.

1.4.22. Desde Marx e Engels sucessivas campanhas têm anunciado a morte do comunismo. Mas, com raízes na classe operária e portador dos seus ideais libertadores, o movimento comunista não morreu, não entrou em "declínio irreversível" nem foi historicamente ultrapassado pelas derrotas do socialismo na URSS e Europa do Leste. O movimento comunista é uma realidade do presente e uma necessidade do futuro.

1.4.23. As riquíssimas experiências do seu património histórico, a reflexão sobre elas, com o criativo desenvolvimento da teoria, o aprofundamento das suas raízes na classe operária e nas massas, o fortalecimento dos laços de solidariedade internacionalista, a persistência do capitalismo e a sua incapacidade para resolver os problemas da humanidade, levam o PCP a manter inteira confiança no futuro do movimento comunista, no seu relançamento, no fortalecimento do seu papel insubstituível na luta libertadora dos trabalhadores e dos povos pela liberdade, a democracia, a independência nacional, o progresso social, a paz e o socialismo.

2.

Portugal: O sistema socioeconómico e o regime político

2.0. Introdução

2.0.1. A restauração do capitalismo monopolista, que tem constituído uma verdadeira sucessão de escândalos, cruzada de espoliações e de acumulação e centralização forçadas, têm sido acompanhadas pela degradação da democracia política e por tentativas para subverter princípios do regime político consagrado na Constituição (proporcionalidade da representação, direito à greve, direito à acção e organização sindicais nas empresas), pela intensificação da exploração dos trabalhadores e outras camadas laboriosas, pelo aumento das desigualdades sociais e assimetrias regionais e por ofensivas nas esferas da cultura, das mentalidades e da ideologia, contra os valores, os ideais e as realizações democráticas e progressistas.

2.1. Restauração do capitalismo monopolista

2.1.1. Na sequência da revisão da Constituição verificada em 1989, e tal como se previu no XII Congresso, verificou-se no nosso País uma aceleração do processo de reestruturação e restauração do capitalismo monopolista e do seu domínio sobre a economia portuguesa.

2.1.2. A restauração do capitalismo monopolista assestou, fundamentalmente, no processo de privatização de empresas públicas, na facilitação ao capital estrangeiro da apropriação de empresas e posições em sectores fulcrais, e numa política fiscal e financeira visando a acumulação do grande capital.

2.1.3. Os governos do PSD têm tido um papel determinante, a par das graves responsabilidades do PS, na restauração do capital monopolista, objectivo prioritário da sua política, nomeadamente através da privatização de empresas fundamentais e da atribuição ao grande capital do essencial dos recursos financeiros oriundos dos fundos comunitários (PEDIP, FSE, fundos agrícolas) e de substanciais benefícios fiscais. Paralelamente, são aplicadas políticas macroeconómicas, nomeadamente monetária, cambial e de "rendimentos e preços", que favorecem o capital estrangeiro e os grupos económicos

e a concentração e centralização forçadas de capitais, em prejuízo da acumulação reprodutiva das pequenas e médias empresas, rendimentos dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas.

2.1.4. O processo de restauração do poder do grande capital tem sido um obstáculo a uma estratégia nacional de modernização da economia portuguesa, de valorização do seu perfil de especialização produtiva e da sua inserção activa na divisão internacional do trabalho.

2.1.5. Os grupos económicos já consolidados (e os núcleos de capitais com pretensões a grupos) e o capital multinacional, quer isolado quer associado a grupos nacionais, constituem no presente momento elementos centrais da configuração do capitalismo monopolista. São linhas estruturantes e definidoras do capitalismo monopolista em desenvolvimento as redes de ligação entre grupos capitalistas nacionais e o capital multinacional e as ligações entre estes centros do capital e o Estado. É uma malha densa de convergências e acordos que não escondem dinâmicas concorrenciais e oposições de interesses.

2.1.6. Nesta fase, assiste-se a uma crescente concentração de capitais, quer no sistema bancário quer no segurador, que tem contribuído para a manutenção de elevadas taxas de intermediação financeira (as mais elevadas da CEE), geradores de elevadíssimos lucros.

2.1.7. A dimensão excessiva de lucros no sector financeiro mostra o elevado nível de centralização capitalista que se regista actualmente no País, e mostra também que a crescente centralização de capitais no sector bancário tem sido feita em prejuízo dos sectores e das empresas directamente produtivas, em especial das pequenas e médias empresas (sem acesso aos mercados bancários externos, ao mercado de capitais e às taxas de juro preferenciais).

2.1.8. Os grupos económicos nacionais apresentam, como tendências fortes, uma presença dominante no sector financeiro e em actividades parasitárias, uma intervenção com um grau de monopolização acentuado em serviços de alta rentabilidade e em alguns poucos sectores industriais de forte e fácil monopolização dos mercados, com uma aliança determinante num elevado número de casos ao capital multinacional.

2.1.9. Num processo ainda em pleno desenvolvimento

to, podem sistematizar-se principalmente dois percursos com origens e trajectórias diferenciadas que produziram os diferentes "núcleos de cristalização", em torno dos quais se desenvolveu e desenvolve a acumulação de capital dos grupos económicos nacionais.

2.1.10. Um primeiro tipo de percurso é o que corresponde à formação de "novos grupos". Partindo de capitais industriais, com posições fortes ou dominantes numa fileira (aglomerados, cortiça, metalomecânica, lacticínios, têxteis), individualizados ou agrupando interesses de diversos capitalistas, alargam e diversificam actividades terciárias, servem de ponto de apoio à entrada de capital multinacional (de que tiram vantagens económicas e financeiras), usam a Bolsa e a especulação imobiliária para uma rápida multiplicação do seu capital moeda e procuram garantir, isoladamente ou em forma agrupada, a conquista de um grande banco público.

2.1.11. Outro percurso é o que origina a reconstituição e restauração de "velhos grupos". Partem de patrimónios acumulados no estrangeiro durante a ditadura, da "solidariedade" do capitalismo internacional e das indemnizações pelas empresas nacionalizadas, para o desenvolvimento de actividades fundamentalmente de âmbito financeiro, consultorias e operações imobiliárias e especulativas, para crescerem depois, por absorção das suas antigas empresas, bancos, seguradoras, sectores industriais.

2.1.12. A elevada e directa presença de transnacionais é outro elemento a condicionar a configuração actual e final do capitalismo monopolista. Tendo já hoje uma presença esmagadora em sectores de grande relevância nacional, preparam-se para uma intervenção acrescida no processo das privatizações em curso, aliadas ao capital português ou isoladamente (mesmo quando através de um testa de ferro português), para uma tomada de posições em sectores estratégicos.

2.1.13. O capitalismo monopolista em formação, implantado sobre e na sequência de um prolongado processo contra-revolucionário, perante uma correlação de forças sociais e políticas de grande instabilidade, tende a integrar um conjunto de elementos económicos, sociais, políticos e ideológicos numa totalidade orgânica que procura assegurar não só uma direcção económica favorável ao lucro monopolista e à centralização e concentração capitalistas como uma direcção política e ideológica que garanta à oligarquia financeira e também camadas da grande e de alguma média burguesia a sua permanência como classe dominante.

2.1.14. Uma das grandes linhas do embuste ideológico e político dos "teóricos" do capitalismo monopolista consiste em procurarem inculcar na opinião pública a identificação do mercado com capitalismo e liberdade e com a necessidade da presença dominante na economia dos grandes grupos económicos monopolistas.

2.1.15. O mercado que existia anteriormente à formação económica capitalista, pode e deve ser articulado com uma planificação democrática, a intervenção activa

do Estado na economia e a existência de um importante sector empresarial público, não se confundindo com um mercado monopolizado por meia dúzia de grupos económicos associados ou dependentes do grande capital internacional.

2.1.16. O Estado continuará a ter um papel determinante na evolução e configuração final do capitalismo monopolista, quer pelo seu papel directo e indirecto na acumulação quer pelas privatizações e pela transferência de capitais públicos a favor de grupos privados. Mas esse papel do Estado continuará dependente do desenvolvimento das lutas sociais, da oposição dos trabalhadores e massas laboriosas ao processo de exploração e esbulho capitalistas e da própria resistência das forças democráticas. A sua intervenção estará também muito ligada aos caminhos da integração europeia e dos aprofundamentos ou não dos processos da União Económica e Monetária e da União Política.

2.2. O processo de privatizações

2.2.1. A estratégia do PSD, pública e expressamente assumida, visa a privatização acelerada da prática totalidade do Sector Empresarial do Estado, com incidência prioritária nas empresas do sector financeiro.

2.2.2. Em três anos o Governo procedeu à privatização de 21 empresas públicas, incluindo 5 bancos (entre os quais os 3 maiores bancos comerciais portugueses), 4 das maiores empresas seguradoras e a empresa petrolífera nacional, desmantelou muitas outras grandes empresas e procedeu à alienação de um número incontrolado de participações financeiras do sector público.

2.2.3. As privatizações deram lugar a efectivas desnacionalizações, com a transferência das empresas nacionais para o domínio ou órbita de influência de grupos estrangeiros (Crédit Agricole no BESCL e na Tranquilidade, Banesto no BTA, UAP na Aliança Seguradora, Total na Petrogal, Neste Oy na EPSI e na CNP, Bavaria na Centralcer, Carlsberg na Unicer, etc.), em alguns casos com a participação de capitalistas nacionais nessa estratégia de desnacionalização.

2.2.4. O sector financeiro e, em particular, o sector bancário, têm vindo a ser crescentemente dominados pelo capital estrangeiro, quer através da criação de filiais de empresas internacionais ou da sua participação no capital de empresas privadas portuguesas, quer através do processo de privatizações. O sector privado detém já cerca de 40% do mercado bancário e uma percentagem ainda maior do mercado segurador.

2.2.5. Com o processo de privatizações foram postos em causa direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, a nível da contratação, da segurança no emprego, do exercício do controlo de gestão e da participação e intervenção dos trabalhadores na vida das empresas.

2.2.6. As privatizações efectuadas não foram controladas e fiscalizadas por qualquer entidade independente do Governo, dando lugar a grandes negociatas, a tráfico

de influências e a conluios escandalosos, com a participação do próprio Governo e de membros do PSD na administração e gestão das empresas públicas. Esclarece-se assim a razão porque o PSD se opôs na Assembleia da República à criação de um órgão de controlo e fiscalização das privatizações não tutelado pelo Governo.

2.2.7. Há casos em que são os próprios compradores a avaliar as empresas, outros em que é o Governo que promove a candidatura de um só empresário, outros ainda em que o Governo financia os ex-monopolistas com vista ao processo de privatizações, quer através de sucessivas revalorizações das indemnizações e da permissão de utilização dos títulos de indemnização nas privatizações, quer por intermédio da banca pública, mesmo através da dação de milhões de contos sem qualquer justificação.

2.2.8. Em todo este processo das privatizações, o PS tem sido um aliado da estratégia do Governo do PSD. Chegou mesmo a propor publicamente a revisão do processo de indemnizações visando, expressamente, favorecer e privilegiar o regresso dos ex-monopolistas às suas antigas empresas. Acusa o processo de privatizações de falta de transparência apenas para deixar "registado em acta" tal facto. E nada faz para tentar impor essa transparência. Reconhece que nas condições actuais as privatizações significam efectivas desnacionalizações mas nem sequer reclama a suspensão do processo.

2.3. A liquidação da Reforma Agrária e a restauração da grande propriedade latifundiária

2.3.1. A evolução da agricultura no Sul do Ribatejo e no Alentejo tem como traços predominantes a liquidação da Reforma Agrária e a reconstituição da grande propriedade latifundiária. Praticamente toda a terra expropriada e nacionalizada foi reprivatizada, incluindo, em grande parte, a área anteriormente entregue a pequenos agricultores.

2.3.2. Neste momento há 70 unidades produtivas. Destas, apenas cerca de metade têm condições de prosseguir. Ocupam cerca de 54 mil hectares - 3200 de conta própria, 35 mil de arrendamento e 14600 cedidos a título precário - e empregam 2 mil trabalhadores.

2.3.3. A ofensiva contra a Reforma Agrária conduzida por governos do PS e por governos de direita, que agora praticamente se consumou com a sua destruição - levada a cabo num quadro de ilegalidades, asfixia económica e financeira, marginalização do apoio técnico do Estado e de brutal acção repressiva, mas também da resistência e luta heróica do proletariado agrícola do Sul e da solidariedade de outros trabalhadores de Norte a Sul do País -, põe termo a um processo económico e social determinante não só para o desenvolvimento da agri-

cultura e da economia regionais, como também para a economia do País.

2.3.4. O processo produtivo agrícola, que com a Reforma Agrária teve um significativo impulso, caracteriza-se agora, com a reconstituição da grande propriedade latifundista - salvo casos pontuais de empresas capitalistas que surgiram com algum dinamismo - por um acentuado retrocesso, não obstante o elevado investimento agrícola realizado. Ressurgem os sistemas extensivos de produção no sequeiro, sem prejuízo de alguns aspectos positivos introduzidos, aliás, pela Reforma Agrária. A floresta mediterrânica de uso múltiplo, associada à produção agrícola e florestal, está em manifesta regressão e tende a ser substituída pela floresta estreme de crescimento rápido.

2.3.5. O investimento estrangeiro na região, dirigido à aquisição de terra, que chegou a atingir cerca de 25 mil hectares, originando na altura um surto especulativo do preço da terra, tem vindo a diminuir e o seu significado económico global é limitado, não obstante algumas incidências locais relevantes (Brejão).

2.3.6. A região apresenta o mais elevado grau de absentismo do continente, tendo subido de 31% em 1979 para 41% em 1989, enquanto a área média das explorações é de 38 hectares, contra 7 hectares no continente, expressando a elevada concentração da terra. A ligeira redução da área média das explorações agrícolas do Sul, que se verifica relativamente a 1979, deve-se fundamentalmente ao processo de alteração jurídica de propriedades indivisas para efeito de atribuição de reservas, e não a uma evolução significativa de estrutura fundiária no sentido da desconcentração da terra, constatando-se até a gestão centralizada de unidades estatisticamente individualizadas.

2.3.7. Entretanto, o desemprego aumentou e cresceu a emigração. Mais de 18 mil trabalhadores agrícolas abandonaram a actividade produtiva, permanecendo no entanto como a classe predominante na agricultura, com um peso de 58% da população activa agrícola.

2.3.8. O despovoamento da região, que nos primeiros anos da Reforma Agrária foi travado, acelera-se e acentua-se o declínio das zonas rurais enquanto a floresta se expande e retornam os aramados, associados ou não à caça (coutadas) e a outras iniciativas empresariais no âmbito do agro-turismo. O crescente envelhecimento e estagnação económico-social do Alentejo - um terço do território nacional - é indissociável da destruição da Reforma Agrária.

2.3.9. Contudo, os interesses dos agrários não deixaram de ser acautelados. Mais de 70% do investimento apoiado pelos fundos comunitários foi absorvido pelos grandes proprietários e explorações e os preços dos cereais foram fortemente apoiados, compensando-se a sua redução através de subsídios, ao contrário do que se verificou relativamente aos preços de culturas e produções mais características das pequenas explorações.

2.3.10. Com a reforma da PAC, que é fundamentalmente uma reforma da política do sector cerealífero,

predominante na região, a valorização da renda absoluta que os subsídios ao rendimento em função da dimensão física corporizam, em detrimento do apoio à actividade produtiva, consolidam a grande propriedade latifundista, os sistemas extensivos e absentistas, paralisam a agricultura da região, atiram para cima dos contribuintes os custos da inactividade dos agrários e agravam o processo de despovoamento e desertificação rurais.

2.4. A degradação económica e social da pequena agricultura

2.4.1. A política agrícola do Governo traduziu-se, no plano estrutural, pelo desenvolvimento da concentração capitalista da terra e da produção através, designadamente, da integração vertical do processo produtivo, designadamente nos subsectores florestais do montado de sobro e no destinado à produção de pasta de papel, onde as empresas de celulose dominam já cerca de 200 mil hectares em produção directa (120 mil em propriedade e 80 mil em arrendamento) - no total a área plantada com eucalipto atinge já, no País, cerca de 560 mil hectares, o que representa um crescimento de mais de 45% desde 1985 - e no sector do vinho do Porto, assim como para finalidades não produtivas ligadas a actividades turísticas.

2.4.2. A política de emparcelamento prosseguida, assente na transferência da propriedade da terra e ignorando outras orientações, nomeadamente o fomento do associativismo de produção, fazendo sobrepor o modelo capitalista de evolução da estrutura agrária à realidade objectiva que hoje constitui a exploração familiar, não tem tido qualquer impacto significativo na correcção da estrutura minifundiária.

2.4.3. A situação dos baldios mantém-se apesar das permanentes tentativas do Governo, e também do PS, de alterar o seu quadro jurídico, tendo em vista retirar aos povos a sua posse e o direito de gestão pelos compartes.

2.4.4. Nos sectores da transformação e distribuição acentua-se a crise do sector cooperativo, nomeadamente a ruptura financeira e perda de mercados. Na esteira do desmantelamento das estruturas do sector público de regulação do mercado verifica-se uma crescente penetração do grande capital nacional e internacional nos sectores da distribuição alimentar e das agro-indústrias, com particular relevo para o do vinho do Porto, lacticínios, hortofrutícolas, carnes e oleaginosas.

2.4.5. A pequena agricultura enfrenta graves dificuldades de escoamento da produção face às exigências quantitativas e qualitativas do mercado e crescente domínio deste pela produção estrangeira, à discriminação no acesso aos meios financeiros comunitários de apoio ao investimento produtivo, à acentuada redução dos preços e dos rendimentos agrícolas, à desvalorização social da actividade produtiva dos pequenos agricultores, remetendo-os para o âmbito de população assistida a quem se destinam como alternativa meras políticas

assistenciais e a reforma antecipada.

2.4.6. Os rendeiros enfrentam ainda uma situação de grave instabilidade face às perspectivas de despejo pelos senhorios sob a alegação de pretenderem cultivar directamente a terra, no quadro do gravoso regime jurídico de arrendamento rural e às exigências de rendas especulativas, em particular nas zonas de grande propriedade.

2.4.7. Tendo em conta o elevado peso da agricultura familiar na economia do sector agrícola - mais de 90% do total de explorações, mais de 65% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), mais de 70% da população activa do sector - a política agrícola do Governo, sendo gravemente lesiva dos interesses dos pequenos agricultores, é igualmente lesiva dos interesses do País.

2.4.8. O domínio capitalista da agricultura tem conduzido a um acelerado processo de decomposição e diferenciação das pequenas explorações, as quais assumem acentuadamente a função de reserva de trabalho, como se evidencia pela crescente situação de pluriactividade e pluri-rendimento dos agricultores.

2.4.9. A agricultura familiar constitui hoje uma realidade heterogénea que se expressa pelas diferentes funções e formas prevaletentes na sua inserção no sistema económico-social:

a) cerca de 40% das explorações familiares contribuem com mais de 50% para o rendimento das famílias dos agricultores; a sua inserção no sistema económico-social realiza-se sobretudo através dos mercados; têm predominantemente a função de produção agrícola;

b) cerca de 45% das explorações contribuem com menos de 50% para o rendimento das famílias, tendo porém, esta produção elevada importância nas economias familiares; mais de 70% do agregado doméstico trabalha fora da exploração; a sua inserção no sistema económico-social opera-se fundamentalmente através do mercado de trabalho;

c) cerca de 15% das explorações contribuem também com menos de 50% para o rendimento; mas nenhum elemento do agregado familiar trabalha fora da exploração; a sua articulação com a sociedade envolvente realiza-se fundamentalmente por via de fluxos financeiros exteriores à actividade produtiva, designadamente prestações sociais, remessas de emigrantes, subsídios. Nestas explorações, com particular expressão no Interior Centro e Norte e em Viana do Castelo, verifica-se um acentuado envelhecimento dos agricultores.

2.4.10. Por outro lado, a intensificação do domínio capitalista da agricultura tende a gerar uma divisão social do trabalho em que o agricultor é confinado exclusivamente à área da produção agrícola propriamente dita e remetido para a situação de produtor de matéria-prima. O capital monopolista da distribuição alimentar e das agro-indústrias, ao apoderar-se dos sectores a jusante da produção, condiciona esta às suas próprias necessidades e interesses, impõe a tecnologia a adoptar, fixa o tipo,

a quantidade e a qualidade da produção, restringe a capacidade de decisão e opção dos agricultores que, de produtores autónomos, tendem a transformar-se em trabalhadores dos grandes complexos empresariais do sector agro-alimentar.

2.5. Investimento estrangeiro e presença das transnacionais na economia portuguesa

2.5.1. No âmbito do processo de subordinação da economia nacional ao poder do grande capital e de agravamento da sua dependência, assume papel de relevo o investimento directo estrangeiro (IDE).

2.5.2. O forte impacto quantitativo do IDE autorizado no triénio 1989/91 não tem correspondência qualitativa adequada no processo de desenvolvimento económico e social do País. Do IDE autorizado no âmbito do regime geral naquele período (cerca de 1900 milhões de contos), 70% visou os sectores financeiro, imobiliário e turístico, e apenas 21% foi canalizado para a indústria transformadora e mesmo assim, normalmente, para a compra de unidades já instaladas. Isto é, o IDE concentrou-se fundamentalmente nos sectores e actividades financeiros e especulativos e não, como seria do interesse do desenvolvimento económico do País, no reforço da estrutura industrial e na valorização do padrão de especialização da economia portuguesa. O investimento estrangeiro de mais de 600 milhões de contos nos sectores bancário e segurador nos últimos 4 anos, nomeadamente através das privatizações, mostra claramente o perigo real do completo desaparecimento do sistema financeiro nacional e da dominação dos sectores bancário e segurador por capitais e interesses estrangeiros.

2.5.3. No âmbito da malha industrial e tecnológica nacional, os efeitos do IDE são muito fracos, sendo reduzidos os efeitos no aumento do valor acrescentado nacional. A implantação do IDE no sector industrial tem visado fundamentalmente a exploração de força de trabalho barata e pouco qualificada, com especial incidência nos sectores têxtil, do vestuário e calçado, da alimentação e bebidas e de componentes para a indústria automóvel, contribuindo para a reprodução de uma especialização produtiva desvalorizada e dependente. Os efeitos do IDE a montante e a jusante são, em geral, extremamente reduzidos, sendo limitado o recurso a fornecedores nacionais e muito baixa a incorporação nacional na sua produção.

2.5.4. Alguns poucos investimentos, que aliás beneficiam de elevados incentivos estatais (projecto Ford/VW), apresentam-se com um carácter potencialmente estruturante e tenderão a melhorar o perfil de especialização e o padrão das exportações. Mas o facto de não estar garantida a sua presença no País por um período significativo e de o núcleo central da produção estar dependente de centros de decisão externos, não só não permite garantir o impulso regional e nacional dado ao

crescimento por tais investimentos como torna, em grande parte, vulneráveis tais alterações.

2.5.5. O nível de tecnologia introduzido é fraco, não tendo o IDE funcionado como indutor e demonstrador de novas tecnologias com efeito multiplicador na estrutura industrial portuguesa. As próprias empresas estrangeiras que se implantaram em Portugal apresentam-se, de um modo geral, tecnologicamente dependentes do exterior, limitando-se a receber a tecnologia transferida das "empresas-mãe" fixadas no exterior, e sem quaisquer ligações aos centros de investigação e desenvolvimento tecnológico nacionais. No âmbito da capacidade de inovação, quer a nível de produtos quer de processos produtivos, a contribuição do IDE é igualmente débil, já que as empresas estrangeiras instaladas em Portugal obedecem às estratégias do grupo de cujas orientações e decisões dependem.

2.5.6. O IDE tem-se concentrado na área da "grande Lisboa" (cerca de 80% do total), o que significa que também ele tem funcionado como um factor de persistência e agravamento do desequilíbrio regional no desenvolvimento económico do nosso País.

2.6. A evolução da economia portuguesa

2.6.1. O período de expansão vivido na economia internacional até ao final de 1990, a baixa do preço do petróleo e a entrada no País de avultados recursos financeiros provindos dos fundos estruturais da CEE, entre outros factores, conduziram ao crescimento da economia portuguesa nos últimos quatro anos e possibilitaram o desenvolvimento de importantes programas de infra-estruturas de que o País carece.

2.6.2. Porém, esse crescimento económico (aliás em crescente desaceleração) não promoveu um efectivo e equilibrado desenvolvimento económico e social do País.

2.6.3. O crescimento económico foi acompanhado da desestabilização da organização económica nacional (em especial devido ao processo de privatizações), do agravamento da condição periférica e dependente da estrutura e da especialização produtivas, da acentuação dos desequilíbrios ecológicos e das assimetrias regionais e do agravamento das desigualdades e das injustiças sociais.

2.6.4. O volume de fundos comunitários no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (QCA), atingindo os 1250 milhões de contos no período 1989/93, teria obrigatoriamente de fazer sentir a sua incidência a nível económico e regional.

2.6.5. Porém, a primeira avaliação que é possível fazer da aplicação do QCA aponta para a permanência de um perfil de especialização desvalorizado e para a acentuação dos desequilíbrios na distribuição regional da estrutura produtiva.

2.6.6. Os fundos para a reestruturação da indústria e comércio - o PEDIP - foram canalizados para benefício e

reforço dos grupos económicos portugueses e da penetração do capital estrangeiro em Portugal, em detrimento das pequenas e médias empresas, e não contribuíram para a implementação de uma política industrial de alteração qualitativa da estrutura produtiva.

2.6.7. No que respeita aos fundos provenientes do FEOGA, verifica-se que dos cerca de 400 milhões de contos destinados à política sócio-estrutural do sector agrícola, somente 12% beneficiaram as explorações com menos de 5 hectares, que representam 86% do total, enquanto 28% daquele montante foi absorvido por grandes explorações, representando apenas 0,06% do total. No plano regional, constata-se que o Ribatejo e Alentejo, regiões de predominância das grandes explorações, foram as regiões mais beneficiadas.

2.6.8. Nas pescas, a parte mais significativa dos subsídios distribuídos concentrou-se no desinvestimento, ou seja, no abate de barcos.

2.6.9. Por outro lado, a concentração da aplicação desses fundos nas grandes áreas metropolitanas consolidaram os desequilíbrios entre as zonas litoral, interior e fronteira, agravando os índices de concentração populacional no litoral e acentuando a desertificação do interior, e em especial das zonas fronteiriças, assim se desperdiçando recursos, despovoando-se comunidades e promovendo uma utilização irracional do território.

2.6.10. As vulnerabilidades da economia portuguesa mantêm-se, em consequência da inexistência de alterações significativas na estrutura de especialização produtiva, que fundamentalmente continua a assentar em produções de fraco valor acrescentado, de baixa complexidade tecnológica e em produtos integrados na estratégia produtiva do capital transnacional.

2.6.11. Degradou-se a posição dos sectores relacionados com a produção de bens de equipamento, com a redução do peso da produção de bens acabados e o reforço dos segmentos produtores de componentes, mais trabalho-intensivos e menos valorizados. O que significa que se agravou a dependência do País no processo de acumulação e de desenvolvimento da economia portuguesa.

2.6.12. Os sectores agro-alimentares (agricultura, pescas e ramos industriais de bens alimentares) registam progressiva perda de peso na estrutura do Produto, e alguns deles entraram em clara recessão. Agravou-se o défice alimentar e não está assegurada a segurança alimentar.

2.6.13. A evolução da agricultura caracteriza-se pelo desfasamento crescente entre a oferta nacional e a procura de bens agro-alimentares, apesar do vultuoso investimento realizado, pelas crescentes importações, e pela acentuada quebra dos rendimentos agrícolas.

2.6.14. Nas pescas, verifica-se uma redução tendencial da produção, aumento rápido das importações, redução dos preços aos produtores e desmobilização crescente de pescadores e embarcações. As esperanças postas na aquacultura não se confirmaram.

2.6.15. Nos sectores têxteis, que continuam a ser uma

das bases da fraca especialização produtiva nacional, tem-se assistido ao reforço dos produtos com maior incorporação de trabalho não qualificado (costura e acabamentos) e à perda de posições dos produtos de maior intensidade tecnológica (preparação de fibras, fição, tecelagem, corte de tecidos), com uma aproximação acelerada à especialização dos países produtores de têxteis menos desenvolvidos da Ásia.

2.6.16. A internacionalização e especialização da indústria portuguesa é assim cada vez mais determinada pela sua inserção nas cadeias de produção das economias mais desenvolvidas da CEE e das empresas transnacionais, e a economia portuguesa é crescentemente uma economia em regime de subcontratação, especializada em actividades onde predomina a intensidade do trabalho de baixas qualificação e remuneração.

2.6.17. As grandes superfícies comerciais (hipermercados, *cash and carry*, etc.) tiveram uma expansão notável nos últimos anos pela penetração de grandes cadeias de distribuição europeias associadas em geral a grupos portugueses. Absorvendo segmentos significativos dos mercados de comercialização por grosso e retalho, em prejuízo dos comerciantes tradicionais, condicionam fortemente o escoamento da produção agrícola e de outros sectores, impulsionam a crescente importação de bens de consumo, em particular agro-alimentares, constituindo centros de grande acumulação monetária.

2.6.18. Paralelamente à política de privilégio à concentração e centralização de capitais e do primado da esfera financeira e especulativa, e em íntima ligação com ela, a política económica dos governos do PSD assenta em princípios neo-liberais, conservadores e monetaristas, atribuindo prioridade absoluta à redução da inflação ainda que com prejuízo do crescimento económico e da modernização da estrutura produtiva.

2.6.19. Por isso, a economia portuguesa registou nos últimos anos fortes desacelerações do crescimento do Produto e do investimento produtivo (Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF) e as actividades directamente produtivas, designadamente a indústria e a agricultura, entraram em recessão - ao mesmo tempo que as actividades financeira e especulativa aumentaram exponencialmente os seus lucros. Nos anos de 1990 e 1991, os lucros das empresas financeiras elevaram-se a cerca de 50% dos lucros de todas as empresas societárias existentes em Portugal.

2.6.20. A brutal desaceleração do crescimento da FBCF é uma das consequências mais nefastas da política económica dos governos do PSD. Porque o investimento produtivo, em especial na indústria, na agricultura e nas pescas, é a base material imprescindível para o desenvolvimento económico no futuro.

2.6.21. Outra dessas consequências é o facto de a economia portuguesa ser cada vez menos uma economia de produção e crescentemente uma economia de intermediação e comercialização, com a redução per-

manente da produção agrícola, piscatória e em múltiplos ramos da indústria e o agravamento ininterrupto do défice da balança comercial, situação que tende a agravar-se com o Mercado Único.

2.6.22. Essa política, por um lado, tem conduzido à degradação da situação financeira das empresas directamente produtivas, com especial incidência nas pequenas e médias empresas, e à perda de competitividade das produções nacionais nos mercados interno e externo, agravando o défice comercial; e, por outro lado, tem atraído centenas de milhões de contos de aplicações especulativas por parte do capital estrangeiro, contrariando a baixa das taxas de juro e da inflação.

2.6.23. Nomeadamente a partir do 3º trimestre de 1990, e tendo por causa próxima e imediata uma errada política de sobrevalorização cambial do escudo e de elevadas taxas de juro (com o exclusivo objectivo de impor a redução da inflação de forma tão rápida quanto não sustentada), a economia portuguesa caminhou para a estagnação (a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto passou dos 5% em 1989/90 para os 2% em 1991/92).

2.6.24. A acentuação dessa política nefasta - designadamente com a prematura integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu (SME), com a teimosia política de manter a sobrevalorização da moeda nacional durante o recente descalabro do SME, e com a anunciada decisão governamental de antecipação da completa liberalização dos movimentos de capitais até ao final do corrente ano - colocou a economia portuguesa perante o espectro da recessão económica, que já se faz sentir na agricultura, nas pescas e na indústria transformadora.

2.6.25. Os custos desta política de irracionalidade económica são crescentemente suportados pelos agricultores e empresas produtivas e, fundamentalmente, pelos trabalhadores.

2.6.26. A competitividade das produções portuguesas (nos mercados externos e interno) degrada-se em relação directa com a sobreavaliação cambial, aumentando rapidamente o número de empresas que reduzem a sua laboração e encerram as portas.

2.6.27. Aumentam os despedimentos e o emprego precário e a tempo parcial, reforça-se a pressão para impor tectos salariais inferiores à inflação prevista, degrada-se o nível de satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem, agrava-se a carga fiscal real sobre os rendimentos do trabalho e dos consumidores.

2.6.28. Com esta política económica é o futuro da economia nacional e dos portugueses que está a ser posto em causa.

2.7. A exploração dos trabalhadores e a situação social

2.7.1. O processo de restauração do capitalismo monopolista é inseparável da intensificação da explora-

ção dos trabalhadores, da limitação e liquidação de direitos fundamentais, da ilegal e prepotente transferência de responsabilidades do Estado para os cidadãos em matérias vitais como o direito ao ensino, à saúde e à segurança social.

2.7.2. No plano social, a acção dos governos do PSD, nos 4 anos decorridos entre o XII e o XIV Congressos, caracterizou-se pela intensificação da exploração dos trabalhadores, pela injusta repartição do rendimento nacional, pelas crescentes discriminações, pelo crescimento da pobreza, e o aumento das desigualdades. Só a face visível do património líquido de uma centena de bilionários portugueses excede o total das remunerações médias anuais de um milhão de trabalhadores.

2.7.3. Invocando a necessidade de reduzir o papel do chamado "Estado providência" na garantia dos direitos sociais básicos dos mais largos estratos da população, o PSD, os seus governos e maiorias na Assembleia da República, têm aumentado de forma crescente o papel do seu efectivo "Estado providência" em benefício do grande capital.

2.7.4. A intensificação da exploração dos trabalhadores, a degradação da situação social, teve como corolário uma intensa e persistente acção do Governo no sentido de limitar, cercear e liquidar muitas liberdades e garantias dos cidadãos e em particular dos trabalhadores, no quadro da ofensiva mais geral contra as características essenciais do regime democrático constitucionalmente consagrado.

2.7.5. A restauração do capital monopolista faz-se acompanhar da crescente e impune repressão patronal nas empresas, da frontal violação de direitos e liberdades sindicais e de outras estruturas representativas dos trabalhadores.

2.7.6. É particularmente significativa, pela sua extensão e natureza, a ofensiva contra um conjunto muito vasto de áreas de direito do trabalho (protecção especial dos representantes dos trabalhadores, código do processo de trabalho, despedimentos colectivos e individuais, contratação colectiva, trabalho temporário, pré-reformas, regime de férias e feriados, duração e organização do tempo de trabalho, período experimental, direito à greve, etc., etc.), atingindo gravemente direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores.

2.7.7. As alterações introduzidas pelo PSD na legislação laboral nos últimos 4 anos, têm como fio condutor criar um novo e mais retrógrado quadro jurídico das relações de trabalho, reforçando o poder discricionário e repressivo do patronato, facilitando os despedimentos, precarizando os empregos, flexibilizando o horário de trabalho e limitando as possibilidades de organização dos trabalhadores e dos sindicatos.

2.7.8. Assumem particular gravidade as alterações à lei da greve e à legislação sobre os despedimentos e a contratação colectiva, através da arbitragem obrigatória.

2.7.9. As alterações à lei da greve, satisfazendo velhas e insistentes exigências do grande patronato,

conferindo ao Governo poderes arbitrários e discricionários para limitar o seu exercício através da definição dos serviços mínimos, da requisição civil dos trabalhadores e do alargamento do período de pré-aviso, violam um direito democrático fundamental, conquistado pela heróica luta de gerações de trabalhadores.

2.7.10. As alterações à legislação sobre despedimentos, consagrando um novo regime de despedimento colectivo e individual introduzindo a possibilidade de despedimentos por inadaptação, reforçam extraordinariamente o poder repressivo do patronato, acabando na prática com a proibição do despedimento sem justa causa.

2.7.11. O direito à **contratação colectiva**, uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores e do movimento sindical, continua a ser fortemente limitado no plano prático e no plano jurídico através da fixação de tectos salariais, da restrição à liberdade de negociação de vastas matérias e da ofensiva contra importantes conquistas sociais e laborais consagradas nos contratos colectivos de trabalho.

2.7.12. Os trabalhadores da Administração Pública continuaram na prática ver negado o direito à contratação colectiva.

2.7.13. Com a revisão da Lei da Contratação, o Governo pretende introduzir mais limitações ao direito de negociação colectiva, e visa dificultar e impedir o desenvolvimento da luta reivindicativa, nomeadamente através da imposição da arbitragem obrigatória, em clara violação da liberdade de negociação.

2.7.14. Os baixos **níveis salariais**, apesar dos aumentos conseguidos com a luta dos trabalhadores, são o factor determinante para o baixo nível das condições de vida dos trabalhadores portugueses. A parte dos salários no rendimento nacional tem vindo a reduzir-se de ano para ano, tendo passado de 43,8% em 1988 para 43% em 1991 (apesar do aumento do emprego), agravando a injustiça social, patente na distribuição funcional do rendimento. No entanto, o Governo faz e continua a fazer da política de contenção do crescimento dos salários um dos objectivos fundamentais da política económica ao serviço do grande capital.

2.7.15. O **salário mínimo nacional**, não acompanhando sequer o crescimento médio dos salários, deixa de cumprir a sua função social, sendo utilizado cada vez mais como "referencial tampão" ao crescimento geral dos salários e das prestações de segurança social, particularmente as prestações de reforma.

2.7.16. A ofensiva contra o crescimento dos salários dos trabalhadores processa-se através de um conjunto de medidas diversificadas mas complementares no seu objectivo, nomeadamente na imposição de tectos salariais e na fixação de metas de inflação irrealistas para efeito de controlo salarial.

2.7.17. A intensificação da exploração da mão-de-obra assalariada faz-se ainda pela crescente individualização dos salários, pelos prémios e pela precarização das remunerações dos trabalhadores sujei-

tos a trabalho clandestino, pelo emprego precário e pela persistente chaga, que são os salários em atraso.

2.7.18. Os problemas gerais do **emprego** agravaram-se com o aumento significativo da sua precaridade e instabilidade.

2.7.19. O desemprego, mesmo o oficial, atinge mais de duas centenas de milhar de portugueses, estando a aumentar com a crise que atinge vários sectores.

2.7.20. A política dita do "mais emprego", traduz-se em pior emprego.

2.7.21. A intensificação da exploração da mão-de-obra faz-se ainda pelo aumento dos ritmos e da carga de trabalho, pelo aumento da duração do trabalho, pelo recurso ao trabalho extra muitas vezes não pago, e pelo prolongamento da jornada semanal de trabalho e trabalho nos fins de semana, pela eliminação das pausas e a introdução em escala crescente do trabalho nocturno por turnos, etc.

2.7.22. Os **acidentes de trabalho**, tornaram-se um grave e trágico problema social e humano. Portugal é o País da Europa com o maior número de acidentes. São milhões de dias de trabalho perdidos, são dezenas de milhões de contos de prejuízos. São milhares os acidentados anualmente, dos quais mais de mil ficam incapacitados para sempre e outros tantos perdem mesmo a vida.

2.7.23. Entretanto, o Governo não cumpre os acordos firmados. A nova tabela de incapacidades continua por aprovar. O Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho ainda não foi criado e o Decreto-Lei 441/91 está por regulamentar.

2.7.24. A política de emprego do Governo tem-se traduzido na cobertura às ilegalidades patronais e na criação de um quadro jurídico que facilite a repressão patronal, os despedimentos e uma maior precarização.

2.7.25. A perversão do regime democrático na sua vertente social, tem nos ataques ao **sistema de segurança social**, uma expressão muito concreta, com a desresponsabilização do Estado, o não cumprimento das suas obrigações financeiras e na não regulamentação da Lei da Segurança Social.

2.7.26. A não assunção da totalidade das responsabilidades por parte do Estado para com o sistema de segurança social, tem como corolário continuar a caber aos rendimentos do trabalho o seu suporte, impedindo-se assim que a segurança social possa desempenhar um importante papel na redistribuição da riqueza nacional no sentido de uma sociedade mais solidária. Os níveis de protecção social em Portugal estão a grande distância dos da CE.

2.7.27. Os incentivos aos esquemas de segurança social privados, à crescente privatização do sistema, projectando transformar a segurança social num chorudo negócio, traduzem uma política socialmente injusta e viola os princípios da universalidade e da solidariedade consagrados na Constituição.

2.7.28. A recusa dos governos do PSD, de reformular a política financeira do sistema, a crescente utilização da segurança social a favor do patronato, a ausência de

medidas eficazes para recuperar as dívidas das empresas à segurança social e impedir o seu alastramento, a crescente precarização e clandestinização do emprego, o incentivo à política de pré-reformas, são factores que põem em risco a segurança social, e que comprometem a fixação de um adequado nível de prestações sociais (abonos, subsídios e pensões).

2.7.29. Na saúde os 4 anos decorridos ficam decisivamente marcados pela alteração ao artigo 64º da Constituição, com os votos do PSD e do PS e pela imposição ao País, pelo PSD, de um novo e negativo quadro jurídico (Lei de Bases da Saúde), favorável à sua estratégia de direita no sentido de liquidar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), demitir o Estado das suas responsabilidades e transferir para os portugueses os custos da sua ruínoza política. De universal, geral e gratuito, o SNS é cada vez mais tendencialmente pago, limitado e de difícil acesso.

2.7.30. Taxas moderadoras agravadas e alargadas aos próprios cuidados preventivos, pagamento parcial ou total dos serviços de tratamento e internamento (neste momento ainda só anunciado), aumentos sucessivos dos preços dos medicamentos com redução significativa das comparticipações, encerramento ou redução dos internamentos e serviços de atendimento, instalações insuficientes e mal equipadas, desarticulação entre os diferentes níveis de cuidados de saúde, exercício de clínica privada nas instalações públicas, privatização de serviços, crescente burocracia, carência de médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares de diagnóstico e outros trabalhadores, recurso a normas de coacção sobre os profissionais de saúde, degradação das suas condições de trabalho e de vida, contribuem para desacreditar o SNS, e para transformar os utentes em clientes de seguradoras e de outros esquemas privados de saúde. Além disso, as actividades de saúde pública e o combate aos grandes flagelos (toxicoddependência, alcoolismo, doenças infecto-contagiosas, como a SIDA, as hepatites, a tuberculose, etc.) são relegados para plano secundário ou promovidos com meios claramente insuficientes.

2.7.31. Marca igualmente este período, o estrondoso fracasso do modelo de gestão governamentalizado, partidarizado e centralista do PSD, nos hospitais e Administrações Regionais de Saúde.

2.7.32. Portugal continua a ser o País da CE, com a mais elevada taxa de mortalidade infantil, a menor esperança de vida à nascença, com as mais baixas despesas públicas com a saúde e é o País onde o Estado cobre a menor fatia das despesas nacionais com a saúde.

2.7.33. O problema da habitação continua a agravar-se, constituindo dos mais graves problemas sociais e humanos, pela inexistência de uma política e pelo incumprimento pelos governos, dos imperativos constitucionais impostos ao Estado.

2.7.34. Cada ano se agrava em mais de 20 mil fogos uma carência habitacional avaliada entre 600 mil a 800 mil fogos. A pressão urbana estimula a especulação imobiliária. O parque habitacional degrada-se. Em mui-

tas zonas do País alastram os clandestinos e os bairros de lata, a segregação e a degradação da vida de milhares de portugueses.

2.7.35. Entretanto, assiste-se à ofensiva liberalizante, com o Estado a alienar as suas responsabilidades, entregando o sector à iniciativa privada e atirando as responsabilidades para as autarquias sem lhes dar meios e colocam-se obstáculos à promoção cooperativa, à habitação social. O mercado de arrendamento mantém-se uma ficção. O financiamento, único recurso utilizado pelo Governo, tem restrito alcance, é caro e ineficaz.

2.7.36. A política educativa do Governo do PSD tem-se caracterizado essencialmente pela desresponsabilização crescente do Estado, em relação às suas obrigações para com o conjunto da população portuguesa no que respeita ao direito à educação e ao ensino, que se traduz na redução da importância do ensino público, na degradação da sua qualidade, na mercantilização dos saberes e da formação, na criação de um mercado do ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro, na promoção activa e sem critério do ensino privado nos vários níveis, nomeadamente no superior, e no divórcio entre as necessidades concretas do desenvolvimento do País e as orientações postas em prática nos domínios da educação, da ciência e da cultura.

2.7.37. Apesar dos progressos verificados na educação e no ensino após o 25 de Abril, são muito grandes o atraso e a inadequação do sistema educativo nacional, persistem e têm vindo a ser agravados estrangulamentos estruturais que impedem a concretização da reforma democrática da educação, prevista na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo e, o que é particularmente grave, não pára de aumentar a distância que separa Portugal dos países mais desenvolvidos e em particular dos da CE.

2.7.38. A taxa de analfabetismo na população com 10 e mais anos é elevadíssima e tem vindo a aumentar progressivamente o analfabetismo funcional. São extremamente baixos os índices de escolarização. Aos elevados índices de abandono da escolaridade obrigatória, somam-se alarmantes percentagens de reprovação em todos os níveis de ensino, com enormes custos pessoais, sociais e económicos. O novo sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, nas condições em que está a ser implementado, não contribui para a diminuição do insucesso escolar. Há falta de instalações escolares e muitas outras encontram-se degradadas.

2.7.39. Os professores e outros profissionais que intervêm no processo educativo enfrentam condições de vida, de trabalho, de emprego e de formação frequentemente deficientes, precárias e não estimulantes.

2.7.40. A política de retrocesso social prosseguida nos últimos anos promovendo uma distribuição da riqueza a favor dos mais ricos, desresponsabilizando o Estado em relação às funções sociais que prioritariamente lhe cabem e estimulando o individualismo e o salve-se quem puder, atinge de forma muito particular camadas sociais

que pela sua natureza específica são sujeitas a maiores discriminações, como é o caso das mulheres, dos jovens, dos reformados e pensionistas, dos deficientes, dos emigrantes, das populações do interior, bem como massas crescentes das populações dos principais centros urbanos e suas periferias.

2.7.41. As mulheres vivem a realidade social de forma agravada pelo desrespeito das leis que consagram a igualdade e a defesa dos direitos específicos e como resultado de uma política que subalterniza o papel da mulher na sociedade.

2.7.42. As mulheres são particularmente atingidas pelo desemprego e por formas de trabalho precário. A "feminização de certas profissões" significa a deterioração do estatuto remuneratório e socioprofissional das mulheres.

2.7.43. Afecta particularmente as mulheres no plano social, o não cumprimento da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez nas suas várias vertentes, o desrespeito pela Lei de Protecção à Maternidade/Paternidade, a ausência de infra-estruturas de apoio à criança e à família, e os retrocessos no campo da saúde materno-infantil (encerramento de maternidades, dificuldade no acesso a consultas de especialidade, etc.).

2.7.44. Os jovens, que têm sido objecto de várias políticas mistificadoras, demagógicas e eleitoralistas, viram agravados os seus problemas e discriminações. São sujeitos à precaridade extrema dos vínculos de trabalho, a elevados níveis de desemprego, à falta de protecção aos desempregados, ao trabalho infantil, à discriminação salarial e a elevadíssimos índices de acidentes de trabalho (atingindo em 1990 mais de 103 mil jovens até aos 24 anos). Os estudantes são confrontados com o insucesso escolar, a falta de saídas profissionais e o aumento brutal das propinas e ficam anualmente às dezenas de milhar fora do ensino superior público, quando Portugal continua com os índices mais baixos da Europa. Os problemas dos jovens avolumam-se igualmente com as dificuldades extremas de acesso à habitação, com a falta de dignificação e todos as condicionantes que envolvem a prestação do Serviço Militar Obrigatório (SMO), o insuficiente acesso à saúde e à educação sexual, a falta de condições para a prática desportiva, o crescimento da degradação e marginalização social e o aumento brutal da toxicod dependência.

2.7.45. Os reformados, pensionistas e idosos, mais de 2 milhões e 300 mil, apesar de algumas conquistas obtidas através da sua luta, das suas organizações e do movimento sindical, vivendo na sua grande maioria com pensões de reforma de nível muito baixo, são sujeitos a condições de vida muito difíceis e de crescente isolamento social.

2.7.46. A par do insuficiente crescimento dos níveis das pensões e prestações sociais, aumentou o número dos que auferem pensões de valores iguais ou inferiores à pensão mínima do regime geral, agravaram-se as já deficientes prestações de serviços de saúde, aumenta-

ram os preços dos medicamentos e são poucos e caros os serviços sociais de apoio.

2.7.47. Os deficientes vivem na sua grande maioria em condições de pobreza e vêem aumentar no dia a dia as discriminações e a marginalização social. São cerca de 1 milhão os portugueses - 10% da população portuguesa - vítimas de deficiência.

2.7.48. A política do Governo Cavaco Silva/PSD, não respeitou a legalidade e a Constituição, violou gravemente direitos humanos fundamentais. São traços dessa política: não regulamentar a Lei de Bases de Prevenção, Reabilitação e Integração das pessoas com deficiência; meter na gaveta o Plano Orientador de Reabilitação; não consagrar no Orçamento de Estado verbas para a reabilitação; alterar para pior o regulamento geral das edificações urbanas; não tomar as medidas necessárias e específicas no ensino e na formação profissionais; reduzir as ajudas técnicas e as participações nos medicamentos; não estabelecer quotas de emprego para deficientes e aprovar leis que facilitam o seu despedimento; diminuir apoios às Associações de Deficientes e usar de forma discriminatória e manipuladora os subsídios atribuídos; não aumentar de forma substancial as míseras pensões, subsídios e abonos atribuídos aos deficientes.

2.7.49. Os emigrantes, sobretudo na Europa, vítimas da crise económica nalguns países e da instabilidade política noutros, e da crescente onda de racismo e xenofobia, vivem hoje momentos de incertezas sobre o seu futuro.

2.7.50. O Governo PSD tem vindo a desenvolver uma política de desprezo e abandono dos emigrantes, só se lembrando deles em tempo de eleições, diminuiu de ano para ano os valores reais no Orçamento de Estado para apoio às comunidades portuguesas. Não presta suficiente apoio ao ensino da língua e da cultura portuguesas, não implementa os serviços oficiais de apoio correspondentes às necessidades e impõe a extinção do único órgão consultivo em matéria de política de emigração, eleito pelo movimento associativo dos emigrantes.

2.7.51. As populações das zonas rurais de parte significativa do território nacional, nomeadamente no Alentejo, devido à destruição da Reforma Agrária, e no interior do País, devido à redução da actividade agrícola, ao encerramento de oficinas e do pequeno comércio, ao crescimento da floresta "industrial", à emigração e migração, ao seu envelhecimento, encontram-se numa situação extremamente preocupante.

2.7.52. A política de encerramento de linhas de caminho de ferro, o abandono de carreiras rodoviárias consideradas não rentáveis, o encerramento de Escolas Primárias, Postos de Correios e serviços em Centros de Saúde e a ausência de medidas como o fomento da produção agrícola e a diversificação das actividades económicas, estão a conduzir à desertificação humana de grandes áreas do interior do País.

2.7.53. Os processos migratórios, que constituíram para vastos sectores da população a via para tentar

romper o círculo da pobreza, apresentam-se como um resultado cada vez mais problemático. E uma parte significativa dos que se deslocam não conseguem fugir, no ponto de chegada, a novas condições sociais de carência e exclusão e à integração em manchas de pobreza urbana cada vez mais extensas.

2.7.54. As massas de trabalhadores que vivem nas principais cidades e suas periferias, e em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sofrem os problemas de uma acentuada degradação do ambiente urbano e de fenómenos de segregação social que afectam as suas condições de vida. São problemas que resultam da falta de uma política integrada de planeamento, que harmonize o ordenamento do território com o desenvolvimento económico e que não sacrifique a qualidade do urbanismo e o bem estar dos cidadãos aos lucros de uma minoria.

2.7.55. A deterioração da situação social atinge largos sectores da população nessa complexa interdependência manifesta-se através de uma grande diversidade de vulnerabilidades e situações.

2.7.56. É neste quadro que a criminalidade e a prostituição têm vindo a alastrar de forma muito significativa e que, em poucos anos, o narcotráfico e a toxicodependência se transformaram em autênticos flagelos nacionais.

2.7.57. O agravamento dos principais **problemas ambientais**, com consequências dramáticas para a qualidade de vida dos portugueses e atingindo, nalguns casos, a dimensão de verdadeira catástrofe ecológica, constitui igualmente um traço marcante da política de Cavaco Silva/PSD e testemunha o carácter desumano e anti-social desta política.

2.7.58. São disso exemplo: a poluição crescente dos rios, alguns deles transformados em esgotos a "céu aberto"; as baixas percentagens de populações abrangidas com recolha de esgotos onde a CDU não administra as autarquias e a escassez e deficiência do tratamento de águas residuais; a poluição marinha e a crescente degradação das zonas costeiras; os níveis alarmantes de poluição atmosférica e sonora; a proliferação de lixeiras e cemitérios de automóveis; o inexistente ou deficiente tratamento de resíduos sólidos; os flagelos dos incêndios florestais, a eucaliptização indiscriminada; a degradação dos solos; os casos de urbanização selvagem, sem garantia de zonas verdes e equipamentos sociais; os transportes morosos e degradados; uma vida social e cultural reduzida ou inexistente.

2.7.59. À ineficácia a nível interno, tentando transferir responsabilidades para o poder local sem os necessários apoios financeiros e instrumentos legais, o Governo somou a inoperância em instâncias internacionais, com destaque para a Conferência do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

2.7.60. O balanço da política social do Governo PSD é contrário às mais profundas aspirações do povo português. À pobreza tradicional somam-se os efeitos sociais da "nova pobreza" em que sobrevive um vasto sector de

idosos e deficientes, desempregados há longa data, famílias monoparentais, sectores de assalariados e do campesinato com um nível muito baixo de rendimentos.

2.7.61. Uma política social verdadeiramente democrática deve ter como objectivos essenciais a melhoria das condições de vida material e espiritual da grande maioria do povo, o que exige que o crescimento económico seja acompanhado do desenvolvimento social, pela realização de uma política de rendimentos mais justa e que o Estado assuma plenamente as suas responsabilidades pelos serviços sociais fundamentais.

2.8. Um regime político de cariz autoritário em vias de instauração

2.8.1. O regime político nascido do 25 de Abril e consagrado constitucionalmente tem sido submetido, ao longo dos anos da ofensiva da direita, e especialmente depois que o PSD obteve a maioria absoluta em 1987, a um acentuado processo de perversão e desfiguração.

2.8.2. São traços salientes deste processo: a violação da Constituição e da legalidade e as alterações globalmente negativas de duas revisões da Constituição; a absolutização do poder por um único partido; a governamentalização; a ofensiva contra o poder local; a grave limitação dos mecanismos de fiscalização da acção governativa; as sucessivas tentativas de imposição da revisão de todas as leis eleitorais para facilitar a obtenção de maiorias pelo partido do poder; a secundarização e a redução do papel que cumpre às oposições; a limitação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e especialmente dos trabalhadores; a discriminação político-partidária na administração pública, nas forças armadas e de segurança; o controlo dos principais meios de comunicação social pelo Governo ou pelos grupos económicos portugueses e estrangeiros; o reforço do aparelho especial de repressão; o projecto de liquidação do modelo constitucional de Forças Armadas; o cerceamento da independência dos Tribunais; a degradação cultural e a reintrodução de práticas censórias e inquisitoriais.

2.8.3. Continua a vigorar em Portugal, nos termos da Constituição, um regime misto parlamentar-presidencial onde são formalmente reconhecidos o pluralismo partidário e outros princípios basilares da democracia política. Mas a evolução prática verificada e os projectos legislativo-constitucionais que o PSD tem em curso comportam o grave perigo de conduzir à perpetuação de um único partido no poder e à instauração e institucionalização de mecanismos antidemocráticos próprios de um regime de cariz autoritário.

2.8.4. A Constituição define o Estado como um Estado de direito democrático. No entanto, o seu funcionamento caracteriza-se pela frequente inconstitucionalidade de leis e outras normas jurídicas, pela violação de leis pelo próprio Governo, por numerosas inconstitucio-

nalidades por omissão, em particular na área dos direitos económicos, sociais e culturais e da regionalização.

2.8.5. Perante os numerosos casos de violação da legalidade e de abuso de poder, os meios de defesa dos cidadãos são reduzidos e, para muitos cidadãos, inexistentes, quer por falta de informação e de meios de apoio jurídico, quer pelo carácter extremamente moroso e caro da justiça, que dissuade o recurso aos Tribunais.

2.8.6. A revisão constitucional de 1989, aprovada pelo PSD, PS e CDS, sem prejuízo de algumas alterações pontuais positivas, foi um instrumento de degradação do regime nascido da Revolução de Abril, abriu caminho às privatizações e à aceleração da reconstituição do capitalismo monopolista e suprimiu o estatuto constitucional da Reforma Agrária, num processo conexo com a degradação da democracia política; limitou a proporcionalidade da eleição da Assembleia da República, reduzindo para tal o número de deputados; afectou os poderes parlamentares em matéria de ratificação de decretos-leis; consagrou uma «Alta Autoridade para a Comunicação Social» com condições para ser controlada pelo partido do Governo e que não pode, por isso, contribuir eficazmente para a independência dos órgãos de comunicação social face ao poder político ou para contrariar a sua subordinação ao poder económico.

2.8.7. As novas leis que o PSD aprovou ou pretende aprovar são ou seriam factores de degradação do regime e afirmação do seu cariz autoritário. Destaca-se a Lei do Segredo de Estado, que instituiria um sistema de vasto controlo de informações pelo Governo, de favorecimento da censura aos meios de comunicação social, de diminuição dos poderes de fiscalização da Assembleia da República em matéria classificada e de limitação de liberdades públicas; a Lei da Greve, que pretende uma forte restrição deste direito fundamental; os diplomas sobre serviços de informações, que implicaram largos poderes de controlo e vigilância e a ausência de meios de controlo efectivo da sua actividade; legislação na área de defesa que retira autonomia às Forças Armadas e que centraliza e transfere poderes para a esfera do Governo; a Lei Orgânica do Ministério Público, que pretendeu limitar a sua autonomia e os poderes de controlo sobre a polícia judiciária.

2.8.8. A transformação da maioria absoluta na **absolutização do poder** por um único partido salienta-se como um dos mais graves aspectos do processo de perversão do regime democrático.

2.8.9. Dominando o Governo e controlando com mão férrea a Assembleia da República, cada vez mais subalternizada ao Executivo, o PSD, através de um desenfreado processo de governamentalização tenta invadir as áreas de competências do Presidente da República e dos Tribunais e desenvolve campanhas de contestação contra o exercício por parte destes órgãos de soberania dos seus próprios poderes, nomeadamente quando se opõem ao Governo. São assim desrespeitados e espezinhados os princípios constitucionais de

separação, independência e complementaridade que devem reger o relacionamento e o funcionamento normal dos órgãos de soberania.

2.8.10. Simultaneamente, intensifica-se a ofensiva contra o poder local através de múltiplas ingerências, limitações dos seus recursos financeiros e outras medidas administrativas e legislativas visando reforçar a tutela e dominação por parte do poder central. Generaliza-se o assalto pelo partido do Governo e as suas clientelas a todo o aparelho de Estado - administração pública, forças armadas e forças de segurança - visando a sua homogeneização partidária e o controlo das suas chefias.

2.8.11. Com a ocupação de todas as áreas nevrálgicas e estratégicas, a contestação e a anulação dos órgãos que não se regem pelo seu comando, promovendo iniciativas legislativas que consagrem as situações criadas pelo abuso e o facto consumado e que abram novas linhas de dominação, o PSD concebeu e pôe em prática um plano para condicionar e frustrar o funcionamento democrático das instituições e os resultados das eleições e para se eternizar no poder.

2.8.12. No quadro das tentativas de adulterar as características do regime político constitucionalmente definido o PSD tenta, persistentemente, quer no quadro de uma revisão constitucional, quer no quadro da alteração da legislação ordinária, afectar a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos na Assembleia da República e nas autarquias, conquistar a Presidência da República por meios fraudulentos e conseguir a sua perpetuação no poder.

2.8.13. A revisão constitucional de 1989, ao diminuir de 250 para 230 o número de deputados visou reduzir o número de deputados de cada círculo e afectar a proporcionalidade. A proposta do PS de desdobrar os círculos com mais de 10 deputados teria como efeito, na mesma linha, manter o sistema de representação proporcional do ponto de vista formal mas aumentar a desproporcionalidade na conversão de votos em mandatos, reduzir a percentagem necessária para um partido obter a maioria absoluta e inviabilizar alternativas ao PSD.

2.8.14. O voto dos emigrantes para o Presidente da República, que o PSD pretende impor, excluiria a igualdade de oportunidades e a própria liberdade de intervenção dos candidatos em numerosos países, implicaria o voto por correspondência, sem garantias de pessoalidade e de fiscalização; além disso, conjugado com a lei da nacionalidade, que a reconhece por razões de sangue e não de local de nascimento, pode atribuir o direito de voto a estrangeiros. O voto dos emigrantes, nos termos em que o PSD propõe, possibilitaria que a fraude prevalecesse e viesse determinar os resultados das eleições.

2.8.15. As propostas do PSD para a lei eleitoral das autarquias implicam a criação artificial de maiorias nas câmaras municipais sem a maioria de votos e a proibição de candidaturas dos actuais presidentes de câmaras com mais de três mandatos para afastar muitos dos

actuais adversários. Nesta matéria, a ansiedade do PSD é tão profunda que tentou a aprovação por lei ordinária, levando à sua declaração por inconstitucionalidade.

2.8.16. Merece também reprovação o facto de o PS pretender liquidar a eleição directa e proporcional das câmaras municipais, fazendo-as eleger pelas assembleias com o estrito propósito de, através de alianças sem princípios, reforçar as suas posições partidárias.

2.8.17. Tal proposta corresponderia a empobrecer a democracia e o Poder Local e liquidar a intervenção das populações na escolha dos membros das câmaras municipais.

2.8.18. A aprovação de uma lei em 1989, com o propósito expresso e exclusivo de obrigar a CDU a mudar o seu símbolo e a sua sigla, que passou oficialmente a ser PCP/PEV, representou uma intolerável instrumentalização do poder ao serviço de interesses partidários e eleitoralistas, com o único propósito de trazer prejuízos ao PCP e aos seus aliados eleitorais, num acto indigno de um Estado de direito democrático e carecido da mais elementar ética política.

2.8.19. A grave limitação dos mecanismos de fiscalização da acção governativa constitui uma das direcções mais empenhadas da actividade do PSD e é especialmente reveladora do seu projecto de poder autoritário.

2.8.20. A contestação e as tentativas de obstrução das competências fiscalizadoras dos outros órgãos de soberania em relação ao Governo, atingem o Presidente da República (nomeadamente quanto ao exercício do veto político e à fiscalização prévia da constitucionalidade dos diplomas oriundos do Governo ou da Assembleia), os Tribunais (designadamente o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas, com poderes já diminuídos, e o Procurador Geral da República, os delegados do Ministério Público cujo estatuto e lei orgânica se tem procurado fragilizar) e, ainda, de modo mais grave a Assembleia da República, onde os poderes de fiscalização estão esvaziados na prática, pretendendo o PSD institucionalizar e agravar esta situação com novas limitações aos inquéritos parlamentares e a redução das reuniões do Plenário da Assembleia da República.

2.8.21. O segredo de Estado tem sido um pretexto usado pelo PSD para tentar elaborar legislação que, além de criar um clima intimidatório entre os trabalhadores da função pública, actue como uma verdadeira forma de censura em relação aos jornalistas e à comunicação social. É o caso da lei actualmente em discussão na Assembleia da República, que alarga indefinidamente o âmbito das matérias que podem ser classificadas de segredo de Estado e dá poder para fazer essa classificação a qualquer membro do Governo e às chefias dos serviços secretos de informações. Com tal lei o que se tem em vista é tapar e silenciar os abusos de poder, as violações da legalidade, os escândalos e a corrupção, toda a casta de atropelos ao Estado de direito.

2.8.22. A limitação de direitos e liberdades dos cidadãos e as discriminações efectivas de carácter

político-partidário no acesso e no exercício de cargos e profissões, nomeadamente na administração pública, nas forças armadas e de segurança, tornou-se uma prática corrente e crescentemente agravada pela governação do PSD.

2.8.23. Os trabalhadores são especialmente visados e atingidos por estas limitações com graves restrições à acção sindical nas empresas e violações pelo Governo e o patronato da lei da greve e da legislação sobre a contratação colectiva. O chamado «pacote laboral» que tem simbolizado, no plano legislativo, a ofensiva governamental e patronal contra os direitos dos trabalhadores é agora continuado por iniciativas de maior gravidade como a lei antigreve e a anunciada intenção de rever a lei sindical. O propósito do PSD de passar ao ataque nestes domínios, que extravasam largamente os direitos laborais, é uma clara confirmação do seu projecto de substituição do regime democrático-constitucional por um regime de cariz autoritário.

2.8.24. O objectivo mais evidente da acção governativa do PSD, no que respeita às forças de segurança, tem sido o reforço do aparelho especial de repressão.

2.8.25. Os serviços secretos de informações exorbitam descaradamente as suas funções e tendem a actuar como se se tratasse de uma polícia política. O SIS (Serviço de Informações de Segurança) tem funcionado como um serviço secreto do PSD, vigiando e intimidando sindicalistas, estudantes, camponeses e imigrantes africanos. O SIM (Serviço de Informações Militares), favorecido por um despacho ilegal de Cavaco Silva, tem-se envolvido em actividades desestabilizadoras e terroristas no estrangeiro e com implicações na vida política nacional. Proliferam serviços clandestinos dentro das polícias que se dedicam à recolha de informações. Os portugueses não desfrutam de suficiente protecção face à criminalidade, mas a sua vida é cada vez mais policiada.

2.8.26. Assume especial gravidade o conjunto de medidas policiais resultantes da precipitada e irregular aceitação pela Assembleia da República (com votos da direita e do PS) do Acordo de Schengen. Este acordo faz vigorar no nosso País o sistema informático multinacional de informações Schengen e o direito de vigilância e perseguição transfronteiriço, de que resultarão limitações à liberdade dos cidadãos e à soberania nacional. esta situação será consideravelmente agravada se vier a concretizar-se o Tratado de Maastricht.

2.8.27. A política de defesa seguida pelo Governo PSD fica marcada pela súbita aceleração do processo de alteração ao modelo constitucional das Forças Armadas - pondo em causá a sua natureza, a autonomia do seu funcionamento e a prioridade das missões nacionais que lhes estão atribuídas - com vista a mais facilmente adequá-las aos planos e compromissos de integração em forças armadas multinacionais.

2.8.28. No quadro deste objectivo central salientam-se, entre outras decisões e medidas: a legislação sobre o Serviço Militar Obrigatório e que visa conduzir à total profissionalização das Forças Armadas; a retirada de

poderes às chefias militares e a sua centralização no governo; as opções em matéria de reequipamento com total dependência externa e contrárias às necessidades nacionais; a redução forçada de efectivos e alterações dos estatutos militares, pondo em causa a sua dignidade e direitos.

2.8.29. A Justiça e os Tribunais, como órgãos de soberania aos quais compete administrar a justiça em nome do povo, viram agravar-se os seus problemas com reflexos negativos para os direitos dos cidadãos.

2.8.30. Foram aspectos decisivos para que tal acontecesse: o encarecimento brutal das custas judiciais e o IVA sobre os serviços jurídicos dos advogados; a insuficiência da informação, da consulta jurídica e do apoio judiciário aos sectores mais carenciados da população; o formalismo, burocracia e morosidade da máquina judiciária, que convidam os cidadãos à renúncia a fazer valer os seus direitos; a instalação de Tribunais de Círculo, dificultando o acesso à justiça e aumentando a sua morosidade; o parque judiciário degradado, a grande sobrecarga dos Magistrados com processos, os atrasos nas reforma processuais e na adopção de novas tecnologias; a ausência de participação das populações na Administração da Justiça; a falta de diálogo e o confronto aberto com os profissionais do Foro; os atentados contra a independência dos Tribunais e a autonomia do Ministério Público.

2.8.31. O PSD ocupou sistematicamente a **administração pública** e cargos de responsabilidade na vida nacional, praticando uma política de discriminação e perseguição a todos os que lhe não são afectos e desenvolvendo um sistema de clientelas e nepotismo, com frequentes casos de corrupção.

2.8.32. A chamada «lei dos disponíveis» da função pública, cuja inconstitucionalidade foi declarada pelo Tribunal Constitucional, representa não só um instrumento de uma tentativa de liquidar serviços e prestações públicas de carácter e intenção social, mas também parte de um projecto de, a pretexto de reduzir «efectivos» da Administração Pública e despesas do Estado, prosseguir e aprofundar a depuração e discriminações com critérios políticos, violando os deveres de isenção e neutralidade a que os trabalhadores da função pública estão constitucionalmente obrigados.

2.8.33. Simultaneamente, o PSD inviabilizou ou dificultou a acção fiscalizadora de órgãos como a Assembleia da República e o Provedor de Justiça, cujas recomendações frequentemente não foram acatadas.

2.8.34. No sector da **comunicação social**, consciente de que esta desempenha um papel fundamental na formação da opinião dos cidadãos e no condicionamento das suas opções eleitorais, o PSD e o seu Governo prosseguiram e intensificaram uma ofensiva que apresenta como principais traços característicos:

a) uma crescente redução e sacrifício do pluralismo no sistema informativo nacional, em resultado conjugado de diversas orientações e medidas, desde a

extrema instrumentalização da RTP e da RDP até à privatização de toda a imprensa diária do sector público (JN, DN, DP, Capital);

b) o favorecimento deliberado da concentração da propriedade dos meios de comunicação num reduzido conjunto de grupos económicos, privilegiando designadamente os que estão profundamente ligados ao PSD e estimulando uma dinâmica de mudanças que provocam, reflexamente, acrescidos factores de condicionamento da independência e liberdade dos profissionais da informação.

2.8.35. Constituíram aspectos particularmente salientes da política governamental subordinada a estas orientações, o processo de licenciamento de rádios locais e regionais marcado pela arbitrariedade e o compadrio; a substituição do Conselho de Comunicação Social por uma Alta Autoridade para a Comunicação Social com reduzidas competências e de composição escandalosamente governamentalizada; a injustificada liquidação do Conselho de Imprensa; a redução dos direitos dos Conselhos de Redacção; a redução dos apoios à imprensa regional e a aplicação de critérios discriminatórios na obtenção de diversos subsídios; a política de prolongada discriminação na RTP das forças democráticas e nomeadamente do PCP e a sua deliberada orientação de, para proteger a política governamental, restringir drasticamente a realização de debates políticos de composição multipartidária sobre os mais importantes problemas nacionais; a mobilização de recursos, investimentos e infra-estruturas do Estado para viabilizar a abertura da televisão à iniciativa privada, no quadro de um processo em que, por um lado, o Governo do PSD facilita o reforço das posições dos grupos multimédia e, por outro, aposta no reforço da RTP porque mantém o controlo sobre ela.

2.8.36. A manipulação e instrumentalização pelo PSD e pelo Governo dos mais importantes meios de comunicação social e o seu crescente domínio pelo grande capital, bem como em grau diverso, outras evoluções negativas verificadas neste sector (no plano das concepções, dos critérios e da ruptura com importantes componentes da ética e da deontologia profissionais), atingindo gravemente o direito à informação, representam um dos mais perigosos e preocupantes factores de mutilação e viciação da vida democrática do País.

2.8.37. A **degradação cultural** tem-se acentuado e verifica-se em vários planos: no sistema educativo onde se compromete a formação humanista e técnica susceptível de elevar os níveis de produção, apetência e fruição culturais; na desresponsabilização do Estado em relação ao desenvolvimento cultural complementada com a sua presença tutelar e dirigista que censura (caso Saramago e outros) e vai condicionando os apoios afectando a criação e circulação mas também o livre governo das associações culturais; na redução da cultura a uma actividade pautada por critérios comerciais e

de lucro imediato; na liquidação de estruturas científicas nas quais, durante anos, técnicos acumularam conhecimentos, capacidade de acesso a tecnologias e competência; na substituição de técnicos por capatazes do Governo; na mobilização de imensos recursos financeiros para obras de fachada e para a cultura-espectáculo mais susceptíveis de renderem politicamente a curto prazo; na promoção de valores alienantes, obscurantistas e retrógrados.

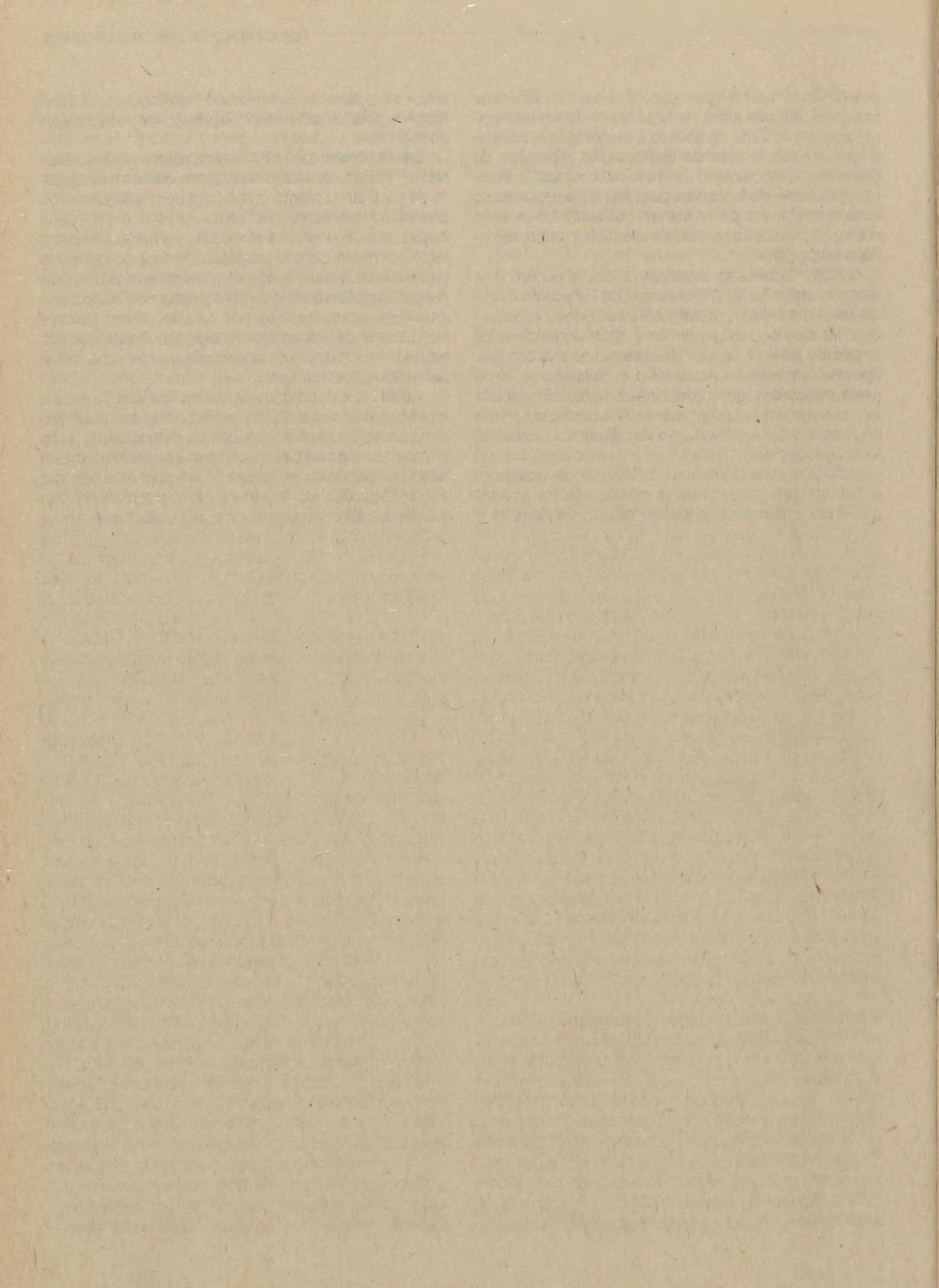
2.8.38. Expressão significativa desta política é a reestruturação da SEC (Secretaria de Estado da Cultura), feita para sanear profissionais incómodos, centralizar o poder de decisão e permitir a discricionariedade de apoios de modo a reduzir drasticamente o já escasso apoio ao movimento associativo e cultural popular, e ainda para prosseguir o desenraizamento cultural que force uma identidade supranacional subordinada às leis do mercado com a destruição das dinâmicas culturais, locais e regionais.

2.8.39. A perversa política do Governo em relação à cultura atinge todas as áreas - a música, o teatro, as artes plásticas, a literatura, o património, as bibliotecas e

arquivos, a projecção internacional da língua e da culturas portuguesas - e insere-se no projecto de desfiguração do regime.

2.8.40. A falsificação da história contemporânea e da resistência antifascista tem-se acentuado com o objectivo de eliminar da memória colectiva dos portugueses os crimes do fascismo, dos seus agentes e dos seus inspiradores nos grupos monopolistas então dominantes. É também claro o propósito de fazer esquecer o papel da resistência e dos resistentes antifascistas na conquista da liberdade e da democracia e de como a sua luta inspirou o respeito por ambas, como valores inalienáveis da sociedade portuguesa, desde sempre acolhidos no projecto de sociedade que os comunistas defendem para Portugal.

2.8.41. A instauração e a institucionalização de um regime com as características atrás apontadas que depararam com forte resistência popular e democrática, estão em muitos casos em desenvolvimento ou constituem tentativas ainda não consumadas. Mas representam já uma alteração qualitativa, em aspectos fundamentais, do regime democrático instaurado com a Revolução de Abril.



3.

Integração europeia e independência nacional

3.0. Introdução

3.0.1. A integração de Portugal na CEE criou novos condicionalismos à independência nacional que têm de ser tidos em conta na definição de uma política nacional e democrática neste final do século XX mas que não devem considerar-se impeditivos da vontade e das opções do povo português.

3.0.2. A situação criada por esta evolução torna indispensável uma política que defenda sempre firmemente os interesses portugueses, resistindo a decisões que os prejudiquem, que minimize com medidas concretas os condicionalismos e consequências negativas da integração, que lute contra uma organização europeia federalista, pela democratização das instituições europeias e por uma efectiva cooperação, que utilize a favor de Portugal todos os meios, recursos e possibilidades que a integração possa oferecer e que contribua para fazer da Europa um espaço de paz, liberdade, progresso e justiça social de povos soberanos e Estados independentes.

3.0.3. É igualmente necessária uma política que combata firmemente as graves situações da dependência que, para além das decorrentes da integração europeia, resultam da política de abdicação nacional prosseguida pelo Governo, designadamente no domínio da economia político-militar e cultural.

3.1. Portugal e a CEE

3.1.1. A crescente internacionalização das relações económicas, a mundialização dos processos produtivos e dos produtos, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e os processos de integração económica são realidades com importantes repercussões em todas as economias nacionais e geradoras de um complexo sistema de interdependências.

3.1.2. Para o PCP, este sistema de interdependências, resultante de processos objectivos, deve assentar na igualdade de direitos, em relações mutuamente vantajosas e no respeito da soberania das decisões nacionais.

3.1.3. Por isso o PCP defende que só num processo de efectiva cooperação com vantagens recíprocas e de avanços e transformações democráticas, interdependência e independência nacionais serão conceitos que não se devem opor, mas antes complementar-se,

potenciando as possibilidades de desenvolvimento e bem-estar dos povos.

3.1.4. O PCP recusa que, como se constata na evolução dos processos de internacionalização, mundialização e integração no sistema capitalista, as relações de interdependência signifiquem, de facto, o agravamento e perpetuação das situações de dominação dos países e economias menos desenvolvidas pelas economias dos países mais industrializados e pelos interesses das empresas e grupos económicos transnacionais.

3.1.5. Do mesmo modo e com o mesmo empenhamento que rejeita soluções autárquicas e isolacionistas, bem como os chauvinismos, os nacionalismos e os racismos, o PCP defende a cooperação internacional em que as decisões sejam obtidas em pé de igualdade, com respeito pela independência e soberania dos Estados e dos povos.

3.1.6. O PCP luta por uma Europa de paz e cooperação em que os processos de integração respondam às necessidades e às aspirações dos trabalhadores, dos povos e consiguem uma efectiva justiça social e coesão económica, rejeitando esquemas de supranacionalidade, com o afastamento das populações dos centros de decisão, que se convertem em instrumento de acentuação de desigualdades, de efectivo domínio de uns sobre os outros, da efectiva submissão de uns a outros, com o sacrifício da sua independência e soberania.

3.1.7. A adesão de Portugal à CEE foi acima de tudo uma opção política, cujo objectivo essencial visou facilitar a liquidação das transformações socioeconómicas surgidas com o 25 de Abril e amarrar Portugal ao sistema de capitalismo monopolista vigente na Europa comunitária. A fraqueza e atraso relativos da estrutura produtiva nacional também não permitiam a Portugal enfrentar em condições mais favoráveis a concorrência de economias muito mais poderosas e desenvolvidas.

3.1.8. Por isso, e justamente, o PCP lutou contra a integração de Portugal na CEE, denunciou as atitudes de subserviência e capitulação nas negociações e nos acordos firmados, apontou as consequências e os perigos resultantes deste tipo de integração.

3.1.9. Entretanto, consciente de que a integração na CEE criou uma situação nova para Portugal, o PCP tem em conta nas suas propostas para uma política nacional e democrática, o contexto dessa realidade objectiva que

não é nem deve ser considerada como um quadro rígido e imutável.

3.1.10. O PCP considera necessária e urgente uma nova política económica, que privilegie a convergência real das economias e uma posição firme nas instituições comunitárias, nomeadamente quanto à exigência da concretização do princípio da coesão económica e social.

3.1.11. A submissão e a política de "mão estendida", e a governamentalização das questões comunitárias têm caracterizado a postura do Governo no processo negocial com a CEE, ao longo destes anos.

3.1.12. Com tal posicionamento, a troca de alguns cheques e de elogios formais da Comissão, os governos do PSD têm sacrificado os interesses nacionais em questões de que são exemplo, entre outros, a actividade pesqueira e a indústria das conservas, a especificidade da agricultura portuguesa, a antecipação da liberalização de capitais e de períodos de transição para a agricultura, a exclusão das redes de gás do Fundo de Coesão Económica.

3.1.13. As consequências directas da integração nas estruturas da economia portuguesa são particularmente graves.

3.1.14. A ocorrência simultânea de um aprofundamento do processo de integração numa via marcadamente liberal, com vantagens acrescidas para as economias mais poderosas e para as transnacionais e de um posicionamento governamental orientado para a recuperação monopolista, incapaz de assegurar, no plano comunitário, a salvaguarda dos interesses nacionais e o aproveitamento de recursos existentes, traduz-se em desvantagens efectivas e em riscos graves para a economia nacional e para a sua modernização e especialização, nomeadamente para a actividade agrícola, para segmentos relevantes da indústria transformadora e extractiva, para o pequeno e médio comércio e os serviços e para o sector piscatório.

3.1.15. A agricultura, e em especial as explorações de menor dimensão, na ausência de orientações e meios capazes de levar por diante as necessárias alterações estruturais e a modernização do sector e de fazer face à concorrência das produções de outros países, que crescentemente entram no País, atravessa uma crise que tende a acentuar-se com a concretização da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e com o termo dos períodos de transição, particularmente na ausência de um efectivo reconhecimento da sua especificidade

3.1.16. Na indústria aumentam os sectores e as empresas em crise ou pré-crise, pelo efeito conjugado de vários factores, como a concorrência desigual, a valorização do escudo, as altas taxas de juro, a qual tenderá a acentuar-se com a concretização do mercado único. O sector têxtil, em especial, enfrentará graves problemas com o anunciado termo do Acordo de Multifibras e uma incorrecta negociação no quadro do GATT.

3.1.17. O sector das pescas, com uma frota envelhecida e com uma parte importante paralisada, com

dificuldades permanentes no acesso aos recursos, com graves problemas no campo da transformação e comercialização, confronta-se ainda com a competição aberta e desproporcionada de outras frotas, mais poderosas e melhor apetrechadas, com o depauperamento crescente dos recursos, com as orientações altamente restritivas da política comum de pescas e mesmo com a concorrência determinada pela importação, por países membros da CEE, de produtos (nomeadamente conservas) originários de países terceiros.

3.1.18. Este quadro de sérias dificuldades e riscos crescentes para muitos sectores (distribuição, com o domínio das transnacionais e serviços, com crescentes dependências,...) e para o tecido produtivo nacional encontra inevitável tradução numa evolução das importações que suplanta a correspondente evolução das exportações e, assim, na degradação da balança comercial do País.

3.1.19. A transferência de fundos comunitários para Portugal atingiu montantes elevados e com aplicações significativas, nomeadamente em infra-estruturas, mas que não têm sido acompanhadas pela dinamização do aparelho produtivo. Esta transferência tem sido acompanhada, entretanto, por uma ineficiente gestão e uma descoordenação governamentais, a que acrescem ainda a discricionariedade, o clientelismo e larga corrupção, pelo que os resultados obtidos não correspondem ao volume dos fundos transferidos e dos saldos positivos obtidos. É ainda de registar que o Governo sempre se opôs ao acompanhamento pela Assembleia da República da gestão dos fundos estruturais, bem como à participação das autarquias, dos sindicatos e outras estruturas representativas. A ausência de regiões administrativas centralizando no Governo o papel que a estas caberia, limita a participação e fere a democraticidade e transparência da aplicação dos fundos comunitários.

3.1.20. A falta de definição interna do papel que caberá à economia nacional no contexto do processo de integração, a par da opção feita ao nível comunitário pela convergência nominal - défice orçamental, dívida pública e inflação -, ela própria originando o agravamento dos desníveis entre as economias nacionais, e também a não aplicação dos fundos a áreas em que se verificam fortes carências no País (habitação, saúde, etc.), têm sido também factores impeditivos de um correcto e integral aproveitamento dos fundos disponibilizados, conferindo-lhes ao mesmo tempo um carácter mais de compensação pelas desvantagens do aprofundamento do processo de integração, do que de potenciadores de uma convergência real das economias e dos níveis de vida, no espaço comunitário.

3.1.21. A proposta do novo quadro financeiro (pacote DelorsII) para o próximo quinquénio (cuja aprovação vem merecendo forte oposição por parte de alguns países), sendo significativa pelos montantes que inscreve e novas orientações e medidas que define (nomeadamente, quanto ao reforço dos fundos estruturais, novas aplicações para

estes e criação do Fundo de Coesão), apresenta-se entretanto como insuficiente e cada vez mais problemática a perspectiva da sua aplicação.

3.1.22. O Fundo de Coesão, apesar de consagrado no texto do Tratado de Maastricht, não pode preencher o vazio da ausência de uma política social, e a sua real importância está inteiramente condicionada pela regulamentação, pela sua tradução orçamental, pelas aplicações que lhe sejam dadas pelos Estados-membros.

3.1.23. Segundo o Tratado de Maastricht, o Fundo de Coesão terá a sua aplicação circunscrita às infra-estruturas das redes transeuropeias de transportes e do ambiente, ficando de fora as relativas à energia e comunicações (o que reflecte a sua característica mais espanhola que ibérica ou periférica) e os quatro Estados-membros a que se dirige o Fundo de Coesão não dispõem de mais de 21 votos nas deliberações que exijam maioria qualificada, pelo que não terão capacidade para obstar as decisões que a eles respeitem e que os outros Estados-membros, com 55 votos em 76, entendam tomar.

3.1.24. A intenção de aprofundar o processo de integração, em particular com a concretização da União Económica e Monetária e, ao mesmo tempo, os entraves e atrasos na aprovação de um novo quadro financeiro comunitário orientado para um reforço das transferências para as regiões de menor desenvolvimento, confirma, a subalternização que é conferida à coesão económica e social.

3.1.25. A noção de **coesão económica e social** aparece referida no chamado Acto Único, primeira revisão do Tratado de Roma no sentido do aprofundamento da integração, e surge como resposta ao reconhecido agravamento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais decorrentes da dinâmica da integração.

3.1.26. A natureza de classe da integração e a sua sempre prevalecente, ou até exclusiva, vertente económica liberal, defendida pelas transnacionais, não podiam ter outras consequências nas vertentes social e regional. Estas só são consideradas subalternamente e para evitar situações de ruptura, não obstante as conquistas conseguidas na luta social, sobretudo nos planos nacionais.

3.1.27. Com o Acto Único e a aprovação do "mercado interno", foi consagrada a liberdade de circulação de mercadorias, de capitais, de pessoas e serviços e introduzido o princípio de coesão económica e social.

3.1.28. A aprovação do Pacote Delors I apresentado com tradução financeira do princípio da "coesão económica e social", se bem que tenha perspectivado a duplicação dos fundos estruturais, e evitado que Portugal fosse um contribuinte líquido da CEE, surgiu, de facto, como "cenoura" e moeda de troca à aceitação do mercado único por parte dos países com economias mais débeis e não diminuiu o agravamento das desigualdades sociais e regionais.

3.1.29. O elevado e crescente nível de desemprego não deixou de ser uma característica da situação social comunitária, a precarização do emprego atinge níveis

sem precedentes, agravando-se as disparidades de desenvolvimento (económico e social) espacial.

3.1.30. É certo que, medindo a convergência real em termos exclusivos de evolução do PIB por cabeça, Portugal apresentou nos últimos anos uma recuperação no nível de desenvolvimento, beneficiando do afluxo de fundos comunitários, do acesso das exportações a um grande mercado e de uma conjuntura externa excepcionalmente favorável. No entanto essa convergência real, ao nível do País no seu conjunto, além de modesta, não foi constante (o diferencial foi negativo em 1988), os diferenciais positivos foram irregulares e a sua média não se aproxima sequer da que levaria a que num prazo de 15 ou 20 anos, o nível de desenvolvimento económico português atingisse os 70% do actual nível médio comunitário.

3.1.31. Ao invés dos objectivos afirmados no que respeita à coesão económica e social, o que os factos mostram é o alastramento em toda a Comunidade das manchas de pobreza, fruto da instabilidade e da precarização do trabalho, da desregulamentação laboral e da privatização da segurança social.

3.1.32. Por outro lado, depois de 1989, com a evolução política e social dos países da Europa central e de Leste, criou-se uma nova reserva de força de trabalho, periférica ou na margem da Europa comunitária, nalguns casos com elevados níveis de qualificação, o que veio alterar as condições do "mercado do trabalho" e tornar difícil a luta por uma correspondência entre os objectivos afirmados e a realidade.

3.1.33. O Tratado de Roma representou, sem ambiguidades, a institucionalização de um processo de integração económica de natureza monopolista, a que corresponde a designação de **Mercado Comum** (que traduz os seus próprios limites), e a criação de uma união aduaneira e uma Política Agrícola Comum (PAC) entre 6 países de nível de crescimento económico relativamente elevado e próximo.

3.1.34. O Acto Único é a primeira alteração do Tratado de Roma em que o aprofundamento toma expressão, com a adopção do objectivo da construção do mercado interno, bem mais que zona de comércio livre e que união aduaneira.

3.1.35. A assinatura do Acto Único e o seu arranque de execução coincidiram com o alargamento da CEE a Espanha e a Portugal que, com a Grécia, entrada em 1983, e a Irlanda, concluem uma orla periférica comunitária e dão consistência material à estratégia das duas velocidades, tantas vezes negada mas no cerne do aprofundamento comunitário.

3.1.36. O ponto de partida para nova revisão materializa-se nas Conferências Inter-Governamentais, que tinham o mandato do Conselho Europeu de elaborar as propostas a adoptar no final da presidência holandesa, no sentido da revisão do Tratado de Roma que viabilizasse a UEM e a União Política, sendo, assim, um estádio ou patamar do processo de integração com evidente secundarização e atraso das vertentes social e regional.

3.1.37. O Tratado da União Europeia (Maastricht) reflecte esse atraso ao reconhecer em palavras a necessidade de uma política social e ao consagrar, em anexo, como objectivo a coesão económica e social. No entanto, o Tratado, na sua própria substância, desmascara a demagogia dessas afirmações, uma vez que elas não conseguem esconder a continuidade e, nalguns casos, o agravamento da subalternização do social e do regional, a vocação federalista, a prevalência economicista, bem como o pendor policial e antidemocrático.

3.1.38. Significativo é que certas forças políticas e sociais que se tinham mostrado reivindicativas ao longo do processo de elaboração das propostas a apresentar ao Conselho Europeu de Maastricht, depois, face ao Tratado que fez tábua rasa dessas exigências, se tenham transformado em defensores aguerridos ou envergonhados (os do auto-designado "sim crítico") do acordo, capazes de todas as manobras e malabarismos para que se ratifique Maastricht, inclusive com a afirmação de que na próxima revisão do Tratado, então, haverá possibilidades de lutar pela dimensão social.

3.1.39. Esta postura leva a admitir que, para além das consequências directas da aplicação do acordo em Maastricht, essas forças políticas e sociais sejam incapazes de retirar o ensinamento que resulta dos processos de ratificação, em que os povos têm dado uma verdadeira lição de responsabilidade cívica, procurando conhecer o que lhes é escondido, discutir o que lhes é sonogado, debater o que lhes é dito ser demasiado complicado para as suas habilitações mas que é, só, o seu futuro.

3.1.40. A correcção das posições do PCP, e a comprovação do acerto das suas advertências, dão mais força à posição de um claro e inequívoco «Não» a Maastricht, porque não é o único caminho para a Europa e seria um mau caminho para a Europa e para Portugal.

3.2. O Tratado da União Europeia (Maastricht)

3.2.1. O projecto de Tratado da União Europeia (TUE) assinado em Maastricht pelos chefes de governos dos doze países comunitários (aliás juridicamente comprometido pelo "Não" da Dinamarca), representa uma significativa alteração qualitativa do processo de integração comunitário, com substanciais e graves implicações políticas.

3.2.2. O TUE institucionaliza uma organização supranacional, com identidade jurídica própria e de orientação marcadamente federalista, impondo um conjunto sistematizado de transferências de soberania em áreas particularmente sensíveis para a independência nacional. Insere-se num percurso de crescentes e profundas perdas de autonomia económica e política e de independência e soberania nacionais dos Estados-membros, e concentra em órgãos supranacionais o poder de decisão sobre políticas únicas e políticas comuns, visando a construção de um futuro Estado federal.

3.2.3. É inequívoco que no Tratado transparecem orientações, instituições e mecanismos de natureza marcadamente federal: a adopção das decisões por maioria como regra geral; a criação da política monetária única e de uma moeda única; a institucionalização de um Banco Central Europeu e os poderes que lhe são conferidos; a imposição de regras vinculativas aos orçamentos nacionais; a atribuição à União de personalidade internacional no âmbito das políticas externa e de defesa; a implementação de um sistema policial integrado; a intervenção do Parlamento Europeu na investidura do Presidente da Comissão, etc.

3.2.4. A União Económica e Monetária (UEM) é uma peça básica do projecto do Tratado de União Europeia assinado em Maastricht.

3.2.5. É inseparável do objectivo declarado da UEM a criação de uma moeda única, o propósito de impor a uniformização e centralização das políticas económicas e de construir uma união política de base federal.

3.2.6. A UEM reflecte os interesses estratégicos do capital financeiro transnacional, particularmente os das multinacionais de base europeia, tendo como consequências, em relação à economia portuguesa, o domínio de alavancas fundamentais da nossa economia, o aumento do desemprego e da emigração.

3.2.7. Impõe a transferência da soberania nacional para instituições da união na definição e condução das políticas monetária e cambial, na emissão de moeda (com o desaparecimento do escudo), na determinação do défice orçamental (incluindo-o das autarquias locais) e na definição da incidência e fixação das taxas de alguns impostos.

3.2.8. Sujeita as políticas económicas nacionais a orientações gerais elaboradas a nível supranacional, necessariamente de acordo com os interesses das economias com peso determinante na União (as dos países mais poderosos, nomeadamente a economia alemã) e submete-as à fiscalização pela Comissão e pelo Conselho, que lhes poderão impor sanções.

3.2.9. As políticas monetária e cambial únicas serão definidas e conduzidas por um Banco Central Europeu independente dos poderes políticos nacionais e comunitário. Isto é, o essencial e fundamental da política económica e financeira da União e dos Estados-membros será dirigido por uma instituição supranacional que não responde politicamente perante os parlamentos nacionais e os povos dos Estados-membros, e nem mesmo perante os governos nacionais.

3.2.10. A UEM não tem em consideração os desequilíbrios existentes entre as economias nacionais, as suas especificidades e vulnerabilidades próprias, secundariza a dimensão social do desenvolvimento e as condições reais de aproximação dos níveis de desenvolvimento económico e dos níveis de vida entre os Estados-membros.

3.2.11. Neste quadro de orientações, de políticas e de estratégias supranacionais, às economias mais frágeis,

como a portuguesa serão necessariamente maiores (e mais prolongados no tempo) os problemas e os esforços exigidos aos países menos desenvolvidos, como Portugal, para progredirem no sentido dos níveis de desenvolvimento económico e social dos países mais desenvolvidos da Comunidade.

3.2.12. Dificuldades que tenderão a acentuar-se em situações de crises económicas não generalizadas a todos os países comunitários ou com incidências diferenciadas em cada um deles, face à limitação dos instrumentos de política económica de que podem dispor autonomamente as autoridades nacionais.

3.2.13. À construção da União Política é inerente a lógica de bloco **político-militar**, com a natureza imperialista que lhe está subjacente.

3.2.14. A política externa e de defesa comum e, a prazo, a execução de uma defesa comum, são projectos que fazem parte integrante do processo de transformação da CEE numa potência militar. A UEO dá conteúdo concreto a esse projecto como "parte integrante do desenvolvimento da União Europeia" (segundo o Tratado de Maastricht).

3.2.15. Todo este processo da construção da potência militar europeia foi animado pela crise do Golfo, no contexto do desmantelamento da URSS e do Pacto de Varsóvia, e sofre forte impulso a pretexto da trágica e perigosa situação de conflito e guerra na ex-Jugoslávia, a que não é alheio o capitalismo alemão.

3.2.16. O Governo do PSD, tudo tem feito para empurrar o nosso País para este perigoso caminho que, conduzindo à transferência de poderes para centros de decisão externos, em que impera a regra da maioria, condiciona irremediavelmente a nossa soberania e a independência de decisão nacional em matéria de defesa.

3.2.17. O Primeiro-Ministro e os vários Ministros do PSD repartem as suas declarações entre protestos de fidelidade à NATO e de crescente empenhamento no processo europeu, sem cuidarem de auscultar o País e de esclarecer o nosso povo sobre os riscos e os perigos que advirão para os interesses de Portugal e para a sua juventude, nomeadamente, da integração das Forças Armadas Portuguesas em forças multinacionais agressivas, como a força militar franco-alemã em formação, ou do inevitável envolvimento de unidades militares portuguesas em conflito e guerras fora do País, noutras zonas do mundo, como é o caso da decisão do envio de unidades navais para a Jugoslávia, com os custos políticos que podem implicar.

3.2.18. O Tratado da União Europeia prevê a criação de um Sistema Policial Integrado. O Tratado integra um conjunto de dispositivos e mecanismos no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos que conduzem à estruturação de um processo que materialmente aponta para a existência de uma **política comunitária de segurança interna e de imigração** e para a criação dos respectivos instrumentos de nível supranacional, incluindo

do uma **"unidade europeia de polícia (EUROPOL)"** e serviços de informações europeus, assentes nas convenções de Shengen e de Dublin.

3.2.19. O Tratado consubstancia, de facto, um processo em que são erigidas instituições supranacionais de natureza policial e de informações, ao mesmo tempo que várias componentes das políticas de segurança interna, judiciária e de emigração vão sendo progressivamente definidas e aplicadas pela regra da maioria qualificada.

3.2.20. Tal processo representa para Portugal a perda de poderes soberanos que hoje detém e a sua transferência, numa via federal, para órgãos e estruturas da Comunidade.

3.2.21. Acresce que, tratando-se de matérias que contêm com os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a inexistência de mecanismos de controlo, quer judiciário, quer parlamentar, torna este universo de medidas na área da segurança interna particularmente perigoso e antidemocrático.

3.2.22. A **falta de democraticidade** do processo de integração e das suas instituições, desde sempre denunciada pelo PCP, é hoje muito mais clara com a referência ao "défice democrático" e ao "duplo défice democrático" decorrente de Maastricht (défice nos parlamentos nacionais e défice nas instituições europeias).

3.2.23. O acordo de Maastricht dá consagração à eurocracia de um órgão executivo com as características da Comissão - órgão não eleito e praticamente sem controlo - e a um Conselho em que os executivos nacionais se eximem a controlos parlamentares nacionais e decidem à porta fechada, tornando cada vez mais opacas e afastadas dos povos decisões crescentemente influentes na organização social, nos níveis comunitário e nacionais.

3.2.24. A transferência de competências para o nível comunitário tem sido crescente desde a criação da CEE, mas a sua aceleração leva a que Jacques Delors afirme que "no futuro, 80% da legislação económica passará para a competência comunitária", o que torna ainda mais grave a degradação da democracia nas instituições da Comunidade Europeia.

3.2.25. O alargamento das áreas em que a regra da maioria passará a ser adoptada, mais reforça esses riscos. Por outro lado, passando a coexistir, em maior número de casos e áreas, as regras da maioria ou da unanimidade, instalar-se-á o arbítrio que permite que sejam esses poderosos órgãos eurocratas a decidir qual a regra a aplicar.

3.2.26. Do mesmo modo a tão apregoada "subsidiariedade", apresentada como a mezinha compensadora de todas as tendências centralizadoras e de todas as tentações de afastar as decisões das populações e de qualquer controlo democrático, também é, sobretudo após o «Não» dinamarquês, ela própria exemplo do arbítrio, porque não se define quem decide dos níveis de competência e quais os mais favoráveis para a concretização das acções e ao serviço de que interesses.

3.2.27. A transferência de competências para o nível comunitário, que Maastricht acelera, a perda de capacidade de controlo por parte dos parlamentos nacionais e do povo, o escasso e consensualmente insatisfatório acréscimo de poder de decisão e vigilância do Parlamento Europeu, representam outros sinais insofismáveis de degradação da democracia na institucionalização da União Europeia.

3.2.28. Os processos de ratificação do acordo de Maastricht foram exemplo claro da incomodidade sentida pelos executivos que assinaram o acordo e compõem o Conselho de Ministros e o Conselho Europeu e pela Comissão da CE as suas decisões ficam sujeitas, por imperativo constitucional (e do próprio Tratado de Roma) à homologação por outros órgãos de soberania.

3.2.29. O Governo português, e em concreto o Primeiro-Ministro, ilustrou lamentavelmente essa realidade quando, durante a presidência portuguesa, reagiu ao resultado do referendo da Dinamarca não aceitando o que era o cumprimento de normas constitucionais de um Estado soberano e, além disso, fazendo-o por forma que tornou implícita a divisão dos Estados-membros em grandes e pequenos, em soberanos e subservientes, demonstrando a ausência de espírito democrático que caracteriza a Comunidade ou União segundo Maastricht.

3.2.30. A criação de novas instituições supranacionais e a generalização da regra da maioria qualificada nos processos de decisão, paralelamente à implementação de políticas únicas e ao alargamento do âmbito das políticas comuns, significam de forma inequívoca o abandono da regra dos consensos e a institucionalização do direito de alguns Estados (os mais ricos e poderosos) poderem impor a sua vontade a outros (os Estados mais pequenos e menos desenvolvidos).

3.2.31. Com Maastricht as políticas monetária e cambial únicas serão definidas e conduzidas por um Banco Central Europeu, independente dos poderes políticos nacionais e comunitário. O essencial e fundamental da política económica e financeira da União e dos Estados-membros, será dirigido por uma instituição supranacional que não responde politicamente perante os parlamentos nacionais e os povos dos Estados-membros, e nem mesmo perante os governos nacionais.

3.3. A dependência de Portugal agrava-se

3.3.1. A dependência económica do País tem-se acentuado com a integração de Portugal na CEE, paralelamente ao processo de privatizações e à liberalização do investimento estrangeiro.

3.3.2. O alargamento progressivo das áreas sujeitas a políticas comuns comunitárias, as harmonizações fiscais, a liberalização dos movimentos de capitais e os mecanismos do Sistema Monetário Europeu, a abusiva escalada da Comissão Europeia na elaboração de directivas cada vez mais pormenorizadas e regulamen-

tadoras, têm vindo progressivamente a reduzir a autonomia nacional na definição da política económica e na utilização dos instrumentos de política macroeconómica.

3.3.3. O capital estrangeiro, isoladamente ou com a cooperação do grande capital nacional, apossa-se de posições importantes, e mesmo dominantes, em alguns sectores da economia nacional. Esta perda progressiva da capacidade de decisão nacional é particularmente evidente nos sectores estratégicos da banca e dos seguros, mas igualmente nos sectores da indústria agroalimentar, automóvel, de material eléctrico e de precisão, química, de celulose e papel, no sector estratégico dos combustíveis, na distribuição alimentar e no comércio de produtos electro-electrónicos, no turismo e na hotelaria, na indústria extractiva e mesmo no sector do vestuário.

3.3.4. O aumento da dependência económica reflecte-se igualmente no agravamento dos principais défices estruturais da economia portuguesa, designadamente no que respeita aos défices alimentar e tecnológico/bens de equipamento.

3.3.5. O aumento do peso do comércio externo na economia e o agravamento permanente do défice da balança comercial, espelham a diminuição progressiva da produção agrícola e piscatória, a desindustrialização crescente e a caracterização cada vez maior de uma economia em regime de subcontratação. Paralelamente com a concentração das trocas comerciais num reduzido número de países, são mais uma demonstração do agravamento da dependência económica do País.

3.3.6. A economia portuguesa tem vindo a ser crescentemente submetida às estratégias das economias dos países mais desenvolvidos, e a sua inserção na divisão internacional do trabalho é cada vez mais ditada do exterior e orientada por interesses alheios (e frequentemente contrários) aos interesses nacionais.

3.3.7. No plano político-militar agravou-se nos últimos anos a dependência de Portugal face aos interesses e objectivos estratégicos dos EUA, da NATO e dos círculos atlantistas da Europa.

3.3.8. Esse agravamento é patente, desde logo, no Programa do Governo PSD e, sobretudo, nas decisões assumidas ou anunciadas em matéria de política externa de defesa no sentido de uma cada vez maior integração militar de Portugal em forças armadas multinacionais.

3.3.9. Destacam-se a adesão à UEO, como pilar europeu da NATO, que amarra Portugal a novas e maiores obrigações e encargos militares, o anúncio de medidas conducentes à participação portuguesa em forças de intervenção rápida, em obediência ao novo sistema de forças da NATO, as declarações de membros do Governo concordantes com o aumento de poderes de intervenção militar da NATO. A subserviência e falta de capacidade do Governo do PSD estão patentes também na utilização abusiva e ilegítima da Base das Lajes pelos EUA durante a guerra do Golfo ou na evolução dos processos de renegociação dos acordos político-militares.

3.3.10. Em matéria de reequipamento, a crescente dependência externa de Portugal manifesta-se nas prio-

ridades estabelecidas para a aquisição de armamento militar, ao serviço da estratégia militar da NATO, ou a ser utilizado sob o comando NATO, como foi o caso das fragatas MEKO ou dos aviões F16 (em processo de aquisição) para além da aceitação das imposições de países da NATO, em particular dos EUA, de aquisição de material obsoleto. Estas opções contrariam ou menosprezam as características e necessidades específicas de defesa militar de Portugal e não têm em conta os recursos efectivos do País.

3.3.11. A dependência militar manifesta-se ainda na ausência de doutrina militar própria, designadamente nos estabelecimentos de ensino militar, bem como na manutenção dos credenciamentos NATO, fonte de discriminação política.

3.3.12. O Governo PSD prossegue, entretanto, no quadro de orientações descrito, a adaptação da nossa componente militar aos interesses da NATO e da UEO. Ao arrepio da Constituição e com total ausência de debate público, o PSD desencadeou um acelerado e profundo processo de transformação das Forças Armadas que muda radicalmente a sua natureza, abrindo caminho à total profissionalização, modifica a sua estrutura, centralizando e controlando fortemente o poder militar e subverte as suas missões, sobrevalorizando as operações fora do território nacional.

3.3.13. A dependência em relação ao estrangeiro tem-se também agravado na informação e na vida cultural.

3.3.14. Na informação através de serviços noticiosos e outros programas informativos da RTP que reflectem acriticamente, na aquisição de serviços e em trabalhos de vários correspondentes, a interpretação e as campanhas do imperialismo; através de imposições de conteúdo feitas à informação e programação pelas centrais de compra de espaços; através da participação no capital das empresas dos grupos multimédia (situando-se hoje além dos limites legais e, por vezes, em posições dominantes), através da crescente importância relativa dos produtos audiovisuais (televisão e vídeo) onde cresce a presença dos teledramáticos norte-americanos e de alguns outros grandes países capitalistas, de baixa qualidade, anticomunistas, de promoção de valores caros ao neoliberalismo (incluindo na produção para crianças).

3.3.15. Na vida cultural, a dependência acentua-se através da desresponsabilização do Estado em relação à cultura e defesa da identidade cultural e agravar-se-ia através da disposição do Tratado de Maastricht, se este entrasse em vigor, quando, no nº 3 do seu artigo 92, faz depender os apoios à cultura portuguesa da não colisão com os "interesses comunitários" e a "livre concorrência".

3.3.16. No cinema, na distribuição e exibição de filmes consolida-se o domínio norte-americano. Os programas comunitários não resolvem o problema da nossa cinematografia, enquanto as coproduções se limitam ao aproveitamento de recursos humanos e naturais. A televisão diminuiu a sua produção própria sem prever o recurso regular e significativo à produção externa de origem

diversificada, à ficção, ao documentário, à realidade portuguesa, no quadro de uma programação já essencialmente estrangeira. Na circulação de obras de arte e bens culturais, com a abertura dos mercados em 93, poderão prevalecer critérios economicistas dos países mais ricos na definição do respectivo regime legal e poderão também haver perdas assinaláveis por não se ter concluído, em tempo útil, o inventário do património móvel.

3.3.17. Na música, as orquestras sinfónicas foram extintas enquanto o Governo apoiou a criação de outras, desenraizadas da cultura portuguesa e divorciadas dos nossos compositores, compostas por músicos e maestros estrangeiros, enquanto no ensino, desarticulado e sem investimento, se torna impossível formar profissionais. Na música dita ligeira as editoras discográficas mantêm o domínio da produção estrangeira no consumo directo e radiofónico enquanto os nossos criadores não têm apoios e vai aumentando a presença de estrangeiros entre os executantes sem compensação de idênticos fluxos de profissionais portugueses para outros países.

3.3.18. Na edição, acentua-se a entrada de capital e quadros estrangeiros, particularmente nas edições escolares. Todo o processo de colonização cultural, que se verifica em vez do intercâmbio cultural, não tem sido compensado pela promoção da língua portuguesa e, em geral, pela projecção internacional da cultura portuguesa (que não é substituível por actos isolados como a Europália), nem pela diversificação de países com que se desenvolvem relações, nem pelo aproveitamento da nossa representação na UNESCO em plena "década mundial de desenvolvimento".

3.4. A defesa da independência nacional - um dos pontos cruciais da política portuguesa

3.4.1. A independência, a soberania e a integridade territorial de Portugal constituem valores fundamentais e inalienáveis da nação, do Estado e do povo.

3.4.2. A defesa da independência e soberania nacionais, sendo parte integrante da democracia avançada que o PCP propõe ao povo português, devem constituir coordenadas básicas na política de relações externas nos planos económico, político, cultural, diplomático e militar.

3.4.3. Ao contrário do que uma poderosa ofensiva ideológica pretende fazer crer, a mais forte exigência que emerge no mundo contemporâneo não é de humilhantes abdições da soberania, mas a afirmação da riqueza das diferenças das identidades nacionais, do diversificado contributo que dão para a civilização, da igualdade de direitos, a par da cooperação reciprocamente vantajosa.

3.4.4. Ao contrário do que poderosas forças difundem, a soberania e independência não são conceitos e objectivos ultrapassados e sem sentido na época

contemporânea, antes constituem aspirações dos povos e necessidades objectivas, compatibilizáveis com processos de integração e internacionalização do processo produtivo.

3.4.5. Ao contrário do que os adversários do PCP procuram fazer crer, o patriotismo não só é uma componente de uma concepção democrática do mundo e da vida, como se opõe ao racismo e à xenofobia e indetifica-se com uma concepção internacionalista e solidária, com a luta e os direitos de todos os povos e países pela emancipação da humanidade.

3.4.6. A uma concepção da democracia simultaneamente política, económica, social e cultural deve corresponder o exercício, afirmação e defesa da soberania nestes diversos planos. Portugal não deve abdicar do direito de decidir do seu destino e da sua capacidade de afirmação, na sequência da sua história multissecular, ao mesmo tempo como um País aberto ao mundo e defensor da igualdade de direitos e deveres dos Estados.

3.4.7. Contra amplas e incontroladas transferências de competências do Estado para um aparelho burocrático e tecnocrático, em que Portugal tem um papel menor e subordinado, o PCP defende a manutenção da capacidade de decisão política dos órgãos de soberania, conjugada com a cooperação e o exame conjunto das questões de interesse comum, com o objectivo de aproximar os níveis de desenvolvimento e melhorar as condições de vida e de trabalho.

3.4.8. Contra a dependência da Comunidade Europeia e das multinacionais e uma economia apêndicular, subcontratada e controlada do exterior, o PCP defende interdependências na base da igualdade e uma especialização produtiva que não assente numa mão-de-obra barata e desqualificada mas sim que seja baseada no aproveitamento pleno das potencialidades, energias e recursos nacionais e na melhoria do nível de vida e na alta qualificação e preparação dos trabalhadores portugueses.

3.4.9. Contra a desregulamentação e degradação dos direitos sociais, a nível interno e comunitário, no quadro de políticas favoráveis aos monopólios e multinacionais, o PCP defende a assunção plena pelo Estado das suas responsabilidades e o seu empenhamento na efectiva «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho» a nível dos países da Comunidade Europeia.

3.4.10. Contra a subalternização humilhante da cultura portuguesa, o PCP defende a valorização e dignificação da identidade cultural do País, como elemento e garantia da identidade nacional e como contributo no diálogo, confronto e convivência com as culturas dos outros povos, para enriquecimento da cultura da Humanidade, que tem que, necessariamente, assentar na sua pluralidade e diversidade.

3.4.11. Na época actual, a defesa da soberania e independência nacional representa um objectivo central do PCP e deve constituir um ponto crucial da política portuguesa.

4.

Quatro anos de luta popular e democrática

4.0. Introdução

4.0.1. Os quatro anos que nos separam do XII Congresso distinguem-se pela intensidade, o vigor e, em muitos casos, pela grande amplitude das movimentações e das acções de resistência ao avanço do processo contra-revolucionário, em apoio de importantes reivindicações populares e por uma alternativa democrática. O destaque maior cabe à luta de massas, pelo significado e incidência política e expressão mobilizadora. Revestiu, no entanto, a maior importância, a batalha eleitoral com quatro eleições de carácter nacional e um acto eleitoral nas Regiões Autónomas, a acção do Grupo Parlamentar comunista, dos deputados do PCP no Parlamento Europeu e na Assembleia Regional dos Açores e a acção dos eleitos do PCP nas autarquias locais, tanto nos municípios e freguesias onde o PCP e os seus aliados detêm a maioria como naquelas onde intervêm em posição minoritária.

4.0.2. Lugar muito especial reveste o papel desempenhado pelo PCP, pela sua intervenção directa e pela iniciativa e capacidade de dinamização de toda a luta e acção popular e democrática.

4. 1. Resistência contra o avanço do processo contra-revolucionário

4.1.1. A resistência e a luta durante quatro anos decorridos entre o XII e o XIV Congressos do PCP desenvolveram-se numa situação que, além da influência extremamente negativa de acontecimentos externos, teve como traços principais a manutenção e consolidação da direita no poder, o avanço do processo contra-revolucionário, a ofensiva contra conquistas da revolução de Abril, a restauração efectiva do sistema socioeconómico do capitalismo monopolista, as tentativas de alteração da própria natureza e características do regime democrático e, com o aprofundamento da integração europeia, a crescente interferência das instâncias comunitárias na definição de importantes aspectos da política nacional.

4.1.2. Na sua dinâmica, que se desenvolveu de forma irregular, a resistência e a luta foram impulsionadas por objectivos imediatos de protesto ou de carácter reivindicativo, tiveram frequentemente como expressão política (em torno de problemas concretos) a resistência

e a oposição ao Governo, mas não provocaram grandes deslocamentos políticos significativas e nas eleições legislativas não se traduziram em votos contra o PSD e o Governo e em votos favoráveis nos partidos da oposição, nomeadamente no PCP e na CDU.

4.1.3. A resistência e a luta, que assumiram por vezes uma grande amplitude e combatividade, travaram e atraíram significativamente, diminuíram o alcance e impediram em alguns casos a concretização da política e das medidas contra-revolucionárias. Mas não impediram o desenvolvimento geral da situação se processou num sentido desfavorável aos interesses dos trabalhadores e do povo e do próprio regime democrático.

4.1.4. A amplitude e profundidade da resistência e a luta e a sua continuidade, embora num curso irregular, mostraram que muitas das conquistas e valores de Abril têm raízes sólidas na sociedade portuguesa e nos sentimentos da população e que a base social de apoio eleitoral ao PSD e ao Governo comporta fragilidades e descontinuidades, susceptíveis de virem a traduzir-se num insucesso eleitoral. Aliás, os projectos de alteração da legislação eleitoral no sentido de pôr em causa o princípio da proporcionalidade mostram que o Governo receia esse insucesso.

4.2. As lutas de massas

4.2.1. A luta do povo português travada entre o XII e o XIV Congressos, sob as mais variadas formas (greves, manifestações e concentrações, ou outras formas de protesto) e abarcando classes e camadas sociais muito diversificadas, desempenhou um papel determinante na defesa dos seus interesses, no combate aos avanços do processo contra-revolucionário e na defesa do regime democrático.

4.2.2. Pela extraordinária amplitude e combatividade que assumiram, pelo profundo descontentamento que revelaram, e por em muitos casos se terem desenrolado em confronto aberto com o Governo do PSD e a maioria na Assembleia da República, revestiram-se de particular significado as acções de massas:

4.2.3. Dos trabalhadores da indústria e dos serviços, por aumentos de salários, pelo pagamento de salários em atraso, contra as alterações à legislação laboral, pela redução do horário de trabalho, pela defesa dos postos de trabalho e contra as privatizações;

4.2.4. Dos trabalhadores da Administração C

tral e Local, pela resolução dos problemas especificamente sectoriais e gerais, nomeadamente pela aplicação do novo sistema retributivo, contra as discriminações salariais, pelo direito à negociação colectiva, contra os despedimentos;

4.2.5. Dos agricultores, contra o empobrecimento das explorações agrícolas familiares, por preços justos para a produção agrícola e por factores de produção baratos, em defesa dos direitos dos rendeiros e da Lei dos Baldios, pela especificidade da agricultura portuguesa e contra a reforma da PAC;

4.2.6. Dos professores, pelo Estatuto da Carreira Docente, por revisões salariais, em defesa da gestão democrática das escolas, pela reforma educativa;

4.2.7. Dos médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde, pelas carreiras e outras melhorias específicas e contra a política de saúde do Governo;

4.2.8. Dos magistrados, em defesa da autonomia do Ministério Público e pela independência dos Tribunais;

4.2.9. Dos meios da cultura, contra a introdução do IVA nos livros, a extinção do Teatro Nacional de S. Carlos e das orquestras sinfónicas, a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e outros aspectos da política cultural do Governo;

4.2.10. Da juventude, contra o trabalho precário, contra o aumento brutal das propinas e pela defesa do ensino superior público, pela melhoria das condições de ensino; por um efectivo sistema de apoio social escolar, contra a PGA e por um novo regime de acesso ao ensino superior;

4.2.11. Das mulheres, pelo cumprimento das leis que consagram a igualdade e pelo cumprimento das leis do planeamento familiar, educação sexual e interrupção voluntária da gravidez, pela prevenção e punição da violência sobre a mulher;

4.2.12. Dos militares, contra a política governamentalizadora de imposição e factos consumados, contra medidas repressivas e de cerceamento de direitos, pela defesa de interesses socioprofissionais e pelo exercício dos direitos de cidadania;

4.2.13. Dos profissionais das forças de segurança (PSP, GNR, Guarda Fiscal) e outros corpos militarizados, pela melhoria das carreiras e por condições de trabalho e pelo direito ao associativismo e, no caso da PSP, à criação do sindicato;

4.2.14. Dos reformados e deficientes, pela melhoria das reformas e pensões, contra as discriminações, pelo cumprimento por parte do Governo das leis e dos compromissos assumidos;

4.2.15. Dos eleitos autárquicos de municípios e frequências, contra o corte dos recursos financeiros e pela defesa da autonomia e dignificação do exercício do seu mandato;

4.2.16. Das populações, pela melhoria de transportes, contra o encerramento de linhas de caminhos de ferro e a extinção de carreiras de transporte rodoviário, contra a plantação de eucaliptos, contra a degradação

ambiental, contra o encerramento de serviços de saúde, pela concretização de melhoramentos locais.

4.2.17. Os principais objectivos pelos quais se movimentaram as massas populares, em defesa de direitos, pela melhoria das condições de vida e socioprofissionais, contra a liquidação de importantes conquistas democráticas e a perversão do regime democrático, pela resolução dos grandes problemas nacionais, demonstram a existência de uma vasta e diversificada frente social que se opõe à política do Governo, e luta contra essa política, frente que se alargou com as movimentações de novos sectores ou com a participação mais regular e mais dinâmica de outros.

4.2.18. A par da importância da luta da classe operária - a força mais dinâmica e combativa da frente social - assumiram papel relevante uma mais ampla participação dos trabalhadores de diferentes sectores da Administração Central e Local, de sectores directamente ligados ao aparelho de Estado (magistrados, militares, forças de segurança), dos agricultores, de sectores de intelectualidade, da juventude (cuja luta atingiu globalmente níveis dos mais elevados da última década), das populações. Pelo seu número e pelas regiões que abarcaram essas movimentações, constituiu um importante processo de intervenção popular.

4.2.19. Apesar de se ter registado um grande número de lutas, algumas envolvendo muitos milhares de pessoas e tendo grande impacto (surtos grevistas de Janeiro, Abril, Julho, Outubro de 1989, Fevereiro, Setembro, Outubro, Dezembro de 1990, Janeiro de 1991, todo o 1º trimestre de 1992, as jornadas nacionais da CGTP-IN contra o «pacote laboral» em 1989 e 1991/92 e a jornada pelas 40 horas e outras reivindicações, em Junho de 90, abrangendo 500 mil trabalhadores, as concentrações e manifestações de agricultores em 1990, 1991 e 1992, as lutas estudantis de Fevereiro de 1989, Novembro de 1991, Fevereiro/Março de 1992 e Maio de 1992, as acções da PSP de Abril de 1989 e Março de 1991), as acções de massas desenvolveram-se de forma irregular, com períodos altos e baixos, nem sempre se conseguindo dar continuidade a lutas e campanhas iniciadas.

4.2.20. A par de acções de grande amplitude e combatividade verificaram-se várias outras em que a resposta apareceu tardiamente ou não esteve à altura da gravidade dos problemas, como seja o caso da luta contra as alterações à Lei de Greve. Em certos momentos não se conseguiu a necessária e indispensável coordenação de diferentes sectores em luta e, sobretudo, a sua inserção ou convergência com a luta geral contra o Governo.

4.2.21. Entretanto, a luta popular de massas, abrangendo as vertentes social, económica e política, conseguiu em numerosos casos atingir os seus objectivos, impondo a satisfação de reivindicações e aspirações profundas, alcançou sucessos parciais em vários outros casos e não poucas vezes conseguiu limitar objectivos mais gravosos de projectos e medidas governativas e patronais, ou pelo menos adiar a sua aplicação.

4.2.22. Os **trabalhadores** furaram os tectos salariais, alcançaram a redução do horário de trabalho em variadíssimas empresas e sectores, retardaram alterações à legislação laboral e impediram alterações mais gravosas; os **agricultores** conseguiram indemnizações para os prejuízos por acidentes climatéricos, alcançaram melhoria de preços e intervenção no escoamento de alguns produtos, travar algumas importações e fizeram eliminar limites legais de acesso aos fundos comunitários, e defenderam a Lei dos Baldios; os **professores** viram consagradas importantes reivindicações sobre as carreiras docentes, obrigaram ao pagamento de dívidas por parte do Estado, defenderam a gestão democrática das escolas; os **médicos, os enfermeiros e outros trabalhadores da saúde** alcançaram importantes êxitos no domínio das carreiras, impuseram recuos importantes na política de saúde do Governo e a sua acção foi determinante para a derrota da dupla Leonor Belezza/Costa Freire; a **juventude** conseguiu impor o pagamento de bolsas em atraso; obrigou à extinção da PGA, tendo tido um papel determinante na demissão do Ministro da Educação; as **mulheres** impuseram em várias empresas melhores condições de trabalho; os **magistrados** fizeram gorar as tentativas de limitar o mandato do Procurador Geral da República; os **militares** obrigaram à reponderação de medidas gravosas e deram passos na luta pela consagração do reconhecimento do direito de associação; os **agentes das forças de segurança** obtiveram a legalização do associativismo na PSP e melhorias socioprofissionais.

4.2.23. As acções da frente social que se opôs à política governamental assumiram frequentemente um cariz vincadamente político e de grande radicalização quanto às formas de luta.

4.2.24. Muitas das lutas travadas por objectivos específicos e de carácter imediato foram inseridas nas lutas mais gerais em defesa das conquistas democráticas (manifestações contra o "pacote laboral", lutas contra as consequências do Acordo Económico e Social, jornadas de luta convergentes abrangendo sectores muito diversificados, luta contra as taxas moderadoras, com a recolha de 130 mil assinaturas, etc.).

4.2.25. O recurso à greve, a par de formas muito diversificadas de luta em que se conjugam as acções nos locais de trabalho, as acções de rua e junto das instituições, assumiu uma forma insistente e generalizada. Novos sectores recorreram a esta importante forma de luta radical.

4.2.26. A grande maioria das lutas e das greves travadas desde o XII Congresso teve lugar a nível das empresas, verificando-se uma insuficiente coordenação e conjugação destas com as lutas sectoriais, nomeadamente no âmbito da contratação colectiva.

4.2.27. Na vasta luta de massas, a classe operária - 76% de todas as lutas e mais de 60% das greves tiveram lugar na indústria transformadora -, pelos elevados níveis de concentração, poderosa base organizada e identifica-

de própria, confirma-se e afirma-se como a força social fundamental na luta de resistência e combate à política de direita, na defesa das conquistas democráticas, desmentindo as teses dos que negam o seu papel ou afirmam ter a classe operária deixado de ser uma força lutadora.

4.2.28. No âmbito de muitas jornadas nacionais mobilizando camadas muito diversificadas, as jornadas do 25 de Abril e 1º de Maio continuaram a ser uma grande afirmação de adesão das massas populares aos ideais democráticos e de transformações progressistas e de aproximação e convergência de sectores democráticos.

4.2.29. A resistência à política do Governo PSD, a criação das condições para uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD, exigem que se considere como direcção prioritária o desenvolvimento da luta de massas por problemas imediatos e específicos, em estreita conexão com a luta política geral, as batalhas eleitorais e a acção nas instituições.

4.3. As eleições

4.3.1. As eleições de âmbito nacional realizadas no período decorrido entre o XII e o XIV Congressos (para o Parlamento Europeu, em 17.6.89; para os órgãos das autarquias locais, em 17.12.89; para a Presidência da República, em 13.1.91; e para a Assembleia da República, em 6.10.91) - constituíram importantes frentes de luta democrática e grandes batalhas políticas cujos resultados, de diversa natureza, influenciaram profundamente o curso e a evolução da situação nacional, designadamente no plano institucional e da política governativa.

4.3.2. Sem prejuízo de outros factores complementares, os resultados destas eleições, em grau diverso, foram globalmente influenciados quer por factores internos (prolongada permanência do PSD no Governo, avanço crescente do processo contra-revolucionário, aproveitamento eleitoralista de uma conjuntura económica e financeira mais favorável, capitalização política de expectativas ou benefícios em padrões de vida relacionados com os recursos recebidos da CEE, dificuldades de apresentação com credibilidade de uma alternativa democrática) quer por factores externos (avanço das forças de direita e da política de direita em muitos países, evolução dos acontecimentos na URSS e outros países do Leste europeu, reforço do imperialismo, crises e processos de autoliquidação em partidos comunistas).

4.3.3. Como sentido geral dos resultados eleitorais, podem destacar-se:

a) A consolidação e avanço da influência eleitoral e das posições da direita (com a confirmação do negativo processo de polarização em torno do PSD), embora com momentos de nítido enfraquecimento e recuo (Parlamento Europeu e autarquias de 89 e apoio a Mário Soares nas presidenciais de 1990) a que entretanto se seguiu o importante êxito da repetição de uma maioria absoluta de deputados e de votos nas legislativas de 1991;

b) grande irregularidade do PS que, no fundamental, recupera os seus níveis de votação antes do aparecimento do PRD, não conseguindo deslocar eleitorado do PSD (com o peso de dois elementos contraditórios: incapacidade na oposição ao PSD e cumplicidades com aspectos centrais da política do PSD e, ao mesmo tempo, benefício do "voto útil" de segmentos do eleitorado do PCP);

c) tendência para a diminuição da influência eleitoral do PCP que, apesar de contida nas eleições para o Parlamento Europeu, para as autarquias e para a Presidência da República, atinge grave e preocupante expressão no resultado obtido nas legislativas de 1991, verificado em condições políticas extremamente desfavoráveis;

d) a não recuperação de influência pelo CDS, o prático desaparecimento eleitoral do PRD e a manutenção da reduzida expressão eleitoral das pequenas formações;

4.3.4. Nas eleições para o Parlamento Europeu de Julho de 89, realizadas numa conjuntura marcada por um patente descontentamento com a política governamental, o PSD (32,7%) sofreu uma séria derrota, perdendo, em relação às anteriores eleições de 1987, 750 000 votos, descendo cinco pontos percentuais (18 em comparação com as eleições para a AR em 1987), elegendo menos um deputado; o CDS (14,1%) perdeu um terço dos seus votos e um deputado; o PS (28,5%) - apoiado pelo PRD que teve candidatos seus nas listas do PS - obteve uma ligeira subida (de 1,6 pontos e de mais um deputado); a CDU (14,4%) alcançou um importante êxito traduzido no aumento da percentagem de votos (mais 2,9 pontos) e na eleição de mais um deputado; em conjunto, PSD e CDS perderam a maioria de votos (passando de 52,8% para 46,9%) enquanto CDU e PS (com o PRD) passaram de 38,4 para 42,9%.

4.3.5. Nas eleições para os órgãos das autarquias locais realizadas em Dezembro de 1989, o PSD voltou a sofrer uma clara derrota, perdendo, em saldo global, 34 presidências de Câmaras (entre as quais Lisboa, Porto, Coimbra e Faro), mais de 120 presidências de Juntas de Freguesia e um terço dos votos obtidos nas legislativas de 1987, passando a segunda força política em número e percentagem de votos e em presidências de Câmaras Municipais. O PS, aparecendo como um partido de oposição à direita e não coligado com a direita, registou um avanço notório quer em número e percentagem de votos - 32% nos concelhos em que concorreu autonomamente - quer em presidências de Câmaras. A CDU, embora afectada designadamente pela campanha contra o PCP com pretexto nos acontecimentos em países do Leste europeu, pela abrupta imposição da mudança do seu símbolo, pelo maior aumento de abstenção nos concelhos de maior influência sua, pela crescente personalização das eleições em função das candidaturas a Presidente de Câmara que favoreceu a captação de votos da CDU pelo PS em vastas zonas do País, registou

um resultado globalmente satisfatório. Com efeito, embora num quadro geral de perda de votos e de mandatos, conquistou 50 presidências de Câmaras (mais 3) e 370 presidências de Juntas (339 autonomamente, 21 no quadro da coligação "Por Lisboa" e 10 no quadro das coligações PCP-PEV-PRD), alcançando uma percentagem global para as Assembleias Municipais da ordem dos 17% (em cálculo ponderado com as prováveis repartições das votações das coligações em que participou), cerca de menos 3 pontos do que nas eleições autárquicas de 1985.

4.3.6. A vitória da coligação "Por Lisboa" (PS/PCP/MDP/PEV), constituída após anteriores e peremptórias recusas do PS e fruto da persistência e da influência do PCP, constituiu um acontecimento político da maior importância na vida política nacional.

4.3.7. A coligação "Por Lisboa", sustentada fundamentalmente num acordo programático e de repartição de responsabilidades entre o PCP e o PS, alcançou 49% contra 42% da coligação PSD-CDS, conquistou 37 das 53 presidências de Juntas de Freguesia (quando anteriormente a CDU tinha 12 e a direita 41) e, numa clara comprovação de que a convergência das forças democráticas, longe de afastar o eleitorado, é factor da sua mobilização e alargamento, subiu em percentagem e em número de votos em relação à soma das anteriores votações das forças participantes na coligação.

4.3.8. Sem afectar este juízo político global, merece entretanto reflexão o facto de o próprio relevo e impacto nacional desta coligação ter sido em muitas regiões do País aproveitado pelo PS para melhorar a sua imagem junto de sectores do eleitorado da CDU.

4.3.9. As eleições presidenciais de Janeiro de 1991 apresentaram importantes características distintivas em relação a anteriores. Com efeito, ao contrário do que aconteceu designadamente em 1980 e 1986, o PSD não esteve em condições (sózinho ou em conjunto com o CDS) de propor uma candidatura que pudesse pretender com credibilidade ganhar as eleições. O PSD desistiu de apresentar candidato e decidiu apoiar a candidatura de Mário Soares. O CDS avançou com a candidatura de Basílio Horta, caracterizada pelo reaccionarismo, agressividade e intolerância, mas sem qualquer possibilidade real de vitória. Do próprio quadro das candidaturas resultava quer a não existência naquelas eleições de um perigo de subversão do regime por via institucional, quer a previsível reeleição de Mário Soares.

4.3.10. Os aspectos negativos e as insuficiências no primeiro mandato de Mário Soares, a convergência do PS e do PSD no apoio ao candidato, a participação - por opção deliberada do candidato - de dirigentes e outras destacadas figuras do PSD nas estruturas dessa candidatura, o patente intuito do PSD de utilizar o seu apoio a Mário Soares para provocar um extenso período de tréguas em relação à sua política, diversas declarações de Mário Soares procurando agradar à direita, configuraram uma situação que, na opinião do PCP, excluía que a

candidatura de Mário Soares, embora dispondo do apoio do PS, pudesse ser apoiada por todos os democratas.

4.3.11. Nesse contexto, o PCP apresentou uma candidatura própria com o objectivo fundamental de garantir e marcar a autonomia de intervenção do Partido, de participar no necessário debate sobre as funções presidenciais, de assegurar o combate à política de direita, de inserir as eleições presidenciais no movimento de luta com vista a uma alternativa democrática. A evolução da pré-campanha e designadamente o crescente movimento de apoio e interesse gerado em torno da candidatura de Carlos Carvalhas determinaram que, a 11.12.91, o Comité Central decidisse da ida da candidatura até às urnas com vista a que pelo voto se pudesse exprimir com nitidez uma forte afirmação em torno das propostas do PCP e da aspiração a uma alternativa democrática.

4.3.12. Os resultados traduziram-se na reeleição de Mário Soares (com 70,3%), obtendo Basílio Horta um resultado (14,1%) que, embora testemunhando a conquista de votos na área do PSD, ficou muitíssimo distante dos seus proclamados objectivos. A candidatura de Carlos Carvalhas alcançou 12,9%, um excelente resultado tendo em conta a repercussão de acontecimentos internacionais e as particularidades da eleição presidencial.

4.3.13. Apesar do acolhimento dado à manobra desenvolvida pelo PSD, a vitória de Mário Soares não pode ser considerada uma vitória do PSD.

4.3.14. Mas o PSD não só conseguiu indiscutivelmente evitar que as eleições presidenciais fossem um momento muito desfavorável para os seus projectos de vitória nas legislativas, como, no fundamental, e apesar do combate firme do PCP, desenvolveu com considerável êxito a tática que mais lhe convinha nessa mesma perspectiva.

4.3.15. Os resultados das eleições para a Assembleia da República de 6.10.91 saldaram-se, em termos globais, por uma grande vitória do PSD e por um sério revés das forças democráticas.

4.3.16. Com efeito, como principais traços caracterizadores desses resultados, são de salientar:

a) A conquista pelo PSD (com 50,6%) de nova maioria absoluta de deputados e de votos;

b) a grande distância entre a votação registada pelo PS (29,1%) e os objectivos eleitorais (maioria absoluta ou partido mais votado) e políticos (ser sozinho a alternativa ao PSD) apresentados por esse partido;

c) o desaire eleitoral da CDU (passando de 12,2% em 1987 para 8,8%), com perdas de votação em todos os círculos eleitorais, perda de 9 deputados e perda de posição de primeira força nos distritos de Évora e Setúbal;

d) a manutenção do CDS (com 4,4%) no nível de votação de 1987, embora elegendendo mais um deputado;

e) os acréscimos de votação em pequenos partidos e eleição de um deputado pelo recém-formado PSN;

f) o considerável aumento da abstenção (32,2%), que registou o seu maior valor em eleições legislativas.

4.3.17. Tendo presente a extraordinária complexidade da explicação de resultados eleitorais, é entretanto legítimo admitir que, na base do renovado êxito do PSD e do repetido revés sofrido pelas forças democráticas, se encontrem, de forma conjugada e complementar, os seguintes factores principais:

a) A prolongada permanência do PSD no Governo nos últimos quatro anos dispondo de uma submissa maioria parlamentar, permitindo designadamente uma gestão governativa planificada em função do calendário eleitoral e de critérios eleitoralistas, uma escandalosa e crescentemente refinada instrumentalização do aparelho e dos recursos do Estado bem como dos mais influentes meios de comunicação social;

b) as vantagens retiradas pelo PSD de uma conjuntura económica externa muito favorável, do afluxo de 700 milhões de contos de fundos da CEE e de um período de crescimento económico que permitiu quer a absorção ou atenuação do descontentamento quer o fomento de ilusões ou expectativas favoráveis em largas camadas da população (a quem o PSD conseguiu impor como exclusivo termo de comparação a gravidade de certos problemas e indicadores socioeconómicos no período de 83-85);

c) a falta de credibilidade que a orientação e as artificiais e irrealistas pretensões do PS projectaram sobre a perspectiva de uma alternativa democrática, na dupla vertente de uma política alternativa e de uma alternativa de governo, favorecendo uma dinâmica de vitória do PSD que, com grande probabilidade, empurrou sectores do eleitorado das forças democráticas para a abstenção;

d) os impactos internos de acontecimentos externos, nomeadamente os acontecimentos na URSS em Agosto, afectando em especial o nível da contribuição da votação da CDU para a derrota da direita.

4.3.18. Além destes factores principais, é ainda necessário considerar como outros elementos e aspectos favoráveis ao PSD:

a) a exploração prolongada da memória justamente negativa dos anteriores governos do PS e, em especial do Governo do "Bloco central" de que o PSD fazia parte mas de que o próprio PS sempre assumiu exclusivamente as responsabilidades;

b) a exploração do cansaço provocado em importantes sectores da população pela anterior "instabilidade governativa" (no fundamental, originada pelo fracasso das coligações PSD-CDS ou PS-PSD), ganhando-os para a falsa ideia de que a única nova solução política susceptível de garantir estabilidade seria a de um governo de maioria do PSD;

c) a utilização das mudanças de líder, designadamente a ascensão de Cavaco Silva, como despudoradas operações de "refundação" do PSD e de obscurecimento e distanciamento em relação a anos e anos de responsabilidades governativas;

d) a consolidação e ampliação de um vasto sistema de clientelas e de uma complexa rede de instrumentos de condicionamento e coacção social;

e) a apresentação do PSD como o partido cujo projecto melhor acompanharia e corresponderia a mudanças de valores, representações e atitudes sociais induzidas ou aceleradas a partir da adesão de Portugal à CEE;

f) a apropriação ilegítima de progressos ou mudanças positivas verificados na sociedade portuguesa, ainda que decorrentes da revolução do 25 de Abril, resultantes da acção do poder local democrático, da luta dos trabalhadores ou até do normal andamento das tarefas da Administração Pública;

g) a adopção de refinadas técnicas de mistificação política e de absorção ou neutralização de descontentamentos, com destaque para os esforços no sentido de desacreditar a "política" e os "políticos" e atribuindo ao Governo exclusivos propósitos de serviço nacional e para as iniciativas e linhas de diversão conjunturais em que o PSD ou estruturas que lhe são afectas aparecem como "oposição" à sua própria política;

h) a progressiva instalação de uma imagem de partido que pela sua longa permanência no poder se confunde com o Estado, favorecendo mecanismos de renovação do seu pessoal político, de promoção de apoiantes, de recrutamento de quadros.

4.3.19. Os efeitos destes factores foram ainda fortemente potenciados e ampliados pela frenética demagogia eleitoralista do PSD e do Governo nos meses que antecederam a campanha, por uma campanha eleitoral orientada pelo PSD no sentido da fuga à discussão dos reais problemas do País e da política realmente realizada pelo PSD e marcada pelo recurso à chantagem, à mentira e ao catastrofismo, pela desfiguração da natureza específica das eleições legislativas (transformando-as em eleições para Primeiro-Ministro), pelo envolvimento dos mais importantes meios de comunicação social numa activa propaganda da "bipolarização" PSD-PS, pelos êxitos alcançados pelo PSD quanto ao seu propósito de incutir na consciência de importantes áreas do eleitorado uma artificial separação entre descontentamentos sectoriais e apreciação global da acção do Governo e do Primeiro-Ministro e entre interesses sociais e opções eleitorais.

4.3.20. Procurando discernir as causas ou factores que têm determinado o decréscimo de influência eleitoral do PCP e da CDU nos últimos anos, afigura-se correcto salientar, para além de muitos dos factores apontados como favoráveis ao êxito do PSD, a conjugação dos seguintes aspectos:

a) o impacto multiforme e o abalo profundo dos acontecimentos e da evolução política verificada na URSS e nos outros países do Leste europeu, a desagregação dos regimes socialistas desses países e da própria URSS, com destaque, quanto às últimas eleições legislativas, para os acontecimentos de Agosto de 91 (e a sua feroz exploração contra o PCP) que, a

três semanas do início da campanha, alteraram seriamente o clima político-eleitoral em que a pré-campanha da CDU vinha a decorrer;

b) a brutal ofensiva política e ideológica anticomunista e a gigantesca campanha de deturpações, falsificações e calúnias dirigida contra o PCP e os prejuízos causados pelas convergentes atitudes e posições públicas assumidas por um grupo fraccionista de membros do PCP, contribuindo para credibilizar os ataques dos inimigos e adversários eleitorais do Partido;

c) as profundas mutações demográficas e sociais que se têm verificado em algumas regiões de forte implantação do PCP bem como mudanças no plano dos valores, das atitudes e das aspirações que, em conjunto, representam dificuldades objectivas e subjectivas à acção do PCP e à irradiação da sua mensagem e projecto;

d) a pressão "bipolarizadora" exercida pelo PS e a sua orientação estratégica (patente designadamente quer nas legislativas de 87 quer nas de 91) de centrar os seus esforços sobretudo na captação de votos na área da CDU (e não, como seria indispensável, na área do PSD) e no objectivo de alcançar um drástico enfraquecimento eleitoral do PCP;

e) as dificuldades, limitações, deficiências e insuficiências que se registam na acção do Partido, aos mais diversos níveis;

f) a perda de perspectivas e o desânimo (causados nomeadamente pelo avanço do processo contra-revolucionário e pela falta de convergência das forças democráticas para uma alternativa) que atingiram alguns sectores do eleitorado da CDU, conduzindo à sua provável abstenção, num quadro em que merece atenta ponderação a possibilidade de nos últimos anos o aumento da abstenção atingir sobretudo as forças democráticas.

4.3.21. Apesar de diminuída, a influência eleitoral do PCP representa a existência de um núcleo sólido e coeso que sustenta firmemente os objectivos, os valores e o projecto que o PCP assume na sociedade portuguesa.

4.3.22. A recuperação e alargamento da sua base de apoio eleitoral tem de continuar inscrita entre as principais preocupações e objectivos do Partido.

4.4. A acção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu

4.4.1. A acção do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República continuou a constituir ao longo deste período um importante meio de intervenção no quadro das instituições, em conjugação com as lutas de massas e em defesa dos interesses do povo e do País.

4.4.2. Com as eleições de 6 de Outubro de 1991, o Grupo Parlamentar sofreu uma forte diminuição numérica, passando os deputados do PCP de 27 eleitos em

1987 (em 31 da CDU) para 13 (em 17 da CDU). Para essa diminuição também contribuiu a redução do número de deputados da Assembleia de 250 para 230. Só por si, essa redução, aplicada aos resultados de 1987, significaria que a CDU teria eleito menos 5 deputados.

4.4.3. Não obstante, o Grupo Parlamentar continua a desenvolver, apesar de algumas insuficiências, uma intensa actividade que lhe permitiu, por exemplo, ser o Grupo Parlamentar com maior número de iniciativas legislativas ao longo da primeira Sessão da actual Legislatura (91/92). O Grupo Parlamentar intervém em todas as áreas e em todos os debates da Assembleia, mantém regulares contactos com as populações, recebe numerosas delegações de organizações sindicais e sociais, utiliza a tribuna para dar voz às questões e reclamações populares e para desmascarar e combater a política de direita, usa os meios ao seu dispor para a fiscalização dos actos do Governo e da Administração, apresenta iniciativas e propostas tendentes à resolução dos problemas do povo e do País.

4.4.4. O Grupo Parlamentar dá assim sequência à acção desenvolvida na legislatura anterior com destaque para a batalha em torno da revisão constitucional de 1989 e da legislação que se lhe seguiu (privatizações, contra-Reforma Agrária, comunicação social) e noutros importantes processos, na luta contra o pacote laboral, o combate às desigualdades e injustiças sociais, pelo desenvolvimento regional e a regionalização, por uma política cultural adequada aos interesses do País, em defesa da soberania e independência nacionais no processo de integração europeia.

4.4.5. Na actual legislatura o Grupo Parlamentar do PCP participou em todas as grandes batalhas políticas travadas na Assembleia da República, merecendo destaque: a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o pacote laboral e contra as limitações ao direito de greve; a defesa dos direitos, liberdades e garantias em processos como o Segredo de Estado e o Acordo de Schengen; a abordagem das grandes questões sociais e regionais como nas interpelações ao Governo apresentadas pelo PCP sobre as Áreas Metropolitanas e sobre a situação dos deficientes, e noutras iniciativas como as que visavam o desagravamento do custo dos medicamentos e a revogação das taxas moderadoras; pela revogação da PGA, contra o aumento das propinas e consequente democratização do ensino; na defesa da dignidade e direitos dos militares; a defesa do poder local (particularmente durante o debate do Orçamento); propostas sobre a toxicodependência; a acção fiscalizadora sobre o Governo, como por exemplo os pedidos de inquérito sobre as privatizações e sobre a nefasta actuação do Governo na área da cultura; a luta contra a corrupção, contra a governamentalização das instituições e contribuindo para a sua dignificação; o desmascaramento da reforma da PAC e das suas pesadas consequências para os agricultores portugueses, bem como a defesa dos baldios e da floresta; a persistente acção na Assembleia da República tendo em vista a

defesa dos direitos do povo de Timor.

4.4.6. No quadro da defesa da soberania e independência nacionais, destaca-se a luta contra o Tratado de Maastricht, através de iniciativas visando a sua divulgação e debate público e a proposta de revisão constitucional para realização do Referendo, antecedendo qualquer outra revisão para conformar a Constituição ao Tratado.

4.4.7. No quadro actual e tendo presente as novas dificuldades que se lhe deparam, o Grupo Parlamentar do Partido orienta as suas acções pelas seguintes direcções fundamentais:

a) reforço da ligação dos deputados aos trabalhadores e às populações em geral, seus problemas, necessidades, aspirações e lutas, articulando a actividade institucional com a acção de massas, esta ligação deve pautar-se pelas prioridades de acção política do Partido, procurando simultaneamente a ligação aos distritos e Regiões Autónomas por onde não há eleitos comunistas;

b) utilização de todos os meios parlamentares com vista ao combate e desmascaramento da política da direita e à fiscalização persistente dos actos do Governo combatendo a governamentalização e secundarização da Assembleia da República;

c) busca da acção convergente com os grupos parlamentares e forças da oposição situados à esquerda do Governo; reforço da cooperação solidária com as forças constituintes da CDU;

d) apresentação de iniciativas que dêem resposta aos problemas do povo e do País;

e) contribuição para a afirmação pública do PCP como Partido com um projecto para a sociedade e para o Estado, um partido necessário e indispensável;

f) melhoria da divulgação da actividade e iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP.

4.4.8. A acção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu tem-se pautado pela defesa intransigente dos interesses nacionais junto das instituições comunitárias. A prática demonstra que o PCP é uma força interveniente e ouvida no Parlamento Europeu.

4.4.9. Foram elaboradas inúmeras perguntas à Comissão e ao Conselho sobre assuntos candentes em Portugal (DIALAP, discriminação no BCP, IVA sobre os livros e jornais, poluição de rios, Barragem do Alqueva, Acordos de Schengen, crise do sector têxtil, entre muitas outras).

4.4.10. Os comunistas são autores de importantes Relatórios e Pareceres sobre questões que afectam directamente o nosso povo (indústria do calçado, Acordo Multifibras, relações da Comunidade com países terceiros, Rede Europeia de Comboios de Alta Velocidade, situação das regiões, execução da reforma dos Fundos Estruturais).

4.4.11. Elaboraram e subscreveram Propostas de Resolução quer sobre assuntos nacionais, quer sobre questões internacionais no âmbito do espírito de coo-

peração e solidariedade internacionais (são disso exemplo: iniciativas sobre a linha de financiamento específica para a reestruturação da indústria têxtil, o apoio específico às regiões mais atrasadas da Comunidade, Presidência portuguesa, a rede de tráfico de estupefacientes, os atentados aos direitos do Homem na América Latina, massacres na África do Sul).

4.4.12. Participaram em dezenas de encontros contactando directamente organizações de trabalhadores, populares e sociais, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, jovens, autarcas, com o intuito de os informar e esclarecer e levar a sua voz ao Parlamento Europeu.

4.4.13. Desenvolveram intensa actividade no quadro da "Coligação de Esquerda" e junto de outros sectores democráticos do Parlamento Europeu.

4.4.14. No quadro presente, os deputados do PCP no Parlamento Europeu orientam a sua acção nas seguintes direcções:

a) aprofundamento da ligação dos deputados ao País e aos problemas que decorrem do processo de integração e da sua evolução com vista a continuar, intensificar e diversificar as iniciativas orientadas para a defesa dos interesses nacionais e, em particular, dos sectores de actividade e camadas sociais mais afectadas;

b) alargamento e intensificação das acções e contactos com deputados progressistas de outras nacionalidades, em particular com os que se opõem ou levantam sérias reservas ao Tratado de Maastricht, de forma a melhor fazer reflectir no Parlamento Europeu o sentimento de importantes sectores das populações relativamente a tal projecto de "construção europeia".

4.5. O trabalho e a luta nas autarquias

4.5.1. As eleições autárquicas de 1989 traduziram-se na reafirmação da influência e das importantes posições do PCP nos órgãos do Poder Local, confirmando plenamente o prestígio e a confiança popular conquistados pelos eleitos comunistas nas autarquias.

4.5.2. Travadas em condições políticas internacionais e nacionais adversas, e dois anos após a obtenção pelo PSD de maioria absoluta nas eleições legislativas, a conquista pela CDU da maioria em 50 municípios e em 347 freguesias, e de importantes posições noutros concelhos do País, a par da maioria obtida no quadro da Coligação «Por Lisboa» na capital do País, constituiu uma importante vitória política.

4.5.3. A obra e o trabalho prosseguidos pelos eleitos comunistas e os seus aliados da CDU no mandato em curso revelam, em termos globais, a justeza da opção dos que neles confiaram para a gestão das respectivas freguesias e concelhos.

4.5.4. Onde a CDU tem a maioria foi dada continuidade a um trabalho que se traduz num indiscutível contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida das populações:

a) consolidam-se os níveis que em muitos casos se aproximam da plena satisfação, em cobertura de infra-estruturas básicas (água, esgotos, lixos, estradas, caminhos, etc.), que colocam os municípios geridos pela CDU a uma larga distância da generalidade dos restantes e que explicam o facto de ser nos distritos de maior influência do PCP (Évora, Setúbal, Beja) que se registam as mais baixas taxas de mortalidade infantil verificadas no País;

b) diversifica-se e amplia-se a actividade sociocultural, democratizando e massificando a prática desportiva, estimulando o movimento associativo, apoiando a difusão e o surgimento de novos agentes culturais, prestando uma crescente atenção à infância e juventude, à ligação da escola ao meio, à intervenção junto dos idosos;

c) prossegue o trabalho de planeamento participativo conducente a uma gestão urbanística e ao desenvolvimento harmonioso e integrado do território dos concelhos;

d) mantém-se e reforça-se a atenção e o contributo dado para o desenvolvimento económico local, valorizando as potencialidades turísticas, incentivando a fixação e dinamização dos agentes económicos promovendo as actividades económicas em geral.

4.5.5. O balanço geral positivo da acção dos eleitos comunistas não elimina a verificação dos atrasos e dificuldades encontrados para dar resposta a novos problemas e solicitações que o ataque do Governo às autarquias e a evolução das aspirações e grau de exigências das populações vêm colocando à gestão, em particular devido ao peso da burocracia, às carências financeiras, à canalização de vultuosos recursos e atenções para grandes obras comparticipadas, com menor atenção às pequenas obras e questões de menor dimensão.

4.5.6. Os eleitos do PCP e da CDU conseguiram um justo reconhecimento da sua actividade como sendo caracterizada pelo "Trabalho, honestidade, competência".

4.5.7. Só uma permanente atenção pode manter e reafirmar estas características, assegurar a rejeição dos benefícios e vantagens que o poder faculta e garantir que o esforço e dedicação à resolução dos problemas das populações assegurem uma gestão participada, eficaz e eficiente.

4.5.8. A Coligação «Por Lisboa» constitui uma nova experiência na gestão autárquica. Derrubando preconceitos, a coligação não só revelou ser possível a cooperação entre comunistas e socialistas, como demonstrou que ela é em si mesma um factor de alargamento e não de redução do apoio eleitoral de sectores democráticos da população. Sem o apagamento das diferenças e da afirmação própria da sua identidade, os eleitos comunis-

tas têm dado um contributo decisivo para uma gestão que, rompendo com uma década ruínosa de governação de direita, vem lançando as bases de uma política capaz de modernizar Lisboa e melhor cuidar das condições de vida da sua população, afirmando uma clara superioridade em relação à gestão da direita. Persistem, no entanto, dificuldades de valorização e divulgação desse contributo, no quadro da cooperação colegial e construtiva que caracteriza a intervenção dos comunistas.

4.5.9. Em minoria, a acção dos eleitos comunistas têm-se traduzido num importante contributo para a gestão em todos os locais onde lhe estão atribuídas responsabilidades e numa firme postura em defesa dos interesses populares e na denúncia de práticas menos sérias e eficazes de gestão.

4.5.10. Rejeitando posições de cega oposição e sempre disponíveis para trabalhar em defesa dos interesses da população, os eleitos da CDU confirmam-se, mesmo em minoria, como uma força necessária e indispensável.

4.5.11. Subsiste porém, em geral, uma insuficiente linha de informação do trabalho desenvolvido nas situações de minoria que não tem permitido identificar e valorizar junto das populações o contributo dado pelos eleitos comunistas, favorecendo assim a capitalização política do trabalho realizado em favor da força que detém a presidência da autarquia.

4.5.12. O êxito do trabalho dos eleitos comunistas têm assentado num estilo de gestão marcado por uma estreita ligação às populações, pela identificação com os seus principais problemas e aspirações, pelo estímulo à participação e intervenção dos cidadãos e pela abertura e diálogo com todos os eleitos que constituem traços distintivos da forma de exercer o poder.

4.5.13. A participação de massas continua a constituir uma característica essencial do estilo de gestão dos eleitos do PCP e da CDU. Aparecendo mesmo casos de cooperação e participação mais profunda na gestão. Regista-se, no entanto, em outros casos uma tendência para a redução da componente de massas na gestão em favor de uma crescente absorção pelo trabalho nos gabinetes e com contactos no exterior do concelho, que importa compatibilizar com o aprofundamento da participação e contactos com as populações.

4.5.14. Têm-se acentuado os efeitos da política do Governo PSD contra o Poder Local. Centralista e autoritário, o Governo, a par do bloqueio à regionalização, desenvolve uma ampla ofensiva contra a autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, que se traduz nomeadamente: na asfixia financeira dos municípios retirando verbas que lhes são legalmente devidas e impondo novos encargos; na tentativa de reposição dos velhos esquemas de subsídios e comparticipações; na imposição de encargos às autarquias com investimentos que cabem ao Governo, com a chantagem de que só serão feitos se as autarquias comparticiparem com terrenos ou verbas; no bloqueio à reforma e medidas de valorização e dignificação das freguesias; na imposição de novas limitações e dificuldades à fixação dos trabalha-

dores na Administração Local; na crescente ingerência e usurpação de competências das autarquias; na manipulação e instrumentalização dos mecanismos de tutela; na redução da democraticidade e colegialidade dos órgãos autárquicos com a presidencialização dos órgãos municipais e redução dos poderes dos órgãos deliberativos.

4.5.15. O princípio estatutário do PCP de que os eleitos comunistas não devem ser beneficiados ou prejudicados pelo exercício de cargos públicos constitui um exemplo de isenção no desempenho dos seus mandatos, de não aproveitamento pessoal dos lugares públicos que ocupam e de dedicação aos interesses das populações. Fruto deste princípio, a Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (PL-AECOD), tem apoiado numerosas Juntas de Freguesias, colectividades e associações populares que a ela se têm dirigido solicitando a contribuição para várias obras, melhoramentos e realizações. Permanece, no entanto, um significativo número de casos de não cumprimento deste princípio, que não podem deixar de merecer consideração como um dos critérios de avaliação de quadros, com repercussão na escolha dos próximos colectivos a eleger em 1993.

4.5.16. Os últimos anos confirmaram o PCP como a força mais conseqüente em defesa do Poder Local.

4.5.17. Em cada autarquia e junto das populações, nas Associações Nacionais de Municípios e de Freguesias, cooperando e lutando com outros eleitos pela consagração das principais reivindicações das autarquias, na denúncia dos principais atropelos cometidos pelo Governo, na apresentação de propostas e iniciativas de reforço do Poder Local.

4.5.18. Na Assembleia da República, através da apresentação do mais vasto conjunto de projectos de lei que correspondem às actuais necessidades para uma gestão eficaz do Poder Local, e no regular pedido de ratificação de decretos-lei do Governo que ferem os interesses das autarquias.

4.5.19. Destacam-se pelo seu significado as iniciativas legislativas em matéria de regionalização, de dignificação do papel das freguesias e de reforço da operacionalidade dos executivos municipais e do papel dos órgãos deliberativos.

4.5.20. Criadas em 1991 e instituídas já este ano, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto constituem uma nova realidade institucional. Ainda que com competências e poderes efectivos reduzidos, as Áreas Metropolitanas representam um novo espaço de intervenção onde os eleitos comunistas são chamados a exercer importantes responsabilidades, particularmente em Lisboa onde detêm a maioria na Junta Metropolitana e as presidências da Junta e da Assembleia Metropolitana.

4.6. O papel decisivo do PCP nos quatro anos de resistência e luta

4.6.1. No período decorrido desde o XII Congresso o PCP desempenhou, sempre com os trabalhadores e as

massas populares, um papel decisivo na resistência social e política aos objectivos da direita e assumiu-se como o mais activo impulsor da luta por uma viragem democrática na situação nacional.

4.6.2. São de salientar:

a) a firmeza e determinação demonstradas pelo Partido em condições nacionais e internacionais particularmente desfavoráveis e o acerto do fundamental das análises e previsões do PCP e a significativa influência que os comunistas exerceram na vida nacional, quer através da ligação directa do partido aos trabalhadores e às massas populares, quer dos seus membros que participam activamente nos movimentos e organizações de massas;

b) o valor da associação, pelo Partido, da crítica, do desmascaramento, da firme oposição e da luta contra a política do Governo, ao estudo, elaboração e defesa de orientações e propostas para a resolução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do País;

c) a importância da orientação unitária e do trabalho persistente desenvolvido pelo Partido, tanto no sentido da aliança das forças sociais cujos interesses estão a ser feridos pela política de direita, como da acção comum ou convergente dos democratas, contra o Governo PSD e por uma alternativa democrática;

d) a capacidade de combinar esta actividade constante e perseverante a favor da unidade democrática com a crítica às posições capitulacionistas, colaboracionistas e de aliança com o PSD e a direita em que incorreu o PS em muitos momentos, em questões e matérias capitais.

4.6.3. A intervenção política directa do PCP constitui uma componente fundamental do papel desempenhado pelos comunistas na sociedade portuguesa nos últimos quatro anos.

4.6.4. A intervenção directa do Partido, para além da estreita ligação às movimentações sociais e à acção nas instituições, traduziu-se numa valiosa actividade no domínio da elaboração, proposta e defesa de orientações políticas democráticas, nas mais variadas áreas e sectores, em contraposição às políticas de direita e aos interesses por elas defendidos.

4.6.5. A intensa intervenção política, a capacidade de análise da situação e problemas da sociedade portuguesa e dos desafios com que está confrontada, e a formulação de orientações que integram e definem uma política democrática alternativa, tornaram possível que o Partido exercesse uma influência que excedeu significativamente a sua base política e eleitoral próprias. Contribuíram, também, para a afirmação e o prestígio da acção partidária. E asseguraram, no plano político e ideológico, uma ligação coerente entre a resistência política à direita, os valores da participação popular na construção democrática do País e a acumulação de condições para uma viragem democrática na situação nacional.

4.6.6. O PCP, pelos objectivos que proclamou e pela sua intervenção, opôs-se à política espectáculo, ao crescente distanciamento do exercício do poder político do controlo democrático dos cidadãos, à governamentalização do regime, ao alastramento do clientelismo e da corrupção, que têm crescentemente contribuído para a degradação da vida democrática.

4.6.7. O PCP assumiu firmemente a reclamação do respeito pelo funcionamento do regime democrático consagrado na Constituição e defendeu o exercício pleno dos direitos de cidadania que, a par das funções da democracia representativa, se traduzem por uma muito mais activa e constante participação de todos os portugueses na vida política nacional.

4.6.8. Pela sua intervenção política directa, o PCP assumiu-se como parte activa e criadora na construção democrática do País que, apesar da política do Governo e contra ela, próssegue num quadro marcado pelas realidades e aspirações do processo democrático iniciado com o 25 de Abril.

4.6.9. O PCP, pela sua intervenção própria, confirmou-se e afirmou-se como um partido com um projecto de desenvolvimento nacional para um Portugal melhor e mais progressista, correspondente aos interesses do povo e do País e com um programa de construção de uma verdadeira democracia - uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural. Um grande Partido de luta, de resistência, de proposta, de construção e de projecto.

5.

As forças da democracia e a necessidade da sua unidade e convergência

5.0. Introdução

5.0.1. Os processos socioeconómicos em desenvolvimento na última década, a ofensiva de direita contra as conquistas democráticas, a restauração do capitalismo monopolista, o aprofundamento do processo integracionista, produzem profundas mutações na sociedade portuguesa, incluindo uma extraordinária polarização social, acentuam as contradições e confrontações sociais e políticas.

5.0.2. A vasta frente social e de luta expressa em numerosas acções convergentes ou simplesmente coincidentes confirmam que se amplia o leque de forças e camadas sociais atingidas pela política de classe do PSD ao serviço de novos e velhos grupos monopolistas.

5.0.3. A frente social que se opõe à política de direita assenta numa rede muito diversificada de estruturas orgânicas, imprescindíveis para a dinamização e coesão da sua intervenção.

5.0.4. A perspectiva para uma alternativa democrática passa pelo reforço da aliança social das camadas antimonopolistas e pela expressão política em eleições dessa aliança.

5.0.5. A influência social, política e eleitoral do PCP, a força mais consequente, mais coerente e combativa da oposição e que incansavelmente se bate pela unidade das forças democráticas, é indispensável para se alcançar uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

5.1. A arrumação das forças de classe

5.1.1. Como se assinalou no XII Congresso, "o estudo rigoroso e uma reflexão aprofundada sobre o conjunto das principais mutações em curso na sociedade portuguesa", são um imperativo de grande importância "no quadro do desenvolvimento da intervenção do Partido e das suas organizações". No entanto, continuam a verificar-se debilidades e atrasos no desenvolvimento das linhas teóricas e na metodologia da abordagem destes problemas, na confrontação dos poucos estudos dispersos que vão sendo produzidos com o conhecimento decor-

rente da intervenção política e social do Partido e no debate colectivo sobre estas matérias. No quadro dessa constatação, mas também tendo em conta a ausência de publicação de estudos recentes sobre a realidade social portuguesa, a fragilidade do aparelho estatístico oficial - ainda não estão disponíveis os dados completos do Censos/91 - e, fundamentalmente, a situação de grande mobilidade da estrutura económica e social portuguesas, as análises e conclusões avançadas devem ser consideradas como grandes linhas de abordagem da realidade social portuguesa, sem pretensões a um julgamento definitivo, pontos de partida para análises mais completas e integradas, a realizar obrigatoriamente pelo colectivo partidário.

5.1.2. Quatro processos socioeconómicos, já assinalados no XII e XIII Congressos, continuaram a enquadrar e provocar alterações e mutações profundas na sociedade portuguesa desta última década: o processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista - privatizações, liquidação da Reforma Agrária; o processo de inserção da economia portuguesa na dinâmica de acumulação e divisão internacional do trabalho e, em particular, a sua integração nas Comunidades Europeias; o processo da revolução científica e tecnológica, e em especial o início da revolução informacional nos processos produtivos; o processo de reconsideração e reposicionamento do Estado no capitalismo monopolista, como instrumento dos interesses do capital e de manutenção reforçada do domínio económico, político, militar e ideológico do imperialismo.

5.1.3. A primeira e mais importante conclusão que pode ser extraída dos dados disponíveis é a continuação do desenvolvimento de uma profunda estratificação social, que se acentua, diversifica e polariza. Estratificação que se desenvolve em torno de dois pólos:

a) o pólo do grande capital, de uma grande burguesia reconstruída e renovada, pouco numerosa, intimamente ligada ao capital transnacional, beneficiária exclusiva do processo de recuperação e restauração capitalista e latifundista e da actividade especulativa e que readquiriu, em tempo relativamente curto, um enorme poderio económico, mas também político e ideológico;

b) o **pólo dos assalariados**, a massa crescente dos que vendem a força de trabalho, hoje mais de 70% da população activa, e que integra o bloco da classe operária numericamente estável na última década mas em perda de peso relativo, a proletarização crescente de diversos sectores da população activa e a forte progressão dos assalariados dos "serviços".

5.1.4. É ainda expressão visível e coerente com a progressão das relações capitalistas, o desenvolvimento da chamada economia subterrânea e a consolidação na sociedade portuguesa de **uma massa de excluídos**, novos pobres, os afastados precocemente do mercado de trabalho por falta de qualificação ou idade, os pensionistas e reformados com pensões de miséria, e outros.

5.1.5. Observa-se nas três últimas décadas um conjunto de tendências no evoluir da estrutura social: terciarização, declínio das classes e camadas ligadas à agricultura, crescimento e depois estagnação relativa (última década) do emprego no sector industrial, envelhecimento, feminização da população activa e, em termos de ocupação do território, urbanização e litoralização.

5.1.6. Verifica-se o claro recuo do sector primário, a quase estagnação do "secundário" e um progresso nítido do "terciário", o que de outra perspectiva se poderia traduzir por uma contracção dos sectores "produtivos" e uma expansão dos sectores "improdutivos". Estes movimentos globais escondem no entanto profundas diferenciações internas e uma ainda real quase estagnação da estrutura produtiva portuguesa.

5.1.7. No sector primário (excluindo a indústria extractiva) a agricultura mas também as pescas, onde progride a industrialização, sofrem um enquadramento cada vez mais cerrado, a montante e a jusante das suas actividades produtivas, envolvidas numa rede intrincada de relações de dependência económica e tecnológica, com o consumo de produtos industriais e a utilização de serviços.

5.1.8. No sector secundário assistimos ao início de uma verdadeira revolução, pela introdução de novas tecnologias, de aperfeiçoadas estratégias de organização e gestão e pela crescente compenetração com os serviços. Começa a utilização de novas máquinas programadas, sistemas integrados computadorizados, equipamentos robotizados nas cadeias produtivas - elementos da revolução informacional -, assim como de novos materiais, das biotecnologias, métodos de economia da energia e energias renováveis. A organização da produção, desde a concepção e projecto e a gestão do processo produtivo, até à realização do seu escoamento, são profundamente alterados, com recurso também à informática. Parte grossa da expansão do terciário deve-se à absorção crescente pelo sector secundário de "produtos" dos serviços.

5.1.9. O terciário assume uma função decisiva no sucesso económico dos sectores produtivos, através das especializações desenvolvidas em serviços que a indústria foi "expulsando", "externalizando", ou que o desen-

volvimento tecnológico tornou imprescindível, ou ainda dos "novos produtos" como o *leasing*, os programas, as bases de dados.

5.1.10. Todos estes fenómenos, ligados fundamentalmente ao início da revolução informacional, devem contudo ser avaliados e considerados na sua devida extensão e penetração na formação socioeconómica portuguesa. As linhas de mudança encontram-se no entanto em desenvolvimento e há que determinar e acompanhar os seus efeitos. A principal é a alteração da fronteira "produtivo/improdutivo", e as consequências desse facto para a evolução da composição e estrutura das classes e camadas sociais.

5.1.11. O envelhecimento da população portuguesa está no fundamental ligado ao decréscimo da taxa de natalidade e a um ligeiro crescimento da esperança de vida. Mas cabe referir uma insuficiente redução da taxa de mortalidade infantil, a continuação de uma emigração de mão-de-obra jovem e a não verificação de um retorno de jovens emigrantes (1ª e 2ª geração).

5.1.12. A acentuação nos últimos anos da **participação das mulheres** na actividade económica tem uma evidente natureza estrutural, evidenciada numa taxa de actividade feminina que passou em 30 anos de 17% para mais de 40%, com uma taxa de crescimento do emprego feminino claramente superior à dos homens.

5.1.13. O processo de urbanização continuou a desenvolver-se polarizado nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Prosseguiu também o crescimento de um ou mais pólos urbanos, além da capital nos distritos do interior, agravando-se o esvaziamento da população activa dos meios rurais, provocando diferenciações acrescidas dentro das próprias regiões.

5.1.14. O processo de litoralização e desertificação, entendido como a concentração de actividades e de pessoas na faixa do litoral, também progrediu, enquanto se diferenciavam na faixa interior duas áreas: a área fronteiriça cada vez mais desertificada, empobrecida de gente, e uma área intermédia com perdas mais reduzidas da sua população.

5.1.15. A redução do número de trabalhadores na produção material nas sociedades capitalistas desenvolvidas, liga-se a dois processos, mutuamente dependentes:

a) A mundialização das relações capitalistas leva a que os dois pólos de relação capital/trabalho não sejam separados pelas fronteiras políticas do Estado. O início da revolução informacional nos países da tríade capitalista (EUA/CEE/Japão) e em algumas das suas periferias, coincide, por via da mundialização do modo de produção capitalista, com fases diversas de uma "revolução industrial", aprofundamento e "renovação" de situações neocoloniais dos países do Terceiro Mundo, proletarizando massas crescentes desses povos. A expansão da dinâmica capitalista multinacional nos países ex-socialistas só fará engrossar as fileiras dessa massa de trabalhadores dos

sectores produtivos. Segundo as estatísticas da ONU e da OIT, em 1960 o número de activos industriais podia ser avaliado aproximadamente em 250 milhões, para o conjunto do mundo. Trinta anos mais tarde recenseiam-se mais de 450 milhões, ou seja, perto de duas vezes mais. Isto sem contabilizar o proletariado agrícola.

b) Por outro lado, a multiplicação de serviços (como no ensino e saúde, para responder a crescentes necessidades das populações e das novas exigências do processo produtivo; ou nos que se ligam à esfera financeira, de economia e gestão do processo de realização da mais valia, etc.) e a revolução nas forças produtivas determinadas pela crescente aplicação da informática no próprio processo da produção, levaram ao crescimento em flecha dos trabalhadores do terciário, que absorve grande parte da nova força de trabalho que chega ao mercado, e recupera, parcialmente, efectivos "expulsos" pelo sector primário e sector secundário.

5.1.16. Grande parte desses trabalhadores vai trabalhar em "serviços" especializados, integrados na cadeia de produção material, e fazendo portanto parte do "trabalhador colectivo" que hoje produz mercadoria.

5.1.17. A revolução informacional (informatização, robots, sistemas integrados computadorizados) no sistema produtivo tem duas consequências maiores:

a) acréscimos significativos da produtividade e portanto a necessidade de menos trabalhadores se para o mesmo volume de produção os restantes continuam com a mesma duração do tempo de trabalho);

b) alteração nas relações que cada assalariado tem com o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, mexendo na "natureza operária" dos assalariados da produção material.

5.1.18. Considerando a classe operária fundamentalmente como o conjunto dos trabalhadores assalariados em que é dominante o trabalho directamente produtivo, exercendo a sua actividade nas esferas económicas de produção material, onde não desempenham funções hierárquicas de direcção ou de mera vigilância no enquadramento de outros trabalhadores, são de evitar as seguintes posições:

a) uma visão estática, fixada em certas etapas do passado, da classe operária, limitando-a a certos perfis socioprofissionais e socioculturais e/ou identificando a classe operária com trabalhadores manuais;

b) a anulação da diferença entre classe operária e trabalhadores de serviços, entre trabalhadores produtivos de mais valia e trabalhadores explorados mas "improdutivos do ponto de vista da mais valia";

c) uma ampliação lata e indiscriminada pela integração na classe operária de todos os quadros técnicos e científicos ou todos os assalariados do terciário.

5.1.19. A consideração desta questão em Portugal coloca a necessidade de uma avaliação prévia sobre o grau de penetração no sistema produtivo português das "novas tecnologias", particularmente dos sistemas de automatização e informatização.

5.1.20. Verifica-se, de acordo com um estudo oficial, que na estrutura industrial portuguesa em que domina o equipamento da geração electromecânica, é reduzida a presença dos equipamentos baseados nas "novas tecnologias" e que a situação apenas melhora relativamente aos equipamentos das actividades administrativas, de informação e comunicação.

5.1.21. Outro dado que interessa reter é que embora o emprego de quadros técnicos de formação média e superior tenha progredido 4,2% em 1974 para mais de 10% no final da década de 80, a análise sectorial mostra a sua elevada concentração na administração pública e a diminuta presença dessa mão-de-obra de elevada formação científica e tecnológica no tecido produtivo português.

5.1.22. A classe operária, segundo uma visão restritiva e "clássica", ainda mantém assim um peso dominante na vida económica portuguesa:

a) O proletariado industrial português cresce significativamente na década de 70 (350 mil) após a estagnação na década de 60, atingindo o volume de cerca de 1 milhão e 300 mil, e constituindo 36% da população activa e 52% da massa de assalariados; na década de 80 terá continuado o crescimento, embora a um ritmo inferior, atingindo no final da década aproximadamente 1 milhão e 500 mil. Contudo o seu peso relativo na população activa e na massa dos assalariados deverá ter descido para cerca de 34% e 49%, respectivamente.

b) O proletariado agrícola reduz-se a metade na década de 60, o mesmo aconteceu na de 70, tendência que persistiu na década de 80, reduzindo o seu efectivo a cerca de 150 mil trabalhadores. O seu peso na massa dos assalariados dos sectores produtivos terá descido de 15,7% em 81 para 8,1% em 91, e na população activa, de 7,2% para 3%.

c) Também o número de assalariados nas actividades piscatórias tem decrescido significativamente, tendo-se verificado, entre 85 e 90, uma alteração de 35 000 para cerca de 24 000, isto é, menos 31%.

5.1.23. Ou seja, em síntese, a classe operária pertencente à população activa e considerada como um bloco deve ter atingido a última década do século com um efectivo de cerca de 1 milhão 650 mil trabalhadores, representando aproximadamente 37% da população activa e cerca de 53% dos assalariados.

5.1.24. Mas, como devemos integrar na classe operária os assalariados que são operários trabalhando em sectores de serviços (comércio, restaurantes e hotéis, administração pública e outros), então o actual efectivo da classe operária portuguesa será ainda superior ao

número referido acima. Refira-se que só na administração pública (central e local) trabalham 45 mil operários.

5.1.25. Com as características do desenvolvimento do capitalismo resultante da revolução científico-técnica e das novas tecnologias, observam-se mudanças qualitativas no seio da classe operária que afectam a sua composição e identidade de classe.

5.1.26. A "nova ordem produtiva capitalista", que persegue sempre o velho objectivo da maximização das taxas de lucro e que o capital pretende impor pelas reestruturações e reorganizações empresarias ("deslocalização", subcontratação, filiação, "externalização"), progride e expande-se com contornos diversificados segundo as empresas, os ramos e a situação das economias capitalistas.

5.1.27. A "nova ordem" apresenta quatro novidades: novas tecnologias; novas formas de organização do processo de trabalho (difusão espacial das unidades produtivas, maior fluidez da cadeia produtiva e flexibilização do sistema produtivo); novas formas de contrato de trabalho; e nova disciplina e hierarquia nas empresas.

5.1.28. A "nova ordem produtiva" em Portugal tende desde já a diferenciar na classe operária três grandes grupos: assalariados com trabalho relativamente estável (embora ameaçado); trabalhadores precarizados (sem contrato, falsos trabalhadores por conta própria, com "recibo verde", sazonais, estagiários, etc.); e uma massa crescente de excluídos do trabalho (idosos, trabalhadores menos qualificados, jovens sem qualificação, etc.).

5.1.29. Esta evolução denuncia uma crise estrutural nas relações laborais e profundas mudanças na composição técnica, identidade social e unidade política do proletariado. Agrava-se a concorrência e a desigualdade e são afectadas redes de sociabilidade e solidariedade e sentimentos de pertença e unidade de classe.

5.1.30. Classes e camadas intermédias - estes conceitos de classes e camadas intermédias pretendem traduzir o posicionamento de agrupamentos sociais entre as classes fundamentais: classe operária e burguesia. Correspondem a agrupamentos que ou constituem autênticas classes sociais - caso da pequena burguesia - ou são camadas ocupando posições de classe heterogéneas.

5.1.31. O número de assalariados dos serviços pertencendo a camadas intermédias, uns mais próximos da classe operária, outros da pequena burguesia e mesmo da média e grande burguesia, continuou a crescer na última década a um elevado ritmo, atingindo 47% da massa assalariada e 32% da população activa nos fins dos anos 90, evolução que ilustra significativamente as mudanças na economia portuguesa.

5.1.32. No Comércio, Restaurantes e Hotéis (12% da massa assalariada) verificou-se, no período de 85/90, um acréscimo de 95 mil efectivos, ou seja, mais 32%. Na Banca, Seguros, Operações sobre Imóveis e Serviços a Empresas (6% da massa assalariada) verificou-se um

acréscimo significativo de efectivos, mais 81 mil, com um crescimento global de 82%. Na Administração Pública (10% da massa assalariada) o crescimento de efectivos, mais 48 mil, não afectou o peso relativo deste sector na massa global dos assalariados. Nos Serviços de Saúde e Educação (14% da massa assalariada) os efectivos terão crescido em cerca de 50 mil (mais 12,5%), mantendo o seu peso relativo na massa dos assalariados (14%), o que dá bem conta do carácter da política social do Governo PSD, cada vez mais restritiva e incapaz de dar resposta às necessidades dos portugueses nestas importantes áreas da vida nacional. Nos serviços prestados às colectividades sociais e pessoais (5% da massa assalariada) verifica-se um acréscimo de 27 mil efectivos (mais 20%), concentrando-se o crescimento no subsector dos serviços de limpeza.

5.1.33. Nestas camadas processa-se uma massificação crescente e generalizada: algumas grandes concentrações de assalariados, sobretudo no sector público, homogeneização dos seus estatutos e rendimentos e a precarização das relações laborais. Mas o mais significativo são as alterações no trabalho, provocadas pela penetração nos serviços da revolução informacional (burótica e telemática): a standardização e normalização, a decomposição de funções em tarefas, a repetitividade, a rotina e a desqualificação, a introdução de critérios de produtividade, o que as aproxima das condições de trabalho dos operários. E se for tido em conta o nível dos seus rendimentos, salários e formação escolar, o horário e duração do trabalho, os seus comportamentos e aspirações, e até as suas posições sociais, ideológicas e políticas, para lá dos que são mesmo operários, uma grossa fatia daquelas camadas pode ser considerada como fazendo parte da classe operária.

5.1.34. Os intelectuais constituem um grupo social integrando indivíduos pertencentes a diversas classes e camadas sociais, mas que eram agrupados tendo em conta a sua actividade específica: o trabalho predominantemente intelectual, pelo seu papel fundamental na ordem cultural, e/ou pela suas relações específicas com as técnicas.

5.1.35. Globalmente são hoje mais de 500 mil, cerca de 11% da população activa, dos quais mais de 350 mil são assalariados (11% da massa global assalariada) e cerca de 150 mil trabalhadores por conta própria, patrões ou isolados.

5.1.36. Os grandes grupos são os professores, com mais de 150 mil efectivos, os médicos, com cerca de 30 mil, e os quadros superiores no sector privado, dos quais cerca de 15 mil trabalham em 100 grandes empresas.

5.1.37. Pelo seu papel central na revolução científica e tecnológica em curso, pela sua insubstituível acção na formação da mão-de-obra qualificada, pela sua actividade imprescindível em sectores como a saúde e outros, os intelectuais e quadros técnicos têm hoje uma acrescida importância económica, social e política.

5.1.38. No entanto, grande parte deste grupo, pela sua origem social, pelo nível e a origem dos seus

rendimentos, pelo seu papel hierárquico nas empresas, que se amorteceu mas não desapareceu completamente, hábitos, comportamentos e aspirações; pelas suas ligações com outras camadas da média e grande burguesia, onde aliás alguns se integram, estas camadas diferenciam-se em geral política e ideologicamente da classe operária e dos assalariados dos serviços. Os esforços de hegemonização ideológica das forças produtivas burguesas têm procurado que os intelectuais sejam um dos principais suportes da ideologia da "classe média" e dos temas da sociedade "pós-industrial". Mas esta situação não nos deve fazer esquecer o nexo decisivo do "assalariamento", a integração "objectiva" de muitos deles na classe operária por pertença ao "trabalhador colectivo" produtor de mais valia, assim como uma intervenção directa na produção; pelo nível salarial desvalorizado e a desqualificação profissional de alguns dos seus sectores; e a verificação crescente de fenómenos como a precarização do vínculo de trabalho (mais de 10% dos quadros assalariados por conta de outrém em 1990), factores que constituem condições objectivas e potencialidades para a efectiva aproximação desta camada com os outros trabalhadores, o que é bem evidenciado pelo desenvolvimento de numerosas lutas convergentes ou integradas na frente social da luta dos trabalhadores portugueses.

5.1.39. Pequena burguesia - a classe social habitualmente identificada por pequena burguesia é constituída por um conjunto diversificado de camadas intermédias não assalariadas. Trabalhadores por conta própria, possuindo meios de produção, utilizando fundamentalmente a mão-de-obra familiar e o recurso regular ou excepcional a um número reduzido de assalariados. O processo de recuperação capitalista vem eliminando e decompondo um número significativo de proprietários, empresários agrícolas, do comércio e da indústria, mas simultaneamente vem fazendo crescer um conjunto importante de trabalhadores por conta própria, pequenos e médios empresários.

5.1.40. Segundo as estatísticas oficiais entre 1983 e 1989 o campesinato (agricultores isolados e familiares não remunerados) teve um decréscimo de cerca de 100 mil elementos (cerca de 15%) passando de 715 850 para 609 700, tendo porém o seu peso na população activa agrícola passado de 77,7% para 80,9%. A importância do campesinato na população activa agrícola evidencia o peso da agricultura familiar na economia do sector agrícola, caracterizando-se porém por uma acentuada heterogeneidade social, reflexo do profundo processo de diferenciação e decomposição que hoje atravessa a pequena exploração.

5.1.41. O campesinato constitui uma camada social caracterizada por uma situação de crescente pluriactividade assumindo a função de reserva de trabalho: do total de membros do agregado familiar dos agricultores, cerca de 23% trabalha na agricultura, 1% na pesca, 21% na indústria, 15% na construção civil e obras

públicas, 8% no comércio e hotelaria, 32% noutras actividades.

5.1.42. O crescimento numericamente significativo dos **trabalhadores por conta própria**, no "secundário" e no "terciário", compensando a redução no "primário", atinge a partir de 1990 o número extraordinário de 400 mil, o que oculta situações e realidades classistas bastante diferenciadas.

5.1.43. Oculta, por exemplo, um número importante de verdadeiros assalariados forçados ao trabalho à "peça", ao "metro", à "empreitada" resolvendo assim problemas de falta de emprego, de subemprego ou de desemprego compulsivo.

5.1.44. A progressão global do número de pequenos e médios patrões corresponde à estratégia conhecida das camadas dominantes criarem uma almofada entre o proletariado e a burguesia, e traduz em grande parte a situação de "capatazes" a trabalhar por conta própria sob as encomendas das empresas mãe.

5.1.45. Essas camadas, ocupando uma posição de classe fortemente contraditória - por um lado sob a dependência acrescida do grande patronato e do Governo (subcontratação, encomendas, crédito, fundos comunitários), por outro, "cilindradas" pelo processo objectivo de centralização e concentração do capital - vivem uma profunda instabilidade económica e social, que deve ser compreendida para que se concretize a sua convergência com outras camadas não monopolistas. Isso significa perceber os seus interesses específicos e as suas dinâmicas sociais, sem abdicar de uma perspectiva de classe.

5.1.46. Nos grupos sociais estatisticamente classificados inactivos, destacam-se os reformados, os estudantes e as domésticas.

5.1.47. Os reformados podem dividir-se em dois grandes grupos: o de base urbana, fundamentalmente ligado à classe operária e a outros trabalhadores, e o de base rural, principalmente vindo do proletariado agrícola e do pequeno e médio campesinato.

5.1.48. Verifica-se um elevado crescimento numérico deste grupo, com a perspectiva de se atingir o ano 2000 com um reformado por cada 2 activos.

5.1.49. Os estudantes, com um peso global de quase 1 milhão e 800 mil cidadãos em 1990, encontram-se divididos em dois grandes grupos: os de menos de 12 anos, cerca de 800 mil e os de mais de 12 anos, ultrapassam o milhão de indivíduos, tendendo ainda a crescer nos próximos anos.

5.1.50. As domésticas, em perda de peso relativo, atingem ainda cerca de 900 mil (98,5% de mulheres).

5.1.51. Do ponto de vista de classe, estes grupos sociais economicamente inactivos estão em geral diversificados consoante as respectivas origens sociais quando activos e os grupos familiares em que se encontram integrados.

5.1.52. No seio da burguesia, alarga-se um fosso entre a oligarquia financeira (composta pelos dirigentes

dos grande grupos monopolistas em ascensão e reconstrução) e a pequena e média burguesia. Refiram-se os choques entre alguns "capitães da indústria" "nascidos" no pós-25 de Abril e o apoio privilegiado que a política de direita vem dando a sectores financeiros, dominados por velhos ex-monopolistas, no processo de privatizações e na repartição do bolo dos fundos comunitários.

5.1.53. A penetração do capital multinacional desenvolve também significativas tensões pela preferência dada pelo Governo PSD a alguns grupos multinacionais e traduzida em vultuosas dádivas a fundo perdido, vantagens fiscais e facilidades na aquisição do sector público, em prejuízo do pequeno e médio capital de base nacional.

5.1.54. A multiplicação dos processos da subcontratação, filiação, trabalho em *régie*, e as *joint ventures*, serão também, no médio prazo frentes de confrontação e fissuras entre o grande capital (nacional e/ou estrangeiro) e os pequenos e médios industriais.

5.1.55. São expressão evidente destas divisões as confrontações a que vimos assistindo nas associações e confederações do grande patronato: as reivindicações do comércio retalhista na CCP, algumas dissidências na CAP, os choques entre a AIPortuense (sector têxtil e do calçado) e a CIP.

5.2. A política de classe do Governo PSD e a política de alianças do PCP

5.2.1. A natureza de classe da política de direita manifesta-se no próprio processo de conhecimento da realidade social. Uma persistente, manipulação de critérios e dados estatísticos procura ajustar a realidade ao discurso oficial, já que o discurso oficial se distancia da realidade.

5.2.2. A política do Governo PSD, tendo como objectivo de fundo a recuperação capitalista e imperialista, desenvolveu-se sempre com um conteúdo marcadamente de classe.

5.2.3. Política de classe em todo o processo de privatizações, transferindo a propriedade social de todos os portugueses para meia dúzia de velhos e novos monopolistas.

5.2.4. Política de classe na destruição da Reforma Agrária, preferindo aos trabalhadores da terra, que criaram uma nova realidade económica e social, os interesses parasitários e ociosos dos velhos senhores do latifúndio.

5.2.5. Política de classe em toda a produção legislativa, de que se destaca, pelo seu carácter fortemente classista e defensor da exploração capitalista, a ofensiva contra a legislação laboral, sobre os despedimentos, a lei da greve, etc..

5.2.6. Política de classe na distribuição do rendimento nacional, em que cresceu a parte apropriada pelo capital enquanto baixa a parte recebida pelo trabalho.

5.2.7. Política de classe na aplicação dos fundos comunitários em que os grandes capitalistas e proprietários ficam escandalosamente beneficiados e apoiados com os fundos agrícolas do PEDAP, dos Regulamentos (CEE) 797 e 355, com os fundos para as pescas, com os fundos do PEDIP e para a indústria e o comércio, e até na distribuição dos fundos do FEDER.

5.2.8. Política de classe no acesso crescentemente selectivo ao ensino, à saúde e aos bens culturais, quer pela degradação dos serviços públicos e/ou estabelecimento de filtros económicas (proprinas, taxas moderadoras, etc.) quer pelo processo de privatização de estabelecimentos de serviços públicos ou pelo grande apoio aos sectores privados.

5.2.9. Política de classe nas políticas de habitação, gestão urbanística, acesso ao lazer e efectiva prática do direito a férias, com o crescer das segregações sociais na ocupação dos espaços, em que o conteúdo classista não se limita já a zonas residenciais para se estender a áreas mais vastas como concelhos e grupos de concelhos, como sucede na área metropolitana de Lisboa, com a selectividade praticada no apoio financeiro às autarquias e nos investimentos públicos em infra-estruturas; com a segregação no acesso aos espaços destinados aos tempos livres, parques públicos ou privados e praias, no acesso aos equipamentos para práticas culturais e desportivas.

5.2.10. Política de classe no acesso aos grandes órgãos de comunicação social, RTP, RDP, marginalizando organizações de trabalhadores e agricultores e o partido dos trabalhadores, o PCP - objecto nos últimos anos de uma brutal campanha - no tratamento noticioso das suas iniciativas e lutas, em paralelo com a privatização de outros meios (JN, DN) que se tornaram veículo dos interesses dominantes do grande capital.

5.2.11. Contra esta política de classe é necessário responder com a unidade das forças e camadas antimonopolistas.

5.2.12. A formulação "aliança da classe operária com o campesinato" como aliança privilegiada foi estabelecida pelo movimento comunista e operário dos países industrializados, quando os assalariados da indústria e o campesinato predominavam largamente na população activa.

5.2.13. Esta situação está hoje profundamente alterada.

5.2.14. Embora no XII Congresso se tivesse apontado para um alargamento das alianças sociais, pela introdução do objectivo de constituição de "uma vasta frente social incluindo os empregados, os camponeses, os intelectuais, os quadros técnicos e os pequenos e médios empresários do comércio, da indústria e dos serviços", permaneceu apenas explicitada e valorizada como "desempenhando um papel básico a aliança da classe

operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores)".

5.2.15. Pode e deve hoje progredir-se numa explicitação mais coerente e correcta da estratégia de alianças do PCP por quatro razões principais:

a) a sua adequação à estrutura de classe e camadas sociais hoje existentes em Portugal e em particular pelo crescimento do peso na população activa das camadas intermédias, assalariadas e não assalariadas, fortemente urbanizadas, e pela importância do seu papel político, económico e social;

b) a aproximação objectiva de muitas dessas camadas à classe operária, por um largo e profundo processo de proletarização e pelas crescentes e novas interligações económicas e sociais entre os sectores económicos, quebrando velhas barreiras e aproximando o conjunto dos trabalhadores e outras camadas;

c) a consideração de que uma política de alianças diversificada, permitindo uma melhor identificação dos interesses e projectos próprios das diversas camadas sociais (e da autonomia e especificidade das suas organizações), obriga o PCP e o movimento operário a reconhecê-las, integrando-as no seu esforço e luta pela convergência e unidade;

d) a correspondência dessa estratégia de alianças com a prática de intervenção política e lutas do PCP e do movimento dos trabalhadores junto dessas camadas sociais visando a construção da unidade das forças antimonopolistas, condição decisiva de "defesa e aprofundamento da democracia".

5.2.16. No actual momento histórico, são "alianças sociais básicas", a aliança da classe operária com o campesinato e a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias.

5.2.17. Essas alianças básicas são o núcleo e motor de uma rede de solidariedades e convergências sociais na criação de uma vasta frente social que abrange a classe operária, os empregados, os quadros técnicos, os intelectuais, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios empresários do comércio, indústria e serviços, e também as mulheres, os jovens, os reformados e pensionistas, os deficientes e outras forças sociais que intervêm na vida nacional com aspirações e objectivos específicos.

5.3. O movimento operário e o movimento sindical unitário

5.3.1. O movimento operário e sindical tem assumido papel determinante na resistência à política de direita desenvolvida há vários anos contra os interesses e condições de vida dos trabalhadores e as conquistas democráticas e no estímulo e dinamização da vasta frente social que através de acções convergentes ou integradas se opõe à política da direita.

5.3.2. O movimento sindical unitário, organizado em torno da CGTP-IN, pela sua expressão organizada, influência e combatividade e amplitude da sua intervenção nas diferentes áreas da vida nacional, assume na situação actual uma extraordinária importância.

5.3.3. Actuando num quadro social, económico e político que sofreu profundas mutações, o movimento sindical, a par da vitalidade e influência de massas que mantém e que faz dele uma força indispensável ao desenvolvimento da luta popular de massas, enfrenta difíceis e complexos problemas (redução de efectivos sindicalizados, debilidades na ligação aos trabalhadores, dificuldades de trabalho junto dos jovens, insuficiente renovação de quadros, dificuldades em intervir nas empresas, carências financeiras, etc.) que enfraquecem a sua capacidade de organização, intervenção e mobilização.

5.3.4. As dificuldades orgânicas e de intervenção do movimento sindical têm uma raiz essencialmente objectiva, nomeadamente devido às alterações no mercado da força de trabalho e à perversão do regime democrático:

a) cada vez maior precarização do emprego; pré-reformas e reformas antecipadas; desmantelamento do SEE, redução do pessoal efectivo em sectores chave; desactivação significativa de áreas industriais em zonas de grande influência democrática; diminuição drástica do proletariado agrícola; alterações na composição etária e profissional dos trabalhadores, etc.;

b) limitações profundas e generalizadas de direitos e liberdades dos trabalhadores e do movimento sindical, e mesmo a sua liquidação em numerosas empresas; repressão de activistas e dirigentes sindicais; ofensiva global contra a legislação laboral, processos de diferenciação e discriminação salarial, visando aprofundar divisões entre trabalhadores e desarticular a sua acção organizada.

5.3.5. Embora não assumindo carácter determinante, contribuem igualmente para o avolumar das dificuldades do movimento sindical, atrasos na resposta aos novos problemas e fenómenos, na compreensão das alterações da estratégia patronal, e a persistência de métodos de trabalho rotineiros e inconsequente aplicação de orientações e decisões.

5.3.6. O movimento sindical dispõe entretanto de energias e experiência para combater rotinas, renovar métodos de trabalho, encontrar as soluções adequadas para assegurar uma intervenção dinâmica e garantir que a CGTP-IN, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, continue a gozar do enorme prestígio e influência que mantém junto dos trabalhadores e em largos e diversificados sectores da sociedade portuguesa.

5.3.7. O papel, a influência e a capacidade de mobilização e de organização da CGTP-IN, são inseparáveis das suas características fundamentais: uma organização de classe, de massas, unitária, independente e democrática.

5.3.8. Estas características, indissociáveis e complementares umas das outras, são inseparáveis dos objectivos e da acção da CGTP-IN, situam com rigor o campo do movimento sindical face à exploração capitalista e determinam como direcções de trabalho prioritárias a acção de massas, a ligação aos trabalhadores e a participação destes na vida sindical, como expressão da democracia sindical.

5.3.9. As características da CGTP-IN são património histórico do movimento operário português, cujas raízes mergulham na longa tradição de luta dos trabalhadores contra o fascismo e no papel da classe operária como força social fundamental na luta pelo progresso social.

5.3.10. A natureza e as características da CGTP-IN não constituem qualquer obstáculo para a resposta aos novos fenómenos e problemas, à necessária renovação de processos e métodos de trabalho, de organização e intervenção, antes são condição essencial para que isso seja feito do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores e para que a CGTP-IN continue a desempenhar um papel determinante no desenvolvimento da luta reivindicativa de massas, razão da sua força e prestígio.

5.3.11. O papel determinante da CGTP-IN na defesa dos interesses dos trabalhadores e na luta de massas e a sua destacada contribuição para a defesa do regime democrático, tem tido como corolário o desenvolvimento, por parte do grande patronato e dos sucessivos governos, de uma ofensiva no sentido de a condicionar, descaracterizar e enfraquecer, ofensiva que se desenvolve sob a forma de acções propagandísticas, pressões ideológicas, discriminações institucionais e operações de chantagem.

5.3.12. Têm, entretanto, assumido uma acuidade muito particular as pressões para limitar e enfraquecer a influência e o papel dos comunistas no movimento sindical.

5.3.13. A influência e o papel dos comunistas no movimento sindical português têm raízes históricas e são determinados pela confiança que gozam junto dos trabalhadores, pelo seu empenhamento na construção da unidade e na acção constante e conseqüente na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas democráticas, razão pela qual os comunistas são eleitos em grande número logo a partir dos locais de trabalho e para os diferentes órgãos da estrutura sindical, por decisão democrática dos trabalhadores.

5.3.14. A influência dos comunistas no movimento sindical é, nas condições existentes, um factor determinante da força, independência, consciência de classe, unidade e influência de massas da CGTP-IN. Os trabalhadores estão vitalmente interessados em que ela se mantenha.

5.3.15. O Conselho Permanente de Concertação Social, tendo como objectivos principais coartar a capacidade de intervenção reivindicativa de massas do movimento sindical unitário e as suas posições de classe, não pode deixar de ser tido em conta no conjunto dos problemas que o movimento sindical enfrenta.

5.3.16. A teoria da concertação social de que o Conselho Permanente de Concertação Social é suporte e veículo, tem como ideia central a apologia da "conciliação de classes", a comunhão de interesses entre o "trabalho e o capital", e a negação da exploração dos trabalhadores como a causa objectiva da conflitualidade social, visa dar suporte ideológico à ofensiva contra os interesses dos trabalhadores e amortecer a sua luta de classe.

5.3.17. Na sua evolução, o Conselho Permanente de Concertação Social tende cada vez mais para uma acção de cariz neocorporativo, limitando e atentando contra o direito à livre negociação colectiva, invadindo inclusive, esferas da competência da Assembleia da República. A partir do Conselho Permanente de Concertação Social, foram desencadeadas ofensivas de grande envergadura contra direitos, liberdades e conquistas sociais dos trabalhadores, nomeadamente pela revisão generalizada da legislação laboral.

5.3.18. Com uma correlação de forças favorável ao patronato, reforçada pela aliança da UGT com o patronato e o Governo, o Conselho Permanente de Concertação Social tornou-se num instrumento de grande importância para a intensificação da exploração dos trabalhadores, nomeadamente através dos Pactos Sociais (AES), no quadro da restauração do capital monopolista.

5.3.19. O Conselho Permanente de Concertação Social, ao tentar limitar e circunscrever a negociação colectiva ao nível confederal, tem ainda como função tentar impedir a intervenção directa dos trabalhadores e dos sindicatos na luta reivindicativa, limitando o direito de participação e desfigurando e restringindo o exercício da democracia sindical, afastando os trabalhadores e os sindicatos dos processos de negociação e decisão.

5.3.20. As funções e orientações do Conselho Permanente de Concertação Social não são separáveis da conjuntura política e social, da correlação de forças e da natureza e orientação do poder político, num dado momento concreto.

5.3.21. Com o avanço do processo de restauração monopolista, a acção institucional do Conselho Permanente de Concertação Social não deixará de estar ao serviço dos objectivos do grande capital, nacional e estrangeiro.

5.3.22. Para os comunistas, a participação e acção institucionais da CGTP-IN no Conselho Permanente de Concertação Social, no quadro do exercício de um direito, é importante para aí contrariar e mais facilmente desmascarar os ataques aos direitos dos trabalhadores. Tal acção e participação assente em propostas próprias e se entendida como uma frente de intervenção sindical que se articula com a acção sindical de massas a todos os níveis e se afirma como a voz das justas reivindicações dos trabalhadores e da sua luta, poderá constituir um importante estímulo à acção sindical de massas.

5.3.23. A clarificação da natureza, princípios orientadores e papel da UGT, sendo em quaisquer circunstâncias um problema fundamental para a acção e

o desenvolvimento do movimento sindical português, é o muito mais no quadro da restauração do capitalismo monopolista.

5.3.24. Na evolução da UGT, organização que continua a exprimir no plano social e sindical uma aliança de socialistas com forças de direita, persiste como traço essencial da sua acção, ao mais alto nível, a divisões dos trabalhadores, a defesa da conciliação de classes, bem como a colaboração, o entendimento e mesmo as alianças com o Governo e o patronato, para limitar os direitos e pôr em causa os interesses fundamentais dos trabalhadores.

5.3.25. A UGT está intimamente associada à política de contenção salarial e à ofensiva desencadeada contra a legislação laboral. Pela sua orientação e natureza, pela crescente dependência das "ajudas" financeiras governamentais, a UGT está cada vez mais ligada aos interesses do grande capital, sendo instrumento imprescindível à estratégia de restauração monopolista.

5.3.26. Entretanto, a UGT, atravessada por contradições diversas, só pode desempenhar este papel dentro de certos limites. As orientações e as práticas das cúpulas chocam-se cada vez mais com os interesses e aspirações das bases. Os trabalhadores que influencia, como os demais, são profundamente atingidos pela política cavaquista. A ofensiva contra os interesses dos trabalhadores, a repressão patronal, fazem aumentar na base a compreensão da necessidade da unidade na acção.

5.3.27. É neste quadro que se processam as constantes contradições da cúpula da UGT entre a permanente cooperação e o entendimento com o grande capital e o Governo e a necessidade de esporádica crítica à política governamental e à acção patronal.

5.3.28. Pela sua natureza e orientação, não são de prever alterações significativas no papel da UGT. Isso não significa que se subestime a sua influência nalguns sectores importantes e os prejuízos que pode causar ao desenvolvimento da luta de massas.

5.3.29. Os comunistas que actuam em sindicatos representativos que se mantêm filiados na UGT por decisão democrática dos trabalhadores, devem intervir activamente para esclarecer os trabalhadores sobre o verdadeiro papel da UGT contra os seus interesses, nomeadamente sobre acordos e actuações de capitulação, quando isso se verificar, devem ter iniciativa no desenvolvimento da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhar para o reforço da unidade na acção dos trabalhadores e diferentes estruturas.

5.3.30. Os comunistas consideraram sempre a unidade do movimento operário como uma questão estratégica de vital importância para a capacidade e o êxito da luta dos trabalhadores.

5.3.31. A luta pela unidade implica o combate ao divisionismo nas suas diferentes manifestações, o reforço da organização e intervenção do movimento sindical unitário, a divulgação e afirmação dos seus princípios, a correspondência entre a acção prática e o desenvolvi-

mento de esforços para forjar a unidade na acção dos trabalhadores, em torno de interesses comuns e de carácter imediato.

5.3.32. Com a restauração do capitalismo monopolista, tendo como corolário uma poderosa ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, é do interesse destes que a sua luta se desenvolva em torno de problemas concretos e a partir dos locais de trabalho, que se possa estabelecer o entendimento e a convergência entre o movimento sindical unitário e outras estruturas, com vista à acção comum.

5.3.33. Os comunistas que intervêm no movimento sindical e nas suas diversas estruturas unitárias, devem defender firmemente uma orientação e actuação com vista à unidade na acção, incluindo com sindicatos da UGT, tendo obrigatoriamente como pressupostos os seguintes princípios indissociáveis uns dos outros:

- a) ponderação concreta dos objectivos em cada momento e acordo ou convergência sobre eles;
- b) combate às ideias e orientações de conciliação de classes e de capitulação e de submissão dos interesses dos trabalhadores ao do grande capital;
- c) desmascaramento e combate aos conluios da UGT com o patronato e o Governo, sempre que se verifiquem.

5.3.34. As derrotas do socialismo no Leste europeu e na URSS tiveram profundas repercussões no movimento sindical de classe à escala mundial. O imperialismo passou à contra-ofensiva em toda a linha contra o movimento operário. Importantes conquistas sociais, liberdades e garantias são postas em causa.

5.3.35. Sectores sindicais ligados a sectores políticos e ideologias diversas, quando face à grande ofensiva do capital mais se torna necessária a cooperação e a unidade das diferentes componentes do movimento sindical, insistem numa linha anticomunista, prosseguem uma política de divisão do movimento sindical e operário, alimentam projectos e desenvolvem planos para criar um movimento sindical "único", de cariz reformista, procurando isolar o movimento sindical de classe e revolucionário à escala mundial.

5.3.36. A existência de um movimento sindical de classe é essencial para o desenvolvimento da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, pelo que se impõe prosseguir a cooperação e a ajuda solidária entre os diferentes pólos do movimento sindical de classe e revolucionário.

5.3.37. Sobre o movimento sindical europeu recaem grandes responsabilidades na fase actual. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES), dominada por organizações sindicais de influência social-democrata, tem seguido, no campo da actividade prática, uma orientação de conciliação com o grande capital transnacional e, no plano político, uma orientação de discriminação e exclusão de organizações sindicais de classe.

5.3.38. Verificam-se algumas alterações positivas na orientação da CES, sem alterarem significativamente as orientações de fundo. Numa altura em que na Europa se

acentuam os processos integracionistas sob o comando e os interesses do capital transnacional, quando se aprofunda a crise económica e de regressão social, se desenvolve uma ofensiva de grande envergadura contra os trabalhadores, se limitam e liquidam direitos e liberdades e se reanimam forças fascistas, quando mais se tornava necessária a cooperação, a acção comum e a solidariedade dos trabalhadores e de todo o movimento sindical europeu, a CES não só não tem apontado orientações mobilizadoras de luta, como tem prosseguindo uma política de exclusões baseada em critérios político-ideológicos.

5.3.39. Os comunistas que intervêm no movimento sindical português, defensores da unidade e cooperação do movimento sindical e fieis às tradições de solidariedade internacionalista, apoiam os esforços da CGTP-IN para ingressar na CES, convictos que essa medida - não concretizada ainda devido a critérios discriminatórios e de exclusão, na base de preconceitos anticomunistas que têm vigorado na CES - seria um importante contributo para o reforço da unidade e combatividade do movimento sindical europeu.

5.3.40. Defendendo as iniciativas e os esforços tendentes ao ingresso da CGTP-IN na CES, os comunistas batem-se para que tal aconteça, sem ingerências na vida interna da CGTP-IN, no respeito pela sua identidade e natureza e com a salvaguarda da sua independência na definição das orientações próprias.

5.3.41. O VII Congresso da CGTP-IN, a realizar em Março de 1993, constituirá um acontecimento de grande importância para o movimento operário e sindical português e internacional, tendo em conta as profundas alterações operadas em Portugal e no mundo, pelas análises a que deverá proceder e pelas respostas que precisa de dar aos novos e velhos problemas que os trabalhadores enfrentam.

5.3.42. Os membros do Partido que actuam no movimento sindical unitário, no quadro do respeito pela autonomia e democracia sindicais, deverão intervir activamente na preparação do VII Congresso, reforçando a ligação aos trabalhadores, dinamizando as estruturas, participando activamente no debate de ideias e na busca de soluções para os problemas, estreitando a cooperação com as diferentes correntes político-sindicais e tendo como objectivo trabalhar para assegurar o êxito do Congresso e preservar as características essenciais da CGTP-IN, como organização de classe, consolidar e reforçar a sua unidade.

5.3.43. Com vista a contribuir para o reforço da organização sindical, os comunistas fixam os seguintes objectivos para a sua acção:

a) desenvolver em todo o Partido uma discussão relativamente à intervenção e às formas de organização dos militantes do Partido na frente sindical e sobre a articulação da sua acção com a das células de empresa e outros organismos;

b) estudar e adoptar as medidas consideradas necessárias para melhorar a coordenação dos dife-

rentes sectores do Partido responsáveis pela frente sindical e para elevar o nível político e ideológico dos quadros;

c) destacar quadros para o acompanhamento desta frente, de acordo com a sua importância para a luta dos trabalhadores e a ligação do Partido às massas;

d) defender o papel e a influência dos comunistas no movimento sindical através de um trabalho abnegado e consequente em defesa dos interesses dos trabalhadores;

e) trabalhar activamente pelo reforço da cooperação das CT e o movimento sindical e pela unidade dos trabalhadores e do movimento sindical, prestando particular atenção ao relacionamento e cooperação dos comunistas com outras correntes de opinião.

5.4. As Comissões de Trabalhadores

5.4.1. As Comissões de Trabalhadores (CT), tendo como característica específica representarem todos os trabalhadores de uma empresa, independentemente da sua filiação sindical ou sector profissional, assumem um papel relevante no desenvolvimento e concretização da unidade dos trabalhadores, através da acção participada na resolução dos problemas concretos que diariamente se colocam nas empresas em defesa do Sector Empresarial do Estado e no desenvolvimento da luta reivindicativa.

5.4.2. As CT assumem também um papel de complementaridade insubstituível da acção sindical, convergindo na consciencialização e mobilização dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses e direitos.

5.4.3. As centenas de CT existentes constituem um importante potencial de luta e organização dos trabalhadores. Com mais de 4 mil trabalhadores e trabalhadoras eleitos, as CT dispõem de um elevado capital de confiança dos trabalhadores, para continuar a desempenhar, conjuntamente com outras estruturas dos trabalhadores, um importante papel.

5.4.4. A prolongada ofensiva do Governo (por via das alterações às leis do trabalho, das tentativas de liquidação do SEE e a proibição do exercício do controlo de gestão, e pela repressão e discriminação de muitos dos seus membros mais destacados), aliada ao encerramento, desmantelamento e desmembramento de empresas e à crescente precarização do mercado do trabalho, provocaram alguns reveses na acção das CT e mesmo o desaparecimento de algumas delas.

5.4.5. O PSD, em conformidade com as reclamações e exigências do grande patronato, tentou, sem êxito, durante o processo da revisão constitucional de 89, eliminar alguns direitos fundamentais das CT, nomeadamente o direito ao controlo de gestão e de eleição das comissões coordenadoras.

5.4.6. Num quadro de grandes dificuldades, as listas unitárias têm vindo a reforçar as suas posições (em

número de votos e mandatos) em grandes empresas da indústria e do sector financeiro.

5.4.7. Os militantes comunistas eleitos para as CT e Comissões Coordenadoras devem orientar a sua acção nas seguintes direcções fundamentais:

a) defender e valorizar as características unitárias das CT, integrando nas listas mulheres e homens que se destacam na defesa dos direitos e interesses de classe dos trabalhadores;

b) aprofundar e diversificar a cooperação com o movimento sindical unitário na defesa do SEE, dos postos de trabalho e das reivindicações concretas e nas acções de massas;

c) impedir a liquidação do direito ao controlo de gestão, do direito à informação e à participação e intervenção a diversos níveis da empresa, através do exercício concreto desses direitos;

d) eleger e organizar CT em novas empresas ou nas empresas resultantes dos processos de desmembramento;

e) intervir nas questões específicas das mulheres e dos jovens trabalhadores, particularmente nos casos onde a precarização constitui obstáculo à sua participação, à sua organização e luta pela efectivação dos seus direitos;

f) reforçar o nível de intervenção das Comissões Coordenadoras de CT a nível de região e sector, criando condições para eleger coordenadoras nas empresas do mesmo grupo económico.

5.5. Outros grandes movimentos e organizações unitárias de massas

5.5.1. No período decorrido desde o XIV Congresso, outros grandes movimentos e organizações unitárias de massas continuaram a desempenhar um importante papel para a defesa de direitos e de interesses específicos das classes e camadas respectivas, inseriram-se numa movimentação social de carácter amplo e diversificado e asseguraram um contributo positivo, embora irregular, das camadas que representam e mobilizam, na luta política mais geral em defesa da democracia e pela concretização de uma alternativa democrática.

5.5.2. Face ao prosseguimento da política e do Governo de direita, a resistência social e política conduzida por estes movimentos e organizações unitárias de massas e a sua acção comum ou convergente com o movimento operário e dos trabalhadores, são chamados a desempenhar um papel determinante e decisivo, quer no que respeita à capacidade de combater, travar e atrasar a realização dos objectivos do PSD, quer para a criação de condições políticas para o seu afastamento da área governativa em futuras eleições.

5.5.3. Movimento dos Agricultores - A movimentação dos agricultores ganhou uma evidente amplitude nos

últimos anos, perante o crescer das consequências negativas resultantes da adesão à CEE e da ruínosa política agrícola do Governo PSD; com a degradação dos preços da generalidade dos produtos agrícolas, inundação do mercado nacional por produtos estrangeiros, atrasos nos pagamentos e selectividade no acesso aos subsídios e apoios comunitários, altas taxas de juro e elevado custo dos factores de produção.

5.5.4. Continuando a manifestar uma grande diversidade de formas, no seu protesto, nas suas reclamações e também no seu desespero, as lutas dos agricultores atingiram momentos particularmente altos de radicalização, unidade e carácter massivo. Referem-se: a marcha até às portas de Lisboa, no Outono de 90; às manifestações de Maio e Junho de 91, no Terreiro do Paço e no Porto; as barricadas e cortes de estradas, de Julho do mesmo ano, que começando na região do Oeste, se estenderam depois a praticamente todo o País; a manifestação nacional na Curia, em Maio passado, com presença de agricultores galegos e de outras regiões espanholas, contra a reforma da PAC; o conjunto de movimentações dos viticultores durienses neste Verão de 92; e as muitas acções dos povos dos baldios em Vila Real, Viseu e Lisboa. Sublinhe-se o desenvolvimento destas acções em todas as regiões do País, embora de forma desigual, e o envolvimento crescente de médios e até grandes agricultores. O movimento dos agricultores marcou, com uma dinâmica própria, uma presença significativa na contestação geral e na movimentação popular contra a política de Cavaco Silva.

5.5.5. Na movimentação dos agricultores tiveram um papel central e de indiscutível relevo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e as organizações suas associadas. Durante alguns tempos isolada na denúncia da política agrícola de Cavaco Silva e dos efeitos negativos não acautelados da adesão à CEE, viu posteriormente outras organizações e movimentos confirmarem as suas apreensões e razões e engrossarem as movimentações. Até a CAP, para não "perder o comboio", se viu obrigada a romper publicamente as suas cumplicidades com o Governo e alijar as suas responsabilidades na desastrosa política agrícola desenvolvida.

5.5.6. O Congresso da CNA, V Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, realizado em Fevereiro de 1991 na Aula Magna da Universidade de Lisboa, foi uma evidente reafirmação do prestígio, força e real representatividade da CNA como a Confederação dos pequenos e médios agricultores portugueses, apesar e malgrado a persistente, ilegal e antidemocrática discriminação do Governo, como aconteceu no presente ano com a exclusão da CNA do Conselho Económico e Social (CES).

5.5.7. Momento de unidade e luta, o Congresso teve a participação de 1 600 delegados, dezenas de convidados nacionais e a presença significativa de 6 Confederações congéneres de países da CEE (Espanha, França, Bélgica, Grécia, Itália e Coordenadora Agrícola Europeia - CPE).

5.5.8. Entretanto, no decorrer destes anos alterou-se profundamente a sua base associativa com o crescente definimento das estruturas de base concelhias e de freguesia e com o prosseguimento da constituição e reforço das organizações socioprofissionais de âmbito distrital. Cresceu também o papel das organizações de tipo vertical por produto específico, e deram passos importantes na sua organização os Conselhos Directivos de Baldios, com a consolidação dos seus Secretariados Regionais.

5.5.9. Continuam a ser objectivos e direcções de trabalho para as organizações e militantes do PCP:

a) o apoio e incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento das organizações que possam representar e dirigir a luta dos agricultores, onde os agricultores comunistas continuam a ter um papel insubstituível quer na formação de estruturas associativas quer na dinamização dos protestos e lutas, que irão certamente agudizar-se, com as consequências para o País da reforma da PAC;

b) a necessidade de reforçar a intervenção do PCP por intermédio das suas organizações concelhias e regionais e organismos específicos, sobre os principais problemas que afectam a agricultura portuguesa e de respeito pela especificidade própria de cada processo, ligar a intervenção unitária de massas à presença directa do Partido junto dos agricultores e à actividade institucional nas autarquias, Assembleia da República e Parlamento Europeu. Isto significa atenção e conhecimento da diversidade das situações e sensibilidade política para os graves problemas da agricultura portuguesa, acompanhamento dos agricultores comunistas, o recrutamento de novos militantes e a disponibilidade de quadros e meios para esta frente de luta.

5.5.10. Movimento de Intelectuais e Quadros Técnicos - As movimentações dos intelectuais e dos quadros técnicos e científicos, envolvendo um conjunto muito diversificado e alargado de sectores, problemas, objectivos, linhas de intervenção e iniciativas, e comportando expressões organizativas e interesses muito diferenciados, apesar da influência negativa que o poder político e económico procuraram exercer sobre elas, mantiveram nos últimos anos uma significativa influência na vida nacional.

5.5.11. Assim, são de destacar a persistente acção reivindicativa e sindical e a luta no terreno profissional, de professores, médicos, magistrados, músicos e de sectores com expressão na função pública, em defesa de condições de vida, de trabalho e de qualificação (conduzidas num quadro complexo e face a uma política de diferenciação interna, de instabilidade e, objectivamente, de desvalorização das profissões intelectuais) e a intervenção e a luta contra a política do Governo e a formulação e defesa de orientações e políticas democráticas para a educação e o ensino, a ciência e a tecnologia, a cultura e a informação, o desporto e a saúde. O

dinamismo da criatividade artística e da intervenção cultural livres continuaram a assinalar a valiosa intervenção de muitos intelectuais. E os intelectuais mantiveram uma elevada participação na resistência mais geral à política antidemocrática do Governo e na luta por uma alternativa democrática.

5.5.12. As movimentações que tiveram lugar neste período correspondem ao crescente peso destas camadas na sociedade portuguesa e confirmam que, quando assentes em estruturas organizativas, ganham combatividade, maior frequência e ampliam a sua base de apoio.

5.5.13. Constituem orientações e tarefas fundamentais dos comunistas:

a) o aprofundamento da compreensão das profundas alterações que têm vindo a verificar-se ao nível dos intelectuais e quadros técnicos, em particular o estreitamento do contacto com os valores e as aspirações das jovens gerações de intelectuais;

b) a dinamização de linhas de intervenção e a promoção de iniciativas do Partido, em torno de questões sectoriais ou específicas, que permitam avançar no conhecimento dos problemas dos intelectuais e quadros técnicos e científicos e no reforço da ligação efectiva às várias áreas;

c) o desenvolvimento nos diversos sectores intelectuais da acção reivindicativa e sindical (com uma atenção muito particular ao seu reforço ao nível dos quadros técnicos), o reforço da sua convergência e coordenação com o movimento operário, e o aprofundamento da intervenção no domínio das questões profissionais;

d) a dinamização do movimento de crítica e de oposição à política do Governo nas áreas que mais directamente respeitam aos intelectuais e aos quadros técnicos e científicos, ou a que estes manifestam maior sensibilidade, o debate e formulação de propostas e políticas alternativas de orientação democrática;

e) a valorização da cultura, da ciência e da arte, na multiplicidade das suas expressões e processos de livre criação e comunicação;

f) a defesa da identidade e da independência nacional;

g) e o desenvolvimento da acção política, comum ou convergente, contra a política do Governo, por uma viragem democrática na situação nacional.

5.5.14. O Movimento da Juventude, composto por múltiplas expressões abrangendo trabalhadores, estudantes, trabalhadores-estudantes desenvolvendo-se em áreas e pólos de interesse e intervenção juvenil (associativismo local, colectividades, poder local, solidariedade e paz, combate ao racismo) o movimento juvenil, pelos seus objectivos, reivindicações e acção inseriu-se no campo democrático e enfrentou intensos esforços por parte do Governo assentes em poderosos meios visando a sua neutralização e instrumentalização, o afastamento dos jovens dos ideais progressistas e a sua captação

para o apoio à política de direita. A evolução do movimento e da luta juvenis confirmam a juventude como uma importante força social.

5.5.15. A organização dos jovens trabalhadores ficou aquém da dimensão dos problemas com que estes estão confrontados e do seu peso no conjunto dos trabalhadores e dos jovens. O lançamento da Interjovem e as conclusões da sua I Conferência que acentuaram a sua definição como Movimento da Juventude Trabalhadora estreitamente associado ao Movimento Sindical Unitário, pode ser o caminho para um desenvolvimento significativo da acção, luta e organização dos jovens trabalhadores.

5.5.16. O movimento estudantil manifestou uma enorme vitalidade e embora reflectindo contradições resultantes da grande influência da direita actuou objectivamente contra a política do Governo. A postura antijvenil da direita conduziu a uma perda da sua influência no Movimento Associativo, de grande significado no ano lectivo 91/92, particularmente no ensino superior, e a um progresso dos sentimentos de unidade estudantil traduzidos nas movimentações verificadas e na vitória de listas em que participam estudantes sem opção política definida, estudantes comunistas e de outras opções políticas e ideológicas. Continuando a haver uma grande influência da direita, esta tem mais dificuldades, a partir da base que ainda influencia, de conseguir a instrumentalização do Movimento Associativo.

5.5.17. Assume particular importância a acção desenvolvida pelo Poder Local e de forma destacada pelas autarquias de maioria CDU, envolvendo muitos milhares de jovens.

5.5.18. São aspectos a considerar para a acção dos comunistas no desenvolvimento do movimento juvenil: o estímulo à iniciativa e à luta em torno de problemas concretos; o reforço do associativismo juvenil; a promoção duma estreita e permanente ligação das estruturas unitárias aos jovens; o reforço da unidade juvenil, em cada uma das expressões do movimento juvenil e na sua convergência global; e a sua inserção com respeito pela identidade própria na luta mais geral dos trabalhadores e do povo português.

5.5.19. A JCP - correspondendo à realidade objectiva de uma camada que apresentando diferenciações sociais e de classe, tem gostos, hábitos, motivações, aspirações, atitudes e perspectivas próprias - confirmou-se como uma organização indispensável à defesa dos interesses e à concretização das aspirações dos jovens portugueses.

5.5.20. O seu III Congresso (1989) consagrou como importante orientação uma viragem para uma maior intervenção dos jovens comunistas no movimento juvenil que teve resultados positivos. A falta de acompanhamento dessa orientação ao longo do tempo por medidas capazes de assegurar o fortalecimento orgânico não permitiu ultrapassar debilidades na base e problemas de coordenação nacional. Foram particularmente sensíveis os atrasos no trabalho junto dos jovens trabalhadores.

5.5.21. Entretanto, a JCP desenvolveu uma intensa actividade e iniciativa próprias. Teve uma participação de grande relevo na orientação das lutas juvenis. Tem uma importante influência nas principais expressões do movimento juvenil. Melhorou a sua intervenção no plano da propaganda, da acção institucional, e nas áreas da solidariedade e do combate ao racismo. Destacou-se na dinamização da importante movimentação da Juventude CDU.

5.5.22. O IV Congresso da JCP, marcado para Abril de 1993, constitui desde já um momento especialmente oportuno e adequado ao debate, à procura de novas respostas, e ao prosseguimento dos esforços com vista à superação das suas debilidades e deverá constituir um importante estímulo ao seu fortalecimento.

5.5.23. O Partido procurou melhorar nos últimos anos a sua intervenção junto da juventude, intervenção essa que se alargou e foi assumida por um conjunto significativo de organizações.

5.5.24. Mantêm-se entretanto dificuldades: no assumir por parte de muitas organizações do Partido da responsabilidade que têm de ter na acção junto dos jovens; na avaliação do papel, autonomia e dinâmica própria da JCP; no recrutamento de jovens para o Partido; no enquadramento dos jovens que terminam a sua militância na JCP.

5.5.25. A perspectiva do aumento da influência do Partido e da JCP na juventude é real, embora condicionada por factores contraditórios.

5.5.26. São orientações para o trabalho do Partido junto da juventude:

a) a consideração em todo o Partido de que o trabalho junto da juventude e o aumento da sua influência na jovem geração constituem uma das mais importantes prioridades a concretizar no âmbito do trabalho central e por cada uma das suas organizações e militantes, nomeadamente pelos comunistas que actuam no Movimento Sindical Unitário, nas empresas, nas autarquias, no movimento popular, e pelos professores comunistas, tendo como objectivos a defesa dos interesses dos jovens, o estímulo e apoio ao movimento e à luta juvenis, a promoção de iniciativas que atraiam e mobilizem a juventude, contribuindo para a sua formação progressista, para o fortalecimento da sua adesão aos ideais de liberdade, da democracia e do socialismo;

b) uma acção partidária para a juventude que tenha como objectivo prioritário o fortalecimento da organização da JCP, a sua criação onde não existe, o estímulo ao seu funcionamento e dinamização, o apoio político e ideológico à sua actividade e à formação dos seus quadros, no respeito e promoção da autonomia, capacidade de decisão e dinâmica próprias;

c) o recrutamento de jovens para o Partido, vencendo inércias e incompreensões;

d) a garantia de uma efectiva integração dos militantes jovens no trabalho partidário promovendo a sua participação e responsabilização;

e) prosseguimento do exame nas actuais condições da sociedade portuguesa e do movimento juvenil da acção do Partido e da JCP junto da juventude - áreas prioritárias, formas de intervenção e organização;

f) a criação de estruturas para o trabalho do Partido junto da juventude, evitando, no entanto, o desenvolvimento de linhas de sobreposição à JCP, ou de absorção dos seus quadros, e o reforço das estruturas centrais do Partido para o trabalho junto da juventude.

5.5.27. Movimento das Mulheres. Diferentes movimentos de mulheres desenvolveram importante acção contra as discriminações sociais e as desigualdades que atingem as mulheres.

5.5.28. Organizações femininas que, sendo constituídas na base de uma grande diversidade de interesses cívicos, sociais, partidários e profissionais, em geral convergem em torno de objectivos e acções pelos ideais de emancipação das mulheres. A sua acção, com diferentes níveis de intervenção, enquadra-se na defesa do regime democrático.

5.5.29. É justa e mantém-se actual a luta e a organização específica das mulheres. Elas têm tido um papel importante na defesa, na informação e no aperfeiçoamento legal dos direitos das mulheres, na denúncia das discriminações em função do sexo, na formação e consciência feminina e na formação da consciência cívica e política dos cidadãos em geral pela democracia vivida em igualdade.

5.5.30. O Congresso do MDM (Maio de 92), confirmou o destacado papel desta organização no quadro do movimento feminino e evidenciou as potencialidades do seu desenvolvimento.

5.5.31. O PCP, como força mais consequente na defesa das aspirações emancipadoras das mulheres, reconhecendo a importância da acção das organizações de mulheres, procura corresponder a aspirações e propostas do movimento feminino.

5.5.32. As mulheres comunistas, intervindo nos movimentos unitários ou na actividade especificamente partidária, dão uma contribuição significativa para o reforço dos movimentos e movimentações das mulheres.

5.5.33. São objectivos para o desenvolvimento desta frente de trabalho:

a) adoptar medidas (orgânicas e de quadros) com vista à melhoria do envolvimento do Partido no aprofundamento dos problemas das mulheres e à dinamização das suas organizações específicas e acções em defesa dos interesses e direitos das mulheres;

b) melhorar o apoio ao trabalho das organizações regionais nesta área, bem como às mulheres membros do Partido com intervenção nas diversas organizações e movimentos de mulheres;

c) dar mais ampla e regular difusão às posições do Partido sobre a problemática feminina;

d) impulsionar e dinamizar iniciativas de carácter

reivindicativo, de esclarecimento, de defesa dos direitos susceptíveis de unir mulheres e organizações;

e) intervir para que seja transformado em imperativo legal o reforço dos direitos das associações das mulheres, dando seguimento ao Projecto de lei do PCP, já aprovado na generalidade, por unanimidade, na Assembleia da República.

5.5.34. O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais - A camada dos pequenos e médios empresários do comércio, indústria e serviços é atravessada por movimentos diversos, em que coexistem um grande aumento conjuntural e o seu esmagamento pelos grandes grupos.

5.5.35. O seu crescimento provém de outros sectores afectados pela política governamental e da "racionalização" da gestão empresarial. Aqui desaguam os desempregados e antecipadamente reformados, que procuram rentabilizar indemnizações, as mini-empresas satélite que as grandes empresas e grupos utilizam para diminuir postos de trabalho e custos sociais, aqueles que aproveitam oportunidades, fundos e créditos (sobretudo na área dos serviços), bem como os que agarram o recurso de ocasião apenas para sobreviver.

5.5.36. Vivem hoje uma crise grave, embora com incidências diferentes no comércio, indústria e serviços, ou dentro de cada sector. Os grandes grupos económicos e as grandes superfícies monopolizam os meios, os créditos, as isenções, as bonificações e uma vasta gama de privilégios e favores que lhes dão o total domínio da concorrência. Estes são esmagados pelas taxas de juro, impedidos de aceder ao crédito e a fundos comunitários, gravemente afectados pela baixa capacidade de compra, pela dificuldade das cobranças, pelos valores atingidos pelas rendas, trespasses ou taxas e pelos horários sem regras.

5.5.37. A organização e as estruturas da classe não correspondem, porém, à situação objectiva.

5.5.38. A constituição da Confederação Portuguesa das Pequenas e Médias Empresas foi um factor de identificação, de enquadramento dos problemas próprios dos pequenos e muito pequenos empresários, abrindo uma porta à libertação da tutela dos grandes e de incentivo ao desenvolvimento de lutas (como contra as grandes superfícies), mas ainda não se alcançou a acção concertada das várias organizações, tradicionais ou não, nem o fortalecimento de organizações autónomas na indústria e serviços.

5.5.39. É sintomático dos problemas existentes, o processo em curso na CCP com os confrontos da sua direcção com a maioria das organizações de retalhistas.

5.5.40. As organizações do Partido devem acompanhar com mais atenção a situação dos pequenos e médios empresários e, designadamente:

a) Apoiar as acções reivindicativas, de carácter geral ou local, procurando enquadrá-las nos interesses das populações e apresentar propostas para resolver os múltiplos interesses da classe;

b) apoiar os esforços de organizações autónomas e a acção dentro das estruturas existentes, por forma a impedir a tutela pelos grandes capitalistas e pelos agentes da política governamental.

5.5.41. Movimento de Reformados - A acção e as formas de intervenção dos reformados e das suas organizações, quer no plano reivindicativo quer no plano social, demonstram que esta camada dá uma importante contribuição para o alargamento da vasta frente social que se opõe à política do Governo, apesar das dificuldades que enfrentam as suas organizações sujeitas a discriminações e silenciamentos por parte do Governo e da comunicação social.

5.5.42. Os reformados e pensionistas constituem uma camada social de grande peso, atingindo 2 milhões e 300 mil o número de reformas e pensões pagas.

5.5.43. São importantes as alterações qualitativas que se estão a dar na sua composição, concentração e hábitos de vida.

5.5.44. O crescimento acelerado de reformados «novos» (os trabalhadores “libertados” das empresas, por serem considerados precocemente velhos), dá lugar ao aparecimento de um novo tipo de mão-de-obra, “assalariados-reformados”, altamente explorada e desprotegida socialmente.

5.5.45. Os interesses dos trabalhadores reformados, tornam-se cada vez mais indissociáveis dos interesses dos trabalhadores no activo, o que faz aumentar as responsabilidades do movimento sindical.

5.5.46. Com a formação da INTER-REFORMADOS (Maio de 89) ampliaram-se as condições para elevar a capacidade de organização e intervenção dos reformados e estreitar a sua ligação ao movimento sindical.

5.5.47. O MURPI, com implantação a nível nacional, continua a desempenhar um papel determinante e insubstituível na organização e mobilização geral dos reformados.

5.5.48. Entretanto, a par de iniciativas de grande importância, nomeadamente a realização de dois Encontros Nacionais de reformados e pensionistas e de um grande número de iniciativas regionais, a actividade do Partido nesta frente tem-se caracterizado por uma certa irregularidade e subestimação, o que não corresponde à importância política e social desta camada, nem à influência do Partido.

5.5.49. Deverão constituir direcções e objectivos de trabalho para o reforço do movimento dos reformados:

a) reanimar, melhorar e considerar formas adequadas de trabalho partidário com vista a uma intervenção mais eficaz dos membros do Partido nesta frente;

b) empenhar esforços no sentido do reforço e dinamização das diferentes estruturas unitárias, nomeadamente do MURPI e INTER-REFORMADOS e associações sectoriais;

c) intervir no sentido de uma melhor definição do âmbito de intervenção das diferentes organizações, da sua interligação e áreas de cooperação;

d) associar o esforço de reanimação e reforço das organizações específicas com desenvolvimento da luta reivindicativa por interesses específicos dos reformados e pensionistas junto das autoridades locais e do poder central;

e) dar maior divulgação à acção concreta do Partido na defesa dos interesses desta camada social (trabalho autárquico, iniciativas legislativas na Assembleia da República, Carta Social dos Idosos, etc.).

5.5.50. Movimento de Deficientes - Representando cerca de 1 milhão de portugueses, o movimento de deficientes, assente em organizações específicas e de carácter diversificado, de que se destaca, pela sua criatividade e prestígio, a importante União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes - UCNOD, constitui uma importante realidade de grande relevância política, que se afirma na sociedade pelo papel insubstituível que tem desenvolvido na luta em defesa dos interesses e profundas aspirações dos deficientes, pela sua constante intervenção, pelo direito à vida, à reabilitação e ao trabalho.

5.5.51. O IV Congresso Nacional de Deficientes, os Encontros Nacionais de Deficientes - END, o Tribunal Cívico, as concentrações e outras acções de massas constituíram momentos altos da luta e da acção do Movimento de Deficientes, que contribuíram não só para a afirmação destes como uma força interveniente que não pode ser ignorada e marginalizada, como para contrariar em muitos aspectos a acção governativa contrária aos seus interesses e dar satisfação às suas sentidas e legítimas reivindicações.

5.5.52. Resistindo ao manobristo e às acções divisionistas, conduzidas no sentido de minar a sua unidade, o Movimento de Deficientes ganhou experiência e revelou maturidade suficientes para enfrentar com confiança, as dificuldades e os obstáculos que lhe procuraram criar.

5.5.53. O 1º Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Deficientes, realizado em Maio 91, iniciativa sem paralelo na sociedade portuguesa, culminando um constante e persistente trabalho e intervenção nesta problemática, confirmou o Partido como a grande força partidária que, de forma coerente, organizada e sistemática, intervém na sociedade e nas instituições com propostas concretas e construtivas para o reforço do movimento e a implementação de uma verdadeira política de Prevenção, Reabilitação e Integração.

5.5.54. Constituem, entre outras, importantes linhas de trabalho para o reforço da organização e acção do Movimento de Deficientes:

a) contribuir para o reforço das organizações de deficientes preservando o seu carácter unitário, independente, reivindicativo e de massas;

b) melhorar o acompanhamento e apoio aos membros do Partido com intervenção dirigente no movimento e organizações de deficientes;

c) melhorar o funcionamento e a articulação entre os núcleos de deficientes do Partido, designadamente

através das reuniões nacionais e regionais;

d) prosseguir o trabalho de sensibilização das organizações do Partido para uma melhor e maior intervenção a todos os níveis sobre esta importante problemática;

e) manter e aprofundar o diálogo do Partido com as organizações de deficientes.

5.5.55. O Movimento Associativo - Com características únicas ao nível dos objectivos, processo constitutivo e funcionamento, o Movimento Associativo, com mais de uma dezena de milhar de associações é uma realidade muito vasta, poderosa e complexa, assumindo diversíssimas formas de organização diferentes. Constituído um importante espaço de participação, de aprendizagem de vida colectiva e de exercício da democracia, o Movimento Associativo desempenha um papel decisivo na promoção da cultura, do desporto e no apoio social às populações e cumpre um importante papel na aproximação de diferentes camadas e sectores sociais em torno de objectivos comuns e na integração social da juventude.

5.5.56. O Movimento Associativo depara com inúmeros obstáculos para prosseguir os seus objectivos e desenvolver a sua acção, designadamente: a ausência de uma política de apoio por parte da Administração Central; a sobrecarga fiscal na realização de obras e aquisição de equipamentos culturais e desportivos; a falta de protecção à função social do dirigente associativo; a assunção de responsabilidades crescentes no apoio social às populações sem as contrapartidas adequadas; a inexistência do necessário apoio à formação de dirigentes, animadores e outros técnicos.

5.5.57. Intervindo nesta área um número significativo de membros do Partido, quase não existe a coordenação da sua actividade, e a atenção que as organizações partidárias dão a esta frente é manifestamente insuficiente.

5.5.58. Para que o Movimento Associativo se possa desenvolver e afirmar na sociedade portuguesa os membros do Partido devem intervir de acordo com os seguintes objectivos:

a) melhorar o nível de acompanhamento, por parte das organizações partidárias, dos problemas do Movimento Associativo e adoptar medidas orgânicas para ajuda e coordenação da actividade dos membros do Partido que actuam nesta frente;

b) aprofundar e desenvolver os exemplos positivos de colaboração e apoios mutuamente vantajosos entre as autarquias locais e o movimento associativo;

c) encontrar formas de cooperação e coordenação associativa e as acções de intercâmbio a nível nacional e internacional;

d) clarificação do papel do movimento associativo para com a juventude, sua relação com o movimento associativo juvenil de forma a assegurar uma ampla participação dos jovens nas associações populares, garantindo o seu próprio rejuvenescimento e contribuindo para a integração social da juventude.

5.5.59. Movimento cooperativo - Não obstante as potencialidades que os diferentes ramos do movimento cooperativo não agrícola têm demonstrado, designadamente após o 25 de Abril, no período que decorre desde o XII Congresso registam-se grandes dificuldades e mesmo retrocessos nalguns casos.

5.5.60. A causa básica desta situação decorre, fundamentalmente, de dois factores. Por um lado, pelo incumprimento pelo Governo dos imperativos constitucionais que obrigariam à elaboração de medidas legislativas (a começar pela revisão do Código Cooperativo), fiscais e outras que conformassem um quadro incentivador e viabilizassem a sua acção nalguns casos insubstituível. Por outro, pelo processo de reconstituição dos grandes grupos económicos e da política de recuperação capitalista que esmaga os empreendimentos cooperativos e condiciona a existência do movimento.

5.5.61. As dificuldades repercutem-se de forma diferente consoante os ramos e dificultam a intercooperação. As estruturas representativas não têm conseguido assegurar uma eficaz ligação com as cooperativas e entre si, de molde a pressionar o Governo e o INSCOOP à modificar a sua política.

5.5.62. No entanto, passos importantes foram dados. As cooperativas de consumo estão a concretizar processos de fusão regional que adequem a gestão às necessidades e à concorrência procurando manter o vínculo associativo e a ligação ao movimento popular. As cooperativas de habitação continuam a contribuir para a minoração das carências de habitação apesar da perda de poder de compra dos extractos mais carenciados. No ensino, designadamente de crianças diminuídas, na cultura, na informação, continuam em actividade centenas de cooperativas. E mesmo as cooperativas de produção operária e serviços mantêm núcleos activos susceptíveis de ser base para uma recuperação. O movimento mobiliza, no seu conjunto, uma grande massa de cooperantes que tem um peso significativo na actividade associativa do País.

5.5.63. O movimento pela paz e de solidariedade para com os povos em luta exprimi-se em algumas iniciativas de importante significado e mesmo expressão de massas, como foi o caso de solidariedade para com a luta do povo de Timor-Leste. Também são de referir as iniciativas de solidariedade para com o povo cubano, o povo sul-africano e o povo palestino.

5.5.64. Mas, em geral, constata-se o enfraquecimento das estruturas unitárias do movimento, da sua iniciativa, da sua projecção pública.

5.5.65. A perigosa evolução da situação internacional torna necessário o exame no PCP e com outros sectores democráticos, o modo de reactivar e dar um novo impulso a esta frente de trabalho.

5.5.66. O movimento ecologista, ainda disperso mas com razões objectivas que o tornam necessário e que abrem largo espaço à sua intervenção.

5.6. Oposição democrática e alianças político-partidárias

5.6.1. No desenvolvimento de um processo cujos contornos iniciais se desenharam com os resultados das eleições legislativas de 1987, o **quadro partidário nacional**, nos últimos quatro anos, apresentou como elementos mais significativos:

a) a estabilização e confirmação do PSD como o grande partido da direita, dotado de uma esmagadora hegemonia nessa área política, exercendo no Governo e na Assembleia da República a principal e mais eficaz representação política dos interesses do grande capital mas, ao mesmo tempo, conseguindo, através da articulação de um vasto conjunto de factores e condições favoráveis, manter uma enorme base de apoio eleitoral que comporta necessariamente uma grande heterogeneidade social e uma considerável diversidade de interesses e aspirações;

b) a correspondente continuação da subalternização do CDS na área da direita, arrastando consigo crises de direcção e flutuações de orientação;

c) a manutenção do PS como partido de importante influência eleitoral, colhendo benefícios do seu estatuto e imagem de partido de oposição mas mantendo, no essencial e apesar de três mudanças de líder e de grupo dirigente, uma orientação simultaneamente de graves convergências com o PSD em questões fulcrais para a evolução da vida nacional e para o futuro do regime democrático e uma persistente atitude de recusa e hostilidade à convergência e entendimento das forças democráticas que é inseparável do seu prioritário objectivo de hegemonizar o campo democrático;

d) a capacidade de resistência manifestada pelo PCP numa conjuntura nacional e internacional extremamente adversa e, apesar da grave erosão da sua influência eleitoral, a sua confirmação como um partido que exerce uma vasta influência social e política, como a mais conseqüente força de esquerda, como o mais combativo e coerente partido da oposição, como força indispensável para uma alternativa democrática;

e) o processo de perda de influência, desorientação e desagregação política e eleitoral do PRD, conduzindo ao quase eclipse político de uma força cujo ascenso em 1985 tinha modificado consideravelmente o panorama político-partidário nacional;

f) o aparecimento do PSN, que conseguiu eleger um deputado na base de um estilo demagógico e de promessas de intransigente defesa dos interesses dos reformados, completamente desmentidas por uma actuação posterior marcada por frequentes atitudes de apoio e colagem ao PSD e à sua política;

g) a continuação da prolongada dificuldade de afirmação ou ampliação da influência de pequenas

formações políticas, com evoluções diversas de orientação e posicionamento mas, salvo excepções, tendentes à aproximação ao PS e à acentuação da sua hostilidade ao PCP, dando origem a esforços e projectos embrionários visando um processo de agregação ou confluência para a formação de uma alegada "nova esquerda", consubstanciada ou num novo partido ou numa coligação orientados para disputar apoio eleitoral ao PCP.

5.6.2. A conquista pelo PSD de uma maioria absoluta de deputados com uma maioria absoluta de votos em 1987 e a renovação desse resultado em 1991 constituíram, em conjunto, uma profunda alteração do quadro partidário e da correlação de forças que teve graves e decisivas consequências em toda a evolução da vida nacional no período decorrido e são a raiz e a fonte de imensos perigos que se perfilam para o regime democrático.

5.6.3. A reedição da maioria absoluta do PSD não comporta apenas o grave significado quantitativo de representar a séria probabilidade de mais quatro anos de governação hegemónica por parte daquele partido. Considerando que o PSD está ininterruptamente no Governo desde o início da década de 80 e que governou com maioria absoluta de deputados de 1987 a 1981, a sua permanência no Governo significa possibilidades qualitativamente reforçadas de desenvolver, em correspondência com os seus objectivos estratégicos, drásticas e profundas alterações nas estruturas económicas, no sistema político e na correlação de forças no plano social (designadamente pela restrição dos direitos dos trabalhadores), de consolidar e ampliar na sociedade portuguesa factores estruturantes de maiores desigualdades e injustiças sociais, de tornar ainda mais sofisticados e eficazes os diversos mecanismos de influência social, política e eleitoral, ao serviço da sua eternização no poder.

5.6.4. A resistência à política de direita e as perspectivas de uma viragem democrática continuaram fortemente condicionadas e seriamente prejudicadas por aspectos negativos da orientação e da estratégia do PS.

5.6.5. Com efeito, estando o PSD no Governo com o apoio submisso de uma confortável maioria parlamentar, o PS, ao mesmo tempo que se reclama abusivamente de "líder da oposição", foi cúmplice do PSD em aspectos centrais da sua ofensiva e não pode, por isso, furtar-se às suas responsabilidades na própria consolidação do PSD no poder e no avanço da política de direita.

5.6.6. O PS aliou-se ao PSD na revisão constitucional de 1989 que, entre outras consequências, viabilizou o avassalador avanço do processo de privatização de empresas públicas e de desmantelamento e rapina do Sector Empresarial do Estado, abriu as portas à completa liquidação da Reforma Agrária, forneceu ao PSD mais instrumentos de controlo e instrumentalização da comunicação social do sector público, facilitou o aumento e a criação de novas taxas moderadoras nos serviços de saúde e, através da redução do número de deputados,

concretizou um primeiro mas grave entorse à representação proporcional. Apoiou o reforço das indemnizações aos ex-monopolistas. Assumiu posições ambíguas e de certo compromisso com o Governo em relação a gravosos aspectos do pacote laboral. Animou, em diversas oportunidades, projectos de alterações às leis eleitorais em sentido convergente com o pretendido pelo PSD. Assumiu, em matéria de política externa, como foi patente em relação à guerra do Golfo e à situação na Jugoslávia, orientações belicistas que ultrapassaram pela direita o próprio discurso oficial do Governo do PSD. Defendeu e defende, no domínio da integração europeia, orientações de clara defesa da supranacionalidade, do federalismo, da União Política, da União Económica e Monetária e apoia activamente o Tratado de Maastricht.

5.6.7. Estas e outras orientações e comportamentos do PS não resultam de acidentais erros de direcção política, antes espelham e traduzem a existência de uma ampla comunidade de interesses, de concepções, de objectivos e de projecto entre o PS e o PSD.

5.6.8. Por outro lado, o PS continuou a assumir como linha estratégica fundamental e prioritária a "bipolarização" da vida política nacional em torno do PS e do PSD, significando o projecto de remeter os outros partidos e designadamente o PCP para uma expressão residual, e a ambição de instaurar no campo democrático uma espécie de unicidade partidária centrada no PS.

5.6.9. Antes da conquista, em 1987, da maioria absoluta pelo PSD, o objectivo da "bipolarização" significava fundamentalmente o propósito de estabelecer uma indesejável e negativa alternância no governo entre o PSD e o PS na realização de uma política similar.

5.6.10. Mas na actual situação e num quadro político, partidário e eleitoral marcado pela confirmação em 1987 do PSD como partido dotado de uma maioria absoluta de deputados obtida na base de uma maioria absoluta de votos, manter o PS enredado nas suas ambições hegemónicas e prisioneiro voluntário da armadilha da "bipolarização" e, conseqüentemente, afastá-lo da convergência entre forças democráticas, nomeadamente com o PCP - que é condição essencial para uma efectiva alternativa democrática -, constitui o melhor seguro de vida para a política e o Governo do PSD e uma importante contribuição para a sua eternização no poder.

5.6.11. O PS procurou fazer crer que os resultados das legislativas de 1991, designadamente os obtidos pelo PS e pela CDU, atestavam a confirmação e o avanço de um processo de "bipolarização" e a utilidade a favor de uma alternativa de deslocações de voto da área da CDU para o PS.

5.6.12. Mas, em rigor, o que os resultados efectivamente mostraram foi que, mesmo considerando unicamente a aritmética eleitoral e parlamentar, a votação e representação obtida pela CDU seria sempre indispensável para a formação de uma maioria parlamentar democrática e para a construção de uma alternativa e que as deslocações de voto da CDU para o PS foram

completamente inúteis do ponto de vista da derrota da direita e de uma alternativa democrática, uma vez que se confirmou que, para tal efeito, o essencial era obter deslocações de votos da direita para o campo democrático e reforçar a CDU.

5.6.13. Não obstante as suas negativas orientações e comportamentos, o PS é um partido democrático, de tradição antifascista, com uma importante base social de apoio vinculado a ideais e posições democráticas e integrando sectores disponíveis para entendimentos com o PCP.

5.6.14. É uma evidência, que o PCP não esconde nem contesta, que, no actual quadro político nacional, a concretização de uma alternativa democrática à direita não é possível sem o PS. Mas é outra evidência, que o PS não devia esconder nem contestar, que sem o PCP não há real alternativa democrática.

5.6.15. A cooperação, o entendimento, a convergência entre forças democráticas, e designadamente entre o PS e o PCP, continua inscrita como uma questão-chave de uma viragem democrática na política nacional.

5.6.16. A política do PCP em matéria de alianças político-partidárias assenta no interesse e constante esforço para o entendimento, a convergência e a unidade com todas as forças democráticas em torno de objectivos concretos específicos; da defesa do regime democrático e das suas conquistas fundamentais; de defesa da independência e soberania nacionais; do combate à política de direita e em defesa dos interesses do povo e do País; da luta mais geral por uma alternativa democrática ao Governo do PSD e à sua política.

5.6.17. As múltiplas iniciativas do PCP visando a convergência e a unidade das forças democráticas e de esquerda, colocando os interesses gerais do campo democrático acima de interesses estritamente partidários, são consequência dessa sua firme orientação política.

5.6.18. Os acordos alcançados nas eleições autárquicas de 1989 constituem exemplos concretos da justiça, da transparência e da coerência da política de unidade do PCP. Reflectindo importantes e positivas evoluções, eles confirmam plenamente tanto as totais disponibilidades do PCP para dar o seu contributo na procura de soluções conducentes a uma alternativa democrática, como o seu papel indispensável e decisivo na construção dessa alternativa.

5.6.19. Na verdade, as eleições autárquicas de 1989 constituíram um importante sucesso da política de alianças do PCP, e testaram o decisivo papel do Partido na unidade democrática, a sua capacidade negocial e de diálogo, a sua ampla disponibilidade para a incessante procura de soluções visando ampliar e reforçar essa unidade.

5.6.20. Nenhum outro partido democrático conseguiu jamais concretizar um tão amplo leque de alianças e acordos - um leque de alianças e acordos que envolveram todas as forças democráticas e de esquerda: forma-

ção da coligação "Por Lisboa" (PCP, PS, MDP, PEV), integração nas listas da CDU de membros do PSR; acordos de âmbito distrital com a UDP (com a qual viria a firmar-se um acordo nas eleições legislativas de 1991); coligação eleitoral com o PRD nos concelhos de Setúbal e da Covilhã e acordos em vários outros concelhos; acordos pós-eleitorais com o PS em vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

5.6.21. Exemplo marcante da política de unidade do PCP e da sua política de alianças político-partidárias é a Coligação Democrática Unitária (CDU).

5.6.22. Basicamente constituída, no plano jurídico, pelo PCP e pelo PEV, e contando com a participação activa da Intervenção Democrática (ID), a CDU apresentou-se e demonstra todos os dias ser muito mais do que isso, na medida em que nela se integram e participam muitos milhares de cidadãos independentes e também porque com frequência a integram, em situações concretas, várias forças democráticas e de esquerda.

5.6.23. Afirmando-se como um amplo campo de intervenção política e cívica, de debate democrático, aberto, sério, a CDU constitui um espaço em expansão no qual têm lugar todos os cidadãos e democratas disponíveis para a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações e contra a restauração monopolista e a dominação estrangeira sobre Portugal.

5.6.24. As concepções, ideias e actividades da chamada "nova esquerda" (e designadamente as desenvolvidas pela "Plataforma de Esquerda", constituída em grande parte por ex-membros do PCP que estiveram envolvidos em persistentes actividades fraccionistas ao serviço de um projecto de descaracterização e social-democratização do PCP), longe de representarem uma contribuição para a luta por uma política de esquerda e por uma alternativa democrática, constituem, no essencial, um novo instrumento no sentido geral da conformação e resignação com o capitalismo, de abdicação de valores e de um projecto de transformação social, de luta contra a influência do PCP e de manifesta cumplicidade com o PS.

5.6.25. As suas tentativas de afirmação política, assentes fundamentalmente numa artificial promoção por parte dos *media* e inspiradas doutrinariamente por um corpo contraditório de vulgaridades e superficialidades, são construídas a partir da deliberada falsificação de aspectos fundamentais da realidade nacional, com des-

taque para o amálgama a que procedem das características dos diversos partidos e para as permanentes deturpações e calúnias que aplicam à orientação e actividade do PCP, que por vezes coexistem com a apropriação de análises ou linhas de orientação há muito incorporadas no património político e na acção do PCP. As suas abordagens da realidade nacional e internacional estão indelevelmente marcadas pelo conformismo, pelo derrotismo e pela capitulação.

5.6.26. Proclamando a "crise da esquerda" e a crise dos partidos e o papel dos independentes e dos movimentos não partidários, atribuem a si próprios o papel de salvadores da esquerda e pretendem de facto, qualquer que seja o rótulo, criar um novo partido com o fito prioritário de concorrer às eleições.

5.6.27. Proclamando a imperiosa necessidade de libertar as organizações sociais - e designadamente o movimento sindical - da influência dos partidos, visam assegurar a sua própria influência, como é patente no seu assumido propósito de se constituírem em "instância federadora" de diversos movimentos sociais.

5.6.28. Proclamando "a crise da democracia parlamentar" e apresentando-se como grandes campeões da participação activa dos cidadãos, são entretanto calorosos defensores da supranacionalidade, da União Política e de soluções federalistas que ampliariam dramaticamente a distância entre os cidadãos e os centros de decisão.

5.6.29. Apresentam-se como grandes defensores da realização em Portugal de um referendo sobre Maastricht, mas concebem-no e justificam-no na exclusiva óptica da "legitimação" do Sim a Maastricht e da União Europeia como "a melhor opção para Portugal" e manifestam uma escandalosa complacência perante o propósito do PS e do PSD de adaptar imediatamente a Constituição às imposições de Maastricht.

5.6.30. No quadro político nacional, o PCP, firmemente empenhado no avanço da cooperação entre as forças e sectores democráticos mas, sempre e sempre, afirmando a sua autonomia e independência de orientação e acção, é uma força essencial na resistência e oposição à política de direita e uma força indispensável e insubstituível na luta por uma alternativa democrática que signifique realmente uma nova política de liberdade, justiça social, progresso e desenvolvimento, ao serviço do povo e de Portugal.

6.

A luta por uma alternativa. As grandes tarefas políticas

6.0. Introdução

6.0.1. A luta para afastar a direita do poder e por uma alternativa democrática apresenta-se ao Partido e às outras forças sociais e políticas da democracia como a tarefa das tarefas, que não basta equacionar na sua complexidade e potencialidades, a que é fundamental responder com orientações e linhas de intervenção claras, válidas não só para a acção dos comunistas, mas para toda a movimentação e luta popular e para o diálogo com as outras forças democráticas.

6.0.2. O XIV Congresso do PCP, correspondendo a estas exigências, define os grandes objectivos políticos na actualidade e aponta direcções prioritárias para o entendimento com outras forças democráticas, salienta o papel da movimentação social e das organizações e movimentos sociais de massas, clarifica a importância determinante da unidade popular na luta pela alternativa e para a convergência democrática, estabelece orientações e prioridades para as eleições autárquicas de 1993 e as outras eleições que terão lugar nos próximos quatro anos.

6.1. Os grandes objectivos políticos na actualidade

6.1.1. Os grandes objectivos políticos na actualidade traduzem-se em enfrentar a ofensiva da direita, combater o processo de restauração monopolista e de concentração da riqueza, a exploração dos trabalhadores e a degradação da situação social, defender a democracia, derrotando as tentativas de instaurar e institucionalizar um regime autoritário, com concentração do poder e forte limitação das liberdades públicas e defender a independência e soberania nacionais, reagindo contra a política de capitulação nacional.

6.1.2. Simultaneamente e de forma conjugada, é necessário intervir nas lutas de massas imediatas e preparar as várias eleições, na perspectiva da conquista de uma alternativa democrática à direita.

6.1.3. O Programa do PCP, aprovado no XII Congresso realizado de 1 a 4 de Dezembro de 1988 e cuja alteração o Comité Central proporá ao XIV Congresso após debate em todo o Partido, propõe ao povo português uma democracia avançada. Este Programa é em si uma contribuição para uma política democrática alterna-

tiva. Estão objectivamente interessados na democracia avançada que o PCP propõe todos os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, os intelectuais, os quadros técnicos, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os artesãos, os reformados, os deficientes, e também as mulheres e a juventude como forças sociais com situações, problemas, aspirações e objectivos específicos. Para a concretização da democracia avançada são alianças básicas a aliança da classe operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores) e a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias.

6.1.4. Constituem objectivos fundamentais da democracia avançada no limiar do século XXI:

1º um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno;

2º um desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País;

3º uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo;

4º uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais;

5º uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

6.1.5. As alterações que o Comité Central propõe ao Congresso introduzir no Programa do PCP visam ter em conta as alterações ocorridas em Portugal e no mundo, actualizando e aprofundando a sua apreciação e análise das perspectivas da sua evolução, tornar mais sintético o tratamento das questões de carácter histórico e melhorar a ordenação de algumas matérias.

6.1.6. Propondo ao povo português o seu Programa de uma democracia avançada ao limiar do século XXI, o PCP não pretende que a convergência e o entendimento necessários entre as forças democráticas tenham de adoptar e inscrever todas as orientações e medidas pormenorizadamente inscritas no seu Programa.

6.1.7. Como muitas vezes tem sido sublinhado, o PCP está pronto a examinar com o PS e outras forças democráticas as base de um possível acordo para uma alternativa democrática à política de direita.

6.1.8. Tendo em conta a grave situação criada pela política de direita e a premência de uma alternativa, o PCP, aberto ao exame de ideias e propostas que lhe

sejam feitas, aponta como **direcções prioritárias para um entendimento:**

6.1.9. No que respeita ao regime político:

a) A efectiva garantia das liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores tão gravemente atingidos;

b) a concretização do sistema misto parlamentar-presidencial, com a separação e complementaridade dos vários órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo), independência dos tribunais, justiça célere e acessível;

c) a institucionalização e reforço dos mecanismos de fiscalização e controlo da acção governativa;

d) o reforço da natureza descentralizada e participativa do poder local e a concretização da regionalização;

e) leis eleitorais que garantam a democraticidade e genuinidade do voto popular;

f) a despartidarização, desburocratização e descentralização da Administração Pública;

g) o respeito pela autonomia das Regiões Autónomas no quadro da unidade e solidariedade nacionais;

h) garantia do princípio da abertura e controlo público dos actos do poder e da Administração Pública;

i) garantia dos direitos dos cidadãos em relação à actuação dos serviços e das polícias secretas.

6.1.10. No que respeita às estruturas económicas e à política económica:

a) Um desenvolvimento económico assente numa economia mista na qual o Sector Empresarial do Estado assegure sectores de importância estratégica, no estímulo ao sector produtivo, no esbatimento das assimetrias regionais, na mobilização das energias e recursos nacionais, no desenvolvimento de uma especialização conforme aos interesses portugueses - rejeitando o carácter subordinado, apendicular, especulativo e de exploração da mão-de-obra barata no contexto da divisão internacional do trabalho e da integração europeia;

b) a adopção de medidas de emergência para a solução das crises graves que atravessam sectores da indústria e da agricultura;

c) a articulação da política de desenvolvimento económico com uma política de progresso social;

d) a modernização do aparelho produtivo, com base na qualificação da mão-de-obra e no estímulo decidido ao desenvolvimento científico e tecnológico.

6.1.11. No que respeita à política social e cultural:

a) Garantia efectiva do direito à contratação colectiva, estabilidade no emprego, aumentos salariais e benefícios sociais;

b) garantia aos trabalhadores do efectivo direito à greve e dos direitos sindicais nas empresas;

c) combate às discriminações relativas a mulheres e a jovens;

d) melhoria das condições de vida das camadas mais desfavorecidas, nomeadamente dos reformados, e combate à pobreza e à marginalização;

e) responsabilização do Estado na solução dos problemas sociais fundamentais, nomeadamente da saúde, do ensino, da habitação e do ambiente, no quadro de uma política de desenvolvimento que corrija assimetrias sociais e regionais e favoreça as bases de uma política de justiça e igualdade;

f) política cultural sem exclusões nem discriminações e apoio efectivo do direito à cultura;

g) desenvolvimento de acções tendentes a apoiar e estimular a preservação da identidade cultural portuguesa.

6.1.12. No que respeita à política externa:

a) Uma orientação tendo como base essencial e inalienável a independência e a soberania nacionais, aberta à cooperação mutuamente vantajosa com todos os povos do mundo.

6.1.13. Estes pontos constituem como que a proposta provisória de uma ordem de trabalhos para exame conjunto com outras forças democráticas.

6.1.14. Em vez de se considerarem à partida como inamovíveis e inegociáveis os objectivos a curto e médio prazo que cada força democrática defende e que as dividem em termos programáticos, a situação exige que todas considerem como necessário examinar aquilo que as pode aproximar e unir com vista a uma alternativa democrática.

6.2. O papel da movimentação social e das organizações e movimentos sociais de massas

6.2.1. A movimentação social e as organizações e movimentos de massas que têm constituído a maior base de resistência à política de direita, estão também destinados a desempenhar um papel determinante na concretização de uma alternativa democrática.

6.2.2. O aprofundamento do processo de restauração do capitalismo monopolista, os previsíveis desenvolvimentos da integração europeia liderada pelas transnacionais, a persistência da recessão e da crise nas economias capitalistas mais desenvolvidas e os seus reflexos em Portugal, têm pesados custos sociais que não se traduzem apenas na intensificação da exploração dos trabalhadores, mas também na exigência de «sacrifícios» a todas as outras classes e camadas não monopolistas.

6.2.3. Por outro lado, a desfiguração do regime democrático e as actuações do PSD tendentes a substituí-lo por um regime de cariz autoritário, com menos liberdades, novos ataques aos direitos e garantias, menores possibilidades de participação e mais discriminações e perseguições, geram novos focos de descontentamento, de protesto e de luta.

6.2.4. A movimentação social contra a política do Governo exprime o confronto de interesses entre o grande capital e uma vastíssima frente social objectiva

em que se situa a esmagadora maioria do povo português e confirma a existência de uma base social para uma alternativa democrática.

6.2.5. A tendência é para uma progressiva clarificação do sistema de alianças sociais na recusa do projecto autoritário de direita e na procura de um projecto alternativo, o que confere ainda maior importância à política de alianças do Partido no plano social e à sua consequente aplicação. A ampla popularização do Programa da Democracia Avançada no Limiar do Século XXI constitui uma forma fundamental do Partido corresponder a esta exigência.

6.2.6. É, naturalmente, prioritário reforçar o papel do Partido na dinamização, organização e condução da luta da classe operária e de todos os trabalhadores, no atento reconhecimento e valorização do lugar que compete à CGTP-IN e ao movimento sindical unitário e outras estruturas do movimento operário, com destaque para o movimento de Comissões de Trabalhadores.

6.2.7. É cada vez mais importante também que o Partido dedique a maior atenção e apoio às movimentações dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, de outras camadas médias urbanas, de sectores populacionais específicos, com destaque para os jovens, as mulheres e os reformados, mas não só quando estas movimentações são desencadeadas. Devem desenvolver-se mais esforços para acompanhar o seu curso, geralmente contraditório, ajudar a superar as fragilidades e apoiar os movimentos, as organizações, a estrutura, as comissões, as reuniões onde essas lutas têm a sua génese e são depois continuadas.

6.2.8. Devem também merecer uma atenção acrescida as movimentações específicas das populações em torno de questões sociais de grande impacto no campo da saúde, dos transportes e acessibilidades, da habitação, do ambiente, do ensino e outros, sendo dever do Partido suscitá-las, apoiá-las, impulsioná-las e contribuir para que constituam as suas próprias estruturas.

6.2.9. É preciso valorizar o que existe por vezes com expressão significativa, no campo das organizações populares de base e dar o devido lugar, pela sua grande influência nas populações, ao movimento associativo.

6.2.10. As condições favorecem a perspectiva do recrudescimento de uma ampla frente social de luta contra a política do Governo que reduza seriamente a sua base de apoio e favoreça o combate pela sua substituição. Devem multiplicar-se o trabalho e as iniciativas tendentes a aumentar a solidariedade e a vontade de convergência entre as movimentações e os movimentos e organizações das diferentes classes e camadas antimonopolistas. A experiência tem revelado a importância das jornadas de luta e outras iniciativas de confluência que reúnem num mesmo caudal, no tempo e no espaço, movimentações e processos de luta de diferentes classes e sectores sociais.

6.2.11. As lutas reivindicativas e as lutas de resistência (contra a supressão de direitos conquistados) tende-

ção a assumir, mesmo a curto prazo, um considerável ascenso, o que reveste, em qualquer caso, grande importância no combate à política da direita. Não pode, porém, deixar de se ter presente como experiência negativa que importa considerar com atenção a de que, em muitos casos, não se tem verificado uma correspondência entre a contestação social da política do Governo e as posteriores opções políticas e de voto dos sectores nela envolvidos.

6.2.12. A transformação da luta reivindicativa em oposição conjuntural ao Governo e a transformação de uma oposição conjuntural ao Governo em opção de voto democrático, concretamente de voto no PCP, apresenta-se como uma condição de grande importância para que se concretize o papel determinante que a movimentação social é chamada a desempenhar na viabilização de uma alternativa democrática.

6.2.13. Em estreita ligação com as movimentações sociais, com a acção nas instituições e com os processos de unidade e convergência populares e de convergência democrática, o Partido deve permanentemente afirmar as suas próprias análises e posições, associando o movimento de crítica e de luta contra a política do Governo, ao debate dos problemas nacionais, ao desenvolvimento de propostas de natureza global e sectorial, ao aprofundamento da política democrática alternativa, à afirmação do seu projecto de democracia avançada para Portugal.

6.3. A unidade e convergência populares e a convergência democrática

6.3.1. A unidade alcançada em cada movimentação social e a convergência das lutas populares apresentam-se como as mais prioritárias de todas as direcções de trabalho para a concretização de uma alternativa democrática. O seu desenvolvimento tem de compreender não apenas as grandes movimentações de diferentes sectores, com os seus próprios objectivos específicos e as correspondentes estruturas, organizações e movimentos, mas implica também a coincidência no objectivo político do afastamento e substituição do Governo de direita.

6.3.2. No plano da movimentação, da organização e sobretudo do objectivo político, estamos ainda longe destas exigências da convergência das lutas populares. Não há, no entanto, outro caminho capaz de abalar o poder da direita, reduzir a sua base de apoio, projectar-se nas opções políticas e partidárias e nas opções de voto e impulsionar a convergência democrática.

6.3.3. É a classe operária, como a mais consequente de todas as classes antimonopolistas, que está em condições de desempenhar o papel determinante com a sua própria luta e de motor das outras lutas populares incentivando e impulsionando as movimentações, promovendo a organização e popularizando a ideia da

indispensabilidade do afastamento da direita do poder, como única forma de salvaguardar os interesses dos trabalhadores e das outras classes e camadas antimonopolistas, os interesses do País e do regime democrático. A permanência da direita no poder significa a perigosa evolução para um regime de cariz autoritário, dominado pelo capitalismo monopolista, fundado na injustiça social, enfeudado a centros de decisão supranacionais da CE e ao imperialismo. Quanto mais longo for o poder da direita maior é o risco da sua eternização.

6.3.4. O reforço do PCP, da sua capacidade de intervenção e da sua influência na vida do País reveste uma importância determinante para o avanço das lutas populares e da sua crescente convergência e é também um factor decisivo da convergência democrática.

6.3.5. Ao trabalhar pela concretização de uma política de alianças que corresponde à arrumação, contradição e conflitos das classes sociais, o PCP assume a defesa consequente não só dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, mas também das outras classes e camadas antimonopolistas. Está por isso em condições únicas para dinamizar as lutas populares e para fazer a transposição das alianças no campo social para a convergência democrática.

6.3.6. A experiência demonstra que esta transposição não tem nada de automático e que é também ela um processo de luta, porque algumas forças democráticas estão muito longe de corresponder aos interesses sociais de que se reclamam e aos apoios políticos de que beneficiam.

6.3.7. Se houvesse uma exacta correspondência entre os interesses de classe dos eleitores e as suas opções partidárias e de voto não era só o PSD a ser profundamente castigado, era o PS também, que ou mudava drasticamente para fazer verdadeira oposição à direita, ou perderia grande parte do seu eleitorado. Por isto mesmo, a pressão da base política e eleitoral do PS num sentido correspondente aos seus interesses sociais é o factor que mais pode determinar uma mudança nas orientações deste partido num sentido favorável à convergência democrática.

6.3.8. A experiência mostra também que uma tal pressão não pode resultar, no essencial, de apelos ou proclamações dirigidas aos apoiantes socialistas, mas que será o resultado objectivo da crítica frontal às posições do PS e do envolvimento da sua base de apoio nas grandes movimentações contra a política de direita e por uma alternativa democrática.

6.3.9. As ameaças contra o regime democrático e a independência nacional deveriam ser suficientes para que os constantes esforços e as propostas do PCP para a convergência democrática fossem correspondidos pelos outros partidos e forças. Em vez disso, como se viu, subsistem, por parte de algumas dessas forças, como é especialmente o caso do PS, os preconceitos, as pretensões hegemónicas, as concepções bipolarizadoras e,

pior do que isso, as alianças com o PSD e a direita em questões capitais.

6.3.10. O PCP não desiste de apelar e de trabalhar com determinação pelo reforço do diálogo, do entendimento e para a convergência com outras forças democráticas, designadamente com o PS, compreendendo, no entanto, que só impulsionados pelo movimento de massas estes objectivos podem ser alcançados de forma consistente. A convergência democrática para ser sólida constroi-se, como as casas, debaixo para cima. O PCP trabalha por ela empenhando-se a fundo no desenvolvimento das lutas populares no sentido da sua cada vez mais ampla e profunda convergência.

6.4. As eleições autárquicas de 1993

6.4.1. As próximas eleições autárquicas assumem uma particular importância política. No quadro da ofensiva contra o Partido desde já se começa a assistir a uma concentração de esforços para reduzir as posições e a influência que o PCP e a CDU hoje dispõem nas autarquias locais. Mas, simultaneamente, constitui uma oportunidade para as populações manifestarem o seu descontentamento contra a política e as orientações políticas gerais do PSD, contra situações de gestão corrupta, ruínosa ou incompetente de autarquias e a favor de uma alternativa democrática no País e ao nível dos órgãos de Poder Local.

6.4.2. Conscientes da importância das eleições autárquicas, o Governo e o PSD praticam uma política de favores e discriminações na relação com as autarquias e multiplicam ingerências e campanhas em órgãos de comunicação social. Ao mesmo tempo, quer o PSD, quer o PS, proclamam ambiciosos objectivos de conquista da maioria em numerosos órgãos autárquicos em que a presidência actualmente é da CDU e mobilizam agentes sociais e culturais para pedirem responsabilidades que não cabem ao Poder Local mas sim ao Governo e à Administração Central.

6.4.3. O quadro em perspectiva para as eleições autárquicas caracteriza-se simultaneamente pelo largo trabalho realizado pelo PCP e pela CDU nas autarquias e pelas perspectivas favoráveis que daí decorrem, mas também por importantes alterações demográficas e de composição social de numerosos concelhos e freguesias, pelo reflexo de factores internacionais e internos menos favoráveis, pelas desmedidas ambições que o PS e o PSD alimentam e pelas possibilidades que julgam daí decorrer a seu favor, em prejuízo do PCP e da CDU.

6.4.4. A preparação das eleições de Dezembro de 1993 constitui, por isso, não só uma tarefa prioritária, a merecer a maior atenção e o envolvimento das organizações do Partido, mas também uma tarefa que impõe a unidade e coesão dos comunistas e a sua confiança no resultado da batalha que vão disputar.

6.4.5. O conjunto das importantes posições que o Partido e a CDU dispõem nas autarquias resulta da sua influência geral, mas também da confiança e reconhecimento conquistadas pelo trabalho a favor e junto das populações. É no prosseguimento e aprofundamento do trabalho e da obra em curso que se encontra o contributo maior para preparar e enfrentar com êxito a próxima batalha eleitoral.

6.4.6. É no entanto indispensável adoptar desde já não só medidas de melhoria do trabalho e da capacidade de resposta, mas também medidas de natureza especificamente eleitoral.

6.4.7. Avulta, nesta perspectiva, o esforço para uma ampla dinamização da CDU e das suas estruturas locais, confirmando-a como um amplo espaço de participação democrática e de atracção eleitoral de sectores mais amplos.

6.4.8. A CDU constituirá, como regra, a forma de concurso às próximas eleições autárquicas. Constitui objectivo a apresentação de listas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias. A integração de candidatos comunistas em listas de cidadãos eleitores para as freguesias e o apoio do PCP a tais listas será excepcional e dependerá, em particular, de que essa seja a única maneira viável de vencer as eleições, da natureza global da lista e do carácter aberto e explícito da participação do PCP.

6.4.9. A escolha de candidatos deve ter em conta o peso e as responsabilidades do PCP e simultaneamente a sua política aberta e unitária, e conjugar o aproveitamento e a rica experiência de muitos quadros com a indispensável renovação de eleitos e garantia da contribuição de mais quadros qualificados e ligados às populações.

6.4.10. É particularmente importante, na escolha dos candidatos, ter em conta não só o apoio popular aos candidatos e a competência e a ligação às populações, que aliás estão estreitamente ligadas, mas também a honestidade, a dedicação e, no caso dos candidatos comunistas, a disponibilidade para o trabalho colectivo no seio do PCP e para participar na sua actividade.

6.4.11. Reafirmando o valor e significado da experiência do mandato da «Coligação Por Lisboa», o PCP reitera a sua disponibilidade para a sua renovação, no quadro do respeito dos princípios programáticos e das posições dos dois principais partidos em presença.

6.4.12. A «Coligação Por Lisboa» pôs em evidência a possibilidade real de, com a unidade das forças democráticas (nomeadamente o PCP e o PS), derrotaram a direita e desalojá-la de posições dominantes de que dispunha há muitos anos. Tem alto significado que tal tenha ocorrido na capital do País. Mostra que, embora sem anular sérias divergências entre os partidos relativas a problemas centrais da política nacional, é possível, no plano autárquico, apesar de diferentes concepções, orientações e práticas de gestão, uma política comum com assunção comum de responsabilidades e a realização

em comum de um trabalho sério em benefício da população. Comprova que sem o PCP não existe uma alternativa democrática real e credível.

6.4.13. O PCP manifesta-se disponível para o exame em comum, numa base de seriedade, das possibilidades de entendimento entre forças democráticas que tenha em vista derrotar a direita, a conquista de maiorias e posições no interesse das populações dos concelhos respectivos.

6.4.14. A campanha e pré-campanha eleitorais devem servir não só para divulgar o programa e os objectivos para o futuro e, quando em minoria, para apresentar alternativas, mas também como momentos de prestação de contas do trabalho realizado, esclarecimento e atenção à participação e aspirações populares.

6.4.15. Os programas eleitorais a apresentar merecem desde já atenção, no quadro da preparação das eleições de 1993, por forma a garantir uma alargada discussão e contribuição na sua elaboração, quer das organizações e militantes do PCP, quer da CDU, quer, sempre que possível, das próprias organizações.

6.4.16. Constitui objectivo importante, no quadro da preparação das eleições autárquicas, derrotar quaisquer propósitos anunciados pelo Governo de alteração antidemocrática do sistema eleitoral dos órgãos de poder local, combater a ofensiva contra a democraticidade e autonomia das autarquias e assegurar um esforço, sempre que necessário em convergência com outras forças democráticas, para uma fiscalização efectiva do acto eleitoral.

6.4.17. É necessário, igualmente, combater o abuso de funções públicas, a violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas e, em geral, a tentativa de o Governo se servir das suas posições para captar votos para o PSD, quer através de favores e desfavores a autarquias, quer recorrendo a campanhas de calúnias contra autarquias de maioria CDU e a Coligação «Por Lisboa», quer imputando-lhes responsabilidades que lhes não cabem por problemas não resolvidos ou com deficiente resolução.

6.4.18. Constituem objectivos globais para as eleições autárquicas de 1993:

a) a confirmação das posições da CDU nos municípios e freguesias onde hoje é maioritária;

b) a conquista da presidência em novos municípios e freguesias;

c) o reforço de posições que hoje detém em minoria e a conquista de novos mandatos em autarquias onde não está representada;

d) enfraquecer as posições da direita e infligir-lhe uma derrota que contribua para uma alternativa democrática ao nível do Governo do País.

6.4.19. Constitui direcção fundamental da preparação das eleições autárquicas, bem como dos processos eleitorais ulteriores, a transformação da luta reivindicativa e da oposição sectorial ou conjuntural ao Governo em opção de voto democrática e, concretamente, em opção de voto no PCP e na CDU.

6.5. Outras eleições

6.5.1. As eleições para o Parlamento Europeu, que se realizarão no primeiro semestre de 1994, assumem particular importância tendo em conta o avanço da integração europeia, as propostas de União Política, Económica e Monetária e a necessidade de defesa intransigente dos interesses nacionais e os seus reflexos no combate à direita e à luta por uma alternativa.

6.5.2. Constituem objectivos fundamentais nestas eleições:

a) Defender as posições do PCP, e da coligação em que se integra, continuando a luta pelos interesses nacionais no Parlamento Europeu;

b) lutar pela adopção de modelos de crescimento e desenvolvimento que não agravem as injustiças sociais, mas antes diminuam as disparidades de rendimentos e anulem as desigualdades de acesso à cultura, à habitação, à saúde, à justiça e preservem os equilíbrios ecológicos;

c) defender o desenvolvimento harmonioso com relevo para a dimensão social, lutando para que a coesão económica e social, a Carta dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, a convergência real das economias não sejam meros objectivos demagógicos sem conteúdo efectivo;

d) conceder particular atenção à aplicação da «nova» PAC e trabalhar para a adopção de medidas que atenuem o seu impacto para a agricultura portuguesa, dado que não foi salvaguardada a sua especificidade;

e) defender a duplicação e reforma dos fundos estruturais tendo em atenção o Pacote Delors II e os fundos específicos para o desenvolvimento nacional e regional, defendendo a sua concreta e justa aplicação;

f) defender a soberania e independência nacionais combatendo o avanço de processos supranacionais, valorizando uma independência económica e política e a definição de uma política de defesa nacional;

g) defender a riqueza do património e a diversidade de culturas na Europa, a solidariedade e a luta comum dos trabalhadores e dos povos;

h) combater manifestações de nacionalismos, do racismo e xenofobia nas suas mais variadas formas;

i) defender um amplo trabalho conjunto das diferentes instituições nacionais e de uma permanente informação em todas as questões que digam respeito a Portugal na Comunidade Europeia;

j) combater a política de direita e de abdicação nacional do PSD, lutando para que as eleições para o Parlamento Europeu sejam uma contribuição para uma alternativa democrática.

6.5.3. As próximas eleições para a Assembleia da República terão um papel que poderá ser decisivo no processo de luta por uma alternativa, já que do seu resultado dependerá a sua concretização nos anos ulteriores.

6.5.4. Para a derrota da direita e a concretização da alternativa democrática impõe-se:

a) desenvolver a luta em todas as frentes, quer em torno de reivindicações imediatas, quer em oposição geral ou sectorial ao Governo e à sua maioria parlamentar, procurando uma ampla convergência na acção e a sua transformação em opção de voto democrático, e particularmente no PCP e nas listas que integrar;

b) lutar contra as medidas de adulteração da proporcionalidade do sistema eleitoral, contra o abuso de poder e a manipulação de cargos públicos com objectivos eleitorais;

c) valorizar sistematicamente a actividade e intervenção do PCP na Assembleia da República e aprofundar as suas ligações com as massas populares, as suas estruturas associativas e as realidades locais e regionais.

6.5.5. As eleições de 1996 para a Presidência da República assumem grande importância para a derrota dos projectos da direita de se apropriar do controlo deste órgão, esvaziando de conteúdo real a separação e interdependência dos órgãos de soberania.

6.5.6. Para garantir a derrota da direita e a vitória das forças democráticas impõe-se:

a) intervir no sentido de assegurar a contribuição indispensável do PCP para a eleição de um candidato democrático que dê garantias de se empenhar em defesa da liberdade e do regime democrático e da afirmação das potencialidades do sistema misto parlamentar-presidencial;

b) participar no processo eleitoral de modo a divulgar entre as massas populares o modo como o PCP vê o exercício do cargo presidencial e as suas propostas para a defesa e desenvolvimento da democracia política e para a realização da democracia económica, social e cultural.

6.6. Perspectiva confiante

6.6.1. O afastamento da direita do poder e a concretização de uma alternativa democrática são de importância vital para o nosso País e correspondem aos interesses da grande maioria dos portugueses. Trata-se, por isso, de objectivos por que é imperioso lutar e em que é necessário e possível vencer.

6.6.2. O PCP não subestima os obstáculos e dificuldades de ordem externa e interna que foram detidamente examinados ao longo das páginas anteriores. Mas salienta, ao mesmo tempo, a existência de uma base objectiva para uma ampla frente de luta antimonopolista, valoriza as forças da democracia portuguesa e as razões que militam a favor da sua convergência, aponta as contradições e as fragilidades do poder da direita.

6.6.3. O PCP luta por uma alternativa democrática não apenas com grande determinação, mas também

com uma perspectiva confiante e otimista. Esta perspectiva radica no papel que atribui à luta das massas populares e à sua comprovada capacidade de transformar o quadro político do País, através da redução da base de apoio do Governo e do seu crescente isolamento, da dinamização do entendimento e da convergência das forças democráticas, da atracção de novos sectores para o campo da democracia.

6.6.4. Integra-se nesta mesma perspectiva a avaliação positiva que o PCP apresenta da possibilidade de derrotar o PSD nas próximas eleições, a começar pelas eleições autárquicas de 1993, rejeitando energicamente

as atitudes de descrença que se manifestam em outros meios democráticos. É preciso, porém, que as forças democráticas sejam capazes de se entender num esforço comum para fazer gorar os planos do PSD de conduzir a vida política do País ao sabor do calendário eleitoral, para defenderem perante o nosso povo uma alternativa credível, para manterem uma permanente e estreita ligação entre a luta eleitoral e o desenvolvimento do movimento de massas.

6.6.5. O nosso Partido e as outras forças, sociais e políticas, da democracia têm que se empenhar a fundo numa luta dura e difícil, mas a vitória está ao seu alcance.

7.

O PCP

A identidade comunista

7.0 Introdução

7.0.1. O PCP é um partido com ideais, princípios, objectivos, vida interna e ligação com as massas que definem a sua identidade e o distinguem de todos os outros partidos. A identidade do PCP traduz-se fundamentalmente na sua natureza de classe, no objectivo de construção de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados, na teoria revolucionária que o inspira, numa concepção e numa prática de estrutura e funcionamento que asseguram a sua unidade e capacidade de intervenção, na ligação estreita e indissolúvel com as massas e no seu patriotismo e internacionalismo. As alterações aos Estatutos e ao Programa do Partido propostas ao XIV Congresso não alteram a identidade do Partido, antes a aprofundam e reforçam.

7.1. Traços fundamentais

7.1.1. O PCP é o partido do proletariado - partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Esta sua natureza de classe definiu-se desde a sua fundação e afirmou-se e confirmou-se ao longo de toda a sua história, na defesa dos interesses dos trabalhadores, nos seus objectivos, na sua ideologia, na sua composição social, nas direcções principais e de uma forma geral em todos os aspectos da sua actividade.

7.1.2. Existem é certo outros partidos que contam com numerosos operários e outros trabalhadores nas suas fileiras e recebem de largos sectores operários amplo apoio político e eleitoral. Esses factos não permitem porém afirmar, ao contrário do que sucede com o PCP, que esses partidos são partidos dos trabalhadores, porque a sua ideologia, os seus objectivos e a sua acção política estão intimamente ligados à ideologia, objectivos e interesses das forças do capital.

7.1.3. Ao contrário desses partidos, a independência relativamente à influência ideológica, política e económica da burguesia, é parte integrante da identidade do PCP.

7.1.4. A experiência internacional apresenta numerosos exemplos de partidos comunistas que soçobraram por terem abandonado e perdido a sua natureza de classe.

7.1.5. A criação dos partidos comunistas, desde Marx e Engels, partidos do proletariado, partidos da classe

operária e de todos os trabalhadores, esteve ligada à afirmação da sua independência. Hoje como então a classe operária e os trabalhadores necessitam em absoluto de um tal partido. Em Portugal: o PCP.

7.1.6. O objectivo da construção de uma sociedade nova, libertada da exploração do homem pelo homem, de discriminações, desigualdades e injustiças sociais, - uma sociedade socialista - é outra parte integrante da identidade do PCP.

7.1.7. Durante muitos anos o PCP, como praticamente todos os partidos comunistas do mundo (umas vezes com inteira motivação, em alguns casos sem suficiente análise crítica), inseriu no seu projecto como pontos programáticos soluções e realizações alcançadas na URSS. A experiência, análises mais rigorosas, os ensinamentos da luta, conduziram o Partido a uma elaboração própria nomeadamente no referente à democracia, ao Estado e ao papel do Partido e das massas na construção da nova sociedade.

7.1.8. Os acontecimentos e as derrotas do socialismo na URSS e noutros países da Europa de Leste, pondo inteiramente a nú como uma das suas causas fundamentais "um modelo" que em aspectos essenciais se afastara dos ideais comunistas, como o XIII Congresso (Extraordinário) do PCP considerou, obriga a um maior rigor na definição dos objectivos da sociedade socialista pela qual luta o PCP. Daí algumas alterações a introduzir pelo XIV Congresso ao Programa do Partido.

7.1.9. É particularmente importante sublinhar que a sociedade socialista que, como objectivo e perspectiva, o PCP propõe ao povo português, incorpora e desenvolve os elementos fundamentais - económicos, sociais, políticos e culturais - da democracia avançada no limiar do século XXI igualmente proposta ao povo português pelo PCP. E sublinha também que, como o Partido tem afirmado, o ideal comunista é um projecto para o futuro e também um movimento de crítica, de luta e de transformação do presente.

7.1.10. A identidade do PCP contém como elemento teórico integrante o marxismo-leninismo.

7.1.11. O marxismo-leninismo inspirou e apetrechou as forças revolucionárias que no século XX levaram a cabo a nível mundial transformações sociais de significado histórico imperecível.

7.1.12. Produziram-se entretanto no movimento comunista sérias distorções ao marxismo-leninismo que se

podem justamente considerar em numerosas situações entre as causas da incapacidade de dar resposta a novas situações e a novos fenómenos, assim como soluções erróneas e incorrectas que comprometeram gravemente a política de partidos comunistas e os conduziram a sérias derrotas.

7.1.13. Os novos conhecimentos científicos, a revolução tecnológica, a evolução do capitalismo, a análise objectiva da história e as experiências revolucionárias tornaram necessários novos desenvolvimentos teóricos e correcções a conclusões e formulações anteriores.

7.1.14. Mas com inteira propriedade o marxismo-leninismo continua a ser a base teórica do PCP.

7.1.15. Os princípios do centralismo democrático foram afirmados ao longo dos anos como fundamento da estrutura orgânica e do funcionamento do Partido.

7.1.16. Entretanto, na vida do Partido em tão diversas condições (clandestinidade durante os 48 anos de fascismo, liberdades antes de 1926 e depois do 25 de Abril) o elemento "centralismo" e o elemento "democrático" conheceram articulações e mudanças que as próprias situações concretas exigiam.

7.1.17. Os objectivos de tais princípios foram sempre assegurar simultaneamente a democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central. Mas, ao longo da história do Partido, a experiência, a prática, o estilo próprio que se foi criando, a reflexão teórica sobre a matéria, conduziram a um aprofundamento dos conceitos e à introdução de elementos novos nos princípios orgânicos do Partido.

7.1.18. Assim passou a ser insuficiente a citação de alguns princípios repetidos no movimento comunista, e passaram a ser introduzidas nas definições e na vida do PCP novos princípios e novas normas que não afectaram antes enriqueceram o centralismo democrático e asseguraram os seus objectivos.

7.1.19. A estreita ligação à classe operária, aos trabalhadores e às massas populares tornou-se no PCP, não apenas um objectivo, mas um elemento e uma característica da sua identidade.

7.1.20. Mesmo na luta clandestina, a íntima ligação aos trabalhadores e a criação de profundas e sólidas raízes nas massas populares contaram-se entre os factores que deram ao PCP os apoios, os quadros, a energia revolucionária e a capacidade de intervenção para resistir e defrontar a repressão fascista e tornar-se um grande partido nacional.

7.1.22. No processo da revolução de Abril, nas conquistas democráticas, na instauração do regime e na luta contra a política antidemocrática de sucessivos governos, esta ligação, num processo interdependente de luta e com aspectos de fusão orgânica, conheceu novo e impetuoso desenvolvimento.

7.1.23. Ao longo dos anos e na actualidade, a luta da classe operária e das massas populares é inseparável da acção do PCP e a força, a actividade e a intervenção na

vida nacional do PCP são inseparáveis da luta da classe operária e das massas populares.

7.1.24. Patriotismo e internacionalismo são traços inseparáveis da identidade do PCP:

7.1.25. Numa situação em que a reconstrução e restauração do capitalismo monopolista dá lugar a uma estreita ligação em termos de dependência dos grupos económicos portugueses com as transnacionais, e é acompanhada de uma política de capitulação nacional por parte do governo de direita, os interesses da classe operária e da população laboriosa identificam-se de forma crescente com os interesses nacionais. O patriotismo é uma constante na política do PCP.

7.1.26. A desagregação e desaparecimento da URSS e outros países socialistas, o desequilíbrio de forças daí resultante a nível internacional e o avanço da agressividade e pretensão de hegemonia mundial do imperialismo, assim como os processos de divisão internacional do trabalho e de integração económica, tornam mais necessária que nunca a solidariedade recíproca entre todas as forças revolucionárias, entre os trabalhadores e os povos de todos os países. O ideal internacionalista dos comunistas encontra na situação do findar do século novos e imperiosos motivos de reforço e concretização.

7.1.27. Sempre com a classe operária, os trabalhadores e o povo de Portugal, sempre lado a lado com os trabalhadores, os povos, os comunistas e outras forças revolucionárias de outros países, o PCP é um partido coerentemente patriótico e internacionalista.

7.2. Alterações ao Programa

7.2.1. O Programa do Partido aprovado no XII Congresso realizado em Dezembro de 1988 e tendo como projecto político e proposta central "uma democracia avançada no limiar do século XXI", mantém, no que respeita ao essencial da proposta, inteira validade e actualidade.

7.2.2. Entretanto, nos anos decorridos, produziram-se radicais mudanças da situação internacional e mudanças qualitativas na situação nacional resultantes do avanço do processo contra-revolucionário conduzido pelo Governo PSD.

7.2.3. Tais mudanças tornam necessárias novas respostas seja no que respeita à análise das situações, seja no que respeita às orientações e medidas programáticas.

7.2.4. A manutenção no Programa de uma circunstanciada referência sobre a luta contra a ditadura fascista, a revolução de Abril e o processo contra-revolucionário, constitui elemento indispensável para a avaliação tanto da situação actual e perspectiva da sua evolução como do significado e alcance das medidas propostas.

7.2.5. Na sequência de mais de 15 anos de política de direita e de ofensivas antidemocráticas, Portugal vive, por um lado, a reconstrução e restauração, como sistema socioeconómico, do capitalismo monopolista formado e estruturado no tempo do fascismo; e, por outro lado,

a perversão do regime político democrático instaurado e institucionalizado com a revolução de Abril.

7.2.6. O actual Programa do PCP é proposto na continuidade histórica da luta pela revolução democrática e nacional conduzida no tempo do fascismo e dos ideais, conquistas e realizações de valor igualmente histórico da revolução de Abril, que se projectam, como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal. A democracia avançada que o PCP propõe ao povo português constitui uma verdadeira alternativa à política de direita.

7.2.7. O Programa do Partido não é o lugar próprio para análises e considerações relativas à situação internacional. Entretanto a desagregação da URSS e dos regimes do Leste da Europa, a mudança radical da correlação de forças, a tentativa de o imperialismo retomar a hegemonia mundial, ao mesmo tempo que se aprofunda a crise nos países capitalistas, a evolução num sentido federalista da integração europeia e as suas consequências para Portugal, tornam necessárias importantes alterações ao texto do Programa. Tais alterações respeitam ao Mercado Comum, União Europeia e independência nacional (Cap. I), às suas incidências nas políticas apontadas para a democracia avançada (Cap. II), à apreciação do século XX e ao socialismo como futuro de Portugal, matéria na qual as lições dos acontecimentos implicam o enriquecimento do projecto e novas formulações (Cap. III).

7.2.8. A sistematização dos objectivos programáticos merece algumas alterações (Cap. II), passando a apontar-se cinco grandes direcções: quatro (regime de liberdade e Estado democrático; desenvolvimento económico; política social; política cultural) correspondendo às vertentes complementares e inseparáveis da democracia (a política, a económica, a social e a cultural) e uma à independência nacional, valor fundamental e inalienável da Nação, do Estado e do Povo e quadro indispensável para a concretização de uma política verdadeiramente democrática.

7.2.9. Relativamente ao regime político (regime de liberdade e Estado democrático) introduzem-se algumas alterações por motivo do grau adiantado de limitação e adulteração de elementos fundamentais da democracia política. Reforçam-se assim disposições visando a fiscalização da acção governativa (Cap. II, 1^o - 2.1.19.2), a democraticidade dos actos eleitorais com respeito pelo princípio da proporcionalidade (Cap. II, 1^o - 2.1.24), elementos da democracia participativa (Cap. II, 1^o - 2.1.25), e elementos da legalidade e responsabilização da segurança e ordem públicas (Cap. II, 1^o - 2.1.30).

7.2.10. O grau já muito adiantado de destruição das estruturas económicas criadas com a revolução de Abril e a reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, tornam necessários numerosos ajustamentos, tanto de linhas gerais relativas às estruturas socioeconómicas e ao desenvolvimento económico, como de vários aspectos das políticas sectoriais (Cap. II, 2^o).

7.2.11. Não se trata de uma aceitação e "adaptação" passiva às mudanças resultantes do avanço contra-revolucionário, mas de uma resposta à nova situação criada, incluindo novas e criativas orientações correctoras da política de direita, outras de recuperação e concretização de valores de Abril, e outras ainda relativas ao Sector Empresarial do Estado (Cap. II, 2^o - 3.7.1.), e à transformação da estrutura agrária (Cap. II, 2^o - 3.7.2.).

7.2.12. As políticas sectoriais constantes do Programa aprovado no XII Congresso não só foram demasiado pormenorizadas como continham diversas disposições de carácter conjuntural. As alterações introduzidas (Cap. II, 2^o) visam retirar ou limitar tais disposições, acentuar as linhas fundamentais relativas a cada sector e apontar objectivos que correspondam com mais rigor às modificações desde então verificadas.

7.2.13. A terceira componente ou objectivo fundamental da democracia avançada (a política social) (Cap. II, 8^o) dá resposta às novas e graves situações dos trabalhadores e das massas populares e à legislação laboral antidemocrática nomeadamente o pacote laboral. As alterações sublinham entre outras como orientações a limitação das formas de emprego não permanente e a política de rendimentos (Cap. II, 3^o - 4.7.6.) assim como orientações e disposições diversas relativas aos direitos à saúde, à educação e ao ensino, à cultura e ao desporto, à habitação, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, à segurança dos cidadãos, assim como aos direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, dos idosos, dos deficientes, dos emigrantes e dos imigrantes (Cap. II, 3^o).

7.2.14. Na quarta componente (a cultural), insistindo-se em linhas que mantêm inteira validade, reforçam-se as responsabilidades fundamentais do Estado democrático (Cap. II, 4^o).

7.2.15. Os problemas relativos à independência e soberania nacionais, adquiriram uma acrescida gravidade nos últimos anos, com o crescente domínio da economia portuguesa pelos grupos económicos estrangeiros, pela acentuação das dependências no quadro da CEE, pela atitude de capitulação nacional do Governo do PSD, e mais recentemente pelo Tratado de União Europeia.

7.2.16. Estas circunstâncias e nomeadamente a evolução num sentido federalista da integração europeia com o Tratado de Maastricht colocam sérios problemas que abrangem praticamente todas as áreas fundamentais da vida nacional. Estas circunstâncias tornam necessárias nesta matéria profundas alterações ao Programa com uma análise actualizada da situação e uma orientação geral definindo uma política externa correspondente (Cap. II, 5^o).

7.2.17. A desagregação da URSS e a queda dos regimes nos países do Leste da Europa, pelas suas consequências para a causa da libertação dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, pela alteração das suas perspectivas a curto e médio prazo, e pelas lições que comportam relativamente à sociedade socialista e à

sua construção, tornam necessárias múltiplas alterações ao Programa (Cap. III).

7.2.18. No aprofundamento da análise a que se procedeu no XIII Congresso (Extraordinário) deve ser corrigida a avaliação anteriormente demasiado optimista do processo mundial de transformação social (Cap. III, 1) e devem ser sublinhadas as causas e consequências dos acontecimentos (Cap. III, 1.9).

7.2.19. O projecto da sociedade socialista para Portugal defendida pelo PCP há muito se distanciava e distinguia do "modelo" da URSS e outros países do Leste da Europa. As lições dos acontecimentos levam a sublinhar no Programa, com novos aditamentos, a necessidade de permanente fiscalização da actividade dos órgãos do Estado, o aprofundamento das formas de participação popular e o carácter determinante da vontade dos povos (Cap. III, 2).

7.2.20. No IV e último capítulo do Programa - o Partido - ao mesmo tempo que a alteração à referência ao movimento comunista internacional, o texto relativo à identidade do Partido e aos princípios orgânicos tem necessariamente que corresponder aos Estatutos aprovados com as alterações introduzidas por decisão do XIV Congresso.

7.2.21. O Programa, com as alterações introduzidas, corresponde aos interesses do País, às necessidades e às aspirações mais profundas do povo e propõe uma política alternativa no caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência nacional, da paz e do socialismo.

7.3. Alterações aos Estatutos

7.3.1. Os Estatutos do Partido não se podem considerar e não têm sido considerados como um código de princípios e normas fixas e intemporais.

7.3.2. Tendo vectores estáveis correspondendo a características básicas da identidade do Partido, tanto os princípios como as normas estão sujeitos ao enriquecimento proveniente da experiência e da reflexão, assim como a modificações exigidas pela necessidade de responder a mudanças da situação em que o Partido actua.

7.3.3. Assim, os Estatutos do Partido tem sido sujeitos a alterações em Congressos anteriores e pelas mesmas razões devem ser sujeitos a novas alterações no XIV Congresso.

7.3.4. As alterações introduzidas nos Estatutos com definições mais rigorosas, maior aprofundamento de princípios e adequação de normas versam particularmente princípios e normas relativas à definição da natureza de classe do Partido, ao seu papel de vanguarda, à inserção da sua actividade no movimento comunista, ao sistema de alianças, à teoria marxista-leninista, aos princípios orgânicos, aos objectivos supremos, às condições para ser membro do Partido, assim como aos seus deveres e direitos, às obrigações dos comunistas nas

organizações de massas e no exercício de cargos públicos, à disciplina e à ligação com a JCP.

7.3.5. Entre muitas outras destacam-se as alterações a seguir apontadas.

7.3.6. Os Estatutos em vigor definem o PCP como "o partido do proletariado" mas acrescenta-se a definição de há muito e constantemente utilizada do PCP como o partido político da classe operária e de todos os trabalhadores (proposta na alteração ao artº 1).

7.3.7. O PCP continua a definir-se (como nos Estatutos em vigor) como vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, mas entende-se acrescentar e explicitar nos Estatutos, que o papel de vanguarda não é de facto uma característica do Partido pela simples afirmação de que o é, mas que decorre da sua natureza de classe, da justeza das análises e da orientação política, do projecto de uma nova sociedade, da coerência entre os princípios e a prática, e da capacidade de organizar e dirigir a luta popular em ligação permanente, estreita e indissolúvel com as massas e ganhando o seu apoio (artº 1, nº 3).

7.3.8. No que respeita à teoria, a experiência de grandes deformações indica a necessidade de sublinhar a natureza essencialmente materialista e dialéctica, o enriquecimento e a "renovação" do marxismo-leninismo e explicitar que é "contrário à dogmatização e cristalização assim como à revisão oportunista de teorias, princípios e conceitos" (artº 2).

7.3.9. No que respeita aos princípios orgânicos (artº 16) tornou-se necessário explicitar nos Estatutos o "desenvolvimento criativo" do centralismo democrático (artº 16, nº 1) e inserir como elementos de tal desenvolvimento e como princípios orgânicos fundamentais alguns anteriormente considerados de forma dispersa como o trabalho colectivo e a direcção colectiva (artº 16, nº 2, f)), o reforço do papel da contribuição das opiniões e críticas das organizações (nº 2, b)), o poder de decisão e iniciativa (nº 2, g)) e a não admissão de fracções (nº 2, h) - (artº 21 dos Estatutos em vigor).

7.3.10. A definição de quem pode ser membro do Partido e dos deveres dos membros do Partido teve também algumas alterações. Passa a considerar-se que pode ser membro do Partido aquele que aceite o Programa e os Estatutos e consideram-se seus deveres fundamentais a militância numa das suas organizações e o pagamento da sua quotização (artº 9). Deixam assim de inscrever-se nos Estatutos todos aqueles elementos considerados até agora conjuntamente como condição para a inscrição e a qualidade de membro do Partido, o que não cobria há muito e não cobre actualmente a situação de muitos milhares de membros do Partido.

7.3.11. Relativamente aos deveres e direitos dos membros do Partido procedeu-se também a uma nova arrumação (artº 14, 15, 44 e 51), evitando muitas repetições no texto em vigor.

7.3.12. As alterações relativas aos deveres dos membros do Partido em organizações e movimentos de

massas, têm em vista definir e harmonizar com mais rigor as obrigações dos membros do Partido que devem actuar segundo as orientações do Partido e ao qual devem dar contas da sua actividade e as suas obrigações e responsabilidades para com a massa associativa e as massas no quadro da autonomia, carácter unitário e vida democrática das organizações e movimentos em que actuam (artº 54 e 55).

7.3.13. Em relação aos eleitos do Partido para cargos públicos definiu-se também com maior rigor as suas obrigações para com o Partido e para com os eleitores, mantendo-se o princípio de não ser nem beneficiado nem prejudicado financeiramente por virtude do exercício do cargo.

7.3.14. Entre muitas alterações que se entendem necessárias ou úteis são de destacar ainda:

7.3.15. No que respeita ao sistema de alianças, e tendo em conta a evolução da composição social da sociedade portuguesa, considera-se que, a par da aliança da classe operária com o campesinato - pequenos e médios agricultores - se deve também inscrever, como aliança social básica, a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias (artº 8, nº 1).

7.3.16. No que respeita aos órgãos superiores do Partido, é da competência do Congresso, ou alterar os

Estatutos no referente às estruturas como considere necessário, ou institucionalizar em termos estatutários eventuais modificações, como já tem acontecido, introduzidas nos organismos e cargos de Direcção por decisão do Comité Central no exercício das suas competências - modificações que respondam à necessidade do reforço da direcção, sua capacidade, sua eficácia e sua renovação.

7.3.17. Relativamente ao projecto de sociedade socialista avançado pelo PCP entende-se necessário entre outros conceitos explicitar (artº 5) como elemento da sociedade socialista "o efectivo poder político" do povo (explicitação oportuna face a uma das principais experiências da derrocada no Leste da Europa).

7.3.18. Relativamente ao Partido e à juventude, uma mais atenta e clara definição das tarefas do Partido e das tarefas da JCP, sublinhando-se a necessária contribuição do Partido para "a dinamização, fortalecimento orgânico, político e ideológico da JCP" e, ao mesmo tempo o necessário "rejuvenescimento do Partido e o aumento da sua influência na juventude (artº 57).

7.3.19. As alterações enriquecem os Estatutos com a experiência, a prática, a reflexão teórica ao longo dos anos e a adequação à realidade, e tornam os Estatutos a lei do Partido, actual, viva, flexível, criativa e dinâmica.

8.

O reforço do Partido: breve balanço de actividade e tarefas imediatas

8.0. Introdução

8.0.1. Na permanente intervenção do Partido nas grandes áreas da vida política nacional, a constante e coerente acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, a activa e responsável intervenção dos comunistas nas instituições (Assembleia da República, Assembleia Regional dos Açores, autarquias e Parlamento Europeu) em estreita articulação com uma acção determinante no desenvolvimento da luta de massas, o Partido confirma-se e reafirma-se como uma grande força política, com identidade própria, profundamente ligado e identificado com o povo, suas aspirações e suas lutas.

8.0.2. Um Partido forte é fundamental para a defesa dos interesses das massas populares e do País, para a cooperação e a unidade das forças democráticas e para se alcançar uma verdadeira alternativa democrática à política de direita.

8.0.3. Sem subestimar as dificuldades (objectivas e subjectivas) e os diferentes condicionalismos que defrontam as organizações do Partido na fase actual, para desenvolverem a sua actividade, é necessário e é possível, adoptando medidas que tenham em conta as situações concretas, fortalecer a organização, imprimir uma nova dinâmica à actividade partidária, elevar a militância e reforçar a influência política e eleitoral do Partido.

8.0.4. Entre outras, constituem medidas prioritárias: fortalecer o trabalho de direcção, aprofundar o trabalho colectivo, dinamizar a vida política nas organizações e a participação dos membros do Partido, renovar a organização, recrutar novos militantes, melhorar o funcionamento dos organismos e organizações, melhorar a propaganda e a informação, alargar a difusão do "Avante!" e de "O Militante", elevar o nível ideológico dos quadros, aumentar as receitas e - como tarefas indissolúvelmente ligadas a todos os aspectos do reforço do Partido -, aprofundar o conhecimento dos problemas do País, reforçar a intervenção política do Partido e estreitar a sua ligação às massas.

8.1. Breve balanço de actividade

8.1.1. O PCP viveu nestes últimos anos, particularmente desde o XII Congresso, um período que foi

marcado negativamente por grandes transformações internacionais. As modificações operadas no Leste europeu e, em particular, a derrocada da União Soviética tiveram grande repercussão entre os trabalhadores portugueses e todas as forças progressistas do nosso País, abalando convicções e cortando perspectivas.

8.1.2. Tais transformações foram aproveitadas para o recrudescimento com intensidade e violência raras vezes verificadas na história da campanha anticomunista. Importantes meios de comunicação social que estão ao serviço do imperialismo que se tornou ainda mais dominante à escala mundial, declararam a morte do comunismo e dos partidos comunistas.

8.1.3. Entre nós, ao mesmo tempo que o avanço da política de direita vai provocando a acentuação das desigualdades e a intensificação da exploração dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, a campanha contra o PCP tornou-se linha central da batalha ideológica conduzida pelas forças de direita e oportunistas de vários matizes.

8.1.4. Essa campanha, que aproveitou e na qual se integrou a actuacção fraccionista, antipartidária, desenvolvida por alguns ex-membros do Partido, tudo faz por desfigurar e esconder as orientações, propostas e actividade dos comunistas em defesa dos trabalhadores e das diversas camadas antimonopolistas, em defesa da democracia e dos interesses, da soberania e da independência nacionais.

8.1.5. Factores de desânimo e desmobilização provocados pela situação internacional e nacional têm sido combatidos por um intenso esforço de esclarecimento político, por um aturado trabalho orgânico, por um grande conjunto de iniciativas que marcam uma intervenção permanente do Partido nos mais diversos aspectos da vida nacional.

8.1.6. Numa altura em que a luta ideológica atinge uma grande acuidade, em que se querem impor os valores do individualismo e do lucro sem olhar a meios, e em que muitos se lhes submetem ou transitam para a social democracia e o liberalismo, a coerência do PCP constitui um exemplo que atrai e que ganha o respeito de vastos sectores políticos e sociais e a simpatia e adesão crescentes de elementos das novas gerações.

8.1.7. Sem se deixar de ter em conta as insuficiências e dificuldades, a coerência, o debate e a reflexão, as respostas e posições assumidas relativamente às situações e problemas nacionais e internacionais, a democracia na vida interna do Partido, a intervenção em relação a muitos diferentes sectores e problemas, a estreita ligação com as massas e as suas lutas, têm permitido, apesar de um condicionalismo muito desfavorável, que inclui maiores dificuldades em quadros, em meios financeiros e outros, manter um partido de massas, coeso e unido, com um funcionamento regular e uma muito variada actividade, que se projecta nas mais diversas áreas da sociedade portuguesa e na vida internacional.

8.1.8. A existência de milhares de quadros valiosos, experimentados, ligados aos trabalhadores e às populações e com bom nível político e ideológico, constituiu um factor para que os comunistas portugueses resistissem com êxito às graves dificuldades criadas não só com a evolução nacional mas principalmente com a desagregação da URSS e dos regimes socialistas na Europa e o recuo geral do movimento comunista.

8.1.9. No período entre o XII e o XIV Congressos o Partido esteve sempre presente e desempenhou papel determinante na vasta luta da classe operária e de outros trabalhadores.

8.1.10. Os membros do Partido tiveram igualmente papel determinante nas muitas lutas a que recorreram outras camadas laboriosas, entre as quais greves, manifestações, concentrações e protestos realizados por intelectuais e quadros técnicos, pelos estudantes e pelos jovens em geral, pelas mulheres, pelos reformados, pelos deficientes, pelos pequenos e médios agricultores, por pequenos e médios empresários, assim como nas movimentações e lutas das populações em defesa de interesses específicos.

8.1.11. Os comunistas contribuíram de forma decisiva para o esclarecimento, a mobilização, a organização e as iniciativas levadas a cabo por movimentos unitários muito diversificados. São um factor determinante de força, influência, independência, consciência de classe e unidade do movimento sindical.

8.1.12. Nas instituições, Assembleia da República, Parlamento Europeu, Assembleia Regional dos Açores, Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia, bem como em outros órgãos, o Partido, através dos seus eleitos ou representantes, desenvolveu um intenso trabalho que se destaca mesmo em comparação com outros partidos com maior ou muito maior número de representantes seus.

8.1.13. O Partido assegurou uma activa e combativa participação nas eleições realizadas para o Parlamento Europeu, para o Poder Local, para a Presidência da República, para a Assembleia da República e para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira.

8.1.14. O Partido comemorou o seu aniversário em Março nos diversos anos, tendo dado maior relevo ao 70º aniversário, que se celebrou no último ano.*Em 1992,

mais de duas centenas de iniciativas foram realizadas a propósito do aniversário.

8.1.15. Realizou anualmente a Festa do "Avante!", a qual passou, desde 1990, a ter lugar na Quinta da Atalaia (Amora - Seixal), propriedade do Partido, cuja compra foi conseguida na base de uma grande campanha de 150 mil contos, obtidos e ultrapassados com as dívidas de muitos militantes, simpatizantes e outros cidadãos. A Festa do "Avante!", a maior realização político-cultural realizada em Portugal, festa do Partido, do povo, da juventude, tem tido uma grande importância para a mobilização do Partido e para o contacto com os participantes que não são comunistas. A Festa do "Avante!" constitui uma poderosa afirmação da militância, capacidade criativa e apoio de massas, do grande, fraterno e coeso colectivo que é o PCP.

8.1.16. O Partido, para além do seu funcionamento normal que engloba muitos milhares de reuniões e plenários por ano, incluindo Assembleias convocadas pelas organizações, realizou, por si só ou com os seus aliados na CDU, à escala nacional, regional ou outras, inúmeros encontros, debates, seminários, colóquios, sobre muito diversos temas.

8.1.17. Entre as iniciativas mais importantes do Partido, considerando apenas as realizadas após o XIII Congresso, contam-se: a Conferência Nacional sobre as Eleições Legislativas (Maio de 91); a Reunião Nacional sobre questões de Organização (Novembro de 90); os Encontros Nacionais sobre a Independência Nacional (Outubro de 90), sobre o Ensino Superior (Dezembro de 90), dos Professores (Fevereiro de 91), sobre Política Científica e Tecnológica (Junho 91), sobre Educação e Ensino (Março de 92), sobre a Saúde (Abril de 91), sobre os Problemas dos Reformados (Abril de 92), sobre os Problemas dos Deficientes (Maio de 92), sobre o Movimento Associativo (Maio de 92); os Seminários Nacionais sobre Política de Ambiente (Outubro de 90), sobre questões de Emigração (Dezembro de 90); sobre a Mulher na Comunidade Local (Outubro de 90), sobre a Participação da Mulher em Igualdade - uma condição de progresso; um desafio à sociedade (Maio de 91); sobre Protecção Civil (Maio de 92); sobre a Política Desportiva (Maio de 92); os Debates sobre a Justiça em Portugal (Junho de 91) e sobre Toxicodependência e Narcotráfico (Maio de 92). Os Seminários sobre Alterações das Leis Eleitorais (Junho de 92) e sobre Autarquias e Desenvolvimento (Junho de 92).

8.1.18. O Partido realizou também debates e ciclos de debates, jornadas nacionais de esclarecimento e propaganda em que participaram milhares de comunistas e outros democratas. O Grupo Parlamentar realizou Jornadas Parlamentares.

8.1.19. Há que dar destaque muito especial à realização do XIII Congresso (Extraordinário) do Partido, em Maio de 1990. Três razões fundamentais o motivaram: os acontecimentos nos países do Leste europeu, o agravamento da situação nacional e o reforço do Partido, razões que se prendem umas com as outras.

8.1.20. O XIII Congresso, que assentou numa muito ampla auscultação dos membros do Partido num debate em que todos tiveram a possibilidade de apresentar e defender as suas opiniões, constituiu um passo muito importante para o esclarecimento, para o fortalecimento, para a coesão dos comunistas portugueses.

8.1.21. Este Congresso extraordinário foi determinante para a clarificação de problemas, para dar mais força ao Partido e o capacitar para avançar na sua influência e implantação.

8.1.22. O PCP confirmou as suas raízes e continuou a mostrar que é uma força política necessária, indispensável e insubstituível na sociedade portuguesa. Com o fortalecimento da sua actividade, é possível recrutar, elevar os conhecimentos dos quadros e formá-los, contribuir ainda mais para as lutas socioeconómicas, recuperar muitos eleitores, alargar a influência entre os trabalhadores e outras camadas antimonopolistas, e ganhar uma importante parcela dos jovens para os ideais e a luta do Partido.

8.1.23. Nos 4 anos decorridos, pela sua firmeza e combatividade face à política de direita, pelas propostas positivas e construtivas que apresentou, pela política concreta que realizou com destaque para a obra realizada no poder local, o PCP foi não só o grande partido da oposição à direita como se afirmou como autêntico e genuíno partido da alternativa democrática.

8.2. Trabalho de Direcção

8.2.1. O melhoramento e aprofundamento de todo o trabalho de direcção, assente muito particularmente no Comité Central, organismos executivos do Comité Central e numerosas estruturas de apoio ao trabalho de direcção central (comissões de coordenação, comissões junto do Comité Central e grupos de estudo), torna-se imprescindível para o reforço geral do trabalho partidário e da sua intervenção na vida nacional.

8.2.2. Na sequência de orientações e decisões do XII Congresso e prosseguidas no XIII Congresso, foram adoptadas diversas medidas no sentido de uma ampla renovação das estruturas de direcção, visando assegurar um maior aprofundamento do trabalho político e a dinamização da actividade partidária.

8.2.3. As reestruturações e a renovação operadas tiveram a orientá-las a rica experiência acumulada no trabalho de direcção, a preservação e enriquecimento de características tão importantes, como seja o trabalho colectivo, a estreita ligação dos dirigentes aos militantes e organizações e uma larga e regular intervenção na actividade geral do Partido, no quadro de uma mais profunda descentralização de responsabilidades e competências para as organizações regionais, assegurando-se a democracia interna e uma orientação geral única.

8.2.4. O Partido enfrentou neste período alterações radicais no mercado e relações de trabalho, a violência da campanha anticomunista, uma ofensiva qualitativamente

te nova contra os direitos dos trabalhadores e as conquistas democráticas, uma nova escalada de actividades fraccionistas e operações de intoxicação, provocação, que desmobilizaram, desorientaram e fizeram afastar militantes do Partido, em grande parte como reflexo das derrotas do socialismo no Leste europeu e na URSS. Apesar de tão difícil situação o Partido, alicerçado nas decisões e orientações dos XII e XIII Congressos, travou importantes batalhas políticas, nomeadamente quatro campanhas eleitorais nacionais (Parlamento Europeu/89, autárquicas/89, Presidenciais/91 e legislativas/91), desempenhou um papel fundamental e determinante no desenvolvimento da luta de massas e na resistência à ofensiva antidemocrática, revelando uma grande coesão e intervenção dinâmica e responsável em diferentes áreas da vida nacional.

8.2.5. Foram dados passos positivos, embora insuficientes, na linha de concretização das orientações do XII e XIII Congressos.

8.2.6. Entretanto persistiram insuficiências no trabalho de direcção e surgiram problemas novos que exigem efectiva melhoria, nomeadamente uma mais rigorosa definição das competências e articulação entre si dos diferentes organismos executivos, e uma ligação mais estreita entre o trabalho político das Direcções Regionais e o dos organismos executivos e das áreas de actividade, bem como a melhoria do nível de informação, coordenação e troca de experiências.

8.2.7. O Comité Central realizou desde o XII Congresso 29 reuniões plenárias, tendo debatido as grandes questões de orientação política e da vida interna do Partido, mas registando insuficiências.

8.2.8. Para o reforço da Direcção central do Partido é necessário que se pondere o funcionamento e dimensão do Comité Central, assim como a estrutura, atribuições e articulação dos seus organismos executivos. Cabem ao Comité Central as decisões relativas a esta matéria e cabe ao Congresso decidir da eventual institucionalização nos Estatutos dessas decisões.

8.2.9. As áreas de trabalho e as estruturas de apoio ao trabalho de direcção central deram uma importante contribuição para o acompanhamento, desenvolvimento e coordenação da actividade geral do Partido em diferentes áreas da actividade partidária e para o nível da sua intervenção. Mas a carência de quadros, e a redução de número de funcionários, problema agravado com o aumento do número de Direcções Regionais, tornou mais difícil assegurar o regular funcionamento de algumas dessas estruturas e projectar as suas decisões e orientações no trabalho das organizações partidárias.

8.2.10. Torna-se necessário ponderar e reestruturar os apoios ao trabalho de Direcção Central, estreitamente ligados à organização e actividade do Partido, tendo em conta o estado da organização e as tarefas na fase actual, racionalizando meios, evitando dispersões, assegurando uma eficaz intervenção política, de acordo com a definição dos objectivos definidos como prioritários.

8.2.11. As Direcções Regionais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da actividade diária do Partido, na articulação do trabalho dos organismos executivos com o conjunto do trabalho das organizações partidárias.

8.2.12. O reforço do papel das Direcções Regionais, exige uma sua melhor ligação aos Organismos Executivos do Comité Central, a melhoria dos apoios centrais ao seu trabalho político sendo de estudar e incentivar formas de coordenação e enlace inter-regionais para a realização de tarefas comuns e o acompanhamento de organizações de massas.

8.2.13. As áreas de trabalho e intervenção política e as estruturas de apoio à Direcção Central - na sua composição e funcionamento - poderão ser reorganizadas, tendo em conta a estrutura de Direcção Central e Regional a adoptar, o trabalho complementar de diversas frentes de trabalho, a redução do número de funcionários e as tarefas consideradas prioritárias na actual fase da vida partidária.

8.2.14. As reuniões de quadros de âmbito nacional, regional, local e sectorial, para debate e aprofundamento de aspectos gerais da actividade partidária e da vida nacional ou de problemas de natureza específica, envolvendo muitos milhares de quadros de organizações diversas, continuam a revelar-se de grande importância para a troca de experiências, aprofundamento do debate interno, envolvimento dos militantes na elaboração de orientações e tomada de decisões, um mais correcto conhecimento do sentir do Partido por parte dos organismos de direcção, bem como para a coesão do Partido e a elevação da dinâmica partidária.

8.2.15. É de continuar a desenvolver esta prática adequando-a aos meios de que dispõe o Partido e à natureza dos objectivos.

8.3. Política de quadros

8.3.1. Na organização e na actividade do Partido, nas lutas dos trabalhadores e de outros sectores sociais, na acção dos movimentos unitários e associativos, na luta política, têm-se destacado muitos militantes comunistas, homens e mulheres, pela dedicação e capacidade de intervenção na área em que actuam.

8.3.2. É de valorizar o papel destes milhares de quadros, que a nível central, regional e distrital, concelhio e local, perante dificuldades concretas existentes na sua esfera de acção e tendo em conta o ambiente criado pelas derrotas do socialismo, tomam uma posição activa e clarificante na batalha ideológica e mobilizam e dinamizam não só as organizações partidárias como dão o exemplo da sua ligação às massas.

8.3.3. No conjunto dos quadros, os funcionários constituem um elemento indispensável do trabalho de direcção, no plano orgânico, no funcionamento do Partido, e na sua ligação às massas. Os funcionários contribuem para o reforço da natureza de classe e do papel revolu-

cionário do Partido. Prossegue entretanto a tendência verificada no XII Congresso de diminuição do seu número.

8.3.4. As causas principais desta tendência são a necessidade da adequação do quadro de funcionários aos meios financeiros disponíveis, as dificuldades decorrentes de um baixo nível salarial, e também os reflexos do avanço da direita, a desagregação da URSS e a derrocada dos países do Leste europeu na perspectiva, disponibilidade e empenhamento revolucionário.

8.3.5. Tendo em conta as necessidades, as dificuldades e a complexidade dos problemas existentes, torna-se necessário tomar medidas para a renovação dos quadros funcionários, seja pelo conhecimento, avaliação e responsabilização de quadros dedicados, capazes e com elevado espírito revolucionário, seja pelo prosseguimento da política de evolução salarial no quadro do novo Estatuto Material dos Funcionários iniciada este ano, defendendo as características revolucionárias intrínsecas ao que deve ser o funcionário do Partido.

8.3.6. Mantém-se, tal como apontado pelo XII Congresso, a necessidade de recurso a quadros remunerados pelo Partido, ainda que com outro estatuto e condições de trabalho.

8.3.7. O trabalho dos funcionários foi muito valioso. Importa continuar a superar deficiências que ainda se verificam com certa frequência, tais como excessos de direcção individual e a insuficiente integração no trabalho colectivo, a rotina e o trefismo, o débil empenhamento no estudo e preparação e a falta de preocupação permanente de ligação com as massas.

8.3.8. A amplitude, intensidade e variedade das tarefas e também a redução do número de funcionários, colocaram, particularmente às Direcções das Organizações Regionais, para a necessidade de envolver mais quadros não funcionários em tarefas de maior responsabilidade.

8.3.9. Além deste forte núcleo de militantes, milhares de outros membros do Partido dão também um importante contributo à actividade partidária.

8.3.10. O acompanhamento, responsabilização, formação e promoção de novos quadros, particularmente de camaradas operários e jovens, tem constituído uma preocupação dos organismos mais responsáveis, pois este aspecto da política de quadros tem a ver não só com a resposta às tarefas no imediato, mas liga-se também à renovação e ao futuro do Partido.

8.3.11. Na valorização e desenvolvimento de cada quadro há que ter sempre presente a relação entre o contributo individual e a riqueza do trabalho colectivo. É de grande importância a consciência do que o indivíduo pode dar ao colectivo e do papel que este tem na formação e no desenvolvimento dos quadros e de cada indivíduo.

8.3.12. A actividade regular, o enquadramento nos organismos e o seu acompanhamento, o trabalho colectivo, a leitura, o estudo e a discussão dos documentos do Partido e da teoria marxista-leninista, constituem formas

complementares de formação dos quadros. Os cursos do Partido assumem também grande importância na formação teórica dos quadros.

8.3.13. Desde o XII Congresso foi relativamente pequeno o número de cursos e de camaradas que os frequentaram. A nível central realizaram-se 18 cursos em que participaram 300 membros do Partido.

8.3.14. As razões desta diminuição prendem-se com a sobrecarga de tarefas, com a menor disponibilidade pessoal e profissional de muitos camaradas e com as debilidades orgânicas existentes. Também é necessário ter em conta a subestimação da importância da preparação teórica dos quadros e os atrasos, debilidades e deficiências no domínio do trabalho do Partido na esfera ideológica.

8.3.15. Entretanto, realizaram-se inúmeros Encontros, Seminários e outras iniciativas para debate sobre temas candentes, quer a nível central quer regional, os quais contribuíram para a informação e formação de milhares de quadros que neles participaram.

8.3.16. Neste período extremamente complexo da situação política nacional e internacional, os membros do Partido colocaram as suas opiniões, dúvidas e, também, em alguns casos, divergências políticas e ideológicas. No quadro do funcionamento democrático do Partido é natural e constitui importante contribuição para o debate a diversidade das opiniões e é positivo que todos tenham a oportunidade de intervir, discutir e contribuir com as suas ideias para a análise e as direcções de trabalho do Partido.

8.3.17. Contudo, invocando abusivamente esse justo direito, verificaram-se casos de membros do Partido que assumiram comportamentos e atitudes violando frontal e assumidamente princípios e regras estatutárias. A Comissão Central de Controlo e Quadros decidiu aplicar a sanção disciplinar de expulsão a três membros do Partido com responsabilidades de direcção em actividades fraccionárias e de hostilização política pública da orientação do Partido. O Comité Central ratificou esta decisão.

8.3.18. Entre os aspectos negativos que se reflectem no desenvolvimento dos quadros interessa salientar: a centralização e o excesso de tarefas acumuladas por quadros de elevado nível de responsabilidade; o individualismo; a não adaptação às novas realidades e necessidades do Partido; a rotina e a burocracia, a falta de iniciativa e de inovação; a dependência em relação ao que venha de "cima"; insuficiências na formação teórica; e a precipitação e subjectividade na avaliação dos quadros.

8.3.19. Para reforçar a política de quadros é necessário:

a) haver maior preocupação e disponibilidade para apoiar o desenvolvimento e efectiva responsabilização dos quadros, dando particular atenção aos mais jovens;

b) reforçar a motivação dos quadros e a valorização do indivíduo no trabalho colectivo;

c) fomentar, nos quadros ligados a tarefas específicas e especializadas, o reconhecimento da importância do seu enquadramento orgânico de modo a apresentarem a sua contribuição no colectivo onde estão inseridos e a poder receber a ajuda desse colectivo;

d) ter uma preocupação constante com a formação política, ideológica e cultural, nomeadamente dando mais atenção à concretização de cursos e à realização de reuniões de quadros, debates e outras iniciativas;

e) discutir e combater tendências e procedimentos contrários aos princípios e deveres estatutariamente definidos.

8.4. Organização

8.4.1. Os problemas e dificuldades decorrentes da conjuntura internacional e das condições consequentemente adversas enfrentadas pelo Partido nos últimos anos, bem como fenómenos relacionados com a evolução social e política do País, projectaram-se naturalmente sobre múltiplos aspectos e indicadores da sua organização

8.4.2. Na análise e reflexão sobre a evolução e a situação da organização é, por um lado, indispensável proceder a uma identificação rigorosa dos dados reais que lhe dizem respeito e, por outro lado, ter em conta o seu verdadeiro significado no contexto, não de meras comparações com períodos diversos, mas das condições concretas em que se desenvolveu a actividade e intervenção do Partido.

8.4.3. Neste sentido, sendo obrigatório referir que a evolução da organização apresenta traços negativos, em que avultam designadamente quebra de efectivos, descidas no nível de estruturação orgânica, redução de militância e fenómenos de desmobilização ou desânimo, é igualmente indispensável salientar que a organização do Partido continua a ser uma realidade sem paralelo no quadro partidário nacional, assente num amplo, activo e fortemente estruturado colectivo partidário, numa elevada militância de muitas dezenas de milhar de membros do Partido, garantindo-lhe uma intensa e diversificada capacidade de intervenção na sociedade portuguesa.

8.4.4. No quadro do acompanhamento e reflexão sobre os problemas de organização e de um sério esforço para definir e concretizar linhas de resposta às dificuldades e deficiências existentes, merecem referência a realização de uma Reunião Nacional de Quadros em Novembro de 1990, o debate geral sobre o trabalho de organização realizado entre 15 de Fevereiro e 15 de Março deste ano e que envolveu mais de 300 reuniões, e a reunião do Comité Central de Maio de 1992 em que as questões de organização foram tema de uma ampla discussão.

8.4.5. O Balanço concluído no final de Setembro fornece importantes dados e indicações sobre a evolu-

ção, a situação, os problemas e características actuais da organização do Partido.

8.4.6. O número total de membros do Partido é 163.506. Em relação ao número divulgado no XII Congresso (1988) significa uma diminuição de 35 769. Na origem desta diminuição está fundamentalmente a concretização - que deverá ainda prosseguir - das orientações do XII e do XIII Congressos visando a verificação da correspondência entre o número de membros inscritos e os reais efectivos do Partido, o que permitiu clarificar de forma muito mais rigorosa situações que se encontravam por quantificar e por repercutir nos números globais dos efectivos partidários - prolongadas perdas de contacto (por exemplo, por emigração, por mudança de residência, por dificuldade de localização), falecimentos. Para além deste factor, pesam também nesta diminuição afastamentos, saídas por razões e motivações diversas (desinteresse na renovação do cartão, desânimo, afirmações de indisponibilidade para manter as responsabilidades de membro do Partido mas acompanhadas de expressões de apoio e solidariedade política), e demissões, sendo entretanto de referir a reduzida expressão das que são comunicadas com expressa invocação de divergências político-ideológicas.

8.4.7. As novas adesões ao Partido, embora mantendo um ritmo regular ao longo dos últimos quatro anos, não compensaram naturalmente a diminuição de efectivos já referida e descrita. Sem que se possa atribuir a tal facto o carácter de um movimento duradouro, merece especial referência o facto de entre Outubro de 1991 e Março de 1992 (ou seja num período de grande impacto do desaire eleitoral das legislativas e da desagregação da URSS) se terem verificado 750 novas inscrições no Partido, a imensa maioria por iniciativa dos próprios, e metade das quais no escalão etário de menos de 30 anos.

8.4.8. Actualmente cerca de 50% dos membros do Partido não mantém uma ligação regular à sua organização. Este número envolve porém uma considerável diversidade de situações, sendo de referir que inclui um grande número de membros de Partido que, entretanto, participam em iniciativas do Partido, desenvolvem actividades no plano cívico, social, autárquico e cultural em sintonia com a linha política do Partido, bem como muitos outros que estando afastados da actividade do Partido (muitas vezes por dificuldades orgânicas), quando contactados, reafirmam a sua ligação partidária.

8.4.9. Da atenta ponderação destes elementos de informação e explicação e da consideração dos dados numéricos no contexto político e ideológico que tem rodeado a vida e a acção do Partido nos últimos quatro anos, o que resulta como politicamente mais saliente e significativo é a conservação pelo Partido de um grande efectivo de membros que integra um poderoso núcleo orgânico e permanentemente activo.

8.4.10. A composição social mantém, no essencial, os traços anteriores. Os operários são 55,1 %, os empregados 20,6%, os agricultores 1,9%, os intelectuais e quadros técnicos 5,0%, e outros sectores (estudantes,

domésticas, pequenos empresários, reformados não anteriormente considerados, etc.) 17,4 %.

8.4.11. A composição etária é a seguinte : 10,4 % dos membros do Partido tem menos de 30 anos; 50,5 % entre 31 e 50; e 39,1% tem mais de 50 anos. Por comparação com os dados do XII Congresso, verifica-se, a par da estabilidade do escalão «31-50», tanto uma redução no escalão de menos de 30 anos como um aumento no escalão de mais de 50 anos, em pontos percentuais semelhantes (cerca de 6).

8.4.12. A percentagem de **mulheres** subiu ligeiramente, cifrando-se agora em 23,5%.

8.4.13. O número de **organismos do Partido** é actualmente de 2812, o que representa uma significativa quebra em termos de estruturação orgânica, que não pode deixar de se relacionar com as deficiências de carácter orgânico e com a adopção de diferentes critérios de apuramento, mas também com o encerramento de numerosas empresas, com despedimentos e situações repressivas (que se traduzem no desaparecimento de centenas de células), com a redução do número de funcionários do Partido.

8.4.14. As DORs, devido à nova estruturação que se realizou após o XII Congresso, são actualmente 20; as Comissões Concelhias 186 (número que integra as Comissões de Ilha nos Açores que correspondem a um único concelho). As outras Comissões de Ilha que abrangem mais de um concelho são 4; as Comissões de Freguesia são 378; as células de empresa e de sectores profissionais são 708; as células por local de residência são 133 e os núcleos 158. Os organismos para as frentes de trabalho são: 182 para a frente sindical; 250 para a frente autárquica 1 171 para outras frentes de actividade. Os organismos que tratam das questões mais internas do Partido (Comissões de Fundos, de Centros de Trabalho, Propaganda, etc) são 261. De registar ainda a existência de 381 organismos intermédios e outros.

8.4.15. As dificuldades objectivas com que se depara o trabalho organizativo agravaram-se e são conhecidas. Elas têm uma repercussão natural nas deficiências subjectivas existentes na organização. A compreensão da situação concreta em que cada organização actua e das suas consequências na actividade partidária é um factor importante para se combaterem as debilidades orgânicas e para se encontrarem soluções que respondam à nova situação, sabendo-se que as nossas vitórias a este respeito também podem influenciar positivamente o condicionalismo objectivo.

8.4.16. Entre as deficiências existentes convém destacar concepções de trabalho organizativo que o separam da ligação às massas e da intervenção partidária; casos de trabalho de direcção pouco flexível, insuficiente no aprofundamento dos problemas e na elaboração das orientações, no estabelecimento de prioridades e no planeamento do trabalho; um fraco trabalho de formação de quadros; problemas de desmobilização e de redução da militância que não são enfrentadas de forma criativa e perseverante; um fraco nível ideológico e político; e

casos de falta de atenção com as opiniões de outros camaradas e o estímulo a elas, com o trabalho colectivo e com a democraticidade em geral na vida do Partido.

8.4.17. Tendo sempre presente o condicionalismo actual e as experiências colhidas, é necessário que todas as organizações procurem resolver e melhorar algumas questões principais.

8.4.18. Em primeiro lugar, qualquer organização tem de conhecer as questões que caracterizam a área em que exerce a sua acção e de dialogar com as pessoas que nela participam e actuam.

8.4.19. Em segundo lugar, para vencer dificuldades e deficiências existentes, será sempre necessário procurar responsabilizar novos militantes e flexibilizar as formas orgânicas e de contacto, linhas de iniciativa e intervenção de modo a vencer desmobilizações e atrair mais camaradas à vida e à acção partidárias.

8.4.20. Em terceiro lugar, há que, tendo em conta as reivindicações e aspirações colectivas, intervir na área em que se actua, de diversos modos, incluindo o contacto directo junto dos trabalhadores, de elementos de outras camadas, das populações, tomar posição e realizar iniciativas que os unam, esclareçam e organizam.

8.4.21. A participação dos membros do Partido na actividade de massas é um factor fundamental para a dinamização e fortalecimento da organização.

8.4.22. Avaliando a situação actual e os objectivos, exigências e esforços do Partido, tem particular importância definir prioridades para a intervenção partidária de modo a que, com concentração de atenções, forças e meios em áreas particularmente decisivas para o presente e o futuro do Partido, se consiga não apenas o desenvolvimento dessas áreas mas um esforço global do Partido e da sua influência na sociedade portuguesa. Tal definição de prioridades não corresponde a uma decisão que abandone todas as outras linhas e áreas.

8.4.23. Assim, consideram-se áreas de trabalho prioritárias no período após o XIV Congresso:

a) o trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores e a acção dos comunistas no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores e noutros movimentos unitários de massas;

b) o trabalho junto das populações e o reforço da acção dos comunistas nas autarquias e no movimento popular;

c) o trabalho junto da juventude, contribuindo para o reforço da JCP e o aumento da influência do Partido junto da juventude;

d) o trabalho junto dos agricultores;

e) o trabalho junto dos intelectuais e quadros técnicos e científicos.

8.4.24. Tendo em conta as questões principais e as áreas de trabalho prioritárias, importa levar persistentemente a cabo as seguintes tarefas:

a) Procurar insistentemente envolver na actividade partidária o maior número de membros do Partido de acordo com os seus interesses, conhecimentos, capacidades e disponibilidades.

b) Enquadrar prioritariamente os membros do Partido que têm uma actividade regular, em especial os que intervêm nas organizações e movimentos de massas;

c) criar formas simples de organização ou realizar iniciativas que envolvam muitos outros camaradas;

d) convocar regularmente a Assembleia de cada organização.

e) Acentuar a prioridade das células por local de trabalho criando células, nomeadamente nos mais importantes sectores e empresas de cada região, zona ou concelho.

f) Reforçar o acompanhamento dos membros do Partido nas estruturas sindicais e outras organizações dos trabalhadores e articular melhor a sua acção com a actividade das células de empresa e de sectores profissionais.

g) Reforçar a atenção a empresas e sectores de âmbito nacional ou pluridistrital com melhoria de coordenação, reforço do acompanhamento central dos comunistas que participam nas estruturas unitárias de nível nacional, definição de responsáveis nacionais para a coordenação e acompanhamento, garantindo ao mesmo tempo o efectivo papel das Direcções Regionais;

h) Intensificar a intervenção das células e outras organizações por local de residência junto das populações para a resolução dos problemas locais e reforçar o acompanhamento dos eleitos autárquicos, estimulando a sua ligação permanente aos habitantes e às comissões, associações, movimentos e organizações existentes na sua área, bem como aos trabalhadores da autarquia.

i) Reforçar a acção junto da juventude visando: aprofundar o conhecimento dos problemas e das aspirações da juventude; estimular o desenvolvimento do movimento juvenil; contribuir para a dinamização, apoio aos quadros, fortalecimento orgânico, político e ideológico da JCP, no respeito pela sua autonomia; atrair jovens ao Partido e elevar a sua influência entre a juventude.

j) Debater as possibilidades de recrutamento em todas as organizações e orientá-lo.

l) Dedicar maior cuidado à formação dos quadros, conhecendo melhor a organização, acompanhando a evolução dos militantes no desempenho das suas tarefas e tomando medidas e criando condições para a realização de palestras e cursos.

m) Estabelecer um relacionamento entre organismos de diferentes responsabilidades que estimule a iniciativa dos organismos inferiores e facilite o acompanhamento da sua actividade pelos organismos superiores. Contrariar o dirigismo e o autonomismo.

n) Continuar a conhecer melhor os efectivos partidários tendo em conta a saída real de militantes e também a possibilidade de reatar ligações e de manter todos aqueles que desejam permanecer no Partido. Prosseguir o apuramento de modo a continuar a

aproximar o número de membros inscritos do número real dos efectivos.

o) Prestar uma maior atenção às questões organizativas ligando-as constantemente às tarefas, às iniciativas, a toda a actividade de cada organização. É indispensável discutir ampla e frequentemente estas questões.

8.5. Trabalho ideológico

8.5.1. Nos últimos quatro anos, o Partido continuou a assegurar uma importante e valiosa intervenção na luta ideológica, designadamente através da análise de grandes questões da vida nacional e internacional, da acção política geral, da elaboração teórica, de iniciativas de formação, debate e reflexão, da sua imprensa, publicações, actividade editorial e propaganda.

8.5.2. Embora apresentando diferenças entre estes níveis e grandes áreas de trabalho ideológico, a acção desenvolvida representou globalmente uma significativa contribuição para o processo de resistência, resposta e afirmação do Partido num período marcado por uma extraordinária agudização, à escala mundial e nacional, da ofensiva política e ideológica contra os ideais do socialismo e contra os partidos comunistas, por um continuado agravamento das dificuldades de acesso aos principais meios de comunicação de massas e pela persistente acentuação de traços particularmente negativos na vida intelectual e no debate de ideias no nosso País.

8.5.3. Num quadro muito diversificado de iniciativas e acções em que se deve incluir e valorizar, a par de variadas formas de intervenção e reflexão colectivas, as desenvolvidas individualmente por militantes do Partido, assumiram grande importância as reflexões, as análises e conclusões do XIII Congresso (Extraordinário) designadamente no tocante ao exame das causas, significado, consequências e ensinamentos dos processos de desagregação verificados nos países do Leste europeu e a aprofundada reflexão sobre a natureza, a identidade e o projecto do PCP.

8.5.4. As conclusões do XIII Congresso constituíram com efeito uma corajosa, articulada, aprofundada e criadora resposta ideológica do Partido que desempenhou um papel crucial no fracasso de um dos objectivos fundamentais da ofensiva ideológica contra o Partido e que consistia em obter a sua desorientação e capitulação e lançar o colectivo partidário numa profunda crise de desmoralização e perda de confiança revolucionária.

8.5.5. Num outro plano, merecem também referência particular os debates realizados no Partido no 1º semestre deste ano, no quadro da preparação do XIV Congresso e dos quais, para além do necessário intercâmbio de opiniões e reflexões, resultaram significativas contribuições para a intervenção do Partido na batalha ideológica.

8.5.6. O XII e o XIII Congressos, na base de uma cuidada reflexão sobre as experiências e necessidades

do Partido em matéria de trabalho ideológico, definiram importantes orientações e linhas de acção, que no essencial conservam grande validade, visando iniciar um processo de gradual recuperação de consideráveis atrasos e de progressiva ultrapassagem de reconhecidas insuficiências e debilidades registadas na intervenção do Partido na luta das ideias.

8.5.7. Dando balanço ao trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos, é indispensável reconhecer que não correspondeu adequadamente nem aos propósitos e objectivos delineados pelos dois anteriores Congressos nem se registaram os progressos, melhorias e avanços que seriam indispensáveis tendo em conta os sempre mais exigentes desafios com que o Partido está confrontado em termos de batalha ideológica.

8.5.8. Entre as mais graves e preocupantes insuficiências e limitações verificadas devem ser salientadas as que se referem à falta de avanços sensíveis em matéria de acompanhamento e coordenação central desta frente de trabalho, de elaboração teórica e de investigação, de rentabilização, irradiação, e maior inserção e aproveitamento na vida e acção do Partido do trabalho realizado, de organização e mobilização de capacidades e potencialidades seguramente existentes no colectivo partidário mas que, actualmente, em termos de trabalho ideológico, ou não se encontram concretamente recenseadas ou se encontram em grande parte desaproveitadas.

8.5.9. Para o desenvolvimento, enriquecimento e projecção da intervenção do Partido na luta ideológica, consideram-se direcções de trabalho essenciais:

- a) a ligação estreita da investigação e do debate ideológico com a realidade, com a actividade prática e as suas experiências;
- b) a melhoria da reflexão e da previsão sobre as prioridades na luta ideológica em função das mais relevantes tarefas, necessidades e objectivos do Partido;
- c) a reponderação das estruturas e formas de coordenação e dinamização central desta frente;
- d) a adopção de formas maleáveis de articulação e complementaridade entre diversos meios e instrumentos de intervenção do Partido (nomeadamente órgãos de informação e publicações) visando assegurar melhores resultados designadamente no plano da divulgação e da popularização das reflexões e posições do Partido;
- e) o avanço para iniciativas de maior e mais profícua articulação com os sectores intelectuais das organizações do Partido, o estudo e concretização de formas de contacto e de trabalho conjunto com militantes do Partido particularmente interessados e qualificados em diversos domínios (história, sociologia, psicologia, filosofia, ciência política etc.);
- f) a valorização no conjunto do trabalho partidário dos instrumentos de intervenção do Partido ou de

importante influência de comunistas e um seu maior aproveitamento como veículos de contacto e de diálogo com importantes camadas e grupos sociais;

g) o apoio e o estímulo à mais regular realização de diversificadas iniciativas de debate, de reflexão e confronto de opiniões;

h) o activo favorecimento de uma maior iniciativa individual de militantes do Partido no debate das ideias, designadamente conquistando novos espaços de comunicação e polémica que ajudem a romper o muro de silêncio e a dificultar a fuga ao debate com que outras correntes políticas e ideológicas, em regra, reagem às reflexões e opiniões dos comunistas;

i) a projecção do pensamento e da actividade do Partido na comunicação social, a luta contra o bloqueio, a deformação e a intoxicação que persistem e tendem a agravar-se.

8.6. Informação e propaganda

8.6.1. As orientações gerais definidas nos XII e XIII Congressos para o trabalho de informação e propaganda do Partido mantêm-se, no essencial, válidas.

8.6.2. Todavia, tanto o agravamento geral das condições objectivas de actuação por motivo das alterações no quadro nacional e internacional, como as dificuldades encontradas para levar à prática algumas das medidas apontadas, como ainda alterações mais ou menos profundas introduzidas na estrutura do Partido, impõem uma nova avaliação das orientações, tendo fundamentalmente em vista:

a) uma maior rentabilização dos meios e recursos humanos e materiais;

b) uma melhor adequação à diversidade de situações orgânicas em que nos movemos;

c) uma melhor coordenação entre as várias componentes do trabalho de comunicação do Partido: informação e propaganda, imprensa, edições, relações com a comunicação social.

8.6.3. Os 4 anos decorridos desde o XII Congresso do Partido caracterizaram-se por uma enorme intensidade da luta ideológica, informativa e propagandística. Disputámos eleições para todos os órgãos de poder e acesas batalhas de ideias em torno de acontecimentos internacionais e nacionais, enfrentámos sérias campanhas de hostilidade, confusão e intriga sobre o PCP.

8.6.4. Na comunicação social, desapareceram importantes órgãos de imprensa escrita (com destaque para o "o diário"), outros foram privatizados, ganhou maior dimensão, eficácia e subtileza a manipulação da RTP, e surgiram dois canais privados de Televisão.

8.6.5. Os meios investidos na propaganda pelos adversários do Partido atingiram somas esmagadoras (vide campanhas eleitorais PSD e PS) e níveis de espectacularidade e artificialismo que abafaram o debate sobre os reais problemas dos cidadãos e do País.

8.6.6. O Partido manteve ao longo deste período um elevado nível de actividade de informação, esclarecimento e propaganda, com destaque para as campanhas eleitorais (Parlamento Europeu/89, Autárquicas/89, Presidenciais/91, Legislativas/91), as Festas do "Avante!", as campanhas em torno do XIII Congresso (Extraordinário), do 70º Aniversário do PCP, das comemorações do 25 de Abril, do "Não a Maastricht", as diversas jornadas de informação e propaganda.

8.6.7. Importa assinalar como características muito positivas deste trabalho:

a) termos conseguido combinar a inovação e flexibilidade da informação e propaganda com uma intervenção viva sobre os problemas dos trabalhadores e do País, e com um grande respeito e ligação aos valores e representação da identidade do PCP;

b) ser o PCP o único partido que criou uma linha e um estilo próprios de informação e propaganda distintos da política-espectáculo e do *marketing* comercial, assente na abordagem fundamentada e rigorosa dos problemas e no esclarecimento das posições do PCP e numa intervenção activa neste domínio do Partido e dos seus militantes.

8.6.8. O trabalho de informação e propaganda reflecte hoje uma multiplicidade de situações e problemas políticos e orgânicos de que importa distinguir os que constituem novos desenvolvimentos ou tendências mais salientes:

a) uma mais elevada compreensão geral pelos quadros e organismos de direcção do carácter decisivo da comunicação Partido-cidadãos, como forma de ligação do Partido às massas, autónoma e distinta daquela que se exerce pela participação de militantes em organizações unitárias;

b) um recuo muito sensível no número e qualidade de estruturas especializadas ao nível regional, empobrece e dificulta sobretudo nas maiores organizações regionais uma intervenção mais qualificada e especializada no apoio à criação, produção e utilização da informação e propaganda;

c) dificuldades das organizações na iniciativa própria de propaganda, ficando o ritmo do trabalho de propaganda local mais dependente das jornadas e realizações nacionais de propaganda;

d) maior iniciativa no trabalho central e regional com a comunicação social e a criação e desenvolvimento de novas linhas de trabalho e capacidades de resposta às solicitações da imprensa e rádios locais e regionais;

e) a redução muito significativa do Tempo de Antena de que o Partido dispunha na Televisão;

f) o positivo surgimento da edição mais ou menos regular de publicações (boletins, jornais, etc.) de organismos de direcção de sectores e regiões;

g) o peso maior nos materiais produzidos de questões de conjuntura, de denúncia e combate a medidas do Governo ou a propostas dos outros

partidos e de esclarecimento das propostas e iniciativas do PCP, e a menor difusão relativa de materiais sobre os projectos de sociedade do Partido, seus objectivos e ideais.

8.6.9. A situação política actual impõe como preocupação fundamental para o Partido assegurar e reforçar os seus canais e formas de comunicação com as massas trabalhadoras e a população em geral.

8.6.10. Nesse sentido, será necessário:

a) reforçar ainda mais a ligação entre o trabalho de propaganda e informação e todo o trabalho do Partido. Fazer dessa ligação a forma natural de agir de um partido cujas organizações e militantes intervêm política e socialmente, divulgam as suas posições e iniciativas, viram o Partido para fora, para as massas;

b) intensificar e generalizar a intervenção diversificada e pronta em ligação directa com situações locais e sectoriais concretas, lutas de massas e iniciativas do Partido;

c) dar muito mais atenção à utilização da imprensa do Partido - em especial ao "Avante!" - em ligação mais estreita com toda a nossa acção política.

8.6.11. O Partido possui uma rica experiência e tradição no trabalho de propaganda, ligadas à concepção e à prática que faz de cada militante um esclarecedor e um propagandista.

8.6.12. Face à actual e enorme desproporção de meios materiais com que estamos confrontados, importa reavivar as formas de intervenção específicas que são património e tradição do Partido, a par do esforço de elevação da qualidade dos meios, das formas e dos conteúdos na informação e propaganda produzidas.

8.6.13. Na área da informação e propaganda, são direcções fundamentais de trabalho:

a) manter, a nível central, um departamento dinâmico, qualificado e empenhado na criação de grupos de trabalho para áreas e projectos específicos do trabalho central (nomeadamente os audiovisuais);

b) melhorar a articulação com as organizações regionais, designadamente através das reuniões nacionais de propaganda, e avançar na coordenação mais estreita com as organizações das regiões que, pelo seu peso e concentração populacional, justificam uma consideração diferenciada;

c) trabalhar para a criação de estruturas especializadas nas maiores organizações regionais, com capacidade e meios para conceber, coordenar e levar à prática operações de propaganda próprias e/ou articuladas com as nacionais;

d) continuar a promover jornadas nacionais de propaganda, combinando, sempre que possível, o tempo suficiente de preparação com a oportunidade e actualidade dos temas tratados, associando diferentes meios de comunicação;

e) trabalhar para uma maior concretização da descentralização da iniciativa, que se traduza num aumento significativo da propaganda de organismos de base, de sector, de zona, concelhios, distritais, etc.;

f) trabalhar para constituir pequenos colectivos que garantam acções de propaganda em locais de passagem, concentração da população, etc.;

g) dar especial atenção às questões da imagem do Partido, o que implica, nomeadamente em períodos eleitorais, tratar cuidadosamente estas questões na realização de actos públicos.

8.6.14. No que respeita às medidas a implementar no domínio da relacionamento e do trabalho com a comunicação social, será necessário, nomeadamente:

a) melhorar o acompanhamento e o exame das tendências de evolução da comunicação social, com vista à adaptação das estratégias de informação, dos meios e dos métodos de trabalho, às exigências, potencialidades e contrariedades próprias das mutações nessa área;

b) continuar a dispensar uma grande atenção e a desenvolver um relacionamento activo e disponível com os meios de comunicação social;

c) aumentar o dinamismo da nossa política de informação, recorrendo à inovação, testando novas experiências, fugindo à rotina e a soluções ineficazes;

d) reforçar a estrutura central vocacionada para esta frente de intervenção do Partido, bem como melhorar o seu nível de conhecimentos e especialização.

8.7. Imprensa do Partido

8.7.1. No campo da informação, a imprensa do Partido - o "Avante!" e "O Militante" - desempenha um papel muito importante nas árduas condições em que a batalha ideológica se trava actualmente.

8.7.2. A imprensa do Partido dá um contributo de grande valor a toda a actividade partidária, mas enfrenta alguns sérios problemas, nomeadamente os que resultam de dificuldades financeiras decorrentes dos altos custos de produção e distribuição e as que se prendem com deficiências, dificuldades e subestimações das organizações em relação à distribuição e promoção, mas que reflectem também questões de conteúdo e de tratamento das matérias.

8.7.3. A melhoria do papel de intervenção da imprensa do Partido passa pelo estudo de formas de coordenação que permitam um melhor aproveitamento e rentabilização dos meios humanos, técnicos e documentais existentes, bem como de mútuos apoios promocionais, pela definição de prioridades de resposta da imprensa do Partido, tendo em conta o largo campo de intervenção que lhes está facultado e a limitação dos meios e por uma melhor precisão do campo específico de intervenção do "Avante!" e de "O Militante".

8.7.4. No período entre o XII e o XIV Congressos, e mesmo no intervalo mais breve compreendido entre o XIII (Extraordinário) e a actualidade, profundas modificações no panorama da Comunicação Social portuguesa em geral, e da imprensa em particular, criaram ao "Avante!", órgão central do Partido, uma situação que,

correspondendo embora a um processo que já se desenvolvia, determina novos problemas, novas exigências, mas também novas possibilidades.

8.7.5. O "Avante!" é hoje o único jornal de expansão nacional que se define politicamente num vasto espectro político que praticamente abrange não apenas os comunistas, mas toda a opinião democrática situada à esquerda do PSD. O "Avante!" é hoje o único jornal de expansão nacional que, de forma sistemática e assumida, assegura o noticiário do mundo laboral, a actividade dos órgãos do Poder Local.

8.7.6. Responder às exigências que assim incidem sobre ele - seja por parte dos militantes e eleitores do PCP, seja mesmo por parte de uma área mais alargada de democratas - não é, porém, tarefa fácil para o "Avante!".

8.7.7. Por outro lado, é forçoso reconhecer que, das seis questões enunciadas pelo XII Congresso como querendo consideração e resolução simultâneas no sentido de melhorar o "Avante!", apenas três tiveram tratamento que se possa considerar satisfatório: as modificações gráficas efectivamente introduzidas em Abril de 1991, as medidas tomadas quanto à distribuição, nomeadamente no circuito comercial, e uma nítida melhoria na atenção dispensada pelas organizações do Partido à distribuição e divulgação do órgão central.

8.7.8. Entretanto, seja no tocante aos aspectos económicos e financeiros, seja quanto ao alargamento de temática no jornal, seja ainda quanto ao alargamento da redacção e do núcleo de colaboradores, as medidas tomadas foram insuficientes ou mesmo nulas, cabendo contudo referir como traço muito positivo a assiduidade e regularidade da colaboração nas páginas do "Avante!" de membros dos organismos executivos do Comité Central e de colaboradores especializados no quadro do funcionamento de comissões de trabalho junto do Comité Central.

8.7.9. Para corresponder, pelo seu lado, a estas exigências, há que enfrentar com audácia e determinação algumas questões que a experiência indica constituírem parte determinante das condicionantes actuais:

a) melhorar profundamente o trabalho de informação para o "Avante!" por parte das organizações do Partido, nomeadamente no referente à realidade laboral (actividade e lutas sindicais, situação nas empresas, etc), áreas crescentemente ignoradas pela restante Informação. Neste quadro, é de estudar, com as organizações regionais, a criação de uma rede regular de correspondentes do "Avante!" directamente ligados à Redacção;

b) estudar as medidas mais adequadas à necessidade de continuar a assegurar nas páginas do "Avante!" uma ampla informação sobre a actividade partidária, a par de uma mais vasta e diversificada abordagem de questões de natureza temática de carácter geral, nacionais e internacionais;

c) estudar, com as organizações partidárias, as formas de incentivar e dinamizar a venda militante do "Avante!";

d) estudar formas de promoção do "Avante!", de âmbito comercial mas incluindo também iniciativas de intervenção pública diversificadas e amplamente participadas (colóquios, seminários, etc);

e) estudar a publicação em Fevereiro de 1993, por ocasião da publicação do nº 1 000 da série legal do "Avante!" iniciada em Maio de 1974, de um número especial, apoiado em iniciativas promocionais;

f) estudar com a JCP um plano de trabalho visando uma maior atenção do "Avante!" às questões de maior interesse para o público juvenil.

8.7.10. Durante os últimos anos "O Militante" sofreu diversas modificações continuando assim uma linha de renovação que vem de trás. Entretanto, em 1991, houve uma maior transformação. "O Militante", embora continuando a prestar uma particular atenção às questões organizativas, deixou de ser o Boletim de organização que era. Passou a ser uma publicação regular e aberta a novos temas.

8.7.11. Com maior recurso às entrevistas, aos depoimentos, às mesas redondas, aos cadernos especiais, esta publicação, vocacionada para a formação e a informação dos membros do Partido, melhorou a apresentação e elevou o número de páginas para 64, mas tornou-se bimensal.

8.7.12. Já antes se tinha iniciado a publicação em fascículos de um pequeno curso de Economia (de que será feita uma edição independente), iniciativa que se pensa prosseguir em torno de outras matérias.

8.7.13. É necessário continuar a melhorar a ligação desta publicação à vida do Partido e fazer da sua promoção e divulgação uma tarefa de muitos camaradas, particularmente daqueles que melhor compreensão têm do papel e da importância da imprensa partidária na luta ideológica que se trava.

8.8. Fundos. Relatório e evolução das contas do Partido

8.8.1. A obtenção dos meios necessários à actividade do Partido baseia-se na militância, espírito de dedicação e iniciativa. É de anotar o esforço que tem sido desenvolvido por muitas das organizações, tanto na recolha de fundos como na redução das despesas.

8.8.2. A política financeira do Partido tem vindo a centrar-se em três direcções fundamentais:

a) preocupação de reunir os meios necessários a garantir a normal actividade do Partido e sua eficaz gestão;

b) controlo financeiro, não só no que se refere à conferência de contas, mas também no acompanhamento junto das Direcções Regionais da evolução das receitas e despesas, assim como as receitas parlamentares e de eleitos autárquicos;

c) acompanhamento, conservação e rentabilização do vasto património do Partido.

8.8.3. No período compreendido entre o XII e o XIV Congressos foi possível alcançar o equilíbrio global entre receitas e despesas (o que constitui um êxito a assinalar), não devendo contudo iludir que tal equilíbrio foi devido, fundamentalmente, à contenção das despesas, que conduziu, nalguns casos, a um inevitável prejuízo para o desenvolvimento do trabalho político e organizativo.

8.8.4. O volume médio de receitas, em cada um dos anos de 1989, 1990 e 1991, aproximou-se do milhão de contos (não incluindo as campanhas para compras de Centros de Trabalho e para a compra da Quinta da Atalaia, nem Festa do "Avante!" que é autónoma do ponto de vista financeiro e económico), sendo significativo que a média das quotizações, em igual período, tivesse sido superior a 100 mil contos, ou que a angariação de contribuições atingisse quase os 300 mil contos, o que demonstra, também neste aspecto, o activismo do Partido no que se refere à política financeira.

8.8.5. As receitas dos primeiros três anos do período entre Congressos, quanto às quotizações, contribuições, iniciativas, bancas e locais de convívio, corresponderam a 57,1% das receitas globais, tendo sido de 70% em 1989, 54,4% em 1990 e 47,2% em 1991, o que demonstra uma comparticipação decrescente que deverá merecer atenção.

8.8.6. As receitas provenientes dos excedentes de salários dos deputados, eleitos autárquicos e reformados ex-parlamentares tem contribuído relativamente ao total, em 15,1% em 1989, 29,0% em 1990 e 30% em 1991, sendo a perspectiva de crescimento, não obstante a diminuição do Grupo Parlamentar da Assembleia da República. De assinalar que, por esta mesma razão, as receitas oriundas da subvenção oficial aos partidos serão, em 1992, mais reduzidas que em anos anteriores.

8.8.7. As receitas provenientes de legados e heranças, indemnizações por devolução de instalações, etc., representam também valores significativos.

8.8.8. As despesas, em consequência dos critérios de administração, racionalização e supressão de gastos, da sistemática poupança e da definição de prioridades de acordo com as disponibilidades financeiras, na gestão de recursos humanos e materiais do Partido, em resposta à situação e perspectivas então verificadas pelos XII e XIII Congressos, decresceram, em termos absolutos, entre 1989 e 1991, sendo neste ano menos cerca de 84 mil contos que em 1989.

8.8.9. As despesas com salários e encargos, devido à redução do número de funcionários, eleveram-se apenas 5,3%, de 1989 para 1991. As despesas com salários e encargos constituíram, em média, nos três primeiros anos, em relação às despesas globais, 53,5%, tendo vindo a evoluir de 49,8% em 1989 para 52,6% em 1990 e 56,7% em 1991. Tal facto deve-se a que, na política de contenção de despesas, se procurou, que os recursos humanos, factor essencial à actividade do Partido, fossem afectados o menos possível.

8.8.10. A propaganda e informação, excluindo despesas em campanhas eleitorais gastou, em 1991, menos

62,8% que o verificado em 1989. Este facto tem tanto mais significado quanto se verifica numa situação de crescente dependência da comunicação social face aos grandes interesses económicos e do poder político, e imediatamente após o vazio criado com a suspensão de "o diário", voz dos trabalhadores, da liberdade e da democracia, em consequência de insanáveis dificuldades financeiras.

8.8.11. Em instalações e Centros de Trabalho é de assinalar a significativa contenção de gastos em 1991. Menos 34% relativamente a 1989 e menos 36,3% comparado com 1990. Instalações e Centros de Trabalho ocupam o segundo lugar nas despesas globais, tendo evoluído de 20,4% em 1989 para 23,3% em 1990, diminuindo em 1991, sendo apenas 14,7% do total das despesas.

8.8.12. A verba em transportes diminuiu, em 1991, relativamente a 1989 e 1990.

8.8.13. Verificando-se, no plano geral, uma adequação dos custos dos planos de actividade aos recursos financeiros disponíveis, tal como recomendou o XIII Congresso, repara-se contudo haver organizações regionais do Partido cujas receitas não cobrem as despesas, superando o respectivo défice através de importantes ajudas da Caixa Central.

8.8.14. Não obstante a necessidade de prosseguir uma justa política de austeridade, constata-se que certas despesas se aproximam do limite máximo de contenção, com sérios riscos de um significativo afrouxamento da acção do Partido.

8.8.15. É imprescindível criar condições para, por exemplo, intervir mais e melhor no plano da propaganda e informação; é preciso que as Direcções Regionais tomem as medidas indispensáveis que lhes permitam uma maior intervenção e iniciativa.

8.8.16. O prosseguimento da política de actualização salarial dos funcionários no quadro do novo Estatuto Material dos Funcionários, que entrou em vigor no início deste ano, terá de continuar a ser um objectivo a alcançar.

8.8.17. Neste quadro de despesas muito comprimidas, para assegurar uma actividade partidária à altura das responsabilidades do Partido, terá de ser assegurada a evolução significativa das receitas, designadamente as que resultam da participação dos membros e amigos do Partido.

8.8.18. A política de fundos deverá ter como objectivos prioritários:

1º Recolha de **quotização**. Independentemente da consideração de que o pagamento da quota é, sem dúvida, um importantíssimo indicador orgânico na medida em que é um testemunho do vínculo ao Partido por parte dos seus membros, ela representa também uma muito significativa parcela das receitas e é a rubrica em que poderemos mais facilmente evoluir dado que a quota média dos membros do Partido não está, em geral, em correspondência com o respectivo salário médio. Um trabalho planificado

nesta direcção poderá resultar num significativo aumento de receitas. Neste sentido, é tarefa dos organismos do Partido, desenvolver esforços de discussão política junto das respectivas organizações, tendo em vista dar consciência da importância da quota nas diversas vertentes da relação partidária, de modo a atingir o pagamento regular das quotas e a sua actualização segundo os salários e nível de vida. Para isso, é necessário encontrar novas formas da sua concretização e, sem prejuízo da tradicional forma de cobrança de quotização, com todas as vantagens que o contacto pessoal tem, procurar associar, nos casos em que tal contacto é difícil de estabelecer com regularidade, processos mais expeditos de recolha de quotização, designadamente o recurso a cheque pré-datado, desconto bancário, a cobradores, etc..

2ª **Recolha de contribuições.** Esta é comprovadamente uma rubrica onde se reflete um muito bom trabalho de angariação de fundos traduzindo, simultaneamente, uma notável compreensão das necessidades do Partido por parte dos seus militantes e amigos. A resposta à crescente ofensiva da direita exigirá maior intervenção do Partido, o que implicará a manutenção de grande atenção nesta direcção de trabalho, pelo que se impõe melhorar a organização e capacidade de angariação de fundos, assegurando planificação não cansativa mas regular das abordagens, acordando compromissos, doações, etc..

3ª **Realização de iniciativas.** Animadas fundamentalmente para o contacto e aproximação às massas, auscultando opiniões, problemas e ansiedades, transmitindo a palavra, opinião e posição do Partido, as iniciativas têm constituído uma importante forma de obtenção de receitas, sendo inclusive à ocasião escolhida por muitos amigos do Partido para, participando politicamente, contribuírem também financeiramente. Assim sendo, é necessário dinamizar a realização regular de festas, convívios, encontros e outras iniciativas, associando à intervenção política a obtenção de fundos.

4ª **Receitas provenientes dos titulares de cargos públicos.** Mercê de uma crescente compreensão dos membros do Partido envolvidos, representam, quer para a Caixa Central quer para as Organizações Regionais, uma elevada percentagem sobre o total de receitas. Esta fonte de receitas pode, contudo, aumentar intensificando-se os esforços e a discussão política e um mais rigoroso acompanhamento das situações concretas.

8.8.19. Constituem ainda objectivos e tarefas gerais da política de fundos:

- a) Prestação regular de contas;
- b) Intensificação do controlo financeiro;
- c) manutenção da política de contenção de despesas;
- d) Promoção, junto de todos os organismos e de cada um dos militantes, da atenção, defesa e salvaguarda do património do Partido;

e) Prosseguimento da modernização e simplificação dos processos de administração do Partido a todos os níveis com vista a um melhor acompanhamento da política financeira nas suas diversas vertentes.

8.9. A actividade internacional

8.9.1. A actividade internacional do PCP desde o XII Congresso foi seriamente influenciada pela evolução da situação internacional e, em particular, por sérios processos de transformação em numerosos países e partidos.

8.9.2. Atendendo às novas realidades em rápido e incerto desenvolvimento, houve que proceder a alterações nas formas de relacionamento com numerosos partidos; concentrar mais esforços no acompanhamento e estudo da situação internacional e nos processos de transformação em diferentes países e partidos; espaçar, simplificar e desformalizar contactos directos; dar mais atenção e relevo ao intercâmbio de documentação e correspondência; coordenar melhor visitas a diferentes países; aproveitar melhor cada representação em Congressos, encontros internacionais, festas de órgãos centrais.

8.9.3. O conteúdo e direcções fundamentais da actividade internacional do Partido, inspirados pelo internacionalismo proletário, a luta pela paz, a solidariedade anti-imperialista, não se modificaram, seguindo a orientação traçada nos XII e XIII Congressos do PCP e tendo como objectivo um melhor conhecimento da situação, orientação, opinião e reflexão respectivos e o fortalecimento da amizade, cooperação, solidariedade recíproca e acção comum ou convergente dos partidos comunistas e outras forças progressistas e revolucionárias.

8.9.4. O balanço da actividade internacional do Partido, comparativamente ao XII Congresso, apresenta diferenças assinaláveis, designadamente menor número de delegações oficiais, menor número de delegações de estudo e regionais, quer ao País quer no estrangeiro, em que é evidente o peso das derrotas do socialismo na URSS e Europa de Leste.

8.9.5. Mas, apesar das dificuldades, as relações internacionais do Partido continuaram a desenvolver-se. Se há partidos com que afrouxaram ou deixaram mesmo de existir relações (inclusive devido ao seu desaparecimento), outros há com quem se reforçaram, restabeleceram ou iniciaram. Ao contrário do que auguravam os adversários do Partido, a tendência não é para o isolamento do Partido, mas para o alargamento e diversificação das suas relações, confirmando-se que o Partido goza de assinalável prestígio e autoridade não apenas entre os partidos comunistas, mas no quadro mais amplo das forças de esquerda, progressistas e revolucionárias.

8.9.6. No período que nos separa do XII Congresso são de destacar, na actividade internacional do PCP, os seguintes aspectos:

a) **Relações com o PCUS.** O desenvolvimento das relações com o PCUS esteve sempre entre as prioridades da actividade internacional do PCP e, marcado embora por crescentes problemas e dificuldades, só terminou com o brutal desmantelamento do PCUS. São de assinalar a estadia na URSS do Secretário-Geral do PCP e o seu encontro com o Secretário-Geral do PCUS (Março de 1989), a visita de uma delegação do PCUS a Portugal (Junho de 1991), a concretização de visitas de trabalho e de estudo muito responsáveis à URSS.

b) **Desenvolvimento das relações com o Partido Comunista da China,** com a visita a Portugal de uma delegação oficial do PCC (Março de 1989), a visita à China de uma delegação do PCP dirigida pelo seu Secretário-Geral, a visita de dirigentes do Partido e grupos de trabalho para conhecimento e contacto directo com a realidade chinesa.

c) **Desenvolvimento das relações com outros partidos comunistas no poder em países socialistas.** Em primeiro lugar com o **Partido Comunista de Cuba** (participação de uma delegação do PCP no 30º aniversário da Revolução, contactos e encontros vários de alto nível em Lisboa e Havana), mas também com o **Partido do Trabalho da Coreia** (visita à República Democrática Popular da Coreia de uma delegação do PCP dirigida pelo seu Secretário-Geral, integrada numa visita a vários países da Ásia), e com o **Partido Comunista do Vietnam.**

d) **No Leste da Europa,** restabelecimento de relações com partidos que resultaram das transformações dos partidos comunistas antes no poder. Tendo ainda em Junho/Julho de 1989 uma delegação do PCP, dirigida pelo seu Secretário-Geral, visitado a Checoslováquia, Hungria, Polónia e RDA. Foram recebidas em 1991 em Portugal delegações muito responsáveis do POSH (Hungria), PDS (Alemanha), Partido Comunista da Checoslováquia e Social-Democracia da República da Polónia. O PCP participou em Congressos do PDS e do POSH. Foram realizadas visitas de trabalho à Bulgária, Checoslováquia, Hungria e Polónia.

e) **Desenvolvimento das relações com os principais partidos comunistas da Europa Ocidental,** designadamente com o **Partido Comunista Francês** (participação no seu Congresso, intensificação de encontros, contactos e delegações de trabalho, participação recíproca na Festas do "Avante!" e do "L'Humanité"); **Partido Comunista de Espanha** (encontros diversos, participação recíproca nas Festas do "Avante!" e do "Mundo Obrero", encontros entre os Secretários-Gerais dos dois partidos, estabelecimento de relações formais PCP/Esquerda Unida); **Partido Comunista da Grécia** (visita da Secretária-Geral do PCG a Portugal, participação no Congresso do PCG, encontros e contactos diversos); **AKEL,** do Chipre (participação no Congresso do

AKEL); Partido da Refundação Comunista de Itália (participação do PRC nas Festas do "Avante!" e do PCP no Congresso do PRC); **Partido Suíço do Trabalho** e outros.

f) **Realização em Portugal a 4 e 5 de Maio de 1992 da reunião, a nível de Secções Internacionais, do PCP, PCF, PCE, PCG, AKEL e PRC.**

g) **Desenvolvimento de relações com os partidos comunistas e outras forças progressistas e revolucionárias da América Latina e Caraíbas.** Para além de encontros e contactos diversos realizados durante a Festa do "Avante!" e noutras ocasiões, são de destacar a participação do Secretário-Geral do PCP no Congresso do **Partido Comunista do Uruguai** e de representantes do PCP no primeiro **Congresso da FSLN,** da Nicarágua, no primeiro **Congresso do Partido dos Trabalhadores do Brasil** e no **3º Encontro do Fórum de S. Paulo,** realizado em Manágua.

h) **Desenvolvimento de relações com os partidos comunistas da Ásia,** de que é importante expressão a visita do Secretário-Geral do PCP ao **Japão** (para encontros com o PCJ) e à **Índia** (para encontros com o PCI (M), o PCI e o Partido do Congresso) e a visita a Portugal do Secretário-Geral do PCI (M).

i) **Prosseguimento das tradicionais relações com o MPLA, FRELIMO, PAICV e PAIGC e de relações com o MLSTP/PSD,** com a realização de numerosos contactos e concretização de iniciativas de cooperação e solidariedade.

j) **Aprofundamento das relações com o Congresso Nacional Africano e o Partido Comunista da África do Sul,** com a participação de representantes do PCP nos seus primeiros Congressos legais.

l) **Prosseguimento das tradicionais relações com os partidos comunistas e forças progressistas do mundo árabe,** em particular com a OLP.

m) **A realização de numerosos contactos desformalizados e intercâmbio de documentação com numerosos partidos e organizações com quem o PCP não tinha relações ou se formaram em resultado de transformações e cisões de partidos comunistas,** com vista a um melhor conhecimento recíproco.

n) **Relações de cooperação dos deputados do PCP no Parlamento Europeu com os deputados dos outros partidos componentes do Grupo "Coligação de Esquerda",** assim como no Conselho da Europa.

8.9.7. Neste período, foram direcções fundamentais de trabalho:

a) **Manter, ampliar e consolidar relações com partidos comunistas e outras forças revolucionárias e progressistas;**

b) **restabelecer relações com os partidos resultantes de partidos comunistas que detinham o poder em países socialistas;**

c) **ampliar as relações a forças políticas de esquerda e progressistas entretanto formadas.**

8.9.8. São objectivos para a actividade internacional do PCP:

a) empenhar-se no fortalecimento de relações bilaterais de amizade, cooperação e solidariedade com os partidos comunistas, combater tendências e concepções liquidacionistas e afirmar a realidade do movimento comunista como força necessária e insubstituível no processo de libertação dos trabalhadores e dos povos;

b) agir no sentido de fortalecer relações multilaterais entre partidos comunistas e com outras forças revolucionárias e progressistas, abrindo caminho a iniciativas comuns ou convergentes;

c) seguir atentamente os complexos processos de renovação, transformação e recomposição em curso em partidos comunistas e forças progressistas e revolucionárias de numerosos países dos povos para uma aproximação quando a situação o aconselhe;

d) contribuir para o reforço das acções de solidariedade internacionalista para com os comunistas e outros democratas vítimas da repressão e para com os povos que lutam pela sua libertação e contra a política de ingerências, pressões e agressões dos EUA e outras potências imperialistas, nomeadamente contra o bloqueio dos EUA a Cuba;

e) agir no sentido da convergência e unidade na acção de todas as forças democráticas (comunistas, socialistas e sociais-democratas, verdes) na luta pela democracia, a paz, a solução de problemas globais que afectam toda a humanidade.

8.10. O Partido de que Portugal precisa

8.10.1. Contrariando a campanha que, tomando os desejos por realidades, anuncia o declínio irreversível e o desaparecimento do PCP a curto prazo, existe um largo consenso, incluindo muitos e variados sectores da opinião política, de que o PCP é um partido necessário à democracia portuguesa, ao povo português e a Portugal. As razões são bastantes para tal opinião.

8.10.2. Numa situação em que o poder está nas mãos das forças do capital de cuja política de restauração do capitalismo monopolista faz parte integrante a exploração, opressão e liquidação de direitos dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas em geral, e o desprezo pelos mais graves problemas sociais, Portugal e o povo português necessitam de um partido que nos seus ideais, no seu projecto e na sua acção esteja completamente libertado dos interesses e influências da burguesia dominante e que seja efectivamente e prove ser, um partido da classe operária e de todos os trabalhadores, igualmente empenhado na defesa dos interesses e aspirações da maioria esmagadora do povo português.

8.10.3. Numa situação em que, a par da intensa demagogia para com a juventude se defraudam as suas

aspirações mais profundas, Portugal e o povo português necessitam de um partido que defenda os direitos das jovens gerações, confie nelas como grande força social com valiosa intervenção no presente e garantia do futuro.

8.10.4. Numa situação em que as forças de direita no poder mostram nos seus actos um completo desprezo e uma feroz crueldade em relação às pessoas idosas, aos reformados, aos deficientes, às centenas de milhar de portugueses vivendo na miséria, Portugal e o povo português necessitam de um partido que nunca esqueça e esteja sempre e profundamente empenhado na defesa dos interesses e direitos dos mais desfavorecidos.

8.10.5. Numa situação em que se desenvolve uma violenta ofensiva contra a democracia política, com a perversão de elementos fundamentais do regime, Portugal e o povo português necessitam de um partido provado em todas as circunstâncias, mesmo as mais duras e difíceis, na luta pela liberdade.

8.10.6. Numa situação em que o Governo sacrifica a interesses estrangeiros, interesses nacionais gravemente atingidos e ameaçados, toma um posição submissa e de capitulação na cena internacional, faz correr a Portugal o risco de perder parte importante da sua independência e soberania, Portugal e o povo português necessitam de um partido que defenda com firmeza os interesses portugueses, a independência e a soberania nacionais.

8.10.7. Numa situação em que a política dos governos de direita é o estabelecimento e consolidação do domínio da economia portuguesa e da vida nacional por grandes grupos monopolistas, e de um regime em que elementos essenciais da democracia política são gravemente limitados e pervertidos, e em que o PS e outros sectores da oposição têm programas que em muitos aspectos fundamentais coincidem com a política de direita, Portugal e o povo português necessitam de um partido com um programa de real alternativa democrática à política de direita.

8.10.8. Numa situação em que, mais que a força do partido governante, as divisões das forças da democracia são factor para a continuação da direita no poder, Portugal e o povo português necessitam de um partido que afirmando a sua identidade própria e respeitando a identidade dos outros partidos, disposto a examinar as possibilidades e os termos de um entendimento, defenda a convergência dos partidos democráticos como caminho real e credível para uma alternativa democrática.

8.10.9. Numa situação em que se generalizam e se promovem sentimentos primitivos, de feroz concorrência, de ganância, de egoísmo, de cobardia moral, de oportunismo, Portugal e o povo português necessitam de um partido de homens, mulheres e jovens que inscrevam nos seus ideais e na motivação da sua intervenção política e promovam nos seus actos dedicação ao bem comum e coragem na sua defesa.

8.10.10. Numa situação em que o estilo da vida política conduzida pelo partido do Governo e pela genera-

lidade das forças políticas é marcado pelo uso calculado da mentira, Portugal e o povo português necessitam de um partido que tenha a verdade como um dos valores fundamentais da sua acção, mesmo quando num mundo de mentira se pague pesado preço por respeitar e defender a verdade.

8.10.11. Numa situação em que conhecidos políticos passam com frequência de uma ideário a outro, de um partido a outro, de um posicionamento político a outro contrário ao primeiro, e em que abundam vira-casacas que fazem carreira, Portugal e o povo português necessitam de um partido para o qual a coerência seja valor do património histórico e atitude intrínseca, um Partido de convicções profundas e de prática comprovada por dezenas de anos de luta.

8.10.12. Numa situação em que na actividade política se tornam regra, a partir das mais altas esferas governantes, o cálculo mesquinho, os interesses sórdidos, a corrupção, a falta de escrúpulos morais, Portugal e o povo português necessitam de um partido para o qual a política seja inseparável de valores éticos, nas concepções e no procedimento.

8.10.13. Numa situação internacional conturbada, marcada pela agressão imperialista, onde ganham terreno as manifestações crescentes de racismo, xenofobia, intolerância religiosa, onde se propagam os conflitos armados e as guerras interétnicas e nacionalistas, Portugal precisa de um partido que, profundamente patriótico e nacional, promova os valores de solidariedade, de amizade, de cooperação e de paz entre os povos do mundo.

8.10.14. Um tal partido, um partido que responda a tão imperativas exigências - um tal partido existe. Existe um partido tal como Portugal e o povo português necessitam: o Partido Comunista Português.

8.10.15. Prova-o pelo seu passado de dezenas e dezenas de anos de luta, nas condições mais duras e difíceis, - luta pelos interesses populares, pela liberdade, a democracia e a independência nacional. Prova-o no presente pelas suas propostas e a sua acção. Há razões para confiar que o provará no futuro.

8.10.16. O PCP é o partido de que Portugal precisa. É um partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o País.

